



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 094 – 'Uf DCF Q, 3: DE O CKQ DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL) 1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR) 1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA) 2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) 4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Magno Malta - (PR-ES) 2º - Jayme Campos - (DEM-MT) 3ª - João Durval - (PDT-BA) 4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 74ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE MAIO DE 2013	27050	Deferimento, pela Mesa do Senado Federal, do Requerimento nº 305, de 2013.....	27111
1.1 – ABERTURA	27050	Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nºs 350 e 385, de 2013, de tramitação conjunta.	27111
1.2 – EXPEDIENTE	27050	Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Resolução nº 4, de 2003, cujos pareceres foram lidos anteriormente, a fim de ser declarado prejudicado.....	27111
1.2.1 – Comunicações da Presidência		Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, do Requerimento do Conselho de Comunicação Social nº 1, de 2012.....	27111
Realização de sessão especial segunda-feira próxima, às 10 horas, destinada a comemorar os quarenta anos da Universidade de Fortaleza (Unifor), nos termos do Requerimento nº 253, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel e outros Senadores.	27050	1.2.4 – Discursos do Expediente	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 120, de 2006-Complementar; e 123, de 2013.	27050	SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Comentários sobre reunião da CDR em que se discutiu a recuperação do rio Taquari, que banha o Estado do Mato Grosso do Sul.....	27111
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2011.	27050	SENADOR CÍCERO LUCENA – Alerta para as dificuldades financeiras por que está passando a Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD; e outro assunto.	27113
1.2.2 – Pareceres		1.2.5 – Apreciação de matérias	
Nºs 363 a 371, de 2013, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 897, 1.152, 1.153 e 1.154, de 2012; 108, 186, 187, 227 e 305, de 2013, respectivamente.....	27051	Requerimento nº 435, de 2013, de autoria da Senadora Angela Portela. Deferido , nos termos de despacho favorável do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional <i>ad referendum</i> do Colegiado.	27120
Nºs 372 a 376, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Sociais (1º pronunciamento); Direitos Humanos e Legislação Participativa; Assuntos Sociais (2º pronunciamento); e da Mesa do Senado Federal, respectivamente, sobre o Projeto de Resolução nº 4, de 2003.....	27084	Requerimento nº 436, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Deferido , nos termos de despacho favorável do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional <i>ad referendum</i> do Colegiado.	27120
Nº 377, de 2013, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento do Conselho de Comunicação Social nº 1, de 2012.....	27108	Requerimento nº 450, de 2013, de autoria do Senador Sérgio Souza. Deferido	27120
1.2.3 – Comunicações da Presidência		1.2.6 – Comunicações da Presidência	
Deferimento, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nºs 1.152, 1.153, 1.154, de 2012; e 108, 187 e 227, de 2013, de informações.	27111	Convocação de sessão solene do Congresso Nacional em 27 do corrente, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o transcurso dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Ofício nº 305/2013-CN).	27120
Deferimento, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nºs 897, de 2012; e 186, de 2013, de informações, com alterações redacionais.	27111	Término do prazo, ontem, com apresentação de 10 emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012.	27121

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Questionamentos sobre a aprovação, ontem, no Senado Federal, do projeto de lei de conversão que dispõe sobre a regulação dos portos. 27137

1.2.8 – Mensagem da Presidente da República

Nº 35/2013-CN (nº 184/2013, na origem), comunicando retificação à Medida Provisória nº 613, de 2013. 27140

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 14 de maio de 2013, e publicação em 15 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 614, de 2013, que altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofícios nºs 27/2013-DEM/SF, 133/2013-PSDB/SF, 114/2013-Bloco Parlamentar União e Força/SF e 138/2013-DEM/CD). 27142

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários em relação à lei que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e outro assunto. 27144

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Término do prazo de vigência, ontem, da Medida Provisória nº 596, de 2012. 27151

1.3 – ENCERRAMENTO 27151

2 – PARECERES

Nº 17, de 2013-CN, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 605, de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos. (conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2013). 27152

Nº 18, de 2013-CN, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 606, de 2013, que altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para autorizar a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio

por instituições privadas de ensino superior; e dá outras providências (conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013). 27179

3 – ATAS

3.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 605, DE 2013

Ata da 3ª Reunião, realizada em 5 de março de 2013. 27199

Ata da 4ª Reunião, realizada em 12 de março de 2013. 27219

Ata da 5ª Reunião, realizada em 13 de março de 2013. 27229

Ata da 6ª Reunião, realizada em 15 de maio de 2013. 27247

3.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 606, DE 2013

Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de março de 2013. 27210

Ata da 2ª Reunião, realizada em 15 de maio de 2013. 27262

3.3 – COMISSÃO DIRETORA

Ata da 6ª Reunião, realizada em 8 de maio de 2013. 27267

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 27297

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 17.5.2013 27297

SENADO FEDERAL**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação 27298

Bancadas dos Partidos 27299

Por ordem alfabética 27300

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 27301

8 – LIDERANÇAS 27302

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 27306

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 27307

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 27320

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 27328

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 27332

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 27338

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 27343

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 27353

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 27361

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 27370

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	27377
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	27383
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.....	27387
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	27391
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	27392
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	27393
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)	27394
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	27394
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	27395
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	27397
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)	27399
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	27401

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	27403
---	-------

CONGRESSO NACIONAL**13 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	27405
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	27409
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	27413
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	27414
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	27415
Comissões Mistas Especiais	27418

14 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	27422
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991).....	27423
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	27424

Ata da 74ª Sessão, não Deliberativa, em 17 de maio de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Cícero Lucena e Ruben Figueiró

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 11 minutos e encerra-se às 11 horas e 12 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Iniciamos com os oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se segunda-feira, dia 20, às 10 horas, destinada a comemorar os quarenta anos da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), nos termos do **Requerimento nº 253, de 2013**, do Senador José Pimentel e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas aos seguintes Projetos de Lei do Senado:

- **nº 120, de 2006-Complementar**, do Senador Alvaro Dias, *que exclui os espetáculos circenses da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza*; e
- **nº 123, de 2013**, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *que altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para estabelecer a titulação*

em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na Carreira de Magistério Superior.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2011**, que *concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.*

Tendo sido aprovado terminativamente pelas Comissões competentes, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 363, DE 2013

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 897, de 2012, do Senador Cícero Lucena, que solicita que seja encaminhado à Senhora Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pedido de informações sobre o perfil dos beneficiados do Programa Bolsa Família em João Pessoa.

RELATOR: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 897, de 2012, de autoria do Senador Cícero Lucena, que visa a obter informações da Senhora Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome acerca dos critérios para inclusão de beneficiados no Programa Bolsa Família, nos seguintes termos:

O perfil estabelecido para credenciamento no Programa Bolsa Família em João Pessoa, pois se constatou que uma das filhas do Secretário da Transparência Pública, Alexandre Urquiza, Vanessa Gonsalves Urquiza de Sá, aparece como beneficiária cadastrada do Programa do Governo Federal voltado para combater a extrema pobreza de pessoas carentes.

- As devidas providências, caso seja apurado a desobediências das normas estabelecidas.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 897, de 2012, vem à Mesa, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos termos do inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que conferem a esta Casa a

prerrogativa de solicitar esclarecimentos sobre qualquer assunto submetido à sua apreciação ou atinente à sua competência fiscalizadora, cabendo à Mesa, em conformidade com o art. 215, inciso I, *a*, do Risf, decidir sobre a admissibilidade desses requerimentos.

A matéria preenche os requisitos previstos no art. 216, I e II, do RISF, e no Ato da Mesa nº 1, de 2001, quando solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o cadastro de pessoas para o recebimento de benefícios do Programa Bolsa Família.

No entanto, o inciso II do art. 216 do RISF enumera as únicas razões para esta Mesa porventura indeferir um requerimento de informações: a existência de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

A esse respeito, salientamos que a redação da segunda parte do requerimento sugere um pedido de providência. Por isso, apresentamos mudança no texto no sentido de corrigir o vício, sem prejudicar a essência do conteúdo demandado pelo Senador.

III – VOTO

Em vista do exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 897, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1

Dê-se ao Requerimento nº 897, de 2012, a seguinte redação:


Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requeiro sejam solicitadas da Ministra de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome as seguintes informações:

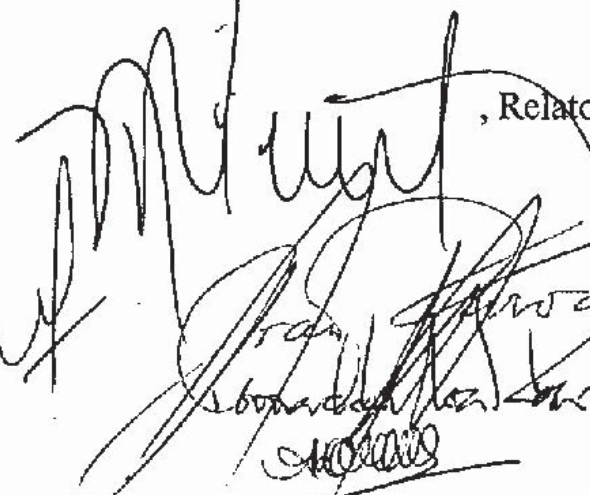
- Quais os critérios de credenciamento estabelecidos para habilitação aos benefícios do Programa Bolsa Família, em vista de ter sido constatado que, em João Pessoa (PB), a Senhora Vanessa Gonsalves Urquiza de Sá, filha do Secretário da

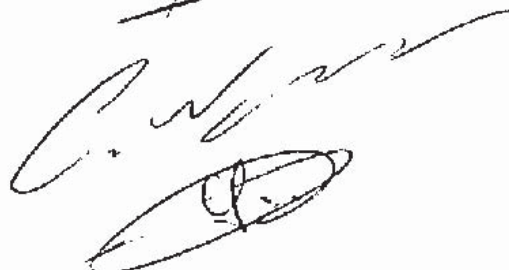
Transparência Pública, Alexandre Urquiza, consta como beneficiária daquele programa do Governo Federal, voltado ao amparo de pessoas em situação de pobreza extrema.

- Quais as medidas adotadas por esse órgão para garantir o devido cumprimento desses critérios e para reparar os abusos porventura ocorridos, como parece ser o caso do fato que enunciamos.

Sala da Mesa do Senado Federal, 8 de maio de 2013.

 , Presidente

 , Relator



Quadro comparativo do Requerimento nº 897, de 2012

Requerimento nº 897, de 2012	Emenda nº 1 - Mesa
<p>Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requeiro seja encaminhado à Ministra de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome o seguinte pedido de informações:</p>	<p>Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requeiro sejam solicitadas da Ministra de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome as seguintes informações:</p>
<p>- O perfil estabelecido para credenciamento no Programa Bolsa Família em João Pessoa, pois se constatou que uma das filhas do Secretário da Transparência Pública, Alexandre Urquiza, Vanessa Gonsalves Urquiza de Sá, aparece como beneficiária cadastrada do Programa do Governo Federal voltado para combater a extrema pobreza de pessoas carentes.</p>	<p>• Quais os critérios de credenciamento estabelecidos para habilitação aos benefícios do Programa Bolsa Família, em vista de ter sido constatado que, em João Pessoa (PB), a Senhora Vanessa Gonsalves Urquiza de Sá, filha do Secretário da Transparência Pública, Alexandre Urquiza, consta como beneficiária daquele programa do Governo Federal, voltado ao amparo de pessoas em situação de pobreza extrema.</p>
<p>- As devidas providências caso seja apurado a desobediência das normas estabelecidas.</p>	<p>• Quais as medidas adotadas por esse órgão para garantir o devido cumprimento desses critérios e para reparar os abusos porventura ocorridos, como parece ser o caso do fato que enunciamos.</p>

PARECER Nº 364, DE 2013

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.152, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, acerca das providências adotadas para dar cumprimento à determinação feita pelo Tribunal de Contas da União no item 9.4 do Acórdão nº 482/2012 – TCU – Plenário.

RELATOR: Senador ROMERO JUCÁ

I – RELATÓRIO

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) desta Casa apresentou o Requerimento nº 1.152, de 2012, em que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as providências adotadas para dar cumprimento à determinação feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) relativa ao item 9.4 do Acórdão nº 482/2012 – Plenário.

A apresentação desse requerimento decorreu do exame pela CRA do Aviso nº 18, de 2012, do TCU, que encaminhou ao Senado Federal cópia do referido Acórdão.

Essa decisão plenária do TCU aprovou as determinações que constituíram objeto do seu Relatório de Monitoramento resultante de levantamento de auditoria que abrangeu 17 unidades jurisdicionadas daquele órgão, incluindo agências reguladoras, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros Privados, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Banco Central do Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, além do próprio TCU.

Na auditoria, constataram-se inúmeras falhas, a exemplo da elevada quantidade de cancelamentos ou redução do valor das multas aplicadas pelas unidades fiscalizadas, baixos percentuais de arrecadação das multas administrativas e deficiente grau de inscrição de inadimplentes no Cadastro

Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN). Detectou-se, ainda, a necessidade de aperfeiçoamento desses órgãos, de modo a possibilitar a identificação dos números absolutos de multas recolhidas, canceladas ou suspensas, por responsável.

A despeito de melhorias observadas na gestão das multas, a partir das recomendações e do monitoramento implementados pelo TCU, o Tribunal abordou a questão referente a quem deve caber a inscrição no Cadin dos devedores inadimplentes em relação às multas por ele aplicadas.

Contrariando decisão normativa do Tribunal, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a quem o TCU reconhece como detentora da referida atribuição, sob a orientação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), alega falta de competência para a realização da devida inscrição, o que tem limitado a eficácia das ações implementadas pelo Tribunal.

Nesse contexto, o TCU informou que a Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG), órgão técnico daquele Tribunal, estudou o problema e concluiu pela necessidade de alteração da norma DN TCU 45/02, de forma a que, à Advocacia Geral da União (AGU) fosse atribuída a competência para inscrição no Cadin dos devedores inadimplentes em relação às multas aplicadas pelo TCU, em caráter de urgência.

Foi, assim, determinado, no item 9.4 do Acórdão, que o Ministério da Fazenda, a PGFN e o Banco Central do Brasil informassem ao TCU, no prazo de 90 dias, a contar da ciência do Acórdão em tela, as providências adotadas com vistas ao aprimoramento do Cadin, inclusive quanto à proposta de alteração de leis e demais normativos, conforme dispõe a Lei nº 8.443, de 1992, art. 43, I, c/c o Decreto nº 7.301, de 2010, arts. 1º e 2º.

Desse modo, a CRA, na análise do Acórdão, declarou sua preocupação pela falta de efetividade na aplicação das sanções e na recuperação dos valores, manifestando-se pela necessidade de se aperfeiçoar a gestão da arrecadação de multas e de se promoverem ajustes na metodologia e mudanças na legislação.

Considerando que essas últimas encontram-se no âmbito da iniciativa reservada ou do poder regulamentar da Presidência da República, e que o TCU informa que a STN e a PGFN comprometeram-se a atuar na elaboração de

proposta legislativa para alterar a responsabilidade na gestão e normatização do Sistema Cadin, a CRA optou pela aprovação de requerimentos de informações a esses órgãos, entre os quais este que ora se examina.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 1.152, de 2012, encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, fundamenta-se no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que tratam dos requerimentos de informações, que devem também atender às disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Assim dispõe o art. 216 do RISF, in verbis:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I - serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II - não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III - lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

O Ato nº 1 da Mesa, de 2001, por sua vez, determina que o requerimento refira-se a assunto submetido ao Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora, e que as informações solicitadas tenham relação direta e estreita com o assunto que se procura esclarecer.

Entendemos que tais requisitos de admissibilidade são integralmente observados no Requerimento em apreço, sendo também adequado seu endereçamento.

Relativamente ao objetivo, o Requerimento trata de informações sobre as providências determinadas no item 9.4 do Acórdão nº 482/2012 – TCU – Plenário, as quais se referem ao aperfeiçoamento do Cadin, especificamente quanto à proposta de alteração de leis e demais normativos, conforme dispõe a Lei nº 8.443, de 1992, art. 43, I, que estabelece:

Art. 43. Ao proceder à fiscalização de que trata este capítulo, o Relator ou o Tribunal:

I - determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão somente, falta ou impropriedade de caráter formal;

.....

As informações solicitadas são, a nosso ver, extremamente relevantes para o exercício das competências do Senado Federal, inclusive as relativas à eficácia da atuação do TCU, cuja função constitucional é a de auxiliar o Congresso Nacional no controle externo da atividade administrativa do Estado, como o demonstra o Aviso enviado a esta Casa.

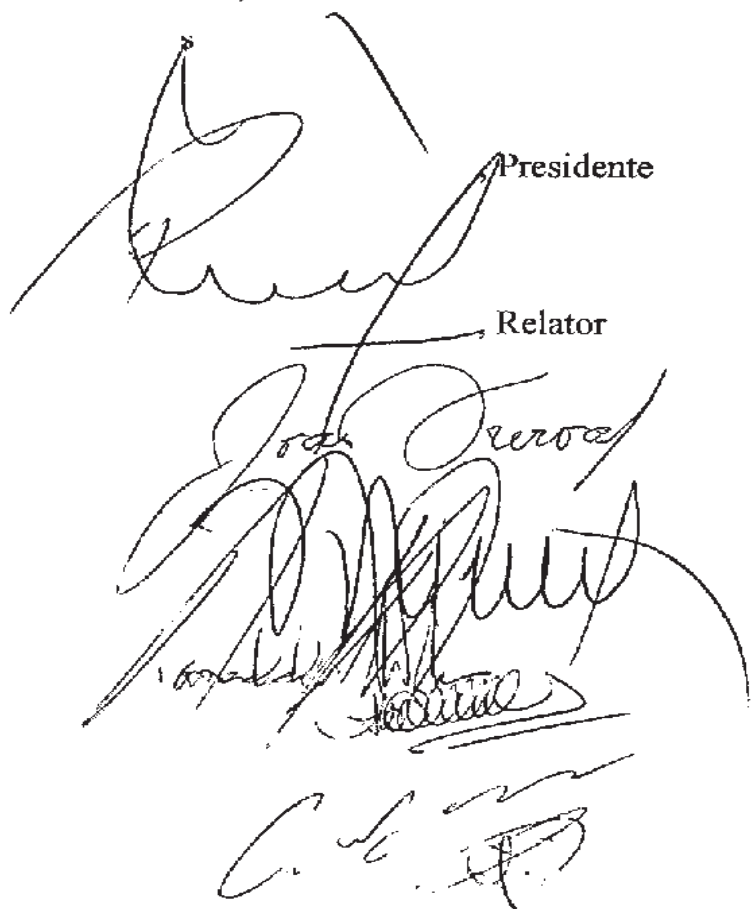
Destaque-se, ainda, que os esclarecimentos solicitados não envolvem informações de caráter sigiloso, pois não abrangem operações ativas e passivas de instituições financeiras, de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001, cabendo, portanto, à Mesa, a decisão sobre a matéria.

Em suma, o Requerimento atende a norma constitucional referente aos pedidos de informações e às condições de admissibilidade dispostas no RISF e no Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal.

III – VOTO

Pelo exposto somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.152, de 2012, e do seu encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Sala da Comissão, 8 de maio de 2013.



President

Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**DECRETO Nº 7.301, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.**Revogado pelo Decreto nº 7.386, de 2010Revogado pelo Decreto nº 7.391, de 2010Revogado pelo Decreto nº 7.386, de 2010~~Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.~~Texto para impressão

~~O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 50 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,~~

~~DECRETA:~~

~~Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, na forma dos Anexos I e II.~~

~~Art. 2º Em decorrência do disposto no art. 1º, ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS:~~

~~I – da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o Ministério da Fazenda: quatro DAS 101.4, um DAS 101.3 e três DAS 101.2; e~~

~~II – do Ministério da Fazenda para a Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: quatro DAS 102.4, um DAS 102.3 e três DAS 102.2.~~

.....
Acórdão nº 482/2012 – TCU - PLENÁRIO

GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 022.631/2009-0 [Apenso: TC 017.224/2003-3]

Natureza(s): Relatório de Monitoramento

Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Águas -

MMA; Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; Agência Nacional de Energia Elétrica - MME; Agência Nacional de Saúde Suplementar - MS; Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - SEDE - MC; Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT; Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT; Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS; Agência Nacional do Cinema - MinC; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - MME; Banco Central do Brasil - MF; Comissão de Valores Mobiliários - MF; Conselho Administrativo de Defesa Econômica - MJ; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA; Secretaria do Tesouro Nacional - MF; Superintendência de Seguros Privados - MF; Tribunal de Contas da União - TCU/SEGEDAM

Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: RELATÓRIO DE MONITORAMENTO. ARRECADAÇÃO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS APLICADAS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS. BAIXOS PERCENTUAIS DE ARRECADAÇÃO DE MULTAS, DE INSCRIÇÃO DE INADIMPLENTES NO CADIN E DE AJUIZAMENTO DE COBRANÇAS JUDICIAIS DAS MULTAS. RISCO DE PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS. REDUÇÃO DA EFICÁCIA DA AÇÃO DE CONTROLE A CARGO DAS ENTIDADES E ÓRGÃOS ANALISADOS. NECESSIDADE DE NOVAS FISCALIZAÇÕES DESTE TRIBUNAL NA ÁREA EM DESTAQUE. DETERMINAÇÕES. OITIVA DE PARTE DAS ENTIDADES. ADOÇÃO DE MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS. NOVAS DETERMINAÇÕES ÀS ENTIDADES FISCALIZADAS. ACOMPANHAMENTO DA MATÉRIA NOS PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS, MEDIANTE OS RESPECTIVOS RELATÓRIOS ANUAIS DE GESTÃO. APRIMORAMENTOS NO CADIN. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DN-TCU 45/2002, PARA QUE A INSCRIÇÃO NO CADIN

DOS INADIMPLENTES POR MULTAS
APLICADAS PELO TCU PASSE A SER
REALIZADA PELA ADVOCACIA-GERAL DA
UNIÃO-AGU. ENVIO DE CÓPIAS.

9. Acórdão:

9.4 determinar ao Ministério da Fazenda (MF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Banco Central do Brasil (Bacen) que informem ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência deste Acórdão, as providências adotadas com vistas ao aprimoramento do Cadin, inclusive quanto à proposta de alteração de leis e demais normativos, conforme dispõe a Lei 8.443/1992, art. 43, I, c/c o Decreto 7.301/2010, art. 1º e 2º;

DECISÃO NORMATIVA Nº 045, DE 15 DE MAIO DE 2002

(Revogada)(Decisão Normativa - TCU nº 126, de 10/04/2013, BTCU nº 13/2013, DOU de 15/04/2013)

Dispõe sobre procedimentos a serem observados relativamente à inclusão e exclusão de nomes de responsáveis condenados ao pagamento de débito ou multa pelo Tribunal de Contas da União no Cadastro Informativo dos débitos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN).

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais;

Considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

Considerando a necessidade de dispor sobre procedimentos internos a serem observados a respeito da inclusão e da exclusão de nomes de responsáveis condenados ao pagamento de débito ou multa pelo Tribunal no Cadastro Informativo dos débitos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), hoje disciplinados pela Medida Provisória nº 2.176-79, de 23/08/2001, resolve:

Art. 1º Compete às Secretarias de Controle Externo (SECEX), de acordo com as suas clientelas e independentemente de determinação do Tribunal, a adoção de providências com vistas à inclusão e à exclusão de nomes de responsáveis no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nas hipóteses e nos termos desta decisão normativa.

Art. 2º Quando houver aplicação de multa pelo Tribunal, a Secex competente comunicará à Secretaria do Tesouro Nacional para que inclua o nome do responsável no Cadin, observada a legislação vigente. *(NR) (Decisão Normativa nº 52, de 3/12/2003, BTCU nº 51/2003, DOU de 23/12/2003).*

Parágrafo único. A inclusão do nome do responsável no CADIN far-se-á setenta e cinco dias após a notificação do devedor para o pagamento da multa, na qual haverá referência à possível inscrição nesse Cadastro se não quitada a dívida no prazo fixado no acórdão condenatório.

Art. 3º Quando houver condenação ao pagamento de débito por contas julgadas irregulares, a SECEX competente comunicará ao órgão ou entidade a que se vincula originariamente o crédito, ou seu sucessor, para que inclua o nome do responsável no CADIN, observada a legislação vigente.

Art. 4º As providências para inclusão no CADIN apenas serão tomadas após transitado em julgado o acórdão condenatório e caso não comprovado, no prazo estabelecido, o recolhimento da dívida.

Parágrafo único. Para os fins desta decisão normativa, considera-se transitado em julgado o acórdão que não mais se sujeita aos recursos previstos nos arts. 32, incisos I e II, e 48 da Lei nº 8.443/92, nos seus prazos normais de interposição.

Art. 5º A Secex competente comunicará a Secretaria do Tesouro Nacional, em caso de multa, ou o órgão ou entidade a que se vincula originariamente o crédito, ou seu sucessor, em caso de débito, para que faça a exclusão do nome do

responsável do Cadin, conforme as atribuições indicadas nos arts. 2º e 3º, nos seguintes casos: *(NR) (Decisão Normativa nº 52, de 3/12/2003, BTCU nº 51/2003, DOU de 23/12/2003).*

I – quitação da dívida, com os devidos acréscimos legais, dada pelo Tribunal;

II – julgamento das contas pela regularidade ou pela isenção da responsabilidade, com o trânsito em julgado do acórdão;

III – deferimento de pedido de parcelamento da dívida, depois de comprovado o pagamento da primeira parcela; ou

IV – afastamento da dívida, por meio de decisão do Tribunal em recurso sem efeito suspensivo.

§ 1º Em qualquer caso, a exclusão será feita no prazo máximo de cinco dias depois de verificadas as condições que a autorizem.

§ 2º Se por motivo fundado não for possível o cumprimento do prazo referido no parágrafo anterior, o Presidente do Tribunal, ou a autoridade por ele delegada, expedirá certidão de regularidade da dívida ao interessado.

Art. 6º Esta decisão normativa entra em vigor na data de sua publicação.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 15 de maio de 2002.

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO
Presidente

REDAÇÃO ANTERIOR:

Art. 2º Quando houver aplicação de multa pelo Tribunal, a SEGECEX efetuará a inclusão do nome do responsável no CADIN, observada a legislação vigente. *(Alterado) (Decisão Normativa nº 52, de 3/12/2003, BTCU nº 51/2003, DOU de 23/12/2003).*

Art. 5º A SEGECEX fará a exclusão do nome do responsável do CADIN ou a SECEX competente comunicará o órgão ou entidade a que se vincula originariamente o crédito, ou seu sucessor, para que a faça, conforme as atribuições indicadas nos arts. 2º e 3º, nos seguintes casos: *(Alterado) (Decisão Normativa nº 52, de 3/12/2003, BTCU nº 51/2003, DOU de 23/12/2003).*

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Número Interno do Documento:**AC-0482-07/12-P**Colegiado:**

Plenário

Relator:

RAIMUNDO CARREIRO

Processo:022.631/2009-0**Sumário:**

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO. ARRECADAÇÃO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS APLICADAS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS. BAIXOS PERCENTUAIS DE ARRECADAÇÃO DE MULTAS, DE INSCRIÇÃO DE INADIMPLENTES NO CADIN E DE AJUIZAMENTO DE COBRANÇAS JUDICIAIS DAS MULTAS. RISCO DE PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS. REDUÇÃO DA EFICÁCIA DA AÇÃO DE CONTROLE A CARGO DAS ENTIDADES E ÓRGÃOS ANALISADOS. NECESSIDADE DE NOVAS FISCALIZAÇÕES DESTE TRIBUNAL NA ÁREA EM DESTAQUE. DETERMINAÇÕES. OITIVA DE PARTE DAS ENTIDADES. ADOÇÃO DE MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS. NOVAS DETERMINAÇÕES ÀS ENTIDADES FISCALIZADAS. ACOMPANHAMENTO DA MATÉRIA NOS PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS, MEDIANTE OS RESPECTIVOS RELATÓRIOS ANUAIS DE GESTÃO. APRIMORAMENTOS NO CADIN. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DN-TCU 45/2002, PARA QUE A INSCRIÇÃO NO CADIN DOS INADIMPLENTES POR MULTAS APLICADAS PELO TCU PASSE A SER REALIZADA PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO-AGU. ENVIO DE CÓPIAS

Assunto:

Relatório de Monitoramento

Número do acórdão:

482

Ano do acórdão:

2012

Número ata :

07/2012

Data dou :

13/03/2012

Dados materiais :

Dados Materiais:Apenso: 017.224/2003:3

(...)

5. O Acórdão 1817/2010-Plenário foi levado à ciência das seguintes unidades, órgãos e entidades:

9.4. (...) Secretaria Geral de Controle Externo - Segecex - deste Tribunal, para que realize estudos com o objetivo de nortear futuras auditorias de desempenho nas entidades de regulação e de fiscalização que apresentam reduzido percentual de arrecadação proveniente de multas;

(...)

PARECER Nº 365, DE 2013

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o
Requerimento nº 1153, de 2012.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 1153, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno, do Senado Federal, e que versa sobre pedido de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre “as providências adotadas para dar cumprimento à determinação feita pelo Tribunal de Contas da União no item 9.4 do Acórdão nº 482/2012- TCU - Plenário”.

II – ANÁLISE

No Requerimento nº 1153, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, apresentado com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno, do Senado Federal são solicitadas informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre “as providências adotadas para dar cumprimento à determinação feita pelo Tribunal de Contas da União no item 9.4 do Acórdão nº 482/2012- TCU - Plenário”.

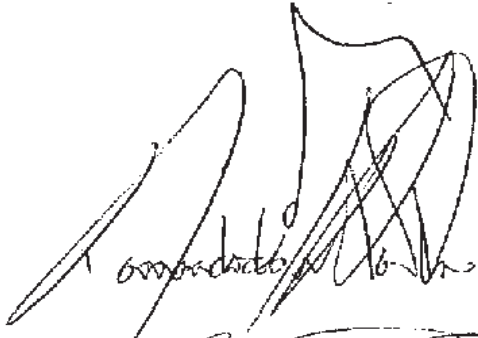
O pleito funda-se em acórdão da Corte de Contas e aborda questão relevantíssima referente à cobrança e controle das multas aplicadas pelos órgãos da União e a sistematização do Cadastro de Inadimplentes. Mostra-se ainda mais importante considerando que visa buscar soluções para, a correção das práticas atuais de cobrança de multa e controle.


III – VOTO

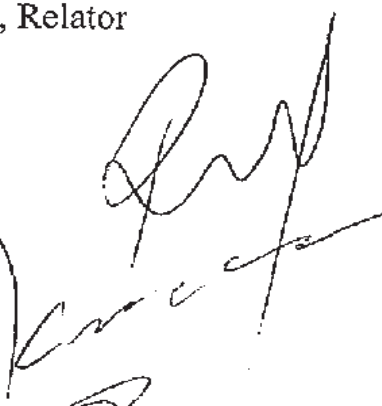
O Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão conforme o ordenamento jurídico e revelam o real interesse na solução do problema de controle e cobrança das multas apresentado pelo TCU.


Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1153, de 2012, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.


Sala da Comissão, 8 de maio de 2013.

 , Presidente

 , Relator







ACÓRDÃO DO TCU CITADO ANEXADO AO PROCESSADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ACÓRDÃO Nº 482/2012-TCU-PLENÁRIO

Colegiado:

Plenário

Relator:

RAIMUNDO CARREIRO

Processo:

022.631/2009-0

Sumário:

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO. ARRECADAÇÃO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS APLICADAS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS. BAIXOS PERCENTUAIS DE ARRECADAÇÃO DE MULTAS, DE INSCRIÇÃO DE INADIMPLENTES NO CADIN E DE AJUIZAMENTO DE COBRANÇAS JUDICIAIS DAS MULTAS. RISCO DE PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS. REDUÇÃO DA EFICÁCIA DA AÇÃO DE CONTROLE A CARGO DAS ENTIDADES E ÓRGÃOS ANALISADOS. NECESSIDADE DE NOVAS FISCALIZAÇÕES DESTE TRIBUNAL NA ÁREA EM DESTAQUE. DETERMINAÇÕES. OITIVA DE PARTE DAS ENTIDADES. ADOÇÃO DE MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS. NOVAS DETERMINAÇÕES ÀS ENTIDADES FISCALIZADAS. ACOMPANHAMENTO DA MATÉRIA NOS PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS, MEDIANTE OS RESPECTIVOS RELATÓRIOS ANUAIS DE GESTÃO. APRIMORAMENTOS NO CADIN. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DN-TCU 45/2002, PARA QUE A INSCRIÇÃO NO CADIN DOS INADIMPLENTES POR MULTAS APLICADAS PELO TCU PASSE A SER REALIZADA PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO-AGU. ENVIO DE CÓPIAS

Assunto:

Relatório de Monitoramento

Número do acórdão:

482

Ano do acórdão:

2012

Número ata :

07/2012

Data dou :

13/03/2012 (...)

Acórdão :

VISTOS, relatados e discutidos este autos de relatório de monitoramento decorrente do Acórdão 1817/2010-Plenário, em que o Tribunal apreciou Relatório de Levantamento de Auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais, ocasião em que expediu determinações aos entes fiscalizados com o objetivo de aperfeiçoar a gestão da área enfocada.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.4 determinar ao Ministério da Fazenda (MF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Banco Central do Brasil (Bacen) que informem ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência deste Acórdão, as providências adotadas com vistas ao aprimoramento

do Cadin, inclusive quanto à proposta de alteração de leis e demais normativos, conforme dispõe a Lei 8.443/1992, art. 43, I, c/c o Decreto 7.301/2010, art. 1º e 2º;

(...)

ENTIDADE :

Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Águas - MMA; Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; Agência Nacional de Energia Elétrica - MME; Agência Nacional de Saúde Suplementar - MS; Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - SEDE - MC; Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT; Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT; Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS; Agência Nacional do Cinema - MinC; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - MME; Banco Central do Brasil - MF; Comissão de Valores Mobiliários - MF; Conselho Administrativo de Defesa Econômica - MJ; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA; Secretaria do Tesouro Nacional - MF; Superintendência de Seguros Privados - MF; Tribunal de Contas da União - TCU/SEGEDAM

(...)

Quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira

Data sessão :

07/03/2012

PARECER

Nº 366, DE 2013

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o
Requerimento nº 1154, de 2012.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 1154, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno, do Senado Federal, e que versa sobre pedido de informações ao Advogado-Geral da União sobre “as providências adotadas para dar cumprimento à determinação feita pelo Tribunal de Contas da União no item 9.4 do Acórdão nº 482/2012- TCU - Plenário”.

II – ANÁLISE

No Requerimento nº 1154, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, apresentado com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno, do Senado Federal são solicitadas informações ao Advogado-Geral da União sobre “as providências adotadas para dar cumprimento à determinação feita pelo Tribunal de Contas da União no item 9.4 do Acórdão nº 482/2012- TCU - Plenário”.

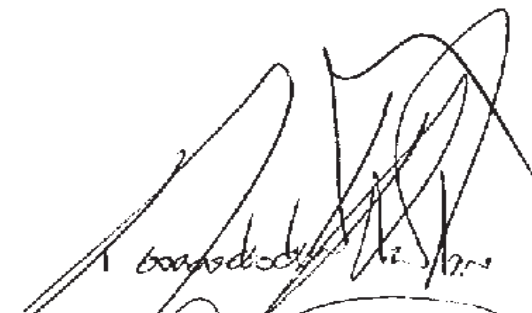
O pleito funda-se em acórdão da Corte de Contas e aborda questão relevantíssima referente à cobrança e controle das multas aplicadas pelos órgãos da União e a sistematização do Cadastro de Inadimplentes. Mostra-se ainda mais importante considerando que visa buscar soluções para a correção das práticas atuais de cobrança de multa e controle.


III – VOTO


O Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão conforme o ordenamento jurídico e revelam o real interesse na solução do problema de controle e cobrança das multas apresentado pelo TCU.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1154, de 2012, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala da Comissão, 8 de maio de 2013.


_____, Presidente


_____, Relator


_____, Presidente

ACÓRDÃO DO TCU CITADO ANEXADO AO PROCESSADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ACÓRDÃO Nº 482/2012-TCU-PLENÁRIO

Colegiado:

Plenário

Relator:

RAIMUNDO CARREIRO

Processo:

022.631/2009-0

Sumário:

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO. ARRECADAÇÃO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS APLICADAS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS. BAIXOS PERCENTUAIS DE ARRECADAÇÃO DE MULTAS,

DE INSCRIÇÃO DE INADIMPLENTES NO CADIN E DE AJUIZAMENTO DE COBRANÇAS JUDICIAIS DAS MULTAS. RISCO DE PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS. REDUÇÃO DA EFICÁCIA DA AÇÃO DE CONTROLE A CARGO DAS ENTIDADES E ÓRGÃOS ANALISADOS. NECESSIDADE DE NOVAS FISCALIZAÇÕES DESTE TRIBUNAL NA ÁREA EM DESTAQUE. DETERMINAÇÕES. OITIVA DE PARTE DAS ENTIDADES. ADOÇÃO DE MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS. NOVAS DETERMINAÇÕES ÀS ENTIDADES FISCALIZADAS. ACOMPANHAMENTO DA MATÉRIA NOS PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS, MEDIANTE OS RESPECTIVOS RELATÓRIOS ANUAIS DE GESTÃO. APRIMORAMENTOS NO CADIN. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DN-TCU 45/2002, PARA QUE A INSCRIÇÃO NO CADIN DOS INADIMPLENTES POR MULTAS APLICADAS PELO TCU PASSE A SER REALIZADA PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO-AGU. ENVIO DE CÓPIAS

Assunto:

Relatório de Monitoramento

Número do acórdão:

482

Ano do acórdão:

2012

Número ata :

07/2012

Data dou :

13/03/2012 (...)

Acórdão :

VISTOS, relatados e discutidos este autos de relatório de monitoramento decorrente do Acórdão 1817/2010-Plenário, em que o Tribunal apreciou Relatório de Levantamento de Auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais, ocasião em que expediu determinações aos entes fiscalizados com o objetivo de aperfeiçoar a gestão da área enfocada.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.4 determinar ao Ministério da Fazenda (MF), à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Banco Central do Brasil (Bacen) que informem ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência deste Acórdão, as providências adotadas com vistas ao aprimoramento do Cadin, inclusive quanto à proposta de alteração de leis e demais normativos, conforme dispõe a Lei 8.443/1992, art. 43, I, c/c o Decreto 7.301/2010, art. 1º e 2º;

(...)

ENTIDADE :

Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Águas - MMA; Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; Agência Nacional de Energia Elétrica - MME; Agência Nacional de Saúde Suplementar - MS; Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - SEDE - MC; Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT; Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT; Agência Nacional de Vigilância Sanitária - MS; Agência Nacional do Cinema - MinC; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - MME; Banco Central do Brasil - MF; Comissão de Valores Mobiliários - MF; Conselho Administrativo de Defesa Econômica - MJ; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA; Secretaria do Tesouro Nacional - MF; Superintendência de Seguros Privados - MF; Tribunal de Contas da União - TCU/SEGEDAM

(...)

Quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira

Data sessão :

07/03/2012

PARECER

Nº 367, DE 2013

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o
Requerimento nº 108, de 2013.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

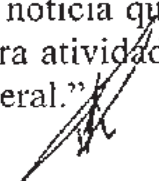
I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 108, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre “os critérios utilizados pelo Exército para aluguel/arrendamento de seus espaços bem como quais são e onde estão localizados estes locais.”

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 108, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre “os critérios utilizados pelo Exército para aluguel/arrendamento de seus espaços bem como quais são e onde estão localizados estes locais.”

Sua Excelência o Senador Ricardo Ferraço alega que matéria veiculada pelo Jornal O GLOBO noticia que o “Exército estaria alugando ou arrendando suas dependências para atividades sociais, tais como casamentos, seminários e festas de um modo geral.”

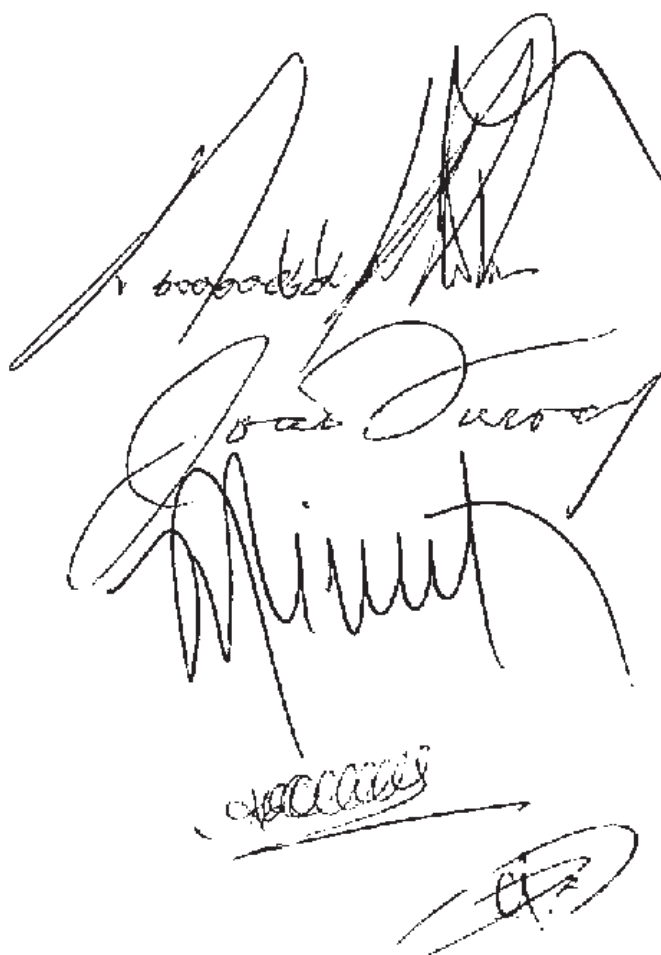


III – VOTO

O Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão em amparo ao interesse público e ao princípio da transparência.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 108, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

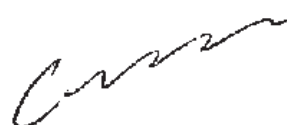
Sala da Comissão, 8 de maio de 2013.



Handwritten signatures of the President and Relator of the Commission.

, Presidente

, Relator



Handwritten signature.



Handwritten signature.

PARECER

Nº 368, DE 2013

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 305, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin, que visa a obter do Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a fiscalização da aquisição da empresa Webjet pela empresa Gol Linhas Aéreas.

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

A Senadora Vanessa Grazziotin requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes as seguintes informações sobre a fiscalização da aquisição da empresa Webjet pela empresa Gol Linhas Aéreas:

1. Quais foram os *slots* adquiridos pela Gol na compra da Webjet?
2. Houve manutenção dos níveis de pouso e decolagem de aeronaves após a operação?
3. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) realiza fiscalizações periódicas sobre as práticas comerciais das empresas Gol e TAM? Quais são os aspectos fiscalizados e com que periodicidade?

Em justificação, a autora demonstra preocupação com as demissões em massa, o desrespeito aos direitos dos passageiros e a extinção da marca, problemas causados pela aquisição da Webjet pela Gol apesar dos acordos firmados entre a Gol e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A matéria foi distribuída à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição, “as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado (...), importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas”.

O Regimento Interno do Senado Federal admite requerimentos de informações “para o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora” (art. 216, I). Os requerimentos não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirijam (art. 216, II).

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o Regimento Interno no que tange à apresentação de requerimento de informações, determina, ainda, que “as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer” (art. 1º, § 2º).







O requerimento em análise atende plenamente a esses requisitos constitucionais e regimentais.

Faz-se necessário, no entanto, alterar o destinatário do requerimento, uma vez que a Anac não está vinculada ao Ministério dos Transportes, mas à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Requerimento nº 305, de 2013, alterando-se o destinatário para o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Sala de Reuniões, 8 de maio de 2013.

 , Presidente
 , Relator





Quadro comparativo do Requerimento nº 305, de 2013

Requerimento nº 305, de 2013	Parecer da Mesa
Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao senhor Ministro dos Transportes , no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, as seguintes informações sobre a fiscalização realizada na operação de compra/aquisição da empresa Webjet pela Gol Linhas Aéreas – VGR e o respeito à legislação vigente acerca do transporte aéreo de pessoas:	Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 305, de 2012, alterando-se o destinatário para o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.
1. Quais foram os <i>slots</i> adquiridos pela empresa Gol Linhas Aéreas – VRG com a compra da Webjet?	
2. Houve a manutenção dos níveis de pouso e decolagem de aeronaves após a compra da Webjet pela companhia Gol Linhas Aéreas - VRG?	
3. Esta Agência de Aviação Civil ainda realiza fiscalizações periódicas sobre a empresa a fim de verificar as práticas comerciais utilizadas tanto pela empresa Gol Linhas Aéreas como pela TAM?	
4. Em caso afirmativo, quais pontos que são fiscalizados? E qual é a periodicidade dessa fiscalização acerca das práticas comerciais adotadas por essas empresas e o devido respeito às normas nacionais vigentes?	

PARECER

Nº 369, DE 2013

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o
Requerimento nº 187, de 2013.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 187, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e dos artigos 215, I, “a” e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido o Senhor Ministro de Estado das Cidades, no âmbito da Secretaria Nacional de Habitação “acerca da avaliação de novas modalidades de construção de casas no programa Minha Casa Minha Vida, mais adequadas ao desenvolvimento sustentável e à realidade de cada região do país.”.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 187, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e dos artigos 215, I, “a” e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, cuida de pedido de informações ao Senhor Ministro de Estado das Cidades, no âmbito da Secretaria Nacional de Habitação “acerca da avaliação de novas modalidades de construção de casas no programa Minha Casa Minha Vida, mais adequadas ao desenvolvimento sustentável e à realidade de cada região do país.”.

Sua Excelência a Senadora Vanessa Grazziotin embasa seu pleito justificando sua preocupação em “encontrar meios capazes de assegurar o desenvolvimento econômico das nações, sem deixar de lado a preservação do meio ambiente existente”.

Soma em argumento a necessidade de “implementação de programas que visem erradicar com o déficit de moradias atualmente existentes em todos os estados brasileiros.”

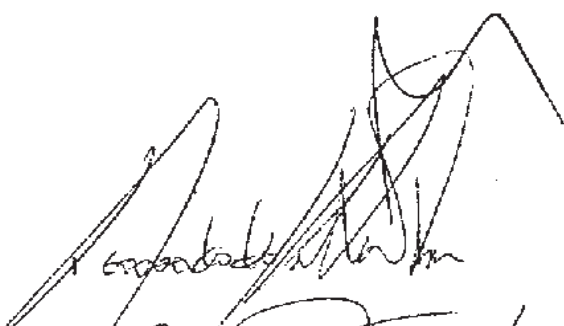
III – VOTO

O Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão conforme o ordenamento jurídico.

Sua Excelência, a Senadora Vanessa Grazziotin lança mão de dois grandes pilares da política pública recente, a moradia com sustentabilidade. E não há como o homem público escapar dessas preocupações, o que por si só justifica a presente pretensão.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 187, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Sala da Comissão, 8 de maio de 2013.



, Presidente



, Relator



PARECER

Nº 370, DE 2013

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 227, de 2013, de solicitação de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre a diferença entre as taxas de juros cobradas nas operações de adiantamento de faturas de cartão de crédito.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Mesa Diretora o Requerimento nº 227, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, a fim de que o Presidente do Banco Central do Brasil preste informações acerca dos spreads verificados nas operações de “adiantamento de antecipação de faturas de cartão de crédito”.

Baseando-se no Relatório de Política Monetária e Operações de Crédito da competência de janeiro de 2013, questiona a a) elevada diferença nas taxas de juros cobradas nas operações de adiantamento de faturas de cartão de crédito, nas quais não há diferença quanto ao nível de risco de crédito verificado em operações semelhantes; b) de como o Banco Central do Brasil avalia o mercado de credenciamento no Brasil, se ele é excessivamente concentrado ou apresenta algum tipo de falha de mercado; e c) em caso positivo, de quais providências vêm sendo tomadas para a solução do problema.


II – ANÁLISE


O requerimento está amparado pelo art. 50, § 2º, da Constituição, e está de acordo com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

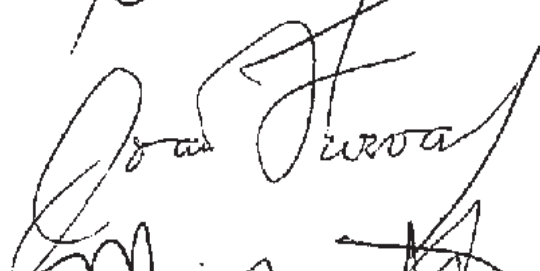
III – VOTO


Assim, votamos pela aprovação do Requerimento nº 227, de 2013, a fim de que seja encaminhado pedido de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil, nos termos articulados pela autora.

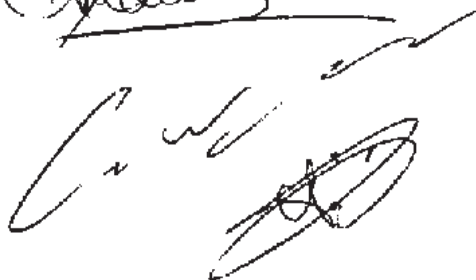
Sala de Reuniões, 8 de maio de 2013.


, Presidente


, Relator


João Ferra


Miguel


Carlos

PARECER Nº 371, DE 2013

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 186, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin, que solicita ao Senhor Ministro da Saúde informações sobre políticas de saúde no Estado do Amazonas no tocante ao câncer de mama.

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

Chega para análise deste colegiado o Requerimento nº 186, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, no qual demanda que sejam solicitadas informações ao Ministro da Saúde acerca de políticas públicas de saúde dirigidas para o câncer de mama no Estado do Amazonas.

Entre as informações solicitadas, estão indagações sobre: (i) o montante de recursos destinado, em 2013 e 2014, para programas de saúde pública voltados para investimento em exames preventivos; (ii) projetos para distribuição e instalação de equipamentos de mamografia no interior e na capital; (iii) projetos na área de saúde pública da mulher com objetivo de diminuir o número de casos de câncer de mama; (iv) políticas públicas elaboradas para os anos de 2013 e 2014, com vistas à conscientização da população sobre a importância dos exames preventivos.

Na justificação, a Senadora Vanessa Grazziotin lembrou que, segundo dados levantados no ano de 2012, foram registrados no Brasil aproximadamente 53 mil novos casos de câncer de mama, número muito acima do percebido no ano anterior. O Estado do Amazonas respondeu por cerca de 340 casos, com expectativa de aumento para o ano corrente. Dessa forma, a Senadora entende ser imperioso maior investimento na área da saúde pública, a fim de concretizar políticas e proporcionar ao cidadão melhores condições de vida, principalmente, no que concerne à estrutura hospitalar e médica para a realização de exames de saúde preventivos.

Nesse sentido, a autora da proposição, sabendo ser o câncer de mama uma das doenças que mais preocupam os estudiosos, pesquisadores e trabalhadores da área da saúde pública deste país, questiona o Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre aspectos importantes da saúde da mulher no Estado do Amazonas.

II – ANÁLISE

A coleta de informações sobre a saúde pública no Estado do Amazonas cumpre a função fiscalizadora do Senado Federal. Afinal, cabe a esta Casa do Legislativo estar atenta a um problema tão sério que assola as mulheres brasileiras: o câncer de mama – ainda hoje o mais incidente na população feminina brasileira, excetuando-se os casos de câncer de pele não melanoma.

Em termos constitucionais e regimentais, o Requerimento nº 186, de 2013, atende ao que estabelece o § 2º do art. 50 da Constituição Federal e os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, quando dirige a solicitação a Ministro de Estado. Encontra respaldo, também, no inciso X do art. 49 da Constituição, atinente à função fiscalizadora do Senado Federal. Portanto, do ponto de vista constitucional e regimental, não há reparos a serem feitos, exceto em relação a trecho da pergunta nº 1, que deve ser alterado para "...programas de saúde pública voltados para...".

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 186, de 2013, com o devido ajuste redacional da pergunta nº 1.

Sala de Reuniões, 8 de maio de 2013.



, Presidente

, Relatora

Quadro comparativo do Requerimento nº 186, de 2013

Requerimento nº 186, de 2013	Parecer da Mesa
Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 215, I, a e com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao senhor Ministro da Saúde as seguintes informações sobre mulheres amazonenses que foram afetadas pelo câncer de mama:	Em face do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 186, de 2013, com o devido ajuste redacional da pergunta nº 1, que deve ser alterado para "...programas de saúde pública voltados para...".
1. Qual montante de recursos serão destinados nos anos de 2013 e 2014 para programas de saúde públicas voltadas para investimento em exames preventivos, no Estado do Amazonas?	
2. Há projetos para distribuição e instalação de equipamentos de mamografia pelo interior e capital do Amazonas?	
3. Há estudos por parte deste Ministério para implementar projetos na área de saúde pública da mulher com objetivo de diminuir o número de casos de câncer de mama descobertos em estágio avançado?	
4. Quais são as políticas públicas elaboradas para o período de 2013 e 2014 visando à conscientização da população como um todo sobre a importância dos exames preventivos?	

PARECERES

Nºs 372 A 376, DE 2013

Sobre o Projeto de Resolução nº 4, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.

PARECER Nº 372, DE 2013 **(Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

RELATOR "AD HOC": Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução sob análise, de autoria do ilustre Senador PAULO PAIM, tem por objetivo instituir a Ouvidoria Permanente do Senado Federal, que se reuniria semanalmente para *tomar conhecimento de denúncias de preconceitos ou discriminações praticados contra a população em geral*. (arts. 1º e 2º).

O art. 3º trata da forma de escolha dos membros da Ouvidoria, e o art. 4º busca determinar que as denúncias deverão ser feitas pessoalmente, por ordem de inscrição.

O art. 5º dispõe que *as violações dos direitos civis, via atos de preconceito e discriminação, serão encaminhadas às autoridades competentes, mediante relatório elaborado por integrante da Ouvidoria e aprovado pela maioria dos seus integrantes*.

O art. 6º versa sobre os deveres do órgão, e o art. 7º assegura, para o seu funcionamento, a estrutura física logística adequada para a finalidade a que a instituição se propõe.

Na sua justificção, o nobre autor da proposta começa por ressaltar que grande parte da população brasileira sofre a violência do preconceito e da discriminação, sendo que muitos casos, embora repercutam nos meios de comunicação, não chegam ao conhecimento das autoridades competentes, deixando o povo indefeso; assim, esta Casa pode contribuir para minorar o problema, mediante a criação do órgão proposto pelo projeto, semelhantemente à proposição já aprovada pelo Congresso Americano, em 1957.

Em seguida, aponta a lamentável situação relativa aos direitos civis no Brasil, principalmente no que diz respeito à discriminação ou preconceitos de cor, raça, sexo etc. E finaliza ressaltando que a criação da instituição representará uma demonstração de que o Senado Federal quer entrar em sintonia com os reclames da sociedade, abrindo espaço democrático para o exame de problemas de tão grande gravidade.

II – ANÁLISE

O projeto é constitucional e jurídico, e encontra amparos nos princípios básicos ratificadores da função dos Parlamentos no mundo moderno, que, além de elaborar leis, devem cumprir a nobre tarefa de resguardar o Estado Democrático, seja por meio de fiscalização aos atos do Poder Executivo, seja pela constante vigilância ao que se passa na coletividade, sobretudo no que se refere ao respeito aos direitos humanos.

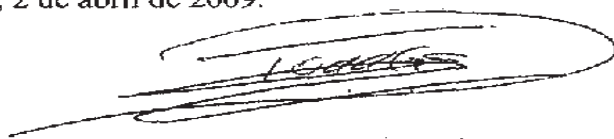
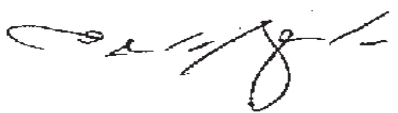
Para que tais missões sejam cumpridas a contento pelo Poder Legislativo, não bastam os instrumentos de que a instituição já dispõe, entre os quais citamos as tarefas atribuídas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ou as próprias tarefas efetuadas pelas outras comissões permanentes que podem, além de apreciar projetos, tomar providências junto à coletividade, ou ainda os discursos, ferramentas utilizadas pelos parlamentares para muitas coisas, inclusive denunciar abusos e atos de má fé. Pensamos que é preciso a força da opinião pública atuando de forma mais direta e participativa, de maneira que as pessoas se sintam no justo direito de denunciar o que quer que venha a constituir preconceito e discriminação, sem precisar esperar que as autoridades dêem os primeiros passos nesse sentido.

O Estado Democrático de Direito precisa estar em constante aprimoramento, e assim é louvável toda medida que vise a despertar a consciência cidadã, alicerce sobre o qual a Nação encontra meios para se desenvolver e prosperar. O projeto, ainda, mostra-se afinado com o sistema de *freios e contrapesos*, decorrente da noção hodierna de harmonia entre os Poderes em que estes, embora independentes, se fiscalizam para garantir o respeito às leis e à cidadania.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Resolução.

Sala da Comissão, 2 de abril de 2009.

, Presidente
, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PRS Nº 11 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/04/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Demóstenes Torres</u>	
RELATOR: <u>Senador Flexa Ribeiro</u> <u>Da base</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PPB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPPLY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 19/03/2009

PARECER Nº 373, DE 2013
(Comissão de Assuntos Sociais)
(1º pronunciamento)

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

RELATOR “AD HOC”: Senador **PAULO DAVIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Resolução (PRS) nº 4, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem a finalidade de criar a Ouvidoria Permanente do Senado Federal, destinada a *investigar, coletar informações, estudar e avaliar as denúncias de discriminação ou preconceito, em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual* (art. 6º, inciso a).

De acordo com a proposta, tal órgão realizará reuniões semanais e contará em sua composição com um Senador de cada partido com representação nesta Casa, com mandato de um ano, permitida recondução por igual período.

As denúncias serão feitas pelos interessados pessoalmente aos membros da Ouvidoria, obedecendo a ordem de inscrição. As informações coletadas poderão ser investigadas pela própria Ouvidoria ou encaminhadas para as entidades competentes, conforme entendimento do colegiado.

Por fim, o PRS assegura, para funcionamento da Ouvidoria, estrutura física e logística capaz de dar o suporte necessário para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

O Senador Paulo Paim afirma, na justificação da matéria, que a medida irá contribuir para que esta Casa estabeleça uma melhor sintonia com a sociedade e, a partir daí, possa obter maior qualidade do próprio trabalho legislativo.

O projeto em exame recebeu parecer favorável, sem emendas, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aprovado no dia 21 de maio de 2009. Após análise da CAS, o projeto segue para exame da Comissão Diretora.

Nesta comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Cabe à Comissão de Assuntos Sociais a análise de assuntos correlatos a questões alusivas às chamadas minorias, como as que são tratadas no Projeto de Resolução nº 4, de 2003. A matéria, portanto, atende aos requisitos de regimentalidade para o exame neste Colegiado.

Inicialmente, cabe apontar a nossa concordância com a análise da CCJ, que considerou o projeto constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

A proposição visa a constituir, de forma institucionalizada e permanente, a participação da população nos trabalhos do Senado Federal, por meio da oitiva de pessoas com denúncias a respeito de ocorrências relacionadas a *discriminação ou preconceito, em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual*.

Pelos dispositivos do projeto, a oitiva na Ouvidoria teria um diferencial em relação às audiências públicas realizadas na Casa por ser de iniciativa dos próprios interessados e não necessitar de aprovação prévia nem das comissões técnicas, nem do Plenário do Senado.

A abertura desse espaço atende à população que encontra dificuldades em denunciar os desrespeitos, especialmente aquela parcela que luta para ver consolidadas suas garantias individuais, como é o caso dos negros, dos idosos e das pessoas com deficiência.

Contudo, ao tempo em que reconhecemos a relevância de esta Casa legislativa ouvir os cidadãos, lembramos que já existe no Senado Federal uma comissão específica para tratar de questões atinentes aos direitos humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), criada em 2005 – posteriormente, portanto, à apresentação da proposição ora em análise. Assim, julgamos ser de extrema importância submetermos à apreciação da CDH o PRS nº 4, de 2003.

III – VOTO

Diante das considerações apresentadas, nosso voto é pelo encaminhamento do Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para que esta se manifeste sobre a matéria. Assim, concluímos esse relatório com a apresentação do seguinte:

REQUERIMENTO Nº – CAS

Requeremos, nos termos do art. 279, inciso I, combinado com o art. 133, inciso V, alínea *b*, do Regimento Interno do Senado Federal audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

Imato

NW

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31 / 08 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS	
RELATORIA: "Ad hoc": Senador Paulo Davim	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- VAGO
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	8- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMÉLIA (PP)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
VAGO	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO

Atualizada em 03/08/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

<i>Requerimento de audiência da CDH, aprovado no PRS nº 4, de 2003</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE : 15/05/2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA:	
RELATORIA:	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- VAGO
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	8- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMELIA (PP)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
VAGO	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELIO

TENDO EM VISTA A DELIBERAÇÃO DESTA COMISSÃO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2003, EM REUNIÃO REALIZADA EM 31/08/2011, ESTA PRESIDÊNCIA O DESPACHA À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH), NOS TERMOS DO ART. 138, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA QUE AQUELA COMISSÃO SE MANIFESTE SOBRE A MATÉRIA.

PARECER Nº 374, DE 2013
(Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 4, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem a finalidade de criar a Ouvidoria Permanente do Senado Federal, destinada a *investigar, coletar informações, estudar e avaliar as denúncias de discriminação ou preconceito, em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual* (art. 6º, alínea a).

O projeto estabelece que a Ouvidoria proposta realize reuniões semanais e que seja composta por um Senador de cada partido com representação nesta Casa, com mandato de um ano, permitida recondução por igual período.

No dizer da proposição, as denúncias serão feitas pelos interessados pessoalmente aos membros da Ouvidoria, obedecendo a uma ordem de inscrição. As informações coletadas poderão ser investigadas pela própria Ouvidoria ou encaminhadas para as entidades competentes, conforme entendimento do colegiado.

Por fim, o PRS assegura, para funcionamento da Ouvidoria, estrutura física e logística capaz de dar o suporte necessário para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

O Senador Paulo Paim afirma, na justificação da matéria, que a medida irá contribuir para que esta Casa estabeleça uma melhor sintonia com a sociedade e, a partir daí, possa obter maior qualidade do próprio trabalho legislativo.

O projeto em exame recebeu parecer favorável, sem emendas, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Depois da aprovação na CCJ, a matéria foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou voto pela oitiva deste Colegiado, por considerar que a distribuição da matéria ocorreu antes de

instituída a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Em seguida, o projeto deve seguir para exame da Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CDH opinar sobre assuntos referentes à proteção das minorias sociais ou étnicas. É regimental, portanto, a análise da matéria por este Colegiado. Acrescente-se, ainda, que a proposição não veicula óbices jurídicos nem de ordem formal ou material, conforme atestou sua aprovação pela CCJ.

Quanto ao mérito, a proposição visa constituir, de forma institucionalizada e permanente, a participação da população nos trabalhos do Senado Federal, por meio da oitiva de pessoas que tenham denúncias a respeito de ocorrências relacionadas a *discriminação ou preconceito, em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual*.

A abertura desse espaço atende à população que encontra dificuldades em denunciar os desrespeitos, especialmente aquela parcela que luta para ver consolidadas suas garantias individuais, seus direitos à igualdade e, também, à diferença.

Contudo, ao tempo em que reconhecemos a relevância de esta Casa legislativa ouvir os cidadãos, condição fundamental para uma atuação parlamentar relevante, lembramos que a CDH vem cumprindo primorosamente esse papel, conforme demonstra a expressiva quantidade de audiências públicas aqui realizadas, muitas delas motivadas por denúncias trazidas pela sociedade.

Compreendemos que a iniciativa foi fundamental em 2003, quando não havia nem a CDH, para ouvir as denúncias aludidas no projeto, nem a própria Ouvidoria do Senado Federal, destinada a receber contribuições acerca do funcionamento da Casa.

Perceba-se que a criação da CDH, ocorrida em 2005, dois anos após a apresentação do PRS nº 4, de 2003, foi constituída com as mesmas atribuições da ouvidoria proposta, mas robustecida pelas prerrogativas constitucionais e regimentais próprias desses colegiados, conforme pode-se

depreender do texto do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Segundo ele, às comissões compete, além de outras, a missão de realizar audiências, receber petições, reclamações ou representações e realizar diligências.

Além do disposto anteriormente, o Regimento Interno ainda fixa, de modo específico, a competência das comissões no que respeita ao recebimento de denúncias. De acordo com o art. 96 do RISF, a comissão receberá petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública sobre assunto de sua competência. E ainda: os expedientes deverão ser encaminhados por escrito, com identificação do autor e serão distribuídos a um relator que os apreciará e apresentará relatório com sugestões quanto às providências a serem tomadas pela comissão, pela Mesa ou pelo Ministério Público.

As comissões também têm a competência de realizar audiências públicas para ouvir denúncias. A iniciativa das audiências, inclusive, pode partir de entidade da sociedade civil. O RISF, em seu art. 93, é esclarecedor com relação ao tema: segundo seus dispositivos, audiência pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.

Diante do exposto, julgamos a proposta do Senador Paulo Paim extremamente meritória, mas seus objetivos já estão atendidos em sua plenitude no estabelecimento das competências da CDH, seja no que se refere ao seu campo de atuação (direitos humanos), seja no que respeita às prerrogativas de uma comissão permanente do Senado Federal.

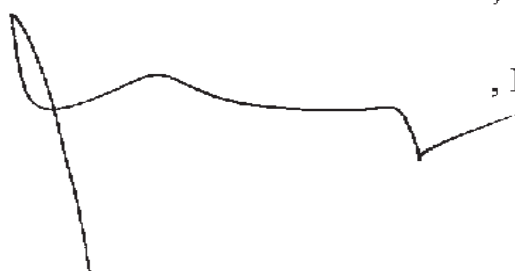
III – VOTO

Diante das considerações apresentadas, o voto é pela recomendação de declaração de **prejudicialidade** do Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

-ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/11/11, OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	
RELATOR: * <i>Sen. MARCELO CRIVELLA</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ANA RITA	1. ANGELA PORTELA
MARTA SUPLICY <i>(Relator)</i>	2. EDUARDO SUPLICY *
PAULO PAIM <i>Presidente</i>	3. HUMBERTO COSTA *
WELLINGTON DIAS	4. VAGO
CRISTOVAM BUARQUE	5. JOÃO DURVAL
MARCELO CRIVELLA <i>(Relator)</i>	6. LÍDICE DA MATA <i>Assessor (sem voto)</i>
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	
PEDRO SIMON	1. GEOVANI BORGES
EDUARDO AMORIM *	2. EUNÍCIO OLIVEIRA
GARIBALDI ALVES	3. RICARDO FERRAÇO
JOÃO ALBERTO SOUZA	4. VAGO
SÉRGIO PETECÃO	5. VAGO
PAULO DAVIM *	6. VAGO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
VAGO	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
VAGO	2. CYRO MIRANDA *
CLOVIS FECURY	3. JOSÉ AGRIPINO *
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1. VAGO
GIM ARGELLO	2. VAGO
PR	
MAGNO MALTA	1. VICENTINHO ALVES
PSOL	
MARINOR BRITO <i>marinor mit</i>	1. RANDOLFE RODRIGUES

PARECER Nº 375, DE 2013
(Comissão de Assuntos Sociais)
(2º pronunciamento)

RELATOR: Senador **PAULO DAVIM**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 4, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem a finalidade de criar a Ouvidoria Permanente do Senado Federal. A Ouvidoria, de acordo com o texto da resolução, destina-se a investigar, coletar informações, estudar e avaliar as denúncias de discriminação ou preconceito, em razão de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual.

O órgão a ser criado nesta Casa realizará, segundo a proposta, reuniões semanais e contará em sua composição com um Senador de cada partido com representação nesta Casa, com mandato de um ano, permitida recondução por igual período. As denúncias a serem investigadas serão apresentadas pelos interessados pessoalmente aos membros da Ouvidoria, seguindo ordem de inscrição. As informações coletadas poderão ser investigadas pela própria Ouvidoria ou encaminhadas para as entidades competentes, conforme entendimento do colegiado.

Ademais, para funcionamento da Ouvidoria, fica garantida estrutura física e logística capaz de dar o suporte necessário para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

Na justificação da matéria, seu autor afirma que a medida irá contribuir para que o Senado Federal estabeleça uma melhor sintonia com a sociedade e, a partir daí, possa obter maior qualidade do próprio trabalho legislativo.

O projeto em exame recebeu parecer favorável, sem emendas, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aprovado no dia 21 de maio de 2009. Posteriormente, apreciada nesta Comissão de Assuntos Sociais, em 31 de agosto de 2011, a proposição recebeu parecer que concluiu pela aprovação de requerimento de audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Nesta, o parecer

aprovado recomendou a declaração de prejudicialidade. Agora, o projeto retorna à CAS para deliberação, após o que deverá seguir para exame da Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

A matéria contida no PRS nº 4, de 2003, atende aos requisitos de regimentalidade para o exame neste Colegiado, pois cabe à Comissão de Assuntos Sociais a análise de matérias correlatas a questões alusivas às chamadas minorias, como as que nela são tratadas.

Lembramos que o projeto visa a estabelecer um canal de participação da população brasileira nos trabalhos do Senado Federal, por meio da oitiva de pessoas que apresentem denúncias relacionadas à *discriminação ou preconceito, em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual*. Contudo, embora a abertura de um espaço para atender à população seja uma providência louvável, não podemos negar a força dos argumentos contrários a sua criação apresentados pela CDH em seu parecer.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa foi criada em 2005 (dois anos após a apresentação do PRS nº 4, de 2003), tendo sido constituída com as mesmas atribuições da Ouvidoria hoje proposta no projeto de resolução. Essa comissão foi ainda robustecida pelas prerrogativas constitucionais e regimentais próprias desses colegiados, conforme se pode depreender do texto do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Segundo esse dispositivo, às comissões compete, além de outras, a missão de realizar audiências, receber peticções, reclamações ou representações e realizar diligências.

Ademais, bem lembrou a CDH que o Regimento Interno ainda fixa, de modo específico, a competência das comissões no que respeita ao recebimento de denúncias. De acordo com seu art. 96, a comissão receberá peticções, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública sobre assunto de sua

competência. E ainda: os expedientes deverão ser encaminhados por escrito, com identificação do autor e serão distribuídos a um relator que os apreciará e apresentará relatório com sugestões quanto às providências a serem tomadas pela comissão, pela Mesa ou pelo Ministério Público.

Assim, estamos de pleno acordo com a decisão da CDH. Apesar de louvável, a ideia de criação de um espaço para participação da população, como bem consignou o parecer da CDH, “já está atendida em sua plenitude no estabelecimento das competências da CDH, seja no que se refere ao seu campo de atuação (direitos humanos), seja no que respeita às prerrogativas de uma comissão permanente do Senado Federal”.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão, 20 de março de 2013.

Senador WALDEMAR MOKA

, Presidente


, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 4, de 2003

ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 20/03/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. WALDEMIR MOKA

RELATOR: SEN. PAULO DAVIM

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
AUTOR Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Pedro Simon (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
RELATOR Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Sodré Santoro (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
João Costa (PPL)	3. VAGO

PARECER Nº 376, DE 2013
(Da Mesa do Senado Federal)

Relator: SENADOR FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 4, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, nos termos do artigo 59, VII, da Constituição Federal e artigo 213, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cuida da “instituição da Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.”

O artigo 1º institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal, de sua vez o artigo 2º disciplina a periodicidade das reuniões do colegiado e a finalidade deste, enquanto o artigo 3º diz da composição do Órgão.

De sua vez, o artigo 4º estabelece como as denúncias serão recebidas e o artigo 5º como processadas internamente.

Em sequência o artigo 6º enumera as várias atribuições da Ouvidoria e o artigo 7º garante a estrutura física e logística para esse desiderato.

Finaliza o artigo 8º decretando que a Resolução entrará em vigor 3 (três) meses após a publicação.

Em resumo, é o que encerra o Projeto de Resolução nº 04, de 2003, da lavra do ilustre Senador Paulo Paim.

Sem emendas o Projeto de Resolução em referência seguiu às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e Diretora.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após minuciosa análise, opinou pela aprovação da matéria em comento e, de sua parte, a Comissão de Assuntos Sociais apresentou requerimento de audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa foi muito lúcida ao lembrar, *litteris*:

“Compreendemos que a iniciativa foi fundamental em 2003, quando não havia nem a CDH, para ouvir as denúncias aludidas no projeto, nem a própria Ouvidoria do Senado Federal, destinada a receber contribuições acerca do funcionamento da Casa.

Perceba-se que a criação da CDH, ocorrida em 2005, dois anos após a apresentação do PRS nº 4, de 2003, foi constituída com as mesmas atribuições da ouvidoria proposta, mas robustecida pelas prerrogativas constitucionais e regimentais próprias desses colegiados, conforme pode-se depreender do texto do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Segundo ele, às comissões compete, além de outras, a missão de realizar audiências, Receber petições, reclamações ou representações e realizar diligências.”

Concluiu a CDH com o voto de recomendação de prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003, nos precisos termos do artigo 334, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Projeto de Resolução nº 4/2003 retornou à Comissão de Assuntos Sociais que revendo o parecer anterior, votou igualmente pela prejudicialidade da matéria.

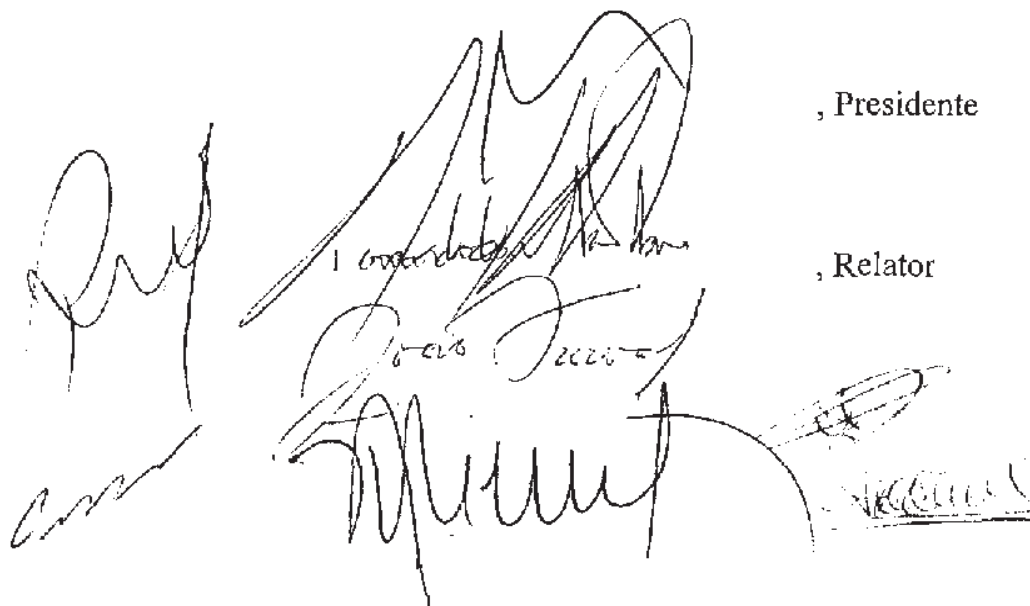
Como determinação inicial seguiram os autos à Comissão Diretora do Senado Federal, cabendo-nos a relatoria do Projeto de Resolução nº 4, de 2003.

O breve relato acima compõe nossa motivação e fundamentos para acompanhar o voto da CDH, como bem fez a Comissão de Assuntos Sociais.

II – VOTO

Dessarte, considerando a realidade trazida, voto pela prejudicialidade do Projeto de Resolução nº 4, de 2003, nos termos do artigo 334, I, do Regimento Interno do Senado Federal,

Sala de Reuniões, 8 de maio de 2013.



, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATOR: Senador **ANTERO PAES DE BARROS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução sob análise, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, tem por objetivo instituir a Ouvidoria Permanente do Senado Federal, o qual se reuniria semanalmente para *tomar conhecimento de denúncias de preconceitos ou discriminações praticados contra a população em geral* (arts. 1º e 2º).

O art. 3º trata da forma de escolha dos membros da Ouvidoria, e o art. 4º busca determinar que as denúncias deverão ser feitas pessoalmente, por ordem de inscrição.

O art. 5º dispõe que *as violações dos direitos civis, via atos de preconceito e discriminação, serão encaminhadas às autoridades competentes, mediante relatório elaborado por integrante da Ouvidoria e aprovado pela maioria dos seus integrantes.*

O art. 6º versa sobre os deveres do órgão, e o art. 7º assegura, para o seu funcionamento, a estrutura física logística adequada para a finalidade a que a instituição se propõe.

Na sua justificação, o nobre autor da proposta começa por ressaltar que grande parte da população brasileira sofre a violência do preconceito e da discriminação, sendo que muitos casos, embora repercutam nos meios de comunicação, não chegam ao conhecimento das autoridades competentes, deixando o povo indefeso; assim, esta Casa pode contribuir para minorar o problema, mediante a criação do órgão proposto pelo projeto, semelhantemente à proposição já aprovada pelo Congresso Americano, em 1957.

Em seguida, aponta a lamentável situação relativa aos direitos civis no Brasil, principalmente no que diz respeito à discriminação ou preconceitos de cor, raça, sexo, etc. E finaliza ressaltando que a criação da instituição

representará uma demonstração de que o Senado Federal quer entrar em sintonia com os reclames da sociedade, abrindo espaço democrático para o exame de problemas de tão grande gravidade.

II – ANÁLISE

O projeto é constitucional e jurídico, e encontra amparo nos princípios básicos ratificadores da função dos Parlamentos no mundo moderno, que, além de elaborar leis, devem cumprir a nobre tarefa de resguardar o Estado Democrático, seja por meio de fiscalização aos atos do Poder Executivo, seja pela constante vigilância ao que se passa na coletividade, sobretudo no que se refere ao respeito aos direitos humanos.

Para que tais missões sejam cumpridas a contento pelo Poder Legislativo, não bastam os instrumentos de que a instituição já dispõe, entre os quais citamos as tarefas atribuídas à Comissão de Fiscalização e Controle, ou as próprias tarefas efetuadas pelas outras comissões permanentes que podem, além de apreciar projetos, tomar providências junto à coletividade, ou ainda os discursos, ferramentas utilizadas pelos parlamentares para muitas coisas, inclusive denunciar abusos e atos de má fé. Pensamos que é preciso a força da opinião pública atuando de forma mais direta e participativa, de maneira que as pessoas se sintam no justo direito de denunciar o que quer que venha a constituir preconceito e discriminação, sem precisar esperar que as autoridades dêem os primeiros passos nesse sentido.

O Estado Democrático de Direito precisa estar em constante aprimoramento, e assim é louvável toda medida que vise despertar a consciência cidadã, alicerce sobre o qual a Nação encontra meios para se desenvolver e prosperar.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Resolução.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução (PRS) nº 4, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, tem a finalidade de criar a Ouvidoria Permanente do Senado Federal, destinada a *investigar, coletar informações, estudar e avaliar as denúncias de discriminação ou preconceito, em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual* (art. 6º, inciso a).

De acordo com a proposta, tal órgão reunir-se-á semanalmente, sendo composto por um senador de cada partido com representação nesta Casa, com mandato de um ano, permitida recondução por igual período.

As denúncias, conforme a proposta, serão feitas pelos interessados pessoalmente aos membros da Ouvidoria, obedecendo a ordem de inscrição. As informações coletadas poderão ser investigadas pela própria Ouvidoria ou encaminhadas para as entidades competentes, conforme entendimento do colegiado.

Por fim, o PRS assegura, para funcionamento da Ouvidoria, estrutura física e logística capaz de dar o suporte necessário para o desenvolvimento dos trabalhos.

O Senador Paulo Paim afirma, na justificção, que a medida irá contribuir para que esta Casa estabeleça uma melhor sintonia com a sociedade e, a partir daí, possa obter maior qualidade do próprio trabalho legislativo.

O projeto em exame recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aprovado no dia 21 de maio de 2009, sem emendas. Após análise desta Comissão de Assuntos Sociais, o projeto segue para exame da Comissão Diretora.

Nesta comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O Projeto de Resolução nº 4, de 2003, permite, de forma institucionalizada e permanente, a participação da população nos trabalhos do Senado Federal, por meio da oitiva de denúncias dos interessados.

Pelos dispositivos do projeto, a oitiva na Ouvidoria teria um diferencial em relação às audiências públicas realizadas na Casa por ser de iniciativa dos próprios interessados e não necessitar de aprovação prévia do Plenário do Senado.

A abertura desse espaço atende a população que encontra dificuldades em denunciar os desrespeitos, especialmente aquela parcela que luta para ver consolidadas suas garantias individuais, como é o caso dos negros, dos idosos e das pessoas com deficiência.

Contudo, ao tempo em que reconhecemos a relevância de esta Casa legislativa ouvir os cidadãos, lembramos que já existe no Senado Federal uma comissão específica para tratar de questões atinentes aos direitos humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), criada em 2005 – posteriormente, portanto, à apresentação da proposição ora em análise. Assim, julgamos ser de extrema importância submetermos à apreciação da CDH o PRS nº 4, de 2003,

III – VOTO

Diante das considerações apresentadas, nosso voto é pelo encaminhamento do Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para manifestar-se sobre a matéria e concluirmos esse parecer com a apresentação do seguinte:

REQUERIMENTO Nº – CAS

Requeremos, nos termos do art. 279, inciso I, combinado com o art. 133, inciso V, alínea *b*, do Regimento Interno do Senado Federal audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003,

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECER

Nº 377, DE 2013

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o
Requerimento nº 0001, de 2012.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 0001, de 2012, de autoria do Conselho de Comunicação Social, no qual este Colegiado, com o esteio da Lei nº 8.389/91 e do artigo 49, do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, postula “seja submetido à deliberação da Mesa do Senado Federal Parecer nº 3/2013 deste Conselho, que encaminha proposta de alteração do citado Regimento Interno, cuja redação final foi aprovada na 1ª reunião ordinária de 2013, realizada em 4 de março último”.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 0001, de 2012, de autoria do Conselho de Comunicação Social, com o esteio da Lei nº 8.389/91 e do artigo 49, do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, cuida de submeter “à deliberação da Mesa do Senado Federal Parecer nº 3/2013 deste Conselho, que encaminha proposta de alteração do citado Regimento Interno, cuja redação final foi aprovada na 1ª reunião ordinária de 2013, realizada em 4 de março último”.

Sua Excelência o Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, Dom Orani João Tempesta, após exaustiva discussão e debate com seus pares sobre as necessárias alterações no

Regimento Interno do Colegiado que preside com zelo e dedicação, apresenta para deliberação a redação final da regra de regência daquele Conselho.

Um breve resumo das alterações é apresentado, *litteris*:

Alteração 1

O art. 2º passa a compartilhar o período de funcionamento do Conselho de Comunicação Social com o do Congresso Nacional, vinculando-o ao que estiver determinado na Constituição. Explicita ainda o apoio administrativo do Senado Federal.

Alteração 2

O inciso XII do art. 3º passa a contemplar não somente a Lei do Cabo (Lei 8.977/1995), mas também a Lei do Serviço de Acesso Condicionado (Lei 12.485/2011), que não existia à época da elaboração do Regimento.

Alteração 3

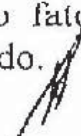
São acrescentados oito parágrafos ao art. 4º detalhando o funcionamento das audiências públicas promovidas pelo Conselho.

Alteração 4

Acrescenta entre as competências do Presidente do Conselho (art. 20) representar o Conselho de Comunicação Social perante o Congresso Nacional, demais Poderes e autoridades.

Alteração 5

O parágrafo único do art. 30 foi revogado pelo fato de se referir a um parágrafo da Lei 8.977/1995 que havia sido revogado.



Alteração 6

Acrescenta ao art. 41 a possibilidade de transmissão ao vivo das reuniões do Conselho pelas plataformas de mídia do Senado Federal.”

A análise atenciosa de cada proposta de alteração mostra a pertinência do Requerimento apresentado, bem como expressa, à sociedade, que o Colegiado está atento tanto quanto à necessária modernização quanto ainda à eficiência de sua vocação legal.

III – VOTO

O Requerimento vem devidamente fundamentado e instruído e as razões que o justificam estão conforme o ordenamento jurídico.

Ademais, não se pode perder de vista, o Conselho de Comunicação Social é o órgão mais abalizado para dispor sobre suas normas *interna corporis*.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 0001, de 2012, de autoria do Conselho de Comunicação Social do Senado Federal.

Sala da Comissão, 8 de maio de 2013.



, Presidente

, Relator



O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal, em sua 7ª Reunião, realizada no dia 8 de maio de 2013, deliberou sobre as seguintes matérias:

- Deferimento dos **Requerimentos nºs 1152, 1153, 1154, de 2012; e 108, 187, 227, de 2013**, de informações, nos termos de seus relatórios;
- Deferimento dos **Requerimentos nºs 897, de 2012; e 186, de 2013**, de informações, nos termos de seus relatórios, com alterações redacionais;
- Deferimento do **Requerimento nº 305, de 2013**, nos termos de seu relatório, com alteração que modifica o destinatário do pedido de informações;
- Aprovação dos **Requerimentos nºs 350 e 385, de 2013**, de tramitação conjunta, de matérias abaixo relacionadas, agrupadas da seguinte forma:
 - As **Propostas de Emenda à Constituição nºs 13, 32, 70, 97, de 2007; 6, 30, 34, de 2008; 16, de 2011; 21, de 2012; e 3, de 2013**, passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;
 - Os **Projetos de Lei do Senado nºs 606, de 2011; e 92 e 351, de 2012**, passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;
- Aprovação de Parecer pela prejudicialidade do **Projeto de Resolução nº 4, de 2003**, nos termos de seu relatório.
 - Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 372 a 376, de 2013**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais (1º pronunciamento); de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Assuntos Sociais (2º pronunciamento); e da Mesa do Senado Federal referentes ao **Projeto de Resolução nº 4, de 2003**.
 - A matéria será incluída oportunamente em Ordem do Dia a fim de que seja declarada sua prejudicialidade, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.
- Aprovação de Parecer favorável ao **Requerimento do Conselho de Comunicação Social nº 1, de 2012**, nos termos de seu relatório.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Chamamos o Senador Ruben Figueiró, do PSDB do Mato Grosso do Sul.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a esta tribuna, nesta manhã de sexta-feira, o resultado de uma reunião que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casas realizou sobre a questão do Pantanal.

Para mim e para todos os que estiveram presentes, foi um grande passo do Senado na longa e importante caminhada pela recuperação do Rio Taquari, que banha grande parte da região noroeste de Mato Grosso do Sul, praticamente quase todo dentro do Pantanal.

Esta questão é discutida há mais de 30 anos. Muito se fala, mas pouco ou praticamente nada se faz pela recuperação de seu leito e de sua bacia. Atualmente, o que temos lá é um “deserto aquático”.

O Senado, como eu disse, realizou, nesta quarta-feira, uma audiência pública altamente produtiva através de sua Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sob a presidência dos eminentes Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda.

Ouvimos dados alarmantes e até emocionados dos expositores. Foram convidados a falar a Chefe Geral da Embrapa Pantanal, Dr^a Emiko Resende; o Secretário de Produção Rural da Prefeitura de Corumbá, Sr. Pedro Lacerda; a Vereadora da Câmara Municipal de Corumbá Prof^a Cristina Lanza; o presidente do Sindicato Rural de Corumbá, Sr. Luciano Aguilar Rodrigues Leite; e o presidente da Associação de Pequenos Produtores do Rio Taquari, o agricultor Ruivaldo Nery de Andrade.

Eu e meus companheiros de bancada, os Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral, além do Deputado Federal Reinaldo Azambuja, apresentamos algumas sugestões para trazer o assunto à pauta nacional e, principalmente, retomar o projeto politicamente para começar a resolver um dos maiores acidentes ambientais do País, conforme afirmou na ocasião, com muita certeza e profundidade, o Senador Delcídio do Amaral.

Sr. Presidente, o problema foi causado pela ocupação desordenada da parte alta da bacia pantaneira, o que gerou erosão, formando bancos de areia no leito do Rio Taquari.

Na década de 1970, com o *slogan* – aspas – “Plante que o João garante”, o então Presidente da República João Figueiredo criou um programa de incentivo à expansão da agricultura nacional, sobretudo nos Estados onde era apropriada a atividade. Ocorre que, na região planaltina que circunda o Pantanal e onde houve o plantio agrícola, não se cuidou de conservar o solo e preservar as matas ciliares. Isso resultou no

grave problema ambiental que temos hoje e que mobiliza as atenções não somente de ambientalistas, como de todos aqueles que ali vivem e produzem.

Com o excesso de areia no leito, o rio procura espaço para as águas e acaba por – entre aspas – “arrombar” as margens, inundando a área. E o que é grave para o bioma do Pantanal: o alto volume de sedimentos impede o recuo das águas na época da seca.

Durante a audiência, a Dr^a Emiko Resende alertou para o perigo de o Pantanal deixar de ser inundável e passar a ser inundado, o que é bem diferente e representa desequilíbrio ambiental, extinção de espécies, redução da quantidade de peixes, inviabilização da produção pecuária, êxodo rural. Ou seja, um gravíssimo problema ambiental, social e econômico.

A Embrapa defende a intervenção por meio da dragagem do leito do rio, mas alerta para o fato de que o processo deve ser muito lento, uma vez que os danos gerados pela ação humana vêm ocorrendo há mais de 30 anos.

A Dr^a Emiko Resende disse que, certamente, canalizar e direcionar a água vai fazer com que o sistema tenha mais áreas que sejam recuperáveis e voltem a ser passíveis de uso pela pecuária, que é a atividade econômica mais importante da região. Além disso, o direcionamento da água aos ambientes inundáveis pode ajudar na multiplicação dos peixes, o que também é uma grande preocupação dos ambientalistas e, sobretudo, dos produtores da região.

Ou seja, há solução para minimizar o assoreamento. É possível recuperar, com a tecnologia já existente, fazendo a manutenção imediata das barrancas do rio, para evitar novos arrombamentos, a dragagem da areia acumulada e a recomposição das margens.

Então questiono o seguinte: por que nada é feito, se existem estudos e tecnologia suficiente para começar a reverter o processo de assoreamento do Rio Taquari?

A Dr^a Emiko Resende e a Vereadora Cristina Lanza citaram um estudo interministerial realizado há seis anos, sob a direção da Casa Civil da Presidência da República. Em 2007, foi criado um grupo de trabalho formado por seis Ministérios, entre eles, o do Meio Ambiente e da Agricultura, além da Agência Nacional de Águas, entre outros órgãos, para sugerir ações a respeito do problema. O grupo pesquisou por um ano, mas nenhuma providência concreta foi tomada até hoje, Sr. Presidente.

Por que os recursos não foram liberados e não houve prosseguimento do trabalho? Onde está esse estudo? O que foi feito dele? Quais providências foram tomadas? Houve estimativa de custos? Há polêmica em relação ao projeto de recuperação da área? Tudo isso ficou no ar, sem respostas. Por isso, decidi apre-

sentar, por meio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, um requerimento de informações a respeito do estudo.

Sr. Presidente, de posse disso, por sugestão do Senador Waldemir Moka, vamos solicitar à Embrapa Pantanal que, no prazo de 30 dias, seja elaborado um documento com projeto e custo a respeito da recuperação do Taquari, em conjunto com as informações disponibilizadas pelo Senador Delcídio do Amaral. Esse material deverá ser entregue ao Ministro da Integração Nacional ou à Agência Nacional de Águas. Não importa o Ministério ou o órgão, a intenção é achar o responsável e exigir resultados.

Ouvimos do presidente da Associação de Pequenos Produtores do Rio Taquari, no Mato Grosso do Sul, Ruivaldo Nery de Andrade, a forte frase: “O Pantanal está morrendo!”. Repito, Sr. Presidente: o Pantanal está morrendo!

Sr. Presidente, não podemos protelar a busca de soluções para este problema ambiental, social e econômico gravíssimo. Por isso, vou fazer deste tema uma das bandeiras de meu mandato, em busca das ações urgentes.

Reforço que a questão diz respeito ao Mato Grosso do Sul, que, entre 1975 e 2003, deixou de arrecadar R\$50 milhões em ICMS e R\$30 milhões em Funrural, pois a pecuária deixou de comercializar R\$1,2 bilhão, na região, por causa da inundações permanente em pelo menos três milhões de hectares pantaneiros.

Além dos prejuízos provocados na fauna e flora com plantas em risco de extinção e redução da quantidade de peixes, cito ainda outra consequência seriíssima: o assoreamento já chegou ao Rio Paraguai, que está perdendo a navegabilidade, inclusive navegabilidade de caráter internacional, porque não só banha território sul-mato-grossense, mas os países do Paraguai e da Argentina, pois o rio desemboca no Mar del Plata, já próximo à capital daquele país sul-americano, a Argentina, ao redor, diria até que, de Buenos Aires.

O Taquari, seu principal tributário em Mato Grosso do Sul, já não a tem há muitos anos. Portanto, estamos falando de um desastre ambiental que diz respeito ao Brasil. O Pantanal pode estar morrendo. Vamos assistir de camarote e braços cruzados? – pergunto eu.

Faço um apelo às autoridades federais para que tenham vontade política, que não tiveram até agora, e decidam iniciar o processo de recuperação com órgãos estaduais, como o Governo do Estado, que está disposto a participar de um programa nesse sentido; municipais, porque não é somente o Município de Corumbá que está altamente afetado, mas os Municípios serranos que confrontam a região do Pantanal como Coxim, Sonora, Rio Verde, Rio Negro, Corguinho,

Aquidauana, Miranda, região vastíssima, que está em processo de desenvolvimento extraordinário, sobretudo na área da pecuária e da agricultura.

Há muito a ser feito, não será simples nem rápido, mas em algum momento é preciso começar. E esta hora já passou há muito tempo, digo para alguns. Para os que defendem o Rio Taquari e o Pantanal, não! Jamais!

Esse é o apelo que, através desta tribuna do Senado, Sr. Presidente, dirijo às autoridades da Nação para que se preocupem com esse grave problema, que está transformando, como se diz lá, o Pantanal num deserto aquático. Esse problema é tão importante, Sr. Presidente, como o problema da seca no Nordeste. Eu tenho certeza absoluta de que o senhor, que representa uma área importante do Nordeste, sabe que lá os senhores lutam por falta d'água; nós estamos lutando aqui pelo excesso d'água. Podemos juntar as nossas forças, unir os nossos esforços, no sentido de recuperar essas duas regiões, que são tão importantes para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Muito grato, Sr. Presidente, pela oportunidade que me dá.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Eu que agradeço, Senador Ruben Figueiró.

Eu convidaria o senhor, se puder me dar a honra de presidir esta sessão, para que eu possa ter a oportunidade também de fazer o meu pronunciamento.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – A honra será minha, Sr. Presidente.

O Sr. Cícero Lucena deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Com a palavra o eminente Senador Cícero Lucena, da Bancada do Estado da Paraíba, representando dignamente o nosso Partido, o PSDB.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, antes de entrar no tema Nordeste, em que o senhor está se especializando também, de tanto participar das discussões, das preocupações, do Brasil, como um todo, mesmo, sendo um digno representante do Mato Grosso do Sul, eu gostaria de chamar a atenção a algo que considero muito importante.

Existe, neste País, uma entidade chamada AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente. Sr. Presidente, venho aqui, também, para alertar para o fato de que a referida instituição está enfrentando dificuldades financeiras de grande monta, que poderão, no limite, prejudicar irremediavelmente as nobres atividades por ela desenvolvidas.

A AACD, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi criada em 1950, quando a poliomielite vitimava uma parcela bastante expressiva da nossa população. É bem verdade que avançamos no combate a essa doença, mas existem outras ações que a AACD hoje desenvolve tão bem.

Naquela época, cumpre observar, praticamente não existia, em nosso País, um atendimento especializado às crianças e adolescentes com deficiências. Pessoas em tais condições não frequentavam escolas, não conseguiam emprego, viviam quase à margem da sociedade.

Foi nesse cenário, Sr. Presidente, que o trabalho da AACD se impôs com toda a força do pioneirismo e continuou a ser desenvolvido com extrema dedicação, por mais de 60 anos que seguiram a sua fundação.

Hoje, a pujança da instituição reflete-se em 14 unidades de atendimento em plena operação: Campo Grande, Ibirapuera, Lar Escola, Mooca, Osasco, Santana, Mogi das Cruzes e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo; Recife, em Pernambuco; Poços de Caldas e Uberlândia, em Minas Gerais; Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro; Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; e Joinville, em Santa Catarina.

Temos, ainda, duas unidades iniciando suas atividades, uma delas em Vitória, no Espírito Santo e a outra, Sr^{as} e Srs. Senadores, no bairro de Bodocongó, na nossa querida Campina Grande, na Paraíba, fruto de uma luta intensa de todos que amam aquela terra, sabedores da importância de uma AACD para a Paraíba, para Campina Grande e todo o interior da Paraíba, bem como dos recursos para a sua construção, grande parte arrecadada através de um programa do SBT, que proporcionou base dos recursos para a construção daquela unidade.

Pois bem, Sr. Presidente, quando estiver em plena operação, a mesma evitará que, pelo menos, 450 crianças paraibanas precisem buscar assistência fora do Estado. Veja que ato humanístico: 450 crianças, pelo menos, anualmente, deixarão de ter – há aqueles que eventualmente têm condição – de buscar o tratamento fora do Estado da Paraíba.

Auxiliamos ao tratamento de patologias como lesão medular, acidente vascular cerebral, traumatismo cranioencefálico, amputações, doenças neuromusculares, paralisia cerebral, malformação congênita, esclerose lateral amiotrófica, mielomeningocele e sequelas de poliomielite.

Teremos médicos, terapeutas e técnicos das várias áreas da saúde dedicados a avaliar cada paciente, estimular e auxiliar na identificação de todo o seu potencial remanescente e, dessa forma, facilitar a sua inclusão social, superando as limitações impostas pela deficiência.

Entre as terapias que estarão disponíveis, podemos citar a fisioterapia, a fisioterapia aquática, a terapia ocupacional, a fonoaudiologia, a psicologia, a pedagogia, a musicoterapia, a reabilitação pela arte e a reabilitação desportiva, com profissionais devidamente treinados, qualificados, estabelecendo-se, consequentemente, sem dúvida nenhuma, uma rede de agentes multiplicadores juntamente com os demais profissionais em todo o Estado da Paraíba. Esse serviço não ficará restrito apenas àqueles que eventualmente terão a oportunidade e a felicidade de trabalhar na AACD. Acresce-se a isso a importância pedagógica que irá qualificar outros profissionais no nosso Estado.

Como se vê, Sr. Presidente, trata-se de um quadro de esperanças renovadas que se abriu para brasileiros e brasileiros em outras unidades da Federação e que se abrirá, nos próximos 60 dias possivelmente, também para o povo da Paraíba.

Ocorre, porém, que transformar esse sonho em realidade, além da dedicação dos que fazem a AACD, um sonho dos paraibanos, depende de recursos. Não muitos, Sr. Presidente. A bem da verdade, não estamos falando aqui de valores astronômicos que esta Casa está acostumada a ouvir, de bilhões, de milhões de perdão, de ajuda, de gasto, de renúncia. Nós estamos falando aqui de uma cifra bem modesta, principalmente se comparada ao que é feito no Brasil; mas uma cifra, no caso da AACD, é importante e representa uma enorme diferença.

Para V. Ex^a ter uma ideia, Sr. Presidente, minhas senhoras, meus senhores, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ano passado, repito, no ano passado, R\$7,6 milhões destinados à AACD para o atendimento de crianças com deficiência foram simplesmente cortados do Orçamento.

Eu mesmo apresentei emenda de R\$1 milhão, que seria aplicado no foco cirúrgico LED, mas que não foi empenhado pelo Ministério da Saúde, e, por isso, foi automaticamente cancelado.

Sr. Presidente, estou falando de R\$7,6 milhões para todo o Brasil. Destaquei a minha emenda, em favor de Campina Grande, de R\$1 milhão.

Eu faço este pronunciamento nesta tribuna e saio daqui com a certeza absoluta de que o Ministro Padilha, mesmo não sendo do nosso Partido, ao tomar conhecimento, tomará providências, porque é inadmissível que esses R\$7,6 milhões não tenham sido empenhados numa entidade como a AACD e que a minha emenda, em particular, a emenda individual de um Senador com objetivo coletivo, também não tenha sido empenhada.

Ora, Sr. Presidente, por mais que os quatro mil colaboradores da Associação de Assistência à Criança

Deficiente encarem suas atividades como um sacerdote, doando-se ao extremo para proporcionar uma vida melhor às crianças e aos adolescentes com deficiência, é evidente que só podem desenvolver o seu trabalho se tiverem um mínimo de respaldo financeiro e político. Daí a minha disposição de colaborar, de cobrar e de ajudar.

Trata-se de um respaldo que somente será viabilizado se os diversos projetos da instituição forem aprovados na instância competente e se os respectivos recursos forem efetivamente liberados.

Por sinal, temos aqui um bom exemplo das vantagens do orçamento impositivo, que evitaria distorções e injustiças dessa natureza. Daí a necessidade urgente de o Congresso Nacional, que representa o povo, que sabe das dificuldades em todos os recantos deste País, dos Municípios, das sociedades beneficentes e das demandas da população, discuta e aprofunde, cada vez mais, a necessidade de um orçamento impositivo, para que o Governo não fique a empenhar apenas aquilo que lhe interessa e que lhe seja conveniente.

Sr. Presidente, apenas no ano de 2012, nas unidades espalhadas pelo Território nacional, a AACD realizou 1.503.427 atendimentos; repito, 1.503.427 atendimentos; 203.531 consultas médicas; e 7.747 cirurgias – pela patologia a que me referi anteriormente, todos nós temos consciência de que não foram pequenas cirurgias.

Há de se imaginar o quanto de alívio, conforto e esperança esses procedimentos representam para as pessoas atendidas e para os seus familiares e amigos.

Pois bem! Não podemos permitir, pois, que todo esse trabalho corra o risco de ser prejudicado pela falta de recursos que, volto a dizer, não representam quase nada quando confrontados com o total dos gastos públicos em nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, eu renovo, desta tribuna, meu apelo ao Ministro Padilha, que eu tenho certeza absoluta de que não tem conhecimento desta informação que estou aqui apresentando, para que possa ajudar a AACD a continuar o seu trabalho, a exemplo do Sarah Kubitschek, outra entidade que presta um serviço que todos nós conhecemos, e para que esses recursos sejam liberado.

Em Campina Grande, uma unidade da instituição será inaugurada no começo do próximo semestre, ainda neste ano. E aqui eu faço questão de registrar a dedicação do coordenador desse trabalho que também foi entregue a um paraibano, Dr. José Nunes, que é responsável pela entidade em Pernambuco e que tem conduzido de forma brilhante esse trabalho tão importante para a Paraíba e para os paraibanos.

Sr. Presidente, eu quero agradecer pela oportunidade de ter feito esse pronunciamento, ao mesmo tempo em que peço a V. Ex^a para falar sobre o endividamento dos pequenos agricultores da Paraíba, porque, desta forma, eu estarei falando também do agricultor nordestino, do seu endividamento, das suas dificuldades, de tudo que ele tem sofrido.

V. Ex^a estava presente, ontem, quando realizamos um debate na Comissão de Agricultura, em que se aprovou uma ação para que possamos discutir, com um representante do Tesouro Nacional, com um representante do Banco do Nordeste e com o Presidente da Federação de Agricultura da Paraíba, Dr. Mário Borba, uma causa tão nobre como a do endividamento dos nossos agricultores, porque há todo um processo, todo um momento de questionamento, quando se vive a seca do Nordeste paraibano. E, de repente, há a possibilidade, por parte do Governo Federal, de o Banco do Nordeste executar pequenos e médios agricultores que, infelizmente, se encontram endividados, impossibilitados de pagar as suas dívidas, muitas delas contraídas antes de 2001 e mesmo depois de 2001, em razão da estiagem, da seca, e que não conseguem a remissão desse pagamento.

Pois bem, Sr. Presidente, venho à tribuna desta Casa, que já me ouviu falar várias vezes do assunto, para insistir na gravidade da seca que assola o Nordeste, uma das piores dos últimos cem anos. Isso não é exagero retórico, Sr. Presidente, mas constatação dos cientistas dedicados ao estudo do clima da região. É fato, pois. A situação, enfatizo, é gravíssima. E temos visto cenas de animais morrendo às dezenas, plantações se perdendo e, uma vez mais, o sertanejo sendo exposto a situações humilhantes e desumanas.

Além disso, nos últimos 30 anos, desde o início da década de 80, foram registradas cinco secas de grandes proporções, ou seja, em pouco mais de uma geração, o agricultor foi atingido pela seca repetidas vezes. O que acumula em um bom ano é perdido em outro ano de seca.

Assustadora também é a maneira despreocupada com que o Governo Federal tem tratado a questão.

É de se perguntar quais são exatamente as ações que têm sido levadas a cabo pelo Governo Federal no sentido de reduzir o sofrimento do povo nordestino. Nós sertanejos não queremos esmola; nós queremos ser tratados com o respeito, a dignidade e a atenção que merecemos por parte do Governo Federal. Por que há anistia de tantos débitos? Por que há desoneração de tantas causas? Por que há redução de tantos juros e hoje estão sendo cobrados juros extorsivos do pequeno e médio agricultor nordestino?

O Presidente da Comissão de Agricultura, o Senador Benedito de Lira, disse, ontem, no seu pronunciamento, que vai pedir que o Tribunal de Contas faça auditoria nos saldos devedores dessa dívida – o que terá todo o nosso apoio e a nossa solidariedade –, para ser verificado o crime financeiro que se está fazendo contra esses agricultores, até porque esses valores já foram colocados no balanço do Banco do Nordeste como prejuízo. Portanto, não há essa necessidade de estabilização financeira para o banco, porque esses valores já estão na conta prejuízo e parte desses recursos, se não a totalidade, é do Tesouro Nacional.

Hoje, quero destacar a premente necessidade de se resolver o problema do endividamento dos pequenos e médios produtores rurais nordestinos. Vitimados pela seca, precisam de ajuda urgente. Se continuar a política de ações contra esses agricultores, enquanto o Governo Federal fala em reforma agrária, o Banco do Nordeste irá se tornar o maior latifundiário deste País.

É importante acrescentar que, segundo os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 90% das propriedades nordestinas rurais estão abaixo de 4 módulos fiscais, ou seja, são classificadas como pequenas propriedades. Outra parte está entre 4 e 15 módulos fiscais, ou seja, são médias propriedades.

Muito bem, Sr. Presidente. Eu recebi uma carta do Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, o Deputado Ricardo Marcelo, expressando um sentimento daquela casa de preocupação com a seca. Visitaram várias cidades do Estado, também com a coordenação e o valoroso trabalho do Deputado Estadual Quintans.

E eles, conseqüentemente, apresentaram esse mesmo documento que foi encaminhado a mim, ao Senador Vital do Rêgo, ao Senador Cássio Cunha Lima; foi encaminhado também ao Presidente desta Casa; foi encaminhado à Presidente Dilma, quando da reunião da Sudene, em Fortaleza. Nele, ele afirma que é preciso um novo modo de pensar, porque eles apontam que, além da seca, há uma falta de sensibilidade por parte das autoridades públicas.

Observa ele e os pares da Assembleia Legislativa, os nossos Deputados estaduais, que o produtor rural é uma pessoa humilde, simples, sem muitos recursos e frequentemente impossibilitado de contratar um advogado que possa defendê-lo na ação.

Senador, grande parte desses agricultores tem, na sua propriedade, o seu sustento; basicamente, o seu sustento alimentar. A roça que ele planta de feijão, quase na totalidade, é para ele comer com a família; a do milho é para ele compartilhar com os animais em um período mais crítico; a cabra que ele tomou emprestada ao Banco do Nordeste para criar é para que na sua casa tenha o leite para fazer um queijo; é

para o alimento da sua família, para a sobrevivência da sua família.

Então, ao ser acionado pelo Banco do Nordeste, muitos desses processos são julgados à revelia, porque eles não têm informação, eles não têm como contratar advogado. Então, está sendo um crime financeiro e uma injustiça social muito grande o tratamento que está sendo dado a esses pequenos agricultores.

Continuo, Sr. Presidente, com a confiança e a certeza bem dita pelo Deputado Ricardo Marcelo – como eu disse, representando a Assembleia – que enfatiza que ainda é preciso um novo modo de pensar sobre a questão. Não é mais possível olhar para o pequeno produtor rural do Nordeste e imaginar que ele tem isso como negócio, pois há outras variáveis, e tratar isso sob um ângulo empresarial é errar o foco.

Como bem observa o produtor rural e estudioso do Semiárido nordestino, Manelito Dantas Vilar, que teve a capacidade, inclusive, de fazer estudo, pesquisa e desenvolvimento genético, para que possam ser desenvolvidas, no Nordeste, raças de caprinos e de bovinos que sejam produtoras de leite e também produtoras de carne, com rusticidade, com capacidade de enfrentar as adversidades climáticas da nossa região – e Manelito Vilar o Brasil conhece como referência, ele é de Taperoá, na Paraíba –, desde a grande seca de 1970, a irregularidade das chuvas levou à elaboração de 34 projetos.

Segundo ele, todos tecnicamente pobres e de duração efêmera. E, portanto, ineficaz para combater a seca. Ainda observa ele que entre as regiões do Semiárido o Nordeste do Brasil é a única para a qual não foi estabelecida uma adequada equação tecnológica de uso de suas terras. Ao se lidar com um produtor rural nordestino, é preciso também focar a questão social e a questão ambiental.

O Manelito tem uma frase, e quando eu fui vice-governador ao lado de Ronaldo, conversando com ele, discutindo já naquela oportunidade o problema da seca, ele dizia que o grande erro dos governos é querer combater a seca; que nós temos é que conviver com a seca, desenvolver projetos tecnológicos, desenvolver pesquisa que nos permita exatamente a convivência com a seca, quer seja na parte hídrica; quer seja na parte de raças resistentes, como eu fiz referência anteriormente; quer seja de plantações também resistentes às condições climáticas que nós temos, mas a presença do governo atuando na área social como precisa, na área ambiental e também ajudando as pessoas a ter a consciência de como proceder naquela região.

Por isso eu reforço a ideia de que o combate à seca precisa de novas abordagens que possam oferecer soluções definitivas, uma das quais passa obri-

gatoriamente pela resolução das dívidas do pequeno e do médio produtores rurais do Nordeste.

Isso é urgente. Eu tenho falado sobre isso toda semana. Outros Senadores têm também usado essa tribuna, têm tido reuniões. E vamos ter agora audiência pública, que foi, com o meu agradecimento a todos os Senadores presentes, aprovada na Comissão de Agricultura.

O Deputado Ricardo Marcelo, ainda representando os seus pares, em seu ofício apresenta também sugestões de como devem ser os princípios e as premissas para se lidar com o problema da dívida. A sugestão da Assembleia da Paraíba diz o seguinte: “Dentre os princípios sugeridos por ele, eu destaco, em primeiro lugar, a ideia de conferir tranquilidade ao produtor rural, por meio da suspensão do vencimento das dívidas de pelo menos 365 dias, bem como as execuções em curso”.

Se não bastasse a seca, a dificuldade financeira, o encarecimento do produto alimentar, tirar essa condição, como se diz lá, de “aperreio” que o pequeno agricultor nordestino está vivendo. Alguns inclusive com sacrifício de saúde.

É importante que o Governo... Isso é um ato; isso é um decreto de poucas linhas; isso é uma vontade política; é uma atitude de Justiça social: suspender as dívidas e as ações enquanto não se encontra uma solução definitiva. Pelo menos por um ano.

Em segundo lugar, simplificar os processos operacionais na apuração do saldo devedor.

Em terceiro lugar, definir percentual de rebates para a equalização das dívidas, como meio para eliminar as diferenças no saldo devedor decorrentes da aplicação de encargos diferenciados por fontes de recursos, eliminando, também, a aplicação de multa e juros com remuneração de capital. É inadmissível o Banco do Nordeste e o Governo quererem tratar um empréstimo desses com a demanda, com a necessidade da remuneração do capital.

Em quarto lugar, alterar a abrangência da renegociação das dívidas, de modo a permitir que operações contratadas até 30 de dezembro de 2006 possam ser inseridas no processo de negociação e que as parcelas com vencimento para 2012 e 2013 sejam automaticamente prorrogadas.

Em quinto lugar, consolidar o saldo devedor rebatido para evitar a figura do bônus sob condição de adimplência, o que, na Região Nordeste, torna a dívida, na prática, impagável.

Em sexto lugar, estabelecer um novo cronograma de reembolso.

Em sétimo, definir rebate para devedores que têm interesse em liquidar a sua dívida.

Em oitavo lugar, remissão de dívidas com saldo inferior a R\$10 mil. Veja o que a Assembleia está pedindo, Senador Cristovam: a remissão das dívidas com saldo inferior a R\$10 mil, quando se tratar de uma dívida contraída antes de 30 de dezembro de 2001. São R\$10 mil. O que é isso para o Governo? E é tão importante para esses pequenos agricultores que hoje estão inadimplentes. O Governo anuncia, como ação de combate à seca do Nordeste, mais de R\$2 bilhões em empréstimos. Para esse agricultor que devia R\$10 mil, que está inadimplente, a porta do banco está gradeada, está fechada. Ele não tem acesso. Ele não vai poder salvar a sua cabra, que dá o leite ao seu filho. Ele não vai poder plantar. Ele não vai poder nem comprar alimento para sua família. Enfim, são propostas muito voltadas aqui para a questão da dívida, mas, nesse trabalho feito pela Assembleia Legislativa, existem também outras sugestões para a convivência com a seca.

O Governo Federal precisa entender que parte desse documento enviado para mim também já foi entregue à Presidente da República, como eu fiz referência aqui anteriormente. Eu espero que a Presidente tenha determinado aos Ministérios competentes que façam a sua ação e o seu procedimento. Por isso, eu estou cobrando desta tribuna, mais uma vez relatando a dificuldade, mais uma vez relatando o sofrimento, a angústia do povo do Nordeste, em particular da minha querida Paraíba, para que provoque a sensibilidade e a responsabilidade daqueles que estão à frente do Governo, que tem o dever e a obrigação de fazer o seu papel de atender às emergências deste País, que é um dos itens da responsabilidade do governante.

Ouçó, com muito prazer, o aparte do Senador Cristovam Buarque que, embora seja símbolo da educação deste País, Senador pelo Distrito Federal, é nascido em Pernambuco, e tem grande sensibilidade humana.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador. Eu quero dizer que, mais uma vez, fico satisfeito de ver o senhor falando sobre essa crise que vive o Nordeste, sobre a emergência, e que lamento que tenha sido um tema apenas dos Senadores do Nordeste ou de um Senador que nasceu no Nordeste. Esse tem que ser um tema de todos os Senadores, tem que ser um tema do Brasil. Por isso, eu fico satisfeito quando o senhor propôs a audiência – está, inclusive, hoje no *Jornal do Senado* – para que nós discutamos esse assunto. O Presidente Renan está criando ou já criou uma comissão para pensar o futuro. Eu acho que é uma coisa muito interessante, em vez de ficar só agricultura, saúde, educação, a gente ter uma comissão para pensar o futuro. Eu, pensando, quando ouvi isso, disse que a gente devia começar por pensar o futuro do Nordeste. Mas, quan-

do o senhor fala da necessidade de um enfoque novo, eu acho que até para o Nordeste a gente deve pensar num enfoque novo. Talvez o verdadeiro tema, Senador Figueiró, seria o futuro da relação do homem brasileiro com a natureza do Brasil, com ênfase na relação com a natureza do Nordeste, para conviver com o Semiárido, que vai precisar de água, sim, mas não é só de água. E aí está a importância do seu discurso sobre o novo enfoque. Isso é que é fundamental. Eu vinha escutando o seu discurso pelo rádio, antes de chegar aqui, e uma das coisas que me fez vir correndo foi isto: poder fazer esse aparte para lhe dizer que essa ideia de que precisamos de um novo enfoque é fundamental. Primeiro, pelo Nordeste. Descobre-se o problema nordestino com o enfoque da engenharia, lá em Dom Pedro; depois, com o Juscelino, com o Denocs. Com o Juscelino, existe uma mudança: sai da visão do Nordeste pela engenharia das obras para a economia que Celso Furtado trouxe; o desenvolvimento econômico; a Sudene; o 3418, que levava recursos. O senhor tocou, há pouco, que a gente precisa ter também uma ênfase no social agora, não é só o econômico. Já vínhamos, depois de quase 60 anos de política de desenvolvimento do Nordeste, com a Sudene, com incentivos fiscais, com a ideia da industrialização do Nordeste imitando São Paulo, porque não conseguíamos dar o salto. E aí, volto a insistir, um dos enfoques seria a educação no Nordeste. Se lá, há 60 anos, aquele dinheiro que a gente gastou para industrializar tivesse sido um pouco menos, se essa diferença tivesse sido para a educação, hoje o Brasil podia ser um Vale do Silício, como o da Califórnia; hoje o Nordeste poderia até conviver com a seca por estar produzindo alta tecnologia, e inclusive alta tecnologia a serviço de resolver o problema da seca. Sobre essa ideia de dar novo enfoque, eu acho que a gente precisaria insistir mais, e gostaria até de conversar com o senhor. Por exemplo: a segurança. Existe o enfoque da cadeia depois do crime cometido, ou o enfoque da escola, do emprego, da renda antes do crime cometido. A saúde. Existe o enfoque do hospital depois da doença, ou o enfoque da prevenção, como aqui no meu governo a gente fez com o Saúde em Casa. Então, temos enfoques diferentes. Quer ver outro? O engraçado é que a gente não pode ficar contra hospital, não pode ficar contra a cadeia, mas não é a saída. As bolsas – que tive um papel fundamental na criação. Ninguém pode ficar contra o Bolsa Família. Imaginem o Brasil sem o Bolsa Família? Mas o enfoque está errado. O enfoque é: como é que a gente vai fazer com que, no Brasil, nenhuma família precise de bolsa? O enfoque está na pergunta. Uma pergunta é: qual é o valor da bolsa para que uma família não passe fome? A outra pergunta é: como é que eu faço para

que a família não precise da bolsa para sair da fome? Nós estamos prisioneiros de enfoques antigos. Para mim, esse é o ponto central do seu discurso. Quando eu ouvi, eu disse: vou estar lá, porque esse é um chamamento que o senhor está fazendo. Na verdade, está fazendo mais de um chamamento, está fazendo um chamamento ao problema emergencial – o senhor usou a expressão emergência –, e a gente não pode esquecer a emergência. Por isso que as bolsas são tão importantes, porque quem está com fome hoje não pode esperar medidas que lhe deem independência. Na verdade, falando com toda a tristeza, mas procurando ser lúcido, a solução para abolir a necessidade da bolsa não está no adulto de hoje, mas nos seus filhos. É através dos filhos que a gente vai abolir a necessidade de bolsa, no futuro, quando esses filhos crescerem. Então, a emergência tem que ser atendida. Por isso, precisamos de mais cadeia, sim, para os crimes que estão sendo cometidos hoje. Mas nós precisamos encontrar um caminho para que este País fique pacífico. E aí, outra vez, o enfoque: existe o enfoque da segurança e o enfoque da pacificação. Este é que deve ser o enfoque de quem pensa o futuro. E espero que, nessa comissão que o Presidente Renan está criando, a gente possa discutir os problemas do Brasil com um novo enfoque. Um desses novos enfoques – e continua a emergência da sua audiência – seria: como é que o povo brasileiro convive com a natureza do Brasil – com os Pampas do Rio Grande do Sul, com a realidade da Amazônia, com a realidade do Nordeste? E, aí, o senhor falou bem: existem experiências bem-sucedidas. Em Afogados da Ingazeira, um amigo meu, chamado José Artur Padilha, tem uma pequena unidade de produção agrícola que sobrevive à seca. Como digo a ele, nas obras que ele faz, ele conversa com o vale, ele pergunta aonde a água quer ir e quer ficar quando ela está por lá. E foi fazendo pequenas obras, pequenas soluções. E outra coisa: usando a agricultura compatível com pouca água, como faz Israel; usando os animais compatíveis. Como sabemos, alguns resistem: existem os cactos, que resistem, e existem as cabras também, que resistem; existe resistência no mundo vegetal e no mundo animal. Nós temos que falar com a natureza, conversar, e não querer, arrogantemente, dominá-la, para que ela se comporte como a gente quer, para fazer aquilo que a gente sabe que tem mais mercado no exterior. Temo que, qualquer dia desses, a saída defendida para o Nordeste seja plantar soja. E a gente vai voltar ao mesmo que com a cana-de-açúcar, só que, em vez do açúcar, que tinha pelo menos um grauzinho de indústria, é a soja, que é, basicamente, agrícola, apesar de haver um alto conteúdo tecnológico, na sua produção, em áreas como o próprio Cerrado.

Agora mesmo ouvi que estão querendo plantar cana na Amazônia. É um contrassenso! Em vez de procurar explorar a própria madeira da Amazônia – vejam que não estou propondo conservar a floresta como ela é –, usar a madeira, replantando, convivendo, querem plantar soja. Todo o seu discurso foi bom, mas quero parabenizá-lo por esse chamamento à necessidade de um novo enfoque para observar, analisar e propor soluções para os nossos problemas.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Se há alguém a agradecer aqui, Senador Cristovam, certeza absoluta de que sou eu, pelo enriquecimento do aparte de V. Ex^a, em que aproveita a visão que o senhor tem de futuro e colabora para que possamos agir num item que é fundamental.

Já tivemos experiências administrativas, e sabemos, mais do que ninguém, que administrar é ter ações emergenciais, quando necessárias; é gerenciar o dia a dia das rotinas que a sua obrigação assim exige. Mas, mais do que esses dois que são também importantes, é planejar o futuro. Esse tripé é o dever e a obrigação de quem tem responsabilidade, para que este País seja mais justo, mais humano, mais solidário.

V. Ex^a falou no novo foco da visão da relação do Nordeste. Pouco antes, quem me antecedeu, o Presidente, Senador Figueiró, fazia exatamente a preocupação com o Pantanal no Mato Grosso, quer dizer, dentro desse contexto de o Brasil passar a se discutir, a se dimensionar, para que possamos projetar o Brasil de amanhã que nós queremos.

V. Ex^a falou em educação no Nordeste. Hoje, há várias experiências. Muitas vezes – e aqui, sem nenhum bairrismo, sem nada –, os nossos profissionais, na área de saúde, na área de engenharia, na área de eletroeletrônica, destacam-se para onde eles forem, para qualquer canto. Se for em São Paulo, boa parte dos médicos de alta qualidade são nordestinos. Na área de tecnologia, temos uma Campina Grande, hoje, que é comparável, em termos tecnológicos, a São Carlos, em São Paulo. A universidade foi desenvolvida porque teve oportunidade – e o senhor teve a oportunidade de conhecer seu Reitor, Lynaldo Cavalcanti – de dar essa contribuição do futuro. O Manelito Vilar, a que fiz referência, aqui, que dei testemunho sobre a sua vida, chegou a desenvolver raças no Nordeste, quando não havia, ainda, a ciência que temos hoje, em termos de melhoramento de raça, para desenvolver ovinos, caprinos e bovinos resistentes e que pudessem conviver com a diversidade climática da nossa região.

A educação é fundamental. Eu me recordo de que – infelizmente, eu só tive o prazer de ser prefeito da cidade de João Pessoa, quando o senhor era ministro, por um ano e meio, no início do governo Lula

– o senhor assumiu querendo enfrentar, entre outros itens da educação, o analfabetismo.

Naquela oportunidade, João Pessoa era dimensionada com 40 mil analfabetos, uma cidade com 550 a 560 mil habitantes, uma capital de um Estado. Fizemos um programa, com o apoio e a solidariedade do Senador, então ministro da Educação, e o meu Secretário era o Prof. Neroaldo Pontes, que também tinha sido reitor da Universidade Federal da Paraíba, e conseguimos alfabetizar dez mil em um ano. Por quê? Porque nós sabíamos da importância, tínhamos a vontade política e tivemos o apoio financeiro para fazer.

A minha origem é na construção civil, e foi na Paraíba que nós criamos a Escola Peão. Eu era presidente do Sindicato da Construção Civil, e o dono da construtora cedia uma hora do trabalhador da construção civil, ele ficava mais uma hora e, no canteiro de obra, era alfabetizado. Essa experiência, quando prefeito, nesse programa de zerar o analfabetismo, nós fizemos. Eu fui a prédios, a condomínios, pedir, em uma reunião de condomínio, que eles cedessem o salão de festas para que virasse uma sala de aula, para que os empregados do condomínio que não fossem alfabetizados, ou da vizinhança, pudessem ser alfabetizados. Por isso conseguimos, em um ano, alfabetizar dez mil na cidade de João Pessoa.

Então, essa visão de futuro é que é fundamental. Concordo plenamente com a questão da Bolsa. Hoje a Bolsa Família não é patrimônio de governo nenhum, mas uma necessidade daqueles que precisam. Ninguém deve explorar isso politicamente, porque não está sendo correto, não está sendo justo, não está sendo humano achar que merece ter o reconhecimento político por conta de estar pagando, hoje, uma Bolsa Família. A ideia da Bolsa Família que saiu, da Bolsa Escola, em que V. Ex^a também teve participação, tinha a contrapartida. Não era contrapartida de juros, não era contrapartida de multa. Não! Era contrapartida para quem era beneficiado pela Bolsa Escola, porque ele tinha que dar o tempo presente na aula.

Em João Pessoa, também quando prefeito, havia o Lixão do Roger. Nesse lixão, havia trezentas e poucas famílias. Nós retiramos essas famílias que moravam lá. Havia crianças – no meu *site* tem, no Youtube tem o fim do Lixão do Roger – que passavam o dia catando lixo dentro do lixão.

A Bolsa Escola não era universalizada. Eu criei uma escola, creche para essas crianças e dei a Bolsa Escola, desde que elas permanecessem na escola e não voltassem mais a catar lixo. Essas crianças – os pais, coitados, muitos deles vitimados por drogas ou álcool, achavam que os filhos eram um problema – passaram a ser referência porque passaram a ser fonte

de uma receita certa naquela família. Depois, graças a Deus, a Bolsa Escola, ainda no governo do Fernando Henrique Cardoso, foi ampliada e universalizada neste País, pelo menos a oferta, e, conseqüentemente, os governos seguintes vieram a ampliá-la.

Então, há necessidade da contrapartida, não para o Governo, embora, para quem tenha visão de futuro, será para o futuro, porque está beneficiando o cidadão, que é o objetivo maior do Governo, que tem o dever de cuidar dele.

Pois bem, Srs. e Sr^{as} Senadores, quero dizer, Senador Cristovam, que ouvi o pronunciamento de V. Ex^a ontem ou anteontem. Eu já havia conversado sobre essa questão da seca com o Senador Inácio Arruda, antes de ele ir com a Presidenta Dilma para Fortaleza, da preocupação para que conversássemos sobre criar uma comissão no Senado que cuidasse dessa questão emergencial que temos e que tivesse um foco, também, no futuro, para o Nordeste, de propor algo, de fazer o diagnóstico, mas, mais do que o diagnóstico, propor o tratamento. Essa semana, retomando esse assunto, essa preocupação, o Senador Cristovam fez uma referência a uma fala da Senadora Lídice da Mata, convocando esta Casa para que criássemos essa comissão.

Quero dizer a V. Ex^a, dando-lhe o crédito, que apresentei a esta Casa exatamente o pedido de criação de uma comissão especial em que tenhamos a oportunidade – já que esta Casa tem comissões permanentes e temporárias, mas essa seria uma comissão, não uma subcomissão – de diagnosticar, fiscalizar, cuidar e propor ações para o Nordeste brasileiro, com essa visão de um futuro melhor.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus proteja todos.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Sr. Senador Cícero Lucena, permita-me cumprimentar V. Ex^a, como o Senador Cristovam Buarque, pela essência dos pronunciamentos que V. Ex^a fizeram aqui. V. Ex^a, relatando vários fatos da realidade do Nordeste, significando a ação da AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente. Para a minha alegria, há, lá na minha cidade de Campo Grande, uma entidade que trata justamente dessas questões, e V. Ex^a, inclusive, se referiu a ela, em primeiro lugar – distinção que agradeço desde já –, que está prestando relevantes serviços à comunidade.

As pessoas que trabalham na AACD estão realizando um verdadeiro sacerdócio, não só no meu Estado, como naqueles a que V. Ex^a se referiu, e hão de servir, também, à sua cidade de Campina Grande, quando instalada a entidade lá. Tenho certeza, Sr. Senador Cícero Lucena, de que o Ministro Padilha haverá

de atender os reclamos de V. Ex^a, consignando a verba de R\$1 milhão que V. Ex^a colocou no Orçamento e que não foi empenhada, mas, pela sensibilidade que eu sei que tem o Ministro Padilha, ele haverá de acolher os seus reclamos.

Quero dizer, também, a V. Ex^a que outro aspecto que me impressionou do seu pronunciamento foi a questão do orçamento impositivo. Enquanto o Congresso Nacional não restabelecer a sua autoridade, seja respeitado pelo Poder Executivo, a ação nossa será inócua. Ontem, manifestou o nosso Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que não permitirá mais que se analisem medidas provisórias aqui na hora da morte, vamos dizer assim.

Ontem nós salvamos uma medida, que era necessária à Nação, mas isso atingiu profundamente as nossas prerrogativas, principalmente de Senadores. Como na questão do orçamento impositivo, nós temos que lutar para que propostas como de V. Ex^a, como do Senador Cristovam Buarque na área da educação, ele que é o nosso grande mestre da educação nacional, sejam realmente respeitadas.

Outra coisa que eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a, no seu magnífico pronunciamento, é a questão dos créditos aos pequenos produtores do Nordeste. Ainda ontem, na Comissão de Agricultura, de que nós participamos, eu ouvi uma expressão do eminente colega, nosso Presidente Benedito de Lira, que afirmou que, lá no seu Estado, o Banco do Nordeste estava requisitando uma bicicleta para pagamento de uma dívida. Veja V. Ex^a, desceram a esses termos. É uma ação pantagruélica do Banco do Nordeste, como nós já sentimos no meu Estado de Mato Grosso do Sul quando agiu o Banco do Brasil sobre os pequenos produtores rurais.

Portanto, Senador Cícero Lucena, permita-me dizer, repetindo, que o pronunciamento de V. Ex^a, assim como o aparte do Senador Cristovam Buarque, vão ter uma posição significativa pela sua essência nos *Anais* desta Casa.

Fica registrado, portanto, o meu apreço, a minha solidariedade e o meu aplauso ao seu pronunciamento.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Srs. Senadores, antes de passar a palavra ao eminente Senador Cristovam Buarque, permitam-me, atendendo solicitação da Mesa, ler o seguinte Expediente:

A Senadora Angela Portela apresentou o **Requerimento nº 435, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, no período de 19 a 22 de maio de

2013, para representar o Senado no Seminário “Las mujeres y la política em clave regional”, em Montevideu, Uruguai.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa e distribuído ao Plenário despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *ad referendum* do seu Colegiado, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 435, de 2013.

A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – A Senadora Vanessa Grazziotin apresentou o **Requerimento nº 436, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 20 e 21 de maio de 2013, para participar do Seminário “Las mujeres y la política em clave regional”, evento preparatório à III Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul, em Montevideu, Uruguai.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa e distribuído ao Plenário despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *ad referendum* do seu Colegiado, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 436, de 2013.

A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Outro requerimento, Excelência.

O Senador Sérgio Souza apresentou o **Requerimento nº 450, de 2013**, por meio do qual solicita, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa nos dias 23 e 24 de maio de 2013, para participar das diligências da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, nas cidades de Recife-PE e Salvador-BA, nos termos dos Requerimentos nºs 3 e 5, de 2013, da CMACOPOLIM, aprovados em 16 de abril de 2013.

A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 27 de maio do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o transcurso dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 305/2013-CN

Brasília, 16 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 2º do Regimento Comum, comunico a V. Exª e, por seu intermédio, à Câmara dos Deputados, que está convocada sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se no dia 27 de maio do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o transcurso dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Atenciosamente, – Senador **Renan Calheiros**,
Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – E, finalmente, encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012** (nº 7.193/2010, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia*.

Ao projeto foram apresentadas as Emendas de nºs 1 a 10-Plen.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame das emendas.

São as seguintes as emendas:

EMENDAS NºS 1 A 10

Emendas nºs 1 a 10, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012, que dispõe sobre a Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado de Polícia.

EMENDA Nº 1 – PLENÁRIO (PLC nº 132, de 2012)

Altera-se o § 1º, o § 2º, o § 3º e § 4º do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012, que passam a conter a seguinte redação:

“Art. 2º.

§ 1º Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução do inquérito policial e do termo circunstanciado, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, materialidade e autoria das infrações penais.

§ 2º Durante a apuração de infrações penais, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessam à apuração dos fatos.

§ 3º O delegado de polícia conduzirá o inquérito policial ou o termo circunstanciado de acordo com seu livre convencimento técnico-jurídico, com isenção e imparcialidade.

§ 4º O inquérito policial e o termo circunstanciado em curso poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudiquem a eficácia da investigação.

§ 5º”

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei da Câmara n. 132, de 2012, aborda aspectos sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Uma das grandes alterações previstas nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 2º pretende destinar aos delegados de polícia a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei.

Essas disposições, ao meu juízo, além de possuir vícios que podem dificultar a própria investigação criminal, podem ser objetos de questionamentos de constitucionalidade futuramente por imiscuir em competências de outros órgãos com poderes de investigação.

Sabe-se que a Constituição Federal, em seu art. 144, §§ 1º e 4º, atribui aos Delegados de Polícia as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais. Essa competência, porém, não pode ser majorada por norma infraconstitucional para abarcar um campo mais amplo, mormente porque a lei fundamental também outorgou competências investigativas a outros órgãos da República.

Ao Delegado de Polícia cabe as competências de polícia judiciária referentes à condução do inquérito policial e do termo circunstanciado, visando a apuração das infrações penais e da sua autoria, conforme já bem delineado pelo art. 4º do Código de Processo Penal, com as alterações da Lei n. 9.043, de 1995. O parágrafo único desse dispositivo, aliás, ainda ressalta que a competência investigativa da autoridade policial não excluirá a de outras autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

Nesse permeio, relevante destacar que está em trâmite no Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário com Repercussão Geral reconhecida n. 593.727, cujos votos dos Ministros Gilmar Mendes, Celso de Mello, Ayres Britto, Joaquim Barbosa e Luiz Fux já reconheceram o poder de investigação criminal do Ministério Público, por ser ele o autor da ação penal pública, enquanto que os Ministros Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski reconheceram tais poderes investigatórios do *Parquet* em casos excepcionais.

Ademais, sublinhe-se que no âmbito militar existe a figura do inquérito policial militar, previsto no art. 9º do Código de Processo Penal Militar, cuja condução é de competência do servidor militar de maior graduação no posto militar, que ficará incumbido das funções de polícia judiciária militar.

Sem mencionar as Comissões Parlamentares de Inquérito, que possuem assento constitucional (artigo 58, § 3º), e versam, via de regra, sobre fatos de natureza criminal com repercussão nacional. Não fosse isso suficiente, dentre as prerrogativas dos membros do Ministério Público está o fato de somente serem investigados criminalmente pelo Chefe de sua respectiva instituição (artigo 41, inciso II, e § único, da Lei nº 8.625/93 e artigo 18, inciso II, letra "F", e § único, da Lei Complementar nº 75/93).

Com efeito, a competência constitucional do Delegado de Polícia não é de conduzir a investigação criminal, termo amplo que engloba todos os procedimentos administrativos investigatórios, mas o de apurar as infrações penais por meio de inquérito policial e termo circunstanciado, exercendo, assim, a função de polícia judiciária civil.

Nessa perspectiva, proponho a alteração do § 1º do art. 2º do projeto para que a competência outorgada ao delegado de polícia, ao invés de ser a condução da investigação criminal, seja expressamente a condução do inquérito policial e do termo circunstanciado, cumprindo as suas atribuições de polícia judiciária.

Essa disposição clara e objetiva observa o art. 11 da Lei Complementar n. 95, de 1998, e evita interpretações equivocadas ou dispares futuramente. Além disso, sancia-se a disposição aberta da locução “outro procedimento previsto em lei”, substituindo-o por “termo circunstanciado”.

As referidas alterações propostas foram sintonizadas nos dispositivos do §§ 2º e 3º, que faziam menção a competência do delegado para conduzir a investigação criminal, e no § 4º, que faz nova indicação a um outro procedimento previsto em lei de competência da autoridade policial.

Assim, tratam-se de alterações, apesar de pontuais, de sumária relevância para garantir a constitucionalidade da proposição. Pelo o que, submeto aos ilustres Pares a presente Emenda que pretende contribuir com o projeto.

Sala das sessões,



PEDRO TAQUES
Senador da República



EMENDA Nº 2 – PLEN (DE REDAÇÃO)

O art. 2º do PLC 132, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 1º Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio do inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, materialidade e autoria das infrações penais, sem prejuízo da atuação do Ministério Público, nos termos de sua competência constitucional.

....."(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012, de iniciativa do nobre deputado Arnaldo Faria de Sá, é, a um só turno, meritório e polêmico. A discussão que se tem observado em torno dessa matéria tomou rumos de bipolaridade institucional, na medida em que se quer trazer a essa discussão a interferência, ou não, nas competências da polícia judiciária do trabalho desempenhado pelo Ministério Público.

Entendo que a questão não pode (e nem deve) tomar esse rumo, uma vez que o que está em jogo não são as atribuições corporativas, mas a segurança e o bem-estar da sociedade e do Estado brasileiro.

O próprio Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu a questão a termo, conforme se depreende dos julgamentos do HC 84.548 e do RE 593.727, suspensos por pedidos de vista. Há, contudo, julgados, especialmente de sua Segunda Turma, no sentido de equacionar os trabalhos de ambas as instituições, permitindo ao Ministério Público a condução da investigação criminal em casos e situações excepcionais (HC 94.173 e HC 91.661).

Nesse sentido, como forma a contribuir para os debates, sem, contudo, mitigar a importância do trabalho da força policial, propomos a presente emenda de redação, a fim de equalizar a discussão à luz da atual hermenêutica do texto constitucional, ainda que não definitivamente interpretado pela *iuris dictio* da Suprema Corte.

A emenda tem caráter simplório e visa tão somente revisar o conteúdo, sem, contudo, alterar-lhe a amplitude e o sentido.

Sala das Sessões,



Senador ALVARO DIAS

**EMENDA Nº 3 – PLEN (DE REDAÇÃO)
(AO PLC 132, DE 2012)**

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012:

“Art. 2º
§ 1º Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, materialidade e autoria das infrações penais, sem prejuízo da atuação do Ministério Público, nos termos de sua competência constitucional.
.....”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Proponho alterar a redação do art. 2º do PLC em discussão apenas para explicitar o fato de o projeto não atingir as atribuições constitucionais do Ministério Público, enquanto *dominus litis* da ação penal, no que tal atuação dependa da prévia instrução policial.

A emenda deve ser tida como de mera redação, pois não acrescenta nada além do que está contido na *ratio* do dispositivo, trata-se de mera explicitação do implícito.

Apenas se acresce ao dispositivo a seguinte expressão: “sem prejuízo da atuação do Ministério Público, nos termos de sua competência constitucional”. Como não poderia, de fato, o projeto afastar tal atuação, a emenda visa apenas evitar futuros conflitos hermenêuticos e o surgimento de qualquer insegurança jurídica acerca dos limites do âmbito normativo do dispositivo emendado.

Sala das sessões

SENADOR RICARDO FERRAÇO

EMENDA Nº 4 – PLEN
(PLC nº 132, de 2012)

Altera-se o § 3º do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012, que passa a conter a seguinte redação:

“Art. 2º.

.....

§ 3º O delegado de polícia conduzirá o inquérito policial ou o termo circunstanciado de acordo com seu livre convencimento técnico-jurídico, respeitada a ordem judicial ou a requisição do Ministério Público.

.....”

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei da Câmara n. 132, de 2012, aborda aspectos sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. No § 3º do art. 2º, o projeto pretende prever que o delegado conduzirá a investigação criminal de acordo com seu livre convencimento técnico-jurídico, com isenção e imparcialidade.

Essa previsão, ao meu juízo, além de possuir vícios que podem dificultar a própria investigação criminal, pode ser objeto de questionamentos de constitucionalidade futuramente por imiscuir em competências de outros órgãos com poderes de investigação.

Sabe-se que a Constituição Federal, em seu art. 144, §§ 1º e 4º, atribui aos Delegados de Polícia as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais. Essa competência, porém, não pode ser majorada por norma infraconstitucional para abarcar um campo mais amplo, mormente porque a lei fundamental também outorgou competências investigativas a outros órgãos da República.

Nesse sentir, o melhor caminho é abordar um texto legislativo claro e objetivo que respeite as atribuições e competências de outros órgãos, sobretudo dos órgãos que possuem competências ligadas à investigação criminal.

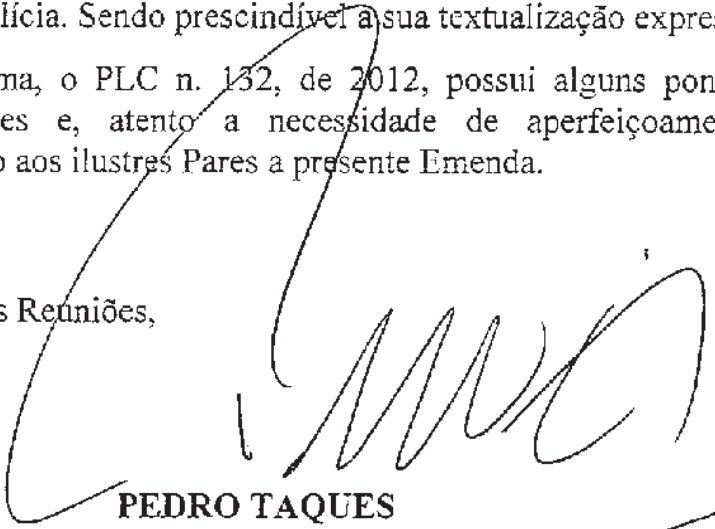
Assim, no § 3º do art. 2º, proponho, além de substituir a denominação genérica da “investigação criminal” pela abordagem mais específica do “inquérito policial ou termo circunstanciado”, retirar a previsão de que os trabalhos do delegado de polícia sejam realizados “com isenção e imparcialidade” e ressaltar que deverão ser respeitadas a ordem judicial e a requisição do Ministério Público.

Com essa abordagem, fica consagrado o controle judicial das atividades da polícia judiciária e sintonizará o livre convencimento técnico-jurídico do delegado de polícia com o poder constitucional de requisição de diligências investigatórias pelo *Parquet* (art. 129, VIII), retratado no art. 47 do Código de Processo Penal.

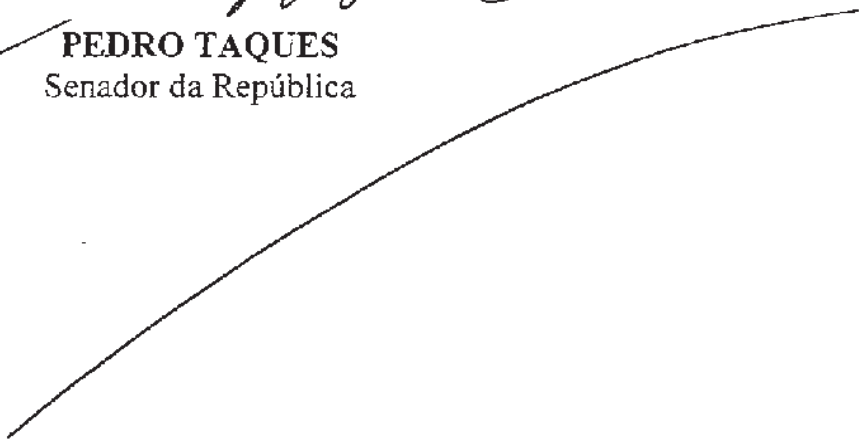
Além disso, a necessidade de isenção e imparcialidade no serviço público decorre do próprio princípio constitucional da impessoalidade (art. 37, CF) e, por isso, já são aplicadas a todos os servidores públicos, inclusive aos delegados de polícia. Sendo prescindível a sua textualização expressa.

Em suma, o PLC n. 132, de 2012, possui alguns pontos que possuem incorreções e, atento a necessidade de aperfeiçoamento da proposição, submeto aos ilustres Pares a presente Emenda.

Sala das Reuniões,



PEDRO TAQUES
Senador da República



EMENDA Nº 5 – PLEN
(PLC nº 132, de 2012)

Altera-se o § 6º do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012, que passa a conter a seguinte redação:

“Art. 2º.

.....

§ 6º O indiciamento dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.”

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei da Câmara n. 132, de 2012, aborda aspectos sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. O art. 2º, § 6º, da proposição pretende prever que o indiciamento, privativo do delegado de polícia, será feito por ato fundamentado, por análise técnico-jurídica do fato, com indicação da autoria, materialidade e suas circunstâncias.

Esse dispositivo, ao meu juízo, além de possuir vícios que podem dificultar a própria investigação criminal, pode ser objeto de questionamentos de constitucionalidade futuramente por imiscuir em competências de outros órgãos com poderes de investigação.

Sabe-se que a Constituição Federal, em seu art. 144, §§ 1º e 4º, atribui aos Delegados de Polícia as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais. Essa competência, porém, não pode ser majorada por norma infraconstitucional para abarcar um campo mais amplo, mormente porque a lei fundamental também outorgou competências investigativas a outros órgãos da República.

Sublinhe-se, assim, que no âmbito militar existe a figura do inquérito policial militar, previsto no art. 9º do Código de Processo Penal Militar, cuja condução é de competência do servidor militar de maior graduação no posto militar, que ficará incumbido das funções de polícia judiciária militar.

Ademais, importante lembrar das Comissões Parlamentares de Inquérito, que possuem assento constitucional (artigo 58, § 3º) e versam, via de regra, sobre fatos de natureza criminal com repercussão nacional. Não fosse isso suficiente, dentre as prerrogativas dos membros do Ministério Público está o fato de somente serem investigados criminalmente pelo Chefe de sua respectiva instituição (artigo 41, inciso II, e § único, da Lei nº 8.625/93 e artigo 18, inciso II, letra “f”, e § único, da Lei Complementar nº 75/93).

Com efeito, a competência de indiciar suspeito não é um ato privativo do Delegado de Polícia, cabendo também a outros órgãos da República que possuem certos poderes de investigação

Nessa perspectiva, proponho que no § 6º do art. 2º seja retirada a previsão que consagrava o indiciamento como ato privativo do delegado de polícia, mantendo-se, no entanto, a acertada necessidade de que o ato seja fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

Essa pequena alteração aperfeiçoa a proposição, retirando uma locução que interferiria em competências de outros órgãos. Pelo o que, pretendendo contribuir com a discussão da matéria, submeto a presente Emenda à apreciação dos ilustres Pares.

Sala das Reuniões,



PEDRO TAQUES
Senador da República



EMENDA Nº 6 – PLEN
(PLC nº 132, de 2012)

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012, renumerando-se o atual art. 4º para art. 3º.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei da Câmara n. 132, de 2012, aborda aspectos sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Em seu art. 3º, a proposição condiciona a posse no cargo de delegado de polícia aos bacharéis em Direito, concedendo a eles o mesmo tratamento dispensado aos magistrados, membros da Defensoria Pública, Ministério Público e advogados.

No entanto, parece-me que essa norma, ao fazer exigências para posse no cargo de delegado de polícia, acaba se imiscuindo em matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República.

É certo que, pelas disposições do art. 61, § 1º, inc. II, “c”, da Constituição Federal, cabe ao Poder Executivo a iniciativa do processo legislativo tendente a dispor sobre os servidores públicos federais, seu regime jurídico e provimento de cargos.

Como o presente dispositivo traz normatizações aplicáveis a todos os delegados de polícia, inclusive federal, não pode veicular norma que fere esse preceito fundamental, sob pena de padecer de vício de constitucionalidade formal.

Além disso, o art. 3º do projeto pretende um igualitarismo que resultará em uma isonomia desproporcional, na medida em que pretende alcançar destinatários em situações desiguais com a mesma igualdade formal.

O delegado de polícia, apesar da louvável atribuição que lhe é prevista pela Constituição Federal (art. 144, §§ 1º e 4º) de dirigente policial e condutor da apuração de infrações penais, não lhe foi concedida competência de ator processual.

Pelo contrário, suas funções são administrativas e informativas. Tanto que, pelas disposições do art. 155 do Código de Processo Penal, é

vedado ao juiz fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação. Sem contar que possíveis nulidades probatórias ocorridas durante o inquérito policial não prejudica o processo criminal, com exceção das provas ilícitas por derivação (art. 157, § 1º).

Com efeito, é impróprio conceder ao delegado de polícia o mesmo tratamento dispensado aos atores processuais. Se for mantido o texto do presente dispositivo, aliás, deverá ser concedido tratamento idêntico a outras autoridades administrativas, como ouvidores, corregedores, autoridades judiciárias militar, conselheiros profissionais e outras autoridades cujos trabalhos podem ser destinados ao âmbito judicial.

Sem mencionar que não está claro no projeto qual seria a extensão do “mesmo tratamento dos magistrados, membros da Defensoria Pública, do Ministério Público”. Não há indicativos de que a pretensão igualitarista estaria se referindo à condições protocolar ou salarial. Essa inexatidão legislativa pode configurar dúvidas e interpretações dispares futuramente. Com a qual não posso concordar.

Assim, em que pese as relevantes atribuições exercidas pelo delegado de polícia, opinamos pela rejeição desse dispositivo, sob pena de macular todo projeto com vício de iniciativa constitucional.

Ciente, pois, da necessidade de aprimoramento da proposição, apresento, nesses termos, Emenda ao Projeto de Lei da Câmara n. 132, de 2012, contando com o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Reuniões,



PEDRO TAQUES
Senador da República

EMENDA Nº 7 – PLEN

O art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº. 132, de 2012, que *Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia* passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e advogados.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentamos a presente emenda de redação em homenagem a um compromisso por nós assumido quando da discussão da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que a redação do dispositivo poderia ensejar dúvidas por parte de alguns senhores senadores.

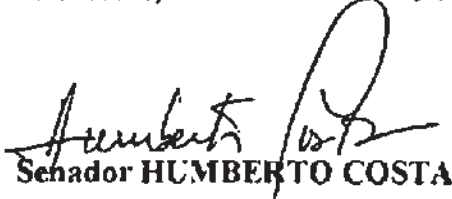
O art. 3º da proposição visa apenas estender aos delegados de polícia o mesmo trato protocolar dispensado aos membros da magistratura, ministério público e advogados (profissionais liberais), não se prestando a conferir-lhes quaisquer vantagens ou benefícios pessoais que impliquem impacto financeiro para os órgãos a que pertencem.

O tratamento protocolar semelhante é mera norma de cortesia e urbanidade existente entre os profissionais da área jurídica.

Portanto, essa emenda de redação somente explicita o comando normativo proposto pelo autor e aprovado na Câmara dos Deputados.

Reiteramos que a inclusão da expressão "protocolar" retira qualquer margem para dupla interpretação.

Sala das Sessões, em de maio de 2013


Senador HUMBERTO COSTA

EMENDA Nº 8 DE 2013 – PLEN
(ao PLC nº 132, de 2012)

Inclui o termo “cargos da carreira Policial Federal” na redação do Projeto de Lei nº 7.193-C, de 2010 que passa a ter a seguinte redação:

Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia e pelos cargos da Carreira Policial Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia e pelos cargos da Carreira Policial Federal.

Art. 2º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia e pelos cargos da Carreira Policial Federal são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

§ 1º Ao delegado de polícia e aos cargos da Carreira Policial Federal, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, materialidade e autoria das infrações penais.

§ 2º Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia e aos cargos da Carreira Policial Federal a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessam à apuração dos fatos.

§ 3º O delegado de polícia e os cargos da carreira Policial Federal conduzirão a investigação criminal de acordo com seu livre convencimento técnico-jurídico, com isenção e imparcialidade.

§ 4º O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudiquem a eficácia da investigação.

§ 5º A remoção do delegado de polícia e dos cargos da Carreira Policial Federal dar-se-ão somente por ato fundamentado.

§ 6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia e dos Cargos da Carreira Policial Federal, dar-se-ão por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

Art. 3º O cargo de delegado de polícia e os cargos da carreira policial federal são privativos de bacharel em Direito, devendo-lhes ser dispensado o mesmo tratamento dos magistrados, membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e advogados.

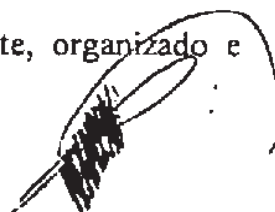
JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa ao saneamento de inconformidade constitucional do projeto, tendo em vista a omissão de previsão do cargo de delegado quando citada a carreira policial federal pelo constituinte originário:

Observa-se, ainda, que no citado artigo, em seu parágrafo primeiro, sequer é citado o cargo de Delegado de Polícia no âmbito do Departamento de Polícia Federal, indicando o conceito de carreira única, verbis:

“art. 144. (...)”

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira...” (grifo nosso)



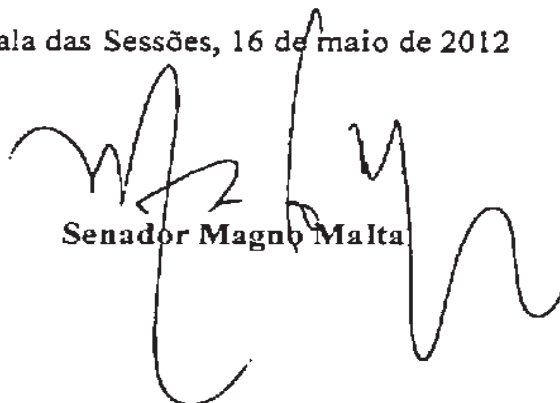
Observa-se que a Carta Magna não faz menção aos cargos da carreira policial federal. Então, em análise de exegese constitucional, toda e qualquer remissão aos quadros do Departamento de Polícia Federal devem obediência ao preceito máximo acima delineado.

Ademais, carreira jurídica não se confunde com cargos públicos que, de alguma forma, desempenham atividade jurídica. Ou seja, o conceito de carreira jurídica é mais restritivo do que o de atividade jurídica. A primeira está vinculada aos atos que promovem o Direito, por meio de seus atores (advocacia pública e privada, Defensoria Pública, Ministério Público e magistratura) no âmbito da tríade processual, enquanto funções essenciais à prestação jurisdicional, inseridas no devido processo legal.

Então, se há reconhecimento da carreira jurídica ao delegado de polícia e, via de consequência, ao delegado de polícia federal, os agentes e escrivães de polícia federal, em análise mais aprofundada das normas e da Constituição Federal também exercem emprego ou função que exige a utilização de conhecimentos jurídicos para interpretação de normas e princípios jurídicos (natureza de atividade jurídica) portanto considerados carreira jurídica.

Ao fim e ao cabo, pretende-se a inclusão do termo “cargos da carreira Policial Federal” no bojo de todo o projeto.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2012



Senador Magno Malta

EMENDA Nº 9 DE 2013 – PLEN
(ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012)

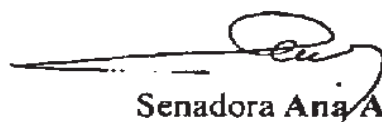
No Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012, onde se lê “delegado de polícia”, leia-se “autoridade policial” exceto no artigo 3º.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa sanar vício de constitucionalidade observado no projeto. A Constituição Federal em seu art. 144, § 4º, determina que às polícias civis, dirigidas pelos delegados de polícia de carreira, incumbem ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. A Carta Magna reservou ao policial delegado a função de dirigir e, logo, direção é gestão, que não se pode confundir gestão da polícia com exclusividade da investigação que é exercida por todos os membros da polícia judiciária.

A emenda visa, portanto, sanear a proposta, uma vez que impede institucionalização da classe do policial delegado de polícia e preserva a exclusividade da apuração das infrações penais à polícia judiciária. (Polícia Civil e Polícia Federal).

Sala das Sessões,



Senadora Ana Amélia
(PP-RS)

EMENDA Nº 10 DE 2013 – PLEN
(ao PLC nº 132, de 2012)

Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

Altera-se a redação do Projeto de Lei nº 7.193-C, de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê: “delegado de polícia” leia-se “autoridade policial”.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração do termo “delegado de polícia” por “autoridade policial” se dá em consonância com a legislação vigente no país, notadamente o Código de Processo Penal.

O atual Código de Processo Penal diz expressamente que a investigação criminal deve ser presidida pela autoridade policial, em nenhum momento fala “delegado de polícia”. Autoridade policial é todo servidor público ocupante de cargo público efetivo de natureza policial, como autoridades fazendárias, policial militar, autoridade policial militar (tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel) policial civil, autoridade policial civil (agente, escrivão, delegados, investigadores, inspetores, etc.); assim estabelecerão as leis orgânicas que darão os limites dessas autoridades.

Não há sentido na adoção de interpretações restritivas, que não trazem nenhum benefício ao usuário de serviços públicos. Aliás, a busca da eficiência é princípio constitucional a que o Poder Público está obrigado, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (grifo nosso).”

Rogério Lauria TUCCI, em artigo publicado na Revista Literária de Direito, aduz:

Qualquer órgão específico da administração direta, regularmente investido no exercício de função determinante, quer interna, quer externamente, da segurança pública, subsume-se no conceito de polícia e, como tal, é dotado de autoridade policial. E integra a polícia judiciária, sempre que sua atividade, não obstante de índole administrativa, se faça concretamente, na repressão à criminalidade, auxiliar na ação judiciária penal, de competência dos Juízos e Tribunais Criminais.

Portanto, claramente dissonante dos princípios basilares que orientam o direito administrativo, especificamente no que tange ao direito de todo o cidadão à prestação de serviço público de qualidade e eficácia, *in casu*, a SEGURANÇA PÚBLICA, que se encontra deveras combatida, com índices pífios de efetividade, causando grande sensação de impunidade na sociedade brasileira.

Pretende-se, assim, a substituição do termo “delegado de polícia” pelo termo “autoridade policial” em todo o seu conteúdo.

Sala das Sessões, de maio de 2013.


Senador BLAIRO MAGGI

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Desejo comunicar ao Plenário a presença, na tribuna de honra, do ex-prefeito de Porto Murinho, em meu Estado, Sr. Nelson Cintra, e da sua Ex^{ma} esposa, D. Maria Lúcia Barbosa Cintra, que estão nesta Capital para acompanhar a convenção do PSDB, nosso Partido; e a Sr^a Maria Lúcia, para receber uma homenagem do PSDB-Mulher Nacional.

A eles e a seus familiares os nossos cumprimentos e uma feliz estada em nossa Capital. É uma honra tê-los aqui no plenário.

Com a palavra, o eminente Senador Cristovam Buarque para o seu pronunciamento, pelo tempo que desejar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ruben Figueiró; Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem nós votamos aqui o que poderá ser uma boa lei para o Brasil. Ainda não acredito que seja a melhor lei para cuidar dos portos. Ela podia ser melhorada, mas acredito que poderá ser uma boa lei. Ainda tenho um pouco de dúvidas, porque ninguém sabe o que vai acontecer exatamente nessa confusão que ficou a lei, mas acho que nós votamos o que poderá vir a ser uma boa lei.

Eu me abstive, como o Sr. Senador também, como o Senador Cícero também. Nós somos, Senador, dos cinco que nos abstivemos. E eu me abstive, porque eu preferi votar pelo Senado, pela democracia, sem pressa, em relação à busca da melhor lei possível para modernizar os portos brasileiros, inclusive para modernizar o Brasil. Mas não bastam os portos. E a educação, que é o centro da modernização? Um país pode até ter portos ruins, mas não pode ter uma educação ruim se quer ter um bom futuro.

Ontem, nós votamos uma boa lei, possivelmente. Mas nós votamos de joelhos. Nós ontem votamos de joelhos. E isso, ainda que faça bem aos portos, ao comércio, à indústria, à agricultura, pode fazer muito mal à democracia. Porque, Senador, quando o Legislativo se ajoelha, a democracia se deita. E nós corremos esse risco não apenas pelo que aconteceu ontem, mas por muitas outras coisas! Por exemplo, o próprio comportamento aqui ontem de alguns dos nossos companheiros amigos Senadores que estavam contra a medida provisória foi ir ao Supremo pedir que interrompesse o debate. Isso também é “joelhos”. “Joelhos” não é só em relação ao Executivo, é também em relação ao Supremo.

Eu me nego a interromper qualquer processo que esteja em marcha aqui dentro indo ao Supremo, porque é uma submissão também a um dos Poderes. Se fizermos algo aqui inconstitucional, depois de

feito, se aqueles que defenderam a Constituição não prevaleceram, perderam, depois da lei, a gente vai ao Supremo, como cidadão. Mas a Casa usar o Supremo para interromper um processo? Não é correto.

Nós estávamos de joelhos ontem!

Por isso, como o senhor, eu me abstive. Não estava pronto para votar uma lei que tinha 1.200 páginas – não a lei, o processo, com as emendas – em quatro horas. Não havia tempo de melhorar aquela lei. Nós votamos o que pode ser uma boa lei, mas de joelhos.

O mais grave é que não é o único indicador de que querem colocar a democracia de joelhos. Vou dar outro exemplo. Hoje a submissão dos prefeitos e dos governadores ao Poder Executivo nacional é uma ameaça à democracia. Ontem eu vi, na manchete de jornais, uma entrevista de um governador do PSB dizendo que a candidatura do Governador Eduardo Campos, do seu PSB também, ainda tinha que tomar cuidado, ainda não era tempo, ainda não estava preparada. Por quê? Porque, sendo Governador hoje, é dependente do Governo Federal. E ser governador dependente do Governo Federal não é democrático.

Hoje o Vice-Presidente do PSB coloca nos jornais que, de fato, é irreversível a candidatura do Eduardo Campos, mas que “não podemos ameaçar os nossos [deles] companheiros prefeitos e governadores.” Isso mostra que nós estamos de joelhos. Os governadores e prefeitos estão de joelhos em relação à Presidência da República. Isso não é democrático.

Eu tenho certeza de que, se o PDT outra vez me escolhesse para ser candidato a presidente, dificilmente os prefeitos do PDT iriam para a rua defender a minha campanha, porque são dependentes.

Não estou reclamando, nem criticando. Estou aqui analisando o sistema democrático brasileiro com a sua falha de colocar Estados e Municípios de joelhos, Legislativo de joelhos, o Supremo interferindo no Legislativo mais do que deveria. Ao mesmo tempo, o Legislativo com projeto na Câmara para tolher poder do Supremo. Essa é uma tentativa de colocar o Supremo de joelhos diante do Legislativo. Isso não é democrático também.

A gente vê também propostas – aqui e ali saem, se recua, alguns do Governo apoiam, outros dizem que não –, medidas que tentam, eu não diria manipular, não diria influir, mas medidas que tentam regulamentar a mídia. É muito perigoso. Regulamentar a mídia é um passo para controlar a mídia. Regulamentar a mídia é um passo disfarçado de censura. Ao mesmo tempo, nós estamos de joelhos diante da imprensa, porque a imprensa age de uma maneira que não é apenas livre: é de uma maneira, muitas vezes, irresponsável, fazen-

do acusações que, anos depois, meses depois, são desmentidas, mas a imagem de quem foi acusado fica.

Nós estamos de joelhos diante da imprensa, mas não podemos colocar a imprensa de joelhos diante de nós, porque seria mais perigoso ainda. Quando a imprensa faz acusações que tocam na honra de uma pessoa, tocam na honra de uma pessoa; mas, quando a gente controla a imprensa, a gente toca na honra do País inteiro.

Nós estamos ficando de joelhos. E isso não faz com que a democracia funcione bem.

Hoje, Senador Figueiró, eu recebi, como todo dia de manhã, minha correspondência pelo tal do Twitter, até porque tenho o número muito significativo de 333 mil seguidores. E coloquei meu voto de abstenção. E alguém perguntou: “Mas por quê?”. E eu respondi: “Porque eu não estava preparado para votar.” Logo, vieram duas respostas: “Isso se chama ficar em cima do muro”.

Sabe o que isso quer dizer, Senador? Que o Brasil não está mais dividido entre as posições A e B: está dividido entre quem é a favor do Governo e quem é contra o Governo. Para os favoráveis ao Governo, tudo que for favorável ao Governo vale; para quem é contra o Governo, tudo que for contra o Governo vale. As pessoas perderam a capacidade de refletir o que para elas parece certo ou parece errado.

O muro não é em cima de governo ou oposição. O muro é em cima de ter ou não ter convicção. Isto é o que diz se uma pessoa está em cima do muro: não ter convicção. Mas, se tem convicção, tem de ficar a favor do Governo, contra o Governo, e, às vezes, dizer “Eu não estava preparado para votar”. Se a pessoa não está preparada para votar, ou sai daqui, ou se abstém. Sair daqui é ausência. Então, abstém-se.

Nós votamos ontem uma lei que pode ser boa, mas votamos de joelhos. Quando a gente vota de joelhos, nem as melhores leis são boas, até porque as leis podem esperar um pouco, mas a democracia, quando ela se rompe, quando ela se arranha, é muito difícil reconstruir. E hoje já é muito difícil reconstruir plenamente a democracia, Senador. Já está difícil.

Como reconstruir uma democracia em que a imprensa seja totalmente livre e, ao mesmo tempo, totalmente responsável? Como reconstruir uma democracia em que os três Poderes funcionem harmonicamente, mas sem submissão de nenhum deles? Submissão que vem, por exemplo, da vergonha de se falar que, para aprovar a lei, foi preciso liberar emendas de Parlamentares.

Ou seja, eles votaram pelas emendas? Eles não votaram pela convicção da modernização dos portos? Como já se acusou do uso de mensalão, como se acusa de compra de votos para aprovar a mudança na

Constituição, que permitiu a reeleição de Presidente que elegeu, como primeiro Presidente reeleito, o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Está difícil reconstruir essa democratização; está difícil fazer com que os governadores não fiquem de joelhos, os prefeitos não fiquem de joelhos, o Legislativo não fique de joelhos, o Supremo não fique tolhido, o Executivo não fique tutelado, mas que fique em harmonia com o poder do povo, que é nesta Casa, no Congresso Nacional.

Outras mensagens disseram: “Mas que Congresso é esse que nós temos?” E vamos falar com franqueza: que Congresso é esse que nós temos que passa a imagem de que vota por liberação de emendas? Que vota por fisiologismo? A maneira como funcionou, na Câmara, a Base de Apoio do Governo demonstra a fragilidade da democracia, porque é uma Base de Apoio organizada não conforme os contornos ideológicos, que separam um grupo do outro, mas contornos fisiológicos, que permitem migrar de um lado para o outro.

Vota-se num dia de um jeito; no outro dia, de outro, não porque a consciência está sempre num mesmo rumo e as coisas que chegam é que mudam. Não. Vota-se de um lado para o outro, conforme os interesses imediatos do processo eleitoral, ou conforme outros interesses escusos — porque o interesse eleitoral a gente nem pode dizer que é escuso —, mas não é o melhor.

Nós votamos ontem o que pode ser uma boa lei, mas votamos de joelhos. E isso é muito perigoso. O Presidente Renan, como o senhor mesmo disse há pouco, assumiu o compromisso aqui de que essa foi a última aberração. Dizer que uma aberração foi a última é muito correto depois de ela ter ocorrido, mas ele disse antes de ela ocorrer. Isso não foi bom; não foi bom para a educação do nosso povo, para a educação dos nossos jovens, que olha para a política, que diz: “O Senado só vai cometer essa última aberração.”

E muita gente não acredita que foi a última. Por quê? Porque nós estamos de joelhos diante das chantagens de que se não aprovar aquela medida provisória ela cai e aí vem o caos. O pior é que pode ser verdade. Há medida provisória que se for barrada aqui depois de 45 dias gera um caos, porque ela já está em vigor há 45 dias. Como é que fica quem já se beneficiou de uma medida provisória que cai? Então há medidas provisórias que vão chegar aqui como um sequestrador com um revólver na nossa cabeça. Ou vota-se a favor da medida provisória ou o País explode. Isso é chantagem. Chantagem a gente só enfrenta correndo risco de todas as consequências que vierem.

Nós ontem votamos uma boa lei, possivelmente — não estou certo ainda —, mas uma lei necessária, senão

daquela forma, mas votamos de joelhos. Isso é perigoso, isso é uma ameaça à democracia. E a democracia é mais importante do que todas as leis, porque é ele que fabrica as leis, é ela que permite corrigir o que as leis fazem de errado.

Eu disse ontem aqui, Senador, durante o debate, que não foi a primeira vez que o Senado aprovou uma lei em poucas horas. A mais importante lei, para mim, que este Senado já aprovou em toda a nossa história de quase 200 anos, é a Lei que abolia a escravidão. Ela chegou de manhã e saiu de tarde daqui. Mas era uma lei que tinha sete palavras. Essa eu não consegui fazer as contas direito, mas deve ter – não a lei, mas o processo da lei – dezenas de milhares de palavras. Vinte mil talvez, pelo tamanho que a gente vê – que eu devia até ter trazido para mostrar hoje aqui o que é o tamanho do documento. É isso assim! O tamanho do documento que nós votamos ontem lido em quatro horas. Era desse tamanho. A Lei Áurea tinha sete palavras: “Fica abolida a escravidão no Império do Brasil”. Além disso, tinha uma nitidez que era abolir a escravidão. Além disso, tinha uma imediatividade, na hora em que ela foi assinada ela entrou em vigor. A Lei dos Portos não. A Lei dos Portos, mesmo depois de sancionada, vai levar meses, anos para que ela de fato surta o resultado.

Ou seja, se levou tanto tempo para ser aprovada – dez anos de Lula e Dilma, oito anos de Fernando Henrique Cardoso; dezoito anos –, por que não podia esperar aqui mais dois, três meses? E, se ela vai demorar dois, três, cinco anos para dar resultados, por que não podia esperar mais 45 dias, um mês, dois meses, três meses?

A Lei Áurea não. A Lei Áurea não podia esperar mais nem um dia, pelo sofrimento de quase 1 milhão de escravos. E ela os libertou naquela tarde. Os escravos foram dormir escravos no dia 12, mas não foram dormir escravos no dia 13, porque o Senado, em poucas horas, pegou uma lei que veio da Câmara, aprovou-a, e a Princesa Isabel a assinou imediatamente. Foi aprovada e levada lá para o Paço – onde a Princesa ficava, no Palácio – para ser assinada.

Mas essa? Essa não tinha essa urgência do ponto de vista de minutos, embora tivesse, sim, do ponto de vista histórico. Há uma coisa que as pessoas não estão percebendo: existe uma urgência histórica e uma emergência do imediato.

A seca no Nordeste hoje traz emergência. O atendimento dos pobres traz uma emergência. A mudança dos portos tinha, sim, uma necessidade imediata e emergente do futuro, histórica. E a história a gente não mede no mesmo relógio que a gente mede a vida. A vida a gente mede no relógio dos segundos. A história a gente mede no relógio de anos, de meses, que seja, mas nunca de segundos.

Olhando-se para o relógio se daria meia-noite; submetendo-se a essa chantagem do relógio. Eu temi, Senador. Eu fiquei de olho, porque, se demorasse mais algumas horas, eu temia que a gente atrasasse o relógio para poder cumprir a lei antes da meia-noite. Quando desse 11h30, iriam colocar 10h30. Já se fez isso em alguns lugares, em alguns momentos. Eu temi que isso pudesse vir a acontecer. Isso não seria, obviamente, democrático. Obviamente.

Não é tão óbvio, que não foi democrático da maneira que a gente fez. Mas algumas coisas mostram isso. Por exemplo, o constrangimento dos Senadores que eram a favor da lei. Fazia tristeza os Senadores que não podiam se manifestar, que eram contra aquele tipo de pressão e que tinham que votar a favor da lei – não por serem governistas, mas porque querem modernizar os portos. E não havia condições de demorar um pouquinho mais de tempo para a gente analisar, porque o Governo preferiu uma medida provisória em vez de um projeto de lei. Porque projeto de lei não tem aquele prazo da meia-noite. Haveria tempo, sairia uma lei melhor e sairia uma lei por um Senado de pé, e não de joelhos, como, no final, saiu a Lei dos Portos daqui ontem.

Eu votei, ontem, não foi contra a modernização, não foi contra o Governo, não foi com a oposição, eu votei aqui com o Senado, eu votei aqui com a democracia, eu votei aqui para o Senado ficar de pé, em vez de aprovar uma lei que pode ser até boa, mas que foi votada de joelhos.

Senador, é isso o que eu tinha para colocar aqui hoje, nesta sexta-feira de manhã, dizendo que, às vezes, a gente pensa depois e diz: “Caramba, esse voto podia não ser o certo”. Pois eu estou, absolutamente, tranquilo e consciente de que a abstenção, que não é uma coisa de que a gente goste, foi certa, foi a única coisa que eu podia fazer corretamente diante de um projeto desse tamanho, que me chegou aqui agora – desse tamanho –, com quatro horas para ver, mesmo que digam que a gente já devia ter vindo estudando isso há tempo.

Mas como é que Câmara votou? Ela tinha o poder de mudar. E alguns dizem: “Mas não mudou nada”. Mas cadê o papel para a gente ver que não mudou nada? Porque já aconteceu de se dizer uma coisa e, no *Diário Oficial*, sair outra; de se dizer e de não ser feito. Faz-se de uma maneira, diz-se de outra e sai como foi feito. Tinha que ver direitinho.

Será que essa é a melhor lei para os portos brasileiros? Essa era a minha pergunta. E eu não tinha tempo de saber se era ou não. Como eu ia votar “sim” ou “não”? E como é que eu ia embora faltando? Não, eu optei por ficar e por dizer: “Não tive tempo de olhar, não tive tempo de ler, não tive tempo de estudar. Por isso não tenho tempo de votar ‘sim’ ou ‘não’ pela modernização dos portos, como eu desejo.” Mas eu pude,

sim, votar para que o Senador ficasse de pé. Eu votei pelo Senado, pela democracia!

É isso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Sr. Senador Cristovam Buarque, eu sempre ouço V. Ex^a com muita atenção e profundo respeito, como eu fiz quando do aparte de V. Ex^a hoje ao Senador Cícero Lucena e agora o ouvindo.

As palavras de V. Ex^a são recheadas de conceitos profundos, tanto quando o senhor defende a educação nacional através da sua federalização, quanto agora, em que o senhor aborda assuntos importantes.

Deles, eu gostaria rapidamente de destacar, Senador, a atuação da imprensa com relação, sobretudo, à ação da classe política nacional. E retirei aqui e me lembrei de duas expressões de eminentes homens públicos que ilustraram o nosso passado, não só aqui, no País, como também na política internacional.

Se não me falha a memória, pelo menos o conceito que eu retirei dele foi esse: Rui Barbosa disse que é melhor conviver com a imprensa do que viver sem ela, que V. Ex^a afirmou aí. Quando V. Ex^a analisou a questão da democracia, com os defeitos e as excelências dela, Churchill teria dito que o pior regime do mundo é o democrático, mas não há melhor do que ele. Então, Senador Cristovam Buarque, esses conceitos se baseiam, geral e sinceramente, em opiniões abalizadas como desses dois eminentes homens públicos que nós respeitamos, que vêm do nosso passado e que V. Ex^a os retratou aqui com tanta maestria.

O outro assunto que V. Ex^a abordou é a questão da Medida Provisória dos Portos, que ontem nós tivemos oportunidade – e tristemente – de analisá-la e votá-la.

Eu não tenho a inteligência de V. Ex^a – e gostaria de tê-la –, mas a respeito profundamente, como eu já disse. Eu tentei ler o texto da Medida Provisória de acordo com o texto básico do que veio lá, da Câmara dos Deputados. Eu até perguntei a alguns colegas aqui se eles sabiam quantos artigos compunham a Medida Provisória. Alguns deles não sabiam, aí eu mostrei para eles: “São 76”, e o último artigo dizia que seriam derogadas as leis tais, tais e tais, e, quando do meu pronunciamento desta tribuna, eu indaguei ao Presidente que nós precisávamos ter os avulsos dessas leis para nós analisarmos o que existe ali. S. Ex^a o Presidente declarou que tinham sido distribuídos aqui, no plenário. Eu confesso ao senhor: eu não os recebi, não sei se V. Ex^a os recebeu. E, depois, como nós poderíamos analisá-la naquele afogadilho em que nós nos encontrávamos, conforme V. Ex^a se referiu, de quatro horas? Era praticamente impossível. Praticamente? Era impossível.

E hoje eu leio nos jornais que a Senhora Presidente da República se regozijou com o resultado da votação aqui no Senado, mas teria declarado que vai vetar cinco dispositivos. Onde está a excelência, então, da medida, se a própria Presidente da República está recriminando a nossa decisão? É uma situação, permita-me dizer, vexatória para nós, mas, dentro do processo democrático, temos que respeitá-la.

Eu concluo, Sr. Senador Cristovam Buarque, prestando mais uma vez as minhas homenagens a V. Ex^a, pela precisão do seu pronunciamento, que, como disse, quando do discurso do Senador Cícero Lucena, ficará registrado nos *Anais* desta Casa como uma peça importante do pensamento de homens como V. Ex^a. Meus cumprimentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador. O senhor é muito generoso.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MG) – Generoso, não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Além de agradecer, eu quero dizer que muitos falaram: “Mas não precisa ler tudo, até porque aqui estão as emendas, e muitas foram recusadas.” Eu queria saber por que foram recusadas. Eram 17 emendas relacionadas com educação. Eu queria reapresentá-las! Eu queria discutir para saber por que elas foram recusadas. Nós tínhamos, para ser sérios mesmo, de ler tudo ou de pedir a alguns assessores que lessem tudo. Mas não dava nem isso.

Mas, mesmo que não fosse feita essa análise cuidadosa, é um direito que se tinha e pelo qual a gente tem que lutar. A gente tem que lutar até pelos direitos que não usa, de vez em quando. Mas eles têm que estar presentes, porque vai chegar o dia em que a gente vai querer usá-los, e eu temo que, outra vez, pela urgência, a gente tenha que fazer uma aberração, como disse o Senador Renan ontem, ao falar que a maneira – não a lei – como a gente estava votando era uma aberração e que seria a última vez. Eu lamento muito que a gente tenha, antes de cometê-la, dito que ela é a última. Isso talvez seja também uma aberração.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – V. Ex^a merece todo o nosso respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Desejo comunicar, ainda, ao Plenário que a Presidência recebeu a **Mensagem nº 35, de 2013-CN** (nº 184, de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, comunicando retificação à **Medida Provisória nº 613, de 2013**, cujo texto será divulgado através do *Diário do Senado Federal*.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 35, DE 2013-CN

Mensagem nº 184

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em aditamento à Mensagem nº 172, de 2013, informo a Vossas Excelências que a Medida Provisória nº 613, que “Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na venda do álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências foi retificada no **Diário Oficial da União** de 16 de maio de 2013.

Brasília, 16 de maio de 2013. — **Dilma Rousseff.****MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 613, DE 7 DE MAIO DE 2013**

Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências.

(Publicada no *Diário Oficial da União* de 8 de maio de 2013, Seção I, página 1)

No art. 5º, na parte que altera o § 15 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, onde se lê:

“§ 15. Na importação de etano, propano e butano, destinados a produção de eteno, propeno, nafta petroquímica, condensado destinado a centrais petroquímicas, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e de paraxileno, quando efetuadas por centrais petroquímicas para serem utilizados como insumo, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação são de, respectivamente:”

Leia-se:

“§ 15. Na importação de etano, propano, butano, nafta petroquímica, condensado destinado a centrais petroquímicas; eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e de paraxileno, quando efetuada

por indústrias químicas para serem utilizados como insumo, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação são de, respectivamente:”

No art. 6º, na parte que altera o inciso I do parágrafo único do art. 56 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, onde se lê:

“I – às vendas de etano, propano, butano, e correntes gasosas de refinaria – HLR – hidrocarbonetos leves de refino para centrais petroquímicas para serem utilizados como insumo na produção de eteno, propeno, condensado, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno;”

Leia-se:

“I – às vendas de etano propano, butano, condensado, e correntes gasosas de refinaria – HLR – hidrocarbonetos leves de refino para centrais petroquímicas para serem utilizados como insumo na produção de eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno;”

No art. 6º, na parte que altera o inciso II do parágrafo único do art. 56 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, onde se lê:

“II – às vendas de eteno, propeno, condensado, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno para centrais petroquímicas para serem utilizados como insumo na produção de resinas termoplásticas ou termofixas, polietileno, polipropileno, polivinilcloreto – PVC, poliésteres, e óxido de eteno.”

Leia-se:

“II – às vendas de eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, -tolueno, isopreno e paraxileno para indústrias químicas para serem utilizados como insumo produtivo.”

No art. 6º, na parte que insere o § 1º do art. 57-A na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, onde se lê:

“§ 1º O saldo de créditos apurados pelas centrais petroquímicas na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, existente em 8 de maio de 2013, poderá, nos termos e prazos fixados em regulamento.”

Leia-se:

“§ 1º O saldo de créditos apurados pelas indústrias petroquímicas na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 3º da Lei nº

10.833, de 2003, existente em 8 de maio de 2013, poderá, nos termos e prazos fixados em regulamento:"

Aviso nº 370 – C. Civil

Em 16 de maio de 2013

A Sua Excelência o Senhor
Senador Flexa Ribeiro
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Medida Provisória.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República comunica a retificação da Medida Provisória nº 613, de 2013, que "Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências."

Atenciosamente, – **Gleisi Hoffmann**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Os avulsos da matéria, repito, serão republicados.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Também comunico que a Senhora Presidente da República adotou, em 14 de maio de 2013, e publicou no *Diário Oficial da União*, de 15 de maio de 2013, a **Medida Provisória nº 614, de 2013**, que altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)

TITULARES

Eunício Oliveira
Francisco Dornelles
Sérgio Petecão
Paulo Davim

SUPLENTES

1. Ana Amélia
2. Kátia Abreu
3. Romero Jucá
4.

Ricardo Ferraço

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB/PSOL)

TITULARES

Wellington Dias
Acir Gurgacz
Rodrigo Rollemberg
Inácio Arruda

5.

SUPLENTES

1. Eduardo Lopes
2. Randolfe Rodrigues
3. Walter Pinheiro
4. Zezé Perrella

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

TITULARES

Paulo Bauer
Jayme Campos
Cyro Miranda

SUPLENTES

1. Wilder Moraes
2. Aloysio Nunes Ferreira
3. Ataídes Oliveira

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL)

TITULARES

Eduardo Amorim
Gim

SUPLENTES

1. Alfredo Nascimento
2. Armando Monteiro

Deputados

PT

TITULARES

José Guimarães
Valmir Assunção

SUPLENTES

1. Sibá Machado
2. Luiz Couto

PMDB

TITULARES

Eduardo Cunha
Marcelo Castro

SUPLENTES

1. Darcísio Perondi
2. Edinho Araújo

PSD

TITULARES

Eduardo Sciarra
Eleuses Paiva

SUPLENTES

1. Guilherme Campos
2. Heuler Cruvinel

PSDB

TITULARES

Carlos Sampaio

SUPLENTES

1. João Campos

PP

TITULARES

Arthur Lira

SUPLENTES

1. Roberto Britto

DEM

TITULARES

Professora Dorinha Seabra Rezende

SUPLENTES

1.

PR

Anthony Garotinho

1.

PSB**TITULARES**

Beto Albuquerque

SUPLENTE

1. Glauber Braga

PDT**TITULAR**

André Figueiredo

SUPLENTE

1. Salvador Zimbaldi

Bloco (PV/PPS)**TITULARES****SUPLENTE**

1.

PTB**TITULARES**

Jovair Arantes

SUPLENTE

1. Antonio Brito

PMN*

* Rodízio nos termos do art. 10-A do
Regimento Comum.

TITULARES

Dr. Carlos Alberto

SUPLENTE

1.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – É o seguinte o calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Publicação no Diário Oficial da União: 15-5-2013.
- Designação da Comissão: 17-5-2013 (SF)
- Instalação da Comissão: 24 horas após designação.
- Emendas: até 21-5-2013 (6 dias após a publicação).
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à Câmara dos Deputados:
- Prazo na Câmara dos Deputados: até 11-6-2013 (até 28º dia).
- Recebimento previsto no Senado Federal: 11-6-2013.
- Prazo no Senado Federal: de 12-6-2013 a 25-6-2013 (42º dia).
- Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados: 25-6-2013.

- Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 26-6-2013 a 28-6-2013 (43º ao 45º dia).
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 29-6-2013 (46º dia).
- Prazo final no Congresso: 13-7-2013.

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Ofícios das Lideranças:

Of. nº 27/13/GLDEM

Brasília, 15 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Jayme Campos, como Titular e o Senador Wilder Moraes, como Suplente, para integrarem a Comissão Mista incumbida do estudo sobre a Medida Provisória nº 614, de 2013.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas.

Ofício nº 133/13 – GLPSDB

Brasília, 15 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os seguintes Senadores para integrarem a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 614, de 2013:

TITULARES

Senador Paulo Bauer
Senador Cyro Miranda

SUPLENTE

Senador Ataídes de Oliveira.
Senador Aloysio N. Ferreira

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

Of. nº 114/2013 – BLUFOR

Brasília, 15 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Eduardo Amorim e Gim, como membros titulares e os Senadores Alfredo Nascimento e Armando Monteiro, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 614, de 2013, que “Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC.

Ofício nº 138-L-Democratas/13

Brasília, 15 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada à Medida Provisória nº 614/13, que “Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências”.

Respeitosamente, – Deputado **Ronaldo Caiado**, Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Consulto o eminente Senador Romero Jucá se deseja falar. *(Pausa.)*

V. Ex^a tem o tempo que desejar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^m Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro que considero extremamente auspicioso para os Municípios e Estados brasileiros e gostaria que todos que estão nos acompanhando, na TV Senado, na Rádio Senado, nas redes sociais, divulgassem essa lei, porque ela beneficia todos os Municípios brasileiros e os 27 Estados da Federação.

A Lei nº 12.810, sancionada anteontem e publicada ontem, pela Presidente Dilma Rousseff, vem dar consequência ao que foi tratado na Medida Provisória nº 589.

A Medida Provisória nº 589 trata, ou tratou, do parcelamento e repactuação das dívidas, com o INSS, de Estados e Municípios. Essa medida provisória foi baseada num projeto de lei de minha autoria, Senador Figueiró. Apresentei um projeto de lei e, depois, tratei do assunto com o Governo. E a Presidenta Dilma, entendendo que essa era uma medida extremamente urgente e emergencial para os Municípios e Estados brasileiros, transformou o meu projeto de lei numa medida provisória. Fui Relator dessa medida provisória, Senador Aloysio Nunes.

Numa negociação extensa, mas bastante construtiva com o Ministério da Fazenda, com o Ministério do Planejamento, com a Casa Civil, conseguimos melhorar o texto da medida provisória. Com isso, nos próximos 90 dias – e é importante que os prefeitos, principalmente, atentem para esse prazo –, todas as

prefeitas e os prefeitos brasileiros deverão, ou poderão, se dirigir à Receita Federal e pedir a repactuação de todas as dívidas com o INSS, parceladas ou não, para um novo sistema de parcelamento e pagamento, o que vai aliviar os Municípios, fazendo com que tenham a capacidade de pagar essa dívida atrasada e, portanto, de se manterem atualizados, pagando também, mensalmente, a dívida vincenda do INSS.

Quais são essas condições? Primeiro, todos os parcelamentos serão repactuados em um só. Essa repactuação abaterá 100% das multas que os Municípios estão devendo; abaterá 50% dos juros que estão sendo cobrados dos Municípios; e abaterá 100% dos encargos devidos, inclusive honorários advocatícios à União. Ao reparcelar, o pagamento será feito ou em 240 meses ou em 1% da média da receita corrente líquida do ano anterior. Portanto, se houver diminuição da receita, haverá diminuição da prestação, e a capacidade de pagamento do Município estará honrada.

Além disso, colocamos na medida provisória, sancionada pela Presidenta Dilma, que, enquanto os pedidos de repactuação, Senador Aloysio, não forem calculados e homologados pela Receita Federal – isso demora um certo tempo –, os Municípios e os Estados deverão pagar 0,5% da receita corrente líquida média como adiantamento para terem as suas certidões já emitidas e deixarem de ser inadimplentes.

Outro dado importante dessa lei é que, se daqui a dois, três, quatro anos surgir uma dívida passada, como é corriqueiro surgir na Previdência, que seja anterior a 28/02/2013 – portanto, todos os débitos até 28/02/2013 estão repactuados – da câmara municipal ou da própria prefeitura, que não tinha sido computada nesse parcelamento, automaticamente essa dívida é incluída no parcelamento sem aumentar a prestação, aumentando o prazo de pagamento, e sem impactar a capacidade de pagamento do Município ou do Estado.

Então, as prefeituras brasileiras – posso dizer isto porque estou aqui há alguns mandatos – nunca tiveram, Senador Aloysio, uma condição como essa para repactuar as suas dívidas e se tornarem adimplentes com o sistema previdenciário.

Quero, aqui, agradecer à Presidenta Dilma Rousseff, que sancionou a medida provisória sem vetos; quero agradecer ao Ministro Mantega; à equipe do Ministério da Fazenda: Dr. Nelson Barbosa, que comandou as negociações, Dr. Diogo e Dr. Demetrius; quero agradecer à Ministra Miriam Belchior, porque nós também colocamos em lei dispositivos de prestação de conta e de retirada de inadimplência por tomada de conta especial de prefeitos que assumiram prefeituras inadimplentes. Essas prefeituras só tinham a retirada da inadimplência quando a tomada de conta especial

era implementada pelo Ministério. Muitas vezes, uma tomada de contas especial demora dois, três, quatro anos para ser instalada, e o Município ficava prejudicado. Agora, com essa lei, ao solicitar o prefeito a tomada de contas especial, automaticamente é retirado da inadimplência esse registro de convênios anteriores feitos por outras administrações.

Então, é um benefício enorme que estamos fazendo a todos os prefeitos e governadores que assumem as administrações, com um passivo que não sabem como tratar, que é problema. E o Município pagava a conta porque ficava inadimplente enquanto o governo não tivesse a condição operacional de instalar uma tomada de contas especial – e existem milhares de tomadas de contas especiais para serem instaladas.

Quero agradecer à Ministra Miriam; ao Dr. Guilherme Estrada, da Secretaria-Executiva; à Ministra Ideli; ao Paulo Argenta; à Ministra Gleisi Hoffmann; ao Beto Vasconcelos e ao Dr. Ivo.

Concedo um aparte ao Senador Aloysio Nunes.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Senador Romero Jucá, acompanhei a luta de V. Ex^a em torno desse tema. Acompanhei e quero lembrar à Casa que V. Ex^a teve integral apoio da Bancada do PSDB em torno do projeto que tramitou aqui e mesmo depois de editada a medida provisória.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Exatamente.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Uma iniciativa de V. Ex^a que é tanto mais oportuna e necessária, quanto mais opressiva vem-se tornando a situação financeira dos Municípios brasileiros, por força de um contínuo e acelerado processo de concentração de receita nas mãos da União e, também, pelo fato de que o Governo Federal, ao conceder incentivos tributários a diversos setores da economia, renuncia à parte da receita que cabe aos Municípios, por via do Fundo de Participação dos Municípios. Desonerações de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Renda acabam por diminuir o volume do Fundo de Participação dos Municípios, que é distribuído a todos os Municípios brasileiros, levando muitos Municípios do nosso País, não apenas das regiões mais pobres, mas também do meu Estado, o Estado de São Paulo, a uma situação verdadeiramente desesperadora. Então, o projeto de V. Ex^a é oportuno, necessário e teve todo o nosso apoio. Agora, apenas uma observação. V. Ex^a é um Senador da Base do Governo e respeitado por todos nós, tem essa possibilidade de diálogo com o Executivo, que, infelizmente, a oposição não tem. A oposição é tratada, aqui, como inimigo, não é como componente do sistema democrático. Esse diálogo que V. Ex^a acaba de relatar é um diálogo produtivo, que,

penso eu, deveria ser uma regra geral no relacionamento entre Executivo e Legislativo. O que acontece, normalmente, com iniciativas da oposição, é a chamada grilagem de ideias, Senador Ruben Figueiró: o Senador ou Deputado apresenta um projeto, o Governo vai lá e se apropria da ideia, às vezes uma boa ideia, e transforma essa ideia em medida provisória. Para obviar este inconveniente e, digamos assim, desestimular esta prática, eu apresentei uma proposta de emenda à Constituição, Senador Jucá, Senador Figueiró, que concede ao Poder Executivo a faculdade de requerer urgência constitucional para projetos de iniciativa parlamentar, ou mesmo de iniciativa do Ministério Público ou do Poder Judiciário, para dar a eles o rito da urgência constitucional, que é até mais rápido, do ponto de vista do desenlace, do que o rito da medida provisória: 45 dias no Senado, 45 dias na Câmara, e se vota, e se resolve o problema. É uma medida que, eu penso, aperfeiçoará essa relação entre o Executivo e o Legislativo. Mas, mais uma vez, Sr. Senador, o objetivo principal do meu aparte é congratular-me com V. Ex^a pela feliz iniciativa que tanto vai aliviar a condição dos Municípios do nosso País.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes, e quero, realmente, registrar que nós tivemos o apoio de todos os partidos. Os partidos inclusive de oposição votaram a favor, nós aprovamos essa matéria, por unanimidade, na Câmara e no Senado. Portanto, uma matéria suprapartidária, porque atende a todos os Municípios e ao povo brasileiro.

Quero registrar, também, que tenho a mesma posição de V. Ex^a quanto aos projetos de tramitação. Sempre defendi que o Governo, de certa forma, apoiasse projetos de iniciativas parlamentares em vez de apresentar novas iniciativas. É assim, por exemplo, que nós estamos tratando a questão da regulamentação do emprego doméstico. Eu sou relator da Comissão Mista que regulamenta a Constituição e nós estamos tratando com o Governo, colocando, exatamente, que as contribuições do Governo venham para a Comissão, para que a gente possa efetivamente apresentar rapidamente uma proposta. Nós temos que valorizar o trabalho legislativo.

E quero dizer que essa posição, o projeto por V. Ex^a, a emenda à Constituição, tem o meu apoio. Nós vamos trabalhar e vamos votar essa matéria rapidamente aqui no Plenário do Senado e cobrar da Câmara, já que é uma medida que procura a valorização e o congraçamento de trabalho em parceria do Executivo e do Legislativo, para que nós possamos criar, efetivamente, esse instrumento para que possa haver urgência constitucional.

Se nós tivermos esse dispositivo, sem dúvida nenhuma, nós pouparemos tempo, nós valorizaremos o trabalho do Legislativo. Existem excelentes propostas tramitando, e, muitas vezes, V. Ex^a tem razão, o Governo entra com uma proposta nova, parecida, senão similar, na Câmara dos Deputados, tendo que fazer toda a tramitação, quando, na verdade, os temas já estão em discussão aqui no Congresso.

Então, quero parabenizar V. Ex^a pelo projeto, pela emenda à Constituição e dizer que conte com o meu apoio não só para votar como também para ajudar a agilizar, a tornar os procedimentos mais rápidos para aprovarmos rapidamente.

Para concluir, Sr. Presidente, quero pedir a transcrição da Lei 12.810 e, mais uma vez, alertar a sociedade e os prefeitos de que existe o prazo de 90 dias para que esta opção seja feita nas delegacias da Receita Federal. Então, é importante que os prefeitos se informem.

E peço à TV Senado e à Rádio TV que divulguem essa lei em todos os rincões do nosso País, para que todos os Municípios, do menor para o maior Município do Brasil, tenham condições de participar desse parcelamento, porque, sem dúvida nenhuma, melhora as condições do Município, da Administração e, consequentemente, melhora as condições de atendimento no Município, com serviços públicos à sua população e, portanto, a toda a população brasileira.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Senador Romero Jucá, permita-me, neste instante, primeiramente, cumprimentá-lo pela excelência da lei que V. Ex^a faz pública hoje à Nação.

Quero dizer também que seria muito importante que essa lei tivesse um nome: Lei Romero Jucá, em homenagem ao trabalho de V. Ex^a.

Há muito tempo admiro o seu trabalho, mesmo antes quando eu era um simples cidadão, ouvindo a TV Senado, a sua participação intensa, a sua ação, como eu diria no meu Estado, de formiguinha, perseguindo os projetos, dando-lhes dinamismo, liderando as bancadas que V. Ex^a representava e representa. Então, V. Ex^a é motivo de exemplo, de estímulo aos Parlamentares brasileiros.

Eu acho que esse reconhecimento já é nacional. Pelo menos no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, V. Ex^a está sendo homenageado. Sei que no próximo dia 21, terça-feira, a Assembleia Legislativa do Estado irá

prestar-lhe uma homenagem como cidadão sul-mato-grossense.

Eu, como cidadão de origem de Mato Grosso do Sul, sinto-me também honrado e feliz por esta distinção que os Deputados estaduais, representantes legítimos do povo do meu Estado, conferem a V. Ex^a.

Meus cumprimentos, portanto, pela lei que acaba de ser sancionada pela Senhora Presidente da República, fruto do trabalho e da inteligência de V. Ex^a, e também pelo fato de V. Ex^a receber uma homenagem justíssima do meu Estado.

Repito, meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Figueiró, meu caro Presidente, agradeço as palavras de V. Ex^a, que, para mim, são um estímulo. Vindo de V. Ex^a, com a bagagem política e a experiência, com toda a história que tem na política, para mim é muito importante esse posicionamento.

Realmente, quero agradecer e registrar que estarei realmente no dia 21, na terça-feira próxima, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, recebendo o título de cidadão de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Do Sul.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Mato Grosso do Sul.

Para mim é uma honra muito grande ir a Campo Grande receber o título de cidadão do Mato Grosso do Sul, trabalhar em parceria. Mato Grosso do Sul que tem aqui Senadores valorosos como V. Ex^a, como o Senador Delcídio, como o Senador Moka.

Para mim é uma honra e um orgulho muito grande ter reconhecido o meu trabalho por um Estado que eu admiro tanto. É um Estado que é uma fronteira moderna. É um Estado que serve de exemplo, em seu processo de crescimento, para todo o Brasil.

Portanto, para mim, será uma honra e um orgulho muito grande receber, na próxima terça-feira, esse título de cidadão do Mato Grosso do Sul. Pessoalmente, estarei lá, junto com a minha esposa exatamente para receber esse galardão, que nem sei se mereço. Mas, sem dúvida, para mim é um reconhecimento que serve de estímulo muito grande e amplia a minha parceria, o meu compromisso com o Brasil, com o meu Estado de Roraima e agora com o meu Estado, também, do Mato Grosso do Sul, já que serei cidadão daquele Estado também.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CL Nº 93

Brasília - DF, quinta-feira, 16 de maio de 2013

ISSN 1677-7042



LEI Nº 12.810, DE 15 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.868, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os débitos com a Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas, relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e às respectivas obrigações acessórias, provenientes de competências vencidas até 28 de fevereiro de 2013, inclusive décimo terceiro salário, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajustada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, serão consolidados e pagos em 240 (duzentas e quarenta) parcelas a serem pagas no respectivo Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União, ou em prestações equivalentes a 1% (um por cento) da média mensal da receita corrente líquida do Estado, do Distrito Federal ou do Município, o que for de menor prestação.

§ 1º Os débitos cujos fatos geradores ocorrerem até 28 de fevereiro de 2013, que forem apurados posteriormente, serão incorporados ao parcelamento de que trata o caput, mediante aumento do número de parcelas, não implicando no aumento do valor das prestações.

§ 2º Os débitos parcelados terão redução de 100% (cem por cento) das multas de mora ou de ofício, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios.

§ 3º Os contribuintes que tiverem optado pelos parcelamentos previstos no art. 1º da Medida Provisória nº 589, de 13 de novembro de 2012, poderão optar, na forma de regulamento, pelo parcelamento dos respectivos débitos segundo as regras previstas neste artigo até o último dia útil do 3º (terceiro) mês subsequente ao da publicação desta Lei.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, entende-se como receita corrente líquida aquela definida nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º O percentual de 1% (um por cento) será aplicado sobre a média mensal da receita corrente líquida referente ao ano anterior ao do vencimento da parcela, publicada de acordo com o previsto nos arts. 52, 53 e 63 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2º Para fins de cálculo das parcelas mensais, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios obrigam-se a encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, o demonstrativo de apuração da receita corrente líquida de que trata o inciso I do caput do art. 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.



2

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 93, quinta-feira, 16 de maio de 2013

§ 3º As parcelas com vencimento em janeiro, fevereiro e março de cada ano serão aplicadas os limites utilizados no ano anterior, nos termos do § 1º.

§ 4º As informações de que trata o § 2º, prestadas pelo ente político, poderão ser revistas de ofício.

Art. 3º A adesão ao parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei implica autorização pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município para a retenção, no FPE ou no FPM, e repasse à União do valor correspondente às obrigações previdenciárias correntes dos meses anteriores ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação, no caso de não pagamento no vencimento.

§ 1º A retenção e o repasse serão efetuados a partir da mês seguinte ao vencimento da obrigação previdenciária não paga, com a incidência dos encargos legais devidos até a data da retenção.

§ 2º Na hipótese de não apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social - GFIP, no prazo legal, o valor a ser retido nos termos do § 1º corresponderá à média das últimas 12 (doze) competências recolhidas ou devidas, sem prejuízo da cobrança, da restituição ou da compensação de eventuais diferenças.

§ 3º A retenção e o repasse do FPE ou do FPM serão efetuados obedecendo-se à seguinte ordem de preferência:

- I - as obrigações correntes não pagas no vencimento;
- II - as prestações do parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei; e
- III - as prestações dos demais parcelamentos que tenham essa previsão.

§ 4º Na hipótese de o FPE ou o FPM não ser suficiente para retenção do somatório dos valores correspondentes às obrigações devidas na forma do § 3º, o valor da diferença não retida deverá ser recolhido por meio de Guia da Previdência Social - GPS.

Art. 4º O deferimento do pedido de parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei fica condicionado à apresentação pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município, na data da formalização do pedido, do demonstrativo referente à apuração da receita corrente líquida do ano calendário anterior ao da publicação desta Lei.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidente da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2

Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3

Publicação de contratos,
editais, avisos e credenciais

JOHCE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE ABRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DIAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes, autorizações
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas.

Assinatura eletrônica: assinatura@imn.gov.br
SAC: 0800-0110000, CEP: 70010-000, Brasília - DF
e-mail: assinatura@imn.gov.br
Fone: (061) 725-6767

Art. 5º As prestações do parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei serão exigíveis mensalmente, a partir do último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao mês do seu pedido.

Art. 6º O parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei será rescindido nas seguintes hipóteses:

I - falta de recolhimento de diferença não retida no FPE ou no FPM por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;

II - inadimplência de débitos referente aos tributos abrangidos pelo parcelamento com competência igual ou posterior a março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;

III - constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de diferença de débito correspondente à obrigação previdenciária abrangida pelo parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei, salvo se integralmente paga no prazo de 60 (sessenta dias), contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial; ou

IV - falta de apresentação das informações relativas ao demonstrativo de apuração da receita corrente líquida referido no § 2º do art. 2º.

Parágrafo único. A critério do ente político, a diferença de que trata o inciso III do caput poderá ser incluída no parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 7º Os pedidos de parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei deverão ser formalizados até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação desta Lei, na unidade da Receita Federal do Brasil de circunscrição do requerente, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos do parcelamento anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Lei.

§ 1º A existência de outras modalidades de parcelamento em curso não impede a concessão do parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei.

§ 2º Ao ser protocolado pelo ente federativo o pedido de parcelamento, fica suspensa a exigibilidade dos débitos incluídos no parcelamento perante a Fazenda Nacional, que emitirá certidão positiva do ente, com efeito negativo, em relação aos referidos débitos.

§ 3º Em seguida à formalização do pedido de parcelamento e até que seja consolidado o débito e calculado o valor das parcelas a serem pagas na forma do art. 1º desta Lei, será retido o correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) da média mensal da receita corrente líquida do ano anterior do respectivo Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União, como antecipação dos pagamentos a serem efetuados no momento do início efetivo do parcelamento.

§ 4º A adesão ao parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei não afeta os termos e condições de abatimentos e reduções de parcelamentos concedidos anteriormente.

Art. 8º Ao parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 12, 13 e 14-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 9º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito das respectivas competências, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 10. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 32-B:

"Art. 32-B. Os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações e as empresas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujas Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos estão definidas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ficam obrigados, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, a apresentar:

- I - a contabilidade entregue ao Tribunal de Controle Externo; e
- II - a folha de pagamento.

Parágrafo único. As informações de que trata o caput deverão ser apresentadas até o dia 30 de abril do ano seguinte ao encerramento do exercício."

Art. 11. (VETADO).

Art. 12. Os débitos com a Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas, relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, vencidos até 28 de fevereiro de 2013, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajustada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, serão contabilizados e pagos em 240 (duzentas e quarenta) parcelas a serem retidas no Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União.

§ 1º Os débitos cujas faixas geradoras ocorrerem até 28 de fevereiro de 2013, que foram apurados posteriormente, poderão ser incorporados ao parcelamento de que trata o caput, mediante aumento do número de parcelas, não implicando no aumento do valor das prestações.

§ 2º Os débitos parcelados terão redução de 100% (cem por cento) das multas de mora no de ofício, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) dos encargos legais.

§ 3º Os pedidos de parcelamento de que trata o caput deste artigo deverão ser formalizados até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação desta Lei, na unidade da Receita Federal do Brasil de circunscrição do requerente, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos do parcelamento anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Lei.

§ 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, editarão os atos necessários à execução do parcelamento de que trata o caput.

Art. 13. O art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 2º

§ 7º Excluem-se do disposto no inciso III do caput deste artigo os valores de transferências decorrentes de convênio, contrato de repasse ou instrumento congêneres com objeto definido." (NR)

Art. 14. O art. 1º da Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º No caso de doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, inclusive programas de remuneração por serviços ambientais, e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros, na forma estabelecida em regulamento, há isenção da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS." (NR)

Art. 15. O art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. Fica suspensa a restrição para transferência de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de ações sociais ou ações em faixa de fronteira, em decorrência de inadimplências objetivas de registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI." (NR)

Art. 16. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-A:

"Art. 26-A. O órgão ou entidade que receber recursos para execução de convênios, contratos de repasse e termos de parcelas na forma estabelecida pela legislação federal estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, observando-se o disposto nos §§ 1º a 10 deste artigo.

§ 1º Norma específica disporá sobre o prazo para prestação de contas e instauração de tomada de contas especial, se for o caso.

§ 2º Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido, será concedido o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

§ 3º Para os convênios em que não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência de juros de mora, mas com os rendimentos da aplicação financeira.

§ 4º Apresentada a prestação de contas, o concedente deverá apreciá-la aprovando ou rejeitando, total ou parcialmente, as contas, de forma motivada.

§ 5º Na ocorrência de uma das hipóteses de inadimplência previstas nos §§ 1º a 4º, ou no caso de as contas prestadas serem rejeitadas total ou parcialmente, o concedente registrará a inadimplência no sistema de gestão do instrumento e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial, ou outro procedimento de apuração no qual sejam garantidos oportunos e contraditórios e a ampla defesa das partes envolvidas.

§ 6º Confirmada a existência de prejuízo ao erário ou desvio dos recursos na forma do § 5º, serão implementadas medidas administrativas ou judiciais para recuperação dos valores, sob pena de responsabilização solidária.

§ 7º Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestarem contas dos recursos provenientes de convênios, contratos de repasse e termos de parcerias firmados pelos seus antecessores.

Nº 93, quinta-feira, 16 de maio de 2013

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

3



§ 8º Na impossibilidade de atender ao disposto no § 7º, deverão ser apresentadas ao concedente justificativas que demonstrem o impedimento de prestar contas e solicitação de instauração de tomada de contas especial.

§ 9º Adotada a providência prevista no § 8º, o registro de inadimplência do órgão ou entidade será suspenso, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, pelo concedente.

§ 10. Norma específica disporá sobre o prazo para registro de inadimplência no sistema de gestão do instrumento e a forma de notificação prevista com os referidos prazos.

Art. 17. O art. 56 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando o parágrafo único para § 1º:

"Art. 56.

§ 1º (Revogado pela Medida Provisória nº 2187-13, de 2001).

§ 2º Os recursos do FPE e do FPM não transferidos em decorrência da aplicação do caput deste artigo poderão ser utilizados para quitação, total ou parcial, dos débitos relativos às contribuições de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 desta Lei, a pedido do representante legal do Estado, Distrito Federal ou Município." (NR)

Art. 18. Os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens transmitidos com tecnologia digital controlarão seus sinais de áudio de modo que não haja elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais." (NR)

"Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código Brasileiro de Comunicações." (NR)

Art. 19. O art. 60 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 60.

§ 2º A partir de 1º de abril de 2013, em relação às operadoras e agências de viagem não se aplica o limite previsto no § 1º, desde que cadastradas no Ministério do Turismo e que as operações previstas no caput sejam realizadas por intermédio de instituição financeira domiciliada no País.

§ 3º O Poder Executivo disporá sobre os limites e as condições para utilização do benefício.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao caso de beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida ou beneficiado por regime fiscal privilegiado, de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996." (NR)

Art. 20. Os arts. 2º, 3º e 4º-A da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.

§ 2º As instituições financeiras públicas federais que se enquadram nas disposições do § 5º do art. 1º desta Lei poderão atuar no PNMPO por intermédio de sociedade na qual participe direta ou indiretamente, desde que tal sociedade tenha por objeto prestar serviços necessários à contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e que esses serviços não representem atividades privativas de instituições financeiras, devendo essa sociedade habilitar-se no Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 3º Para o atendimento do disposto no § 2º deste artigo, as instituições financeiras públicas federais, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão constituir sociedade ou adquirir participação em sociedade sediada no Brasil, sendo vedada a aquisição das instituições de microcrédito produtivo orientado relacionadas no § 6º do art. 1º desta Lei.

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado);

IV - (revogado).

§ 4º As operações de microcrédito produtivo rural efetuadas no âmbito do Prona, com agricultores familiares enquadrados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, desde que obedçam à metodologia definida no § 3º do art. 1º desta Lei, podem ser consideradas como microcrédito produtivo orientado integrante do PNMPO.

§ 5º Na operacionalização do microcrédito produtivo rural de que trata o § 4º deste artigo, as instituições de microcrédito produtivo orientado, de que trata o § 6º do art. 1º desta Lei, poderão, sob responsabilidade da instituição financeira mandante, prestar os seguintes serviços:

I - recepção e encaminhamento à instituição financeira de propostas de abertura de contas de depósitos à vista e de conta de poupança;

II - recepção e encaminhamento à instituição financeira de pedidos de empréstimos, de financiamentos e de renegociação;

III - elaboração e análise da proposta de crédito e preenchimento de ficha cadastral e dos instrumentos de crédito, com a conferência da exatidão das informações prestadas pelo proponente, à vista de documentação competente;

IV - execução de serviços de cobrança não judicial;

V - realização de visitas de acompanhamento e de orientação, e elaboração dos respectivos laudos e/ou relatórios;

VI - guarda de documentos, na qualidade de fiel depositário." (NR)

"Art. 3º.

III - os requisitos para a habilitação das instituições de microcrédito produtivo orientado e das sociedades de que trata o § 2º do art. 2º desta Lei, no PNMPO, dentre os quais deverão constar:

§ 1º.

III - o acompanhamento, por amostragem, pelas instituições financeiras operadoras nas instituições de microcrédito produtivo orientado, nas sociedades de que trata o § 2º do art. 2º desta Lei e nos tomadores finais dos recursos;

"(NR)

"Art. 4º-A.

§ 1º A subvenção de que trata o caput fica limitada à respectiva dotação orçamentária fixada para o exercício.

"(NR)

Art. 21. A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 285-B:

"Art. 285-B. Nos litígios que tenham por objeto obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controver, quantificando o valor incontroverso.

Parágrafo único. O valor incontroverso deverá continuar sendo pago no tempo e modo contratados."

Art. 22. Compete ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito das respectivas competências:

I - autorizar e supervisionar o exercício da atividade de depósito centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários; e

II - estabelecer as condições para o exercício da atividade prevista no inciso I.

Art. 23. O depósito centralizado, realizado por entidades qualificadas como depositários centrais, compreende a guarda centralizada de ativos financeiros e de valores mobiliários, fungíveis e infungíveis, o controle de sua titularidade efetiva e o tratamento de seus eventos.

Parágrafo único. As entidades referidas no caput são responsáveis pela integridade dos sistemas por elas mantidos e dos registros correspondentes aos ativos financeiros e valores mobiliários sob sua guarda centralizada.

Art. 24. Para fins do depósito centralizado, os ativos financeiros e valores mobiliários, em forma física ou eletrônica, serão transferidos no regime de titularidade fiduciária para o depositário central.

§ 1º A constituição e a extinção da titularidade fiduciária em favor do depositário central serão realizadas, inclusive para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, exclusivamente com a inclusão e a baixa dos ativos financeiros e valores mobiliários nos controles de titularidade da entidade.

§ 2º Os registros do emissor ou do escriturador dos ativos financeiros e dos valores mobiliários devem refletir fielmente os controles de titularidade do depositário central.

§ 3º Os ativos financeiros e valores mobiliários transferidos na forma do caput:

I - não se comunicam com o patrimônio geral ou com outros patrimônios especiais das entidades qualificadas como depositário central;

II - devem permanecer nas contas de depósito centralizado em nome do respectivo titular efetivo ou, quando admitido pela regulamentação pertinente, de seu representante, até que sejam resgatados, retirados de circulação ou restituídos aos seus titulares efetivos; e

III - não são passíveis de constituição de garantia pelas entidades qualificadas como depositários centrais e não respondem pelas suas obrigações.

§ 4º O depositário central não pode dispor dos ativos financeiros e dos valores mobiliários recebidos em titularidade fiduciária e fica obrigado a restituí-los ao seu titular efetivo ou, quando admitido pela regulamentação pertinente, ao seu representante, com todos os direitos e ônus que lhes tiverem sido atribuídos enquanto mantidos em depósito centralizado.

Art. 25. A titularidade efetiva dos ativos financeiros e dos valores mobiliários objeto de depósito centralizado se presume pelos controles de titularidade mantidos pelo depositário central.

Parágrafo único. A transferência dos ativos financeiros e dos valores mobiliários de que trata o caput dá-se exclusivamente em conformidade com instruções recebidas.

Art. 26. Aplica-se o disposto no art. 63-A da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, à constituição de quaisquer gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de depósito centralizado, independentemente da natureza do negócio jurídico a que digam respeito.

Art. 27. Permanece aplicável às ações e aos valores mobiliários emitidos com amparo no regime da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o disposto no seu art. 41, observando-se, no que couber, os procedimentos fixados nesta Lei.

Art. 28. Compete ainda ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito das respectivas competências:

I - autorizar e supervisionar o exercício da atividade de registro de ativos financeiros e de valores mobiliários; e

II - estabelecer as condições para o exercício da atividade prevista no inciso I.

Parágrafo único. O registro de ativos financeiros e de valores mobiliários compreende a escrituração, o armazenamento e a publicidade de informações referentes a transações financeiras, ressaltados os sigilos legais.

Art. 29. Aplicam-se às entidades autorizadas a exercer a atividade de depósito centralizado e às entidades autorizadas a exercer a atividade de registro de ativos financeiros e de valores mobiliários, e a seus administradores e membros de conselhos fiscais, consultivos e assessoriais, as mesmas penalidades, medidas coercitivas e meios alternativos de solução de controvérsias previstos na legislação especial aplicável às câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação.

Art. 30. O § 2º do art. 34 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34.

§ 2º Somente as instituições financeiras autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários podem manter serviços de escrituração de ações e de outros valores mobiliários.

"(NR)

Art. 31. O caput do art. 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. Compete à Comissão autorizar a atividade de custódia de valores mobiliários, cujo exercício será privativo das instituições financeiras, entidades de compensação e das entidades autorizadas, na forma da lei, a prestar serviços de depósito centralizado,

"(NR)

Art. 32. O art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 167.

II -



4

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 93, quinta-feira, 16 de maio de 2013

30. da sub-rogação de dívida, da respectiva garantia fiduciária ou hipotecária e da alteração das condições contratuais, em nome do credor que venha a assinar tal condição na forma do disposto pelo art. 31 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, ou do art. 347 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, realizada em ato único, a requerimento do interessado instruído com documento comprobatório firmado pelo credor original e pelo mutuário." (NR)

Art. 33. O art. 31 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 31."

Parágrafo único. Nos casos de transferência de financiamento para outra instituição financeira, o pagamento da dívida à instituição credora original poderá ser feito, a favor do mutuário, pela nova instituição credora." (NR)

Art. 34. A Lei nº 9.514, de 20 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo II-A:

"CAPÍTULO II-A DO REFINANCIAMENTO COM TRANSFERÊNCIA DE CREDOR

Art. 33-A. A transferência de dívida de financiamento imobiliário com garantia real, de um credor para outro, inclusive sob a forma de sub-rogação, obriga o credor original a emitir documento que ateste, para todos os fins de direito, inclusive para efeito de averbação, a validade da transferência.

Parágrafo único. A emissão do documento será feita no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a quitação da dívida original.

Art. 33-B. Para fins de efetivação do disposto no art. 33-A, a nova instituição credora deverá informar à instituição credora original, por documento escrito ou, quando solicitado, eletrônico, as condições de financiamento oferecidas ao mutuário, inclusive as seguintes:

- I - a taxa de juros do financiamento;
- II - o custo efetivo total;
- III - o prazo da operação;
- IV - o sistema de pagamento utilizado; e
- V - o valor das prestações.

§ 1º A instituição credora original terá prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento das informações de que trata o caput, para solicitar à instituição proponente da transferência o envio dos recursos necessários para efetivar a transferência.

§ 2º O mutuário da instituição credora original poderá, a qualquer tempo, enquanto não encaminhada a solicitação de envio dos recursos necessários para efetivar a transferência de que trata o § 1º, decidir pela não efetivação da transferência, sendo vedada a cobrança de qualquer tipo de ônus ou custo por parte das instituições envolvidas.

§ 3º A eventual desistência do mutuário deverá ser informada à instituição credora original, que terá até 2 (dois) dias úteis para transmiti-la à instituição proponente da transferência.

Art. 33-C. O credor original deverá fornecer a terceiros, sempre que formalmente solicitado pelo mutuário, as informações sobre o crédito que se fizerem necessárias para viabilizar a transferência referida no art. 33-A.

Parágrafo único. O credor original não poderá realizar ações que impeçam, limitem ou dificultem o fornecimento das informações requeridas na forma do caput.

Art. 33-D. A instituição credora original poderá exigir ressarcimento financeiro pelo custo de originção da operação de crédito, o qual não poderá ser repassado ao mutuário.

§ 1º O ressarcimento disposto no caput deverá ser proporcional ao valor do saldo devedor apurado à época da transferência e decrescente com o decurso de prazo desde a assinatura do contrato, cabendo sua liquidação à instituição proponente da transferência.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional disciplinará o disposto neste artigo, podendo inclusive limitar o ressarcimento considerando o tipo de operação de crédito ou o prazo decorrido desde a assinatura do contrato de crédito com a instituição credora original até o momento da transferência.

Art. 33-E. O Conselho Monetário Nacional e o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no âmbito de suas respectivas competências, expedirão as instruções que se fizerem necessárias à execução do disposto no parágrafo único do art. 31 e nos arts. 33-A a 33-D desta Lei.

Art. 33-F. O disposto nos arts. 33-A a 33-E desta Lei não se aplica às operações de transferência de dívida decorrentes da cessão de crédito entre entidades que compõem o Sistema Financeiro da Habitação, desde que a citada transferência independa de manifestação do mutuário."

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Revogam-se os §§ 1º e 3º do art. 1º e o art. 3º da Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008.

Art. 37. Revoga-se o parágrafo único do art. 293 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 38. Revogam-se o § 3º do art. 25 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e o art. 6º da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.

Brasília, 15 de maio de 2013; 192ª da Independência e 125ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Guilherme Marinho

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – V. Exª será o quarto Senador e o mais ilustre da nossa bancada.

Mato Grosso do Sul ficará muito honrado com esse título que será conferido a V. Exª.

Meus respeitos.

Quero dizer a V. Exª também que o seu requerimento será publicado, na íntegra, conforme deseja. A Nação precisa dele tomar conhecimento.

Eu gostaria de assinalar a presença dos jovens alunos de nível fundamental do Colégio Sesi, certamente aqui do Distrito Federal.

Tenham as senhoritas e os senhores jovens o nosso respeito, a nossa admiração. Desejamos que V. Sªs conheçam o Parlamento nacional e vejam que aqui há trabalho no sentido de servir a nossa Pátria e, sobretudo, a nossa juventude, que irá dirigir o nosso País no futuro.

Sejam bem-vindos aqui, jovens.

Esta Presidência comunica o término do prazo de vigência, em 16 de maio do corrente, da **Medida Provisória nº 596, de 2012**, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e

da Integração Nacional, no valor de R\$573.330.080,00, para os fins que especifica.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência da Mesa comunicará o fato a Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida medida.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Nada mais havendo que tratar, esta Presidência encerra a sessão, convocando outra para o dia e hora regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 12 minutos.)

PARECER

Nº 17, DE 2013-CN

DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A
PROFERIR PARECER À MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 605, DE 2013, QUE *Altera a
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em
que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e
estabelece seus objetivos.*

RELATOR: Deputado ALEXANDRE SANTOS

Í - RELATÓRIO

A Medida Provisória (MPV) nº 605, publicada em 24 de janeiro de 2013, altera o artigo 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, acrescentando dois novos objetivos à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Essas alterações têm a finalidade de permitir que a CDE proveja recursos para conceder descontos nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, bem como para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração hidrelétrica, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

No prazo regimental foram apresentadas 37 emendas, sintetizadas no Anexo I deste parecer.

Cabe salientar que, para melhor entendimento da matéria, esta Comissão realizou três reuniões de audiência pública, com a participação de representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Tribunal de Contas da União (TCU), Eletrobrás, bem como de associações que representam os diversos segmentos do setor elétrico.

II - VOTO DO RELATOR

II.1 - Da Admissibilidade e Pressupostos de Relevância e Urgência

Os pressupostos de urgência e relevância para adoção de medida provisória pelo Presidente da República foram estabelecidos no art. 62 da Constituição Federal.

O § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, por sua vez, dispõe que "no dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato". Em atendimento a essa disposição, o Poder Executivo encaminhou a Mensagem nº 16, de 23 de janeiro de 2013, (Mensagem nº 9, de 2013-CN) indicando as razões para sua adoção.

A exposição de motivos Interministerial nº 2/2013 MME-MF, justifica os motivos para edição da referida medida provisória, no que se refere à relevância e urgência. Segundo o texto, foi proposto novo uso para os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, com o objetivo de compensar os efeitos de não adesões de concessionários de geração às prorrogações previstas pela Lei nº 12.783/2013, de modo a alcançar a meta de redução tarifária de vinte por cento. Ainda conforme o documento, foi também sugerido que a CDE destine recursos para compensar os descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, transferindo para a conta a tarefa de executar políticas públicas hoje arcadas pelos consumidores de cada concessionária. Por fim, informa que o caráter de urgência da medida decorre da premência na realização das revisões tarifárias extraordinárias previstas no artigo 13 da Lei nº 12.783/2013, e no artigo 15 do Decreto nº 7.805/2012.

Entendemos que não pairam dúvidas sobre a relevância da medida provisória, essencial para alcançar a providencial redução das contas de energia elétrica, que trará significativos ganhos econômicos e

melhoria das condições de vida de toda a população. A urgência resta também inquestionável, pois os ajustes legais precisavam ser realizados ainda no mês de janeiro deste ano, permitindo que a Aneel efetivasse as revisões extraordinárias que modificariam as tarifas cobradas pelas concessionárias de distribuição.

Dessa forma, constata-se que foram cumpridas as condições exigidas pela Constituição Federal e pela Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional quanto à edição e ao encaminhamento da matéria. Somos, portanto, pela admissibilidade da presente medida provisória.

II.2 - Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

A Medida Provisória nº 605, de 2013, versa sobre matéria de competência legislativa da União, nos termos da Constituição Federal e não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º do artigo 62 da Carta Magna. Também não se reporta a matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional. Da mesma forma, quanto aos aspectos da juridicidade e técnica legislativa, inexistem quaisquer objeções a levantar.

Em relação às emendas apresentadas, não encontramos vícios concernentes à constitucionalidade ou juridicidade que nos impeçam de apreciá-las. Apesar de algumas delas possuírem algumas imperfeições de técnica legislativa, não verificamos falhas que obstem que sejam apreciadas no mérito.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 605, de 2013, e das emendas a ela oferecidas.

II.3 - Da Adequação Financeira e Orçamentária

O artigo 13 da Lei nº 10.438/2002, com a redação dada pela Lei nº 12.783/2013, estabeleceu como fontes de recursos da CDE quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final, pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, multas aplicadas pela Aneel e créditos da União contra Itaipu Binacional. Esse mesmo artigo estabelece ainda que o montante a ser arrecadado em quotas anuais da

CDE corresponderá à diferença entre as necessidades de recursos e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes mencionadas.

Por sua vez, o artigo 7º da Medida Provisória nº 600, de 2012, autoriza a União a destinar à CDE os recursos financeiros provenientes de cessão onerosa de títulos de Itaipu ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas operações, portanto, correspondem à antecipação de receitas referentes a esses créditos.

Verificamos, assim, que as fontes de recursos alocados à CDE, bem como a existência de mecanismos que agregam grande flexibilidade para a realização das receitas requeridas, permitem que a Conta absorva integralmente os novos objetivos acrescentados pela medida provisória em exame.

Por conseguinte, não vislumbramos incompatibilidade ou inadequação orçamentária ou financeira na norma que ora analisamos. Tampouco verificamos incompatibilidades ou inadequações financeiras ou orçamentárias que nos impeçam de avaliar o mérito das emendas oferecidas.

Pelo exposto, somos pela adequação orçamentária e financeira da MPV nº 605, de 2013, bem como das emendas a ela apresentadas.

II.4 - Do Mérito

No mérito, acreditamos que a ampliação dos objetivos da Conta de Desenvolvimento Energético promovida pela medida provisória em causa é oportuna, tendo sido imprescindível para garantir a histórica redução tarifária de energia elétrica. Os dezoito por cento de redução média das tarifas residenciais serão de grande importância para aliviar o orçamento doméstico das famílias brasileiras, liberando recursos que poderão ser aplicados na melhoria da qualidade de vida. A queda dos preços da energia do setor industrial, que chega a 32%, permitirá o incremento das atividades produtivas e o aumento da competitividade da economia brasileira, contribuindo para a elevação dos investimentos, empregos e, até mesmo, da arrecadação de tributos, o que concorrerá para evolução na prestação de serviços públicos como saúde, educação e segurança. Ainda sob o aspecto macroeconômico, a

queda no preço da energia elétrica contribui também para importante diminuição dos índices inflacionários de nosso País.

Mas a iniciativa traz ainda benefícios adicionais. A norma criou as condições para que a regulamentação da matéria viesse a corrigir algumas distorções que persistiam no setor elétrico, trazendo mudanças estruturais de caráter permanente. Isso é o caso de algumas políticas públicas de âmbito nacional que vinham sendo subvencionadas apenas pelos consumidores de cada distribuidora, de forma assimétrica e, muitas vezes, injusta. Como exemplo, podemos citar os descontos nas tarifas de distribuição concedidos aos geradores que utilizam fontes incentivadas de energia, que acabavam por sobrecarregar os consumidores das regiões onde estão concentradas essas fontes, como Estados do Nordeste, pródigos em energia eólica. Da mesma forma, passaram a ser custeados pela CDE descontos nas tarifas de energia elétrica de irrigação, rural e serviços públicos de água, esgoto e saneamento.

Todavia, para aperfeiçoamento da norma, consideramos pertinente acatar a Emenda nº 17, que tem o objetivo de assegurar também às permissionárias o equilíbrio da redução das tarifas de distribuição, de maneira a compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessionárias de geração de energia elétrica. Assim, o texto torna-se coerente com as disposições da Lei nº 12.783/2013, originada da conversão da MPV 579, de 2012, que teve dispositivos alterados pelo Congresso Nacional, no sentido de garantir às permissionárias de distribuição o mesmo tratamento dispensado às concessionárias, no que tange à queda nas tarifas de eletricidade.

Além disso, entendemos também adequado incluir no projeto de lei de conversão sugestão apresentada por representante do TCU em audiência pública realizada por esta comissão mista, no sentido de garantir plena transparência à Conta de Desenvolvimento Energético, para que a sociedade possa acompanhar, em detalhes e tempestivamente, a evolução da aplicação de recursos nas políticas públicas suportadas pela conta.

Outro aperfeiçoamento que julgamos apropriado refere-se ao acréscimo de novo artigo à Lei nº 9.074/1995, permitindo que os concessionários de geração hidrelétrica, cujas outorgas ocorreram antes de 15 de março de 2004, requeiram a rescisão dos respectivos contratos de concessão, com devolução das garantias, valores pagos pelo uso de bem

público e encargos de mora, além dos custos incorridos na elaboração de estudos e projetos. Acreditamos que essa medida elimina situação insustentável para os empreendedores de boa fé, que, apesar de todos os esforços, não conseguiram obter as licenças ambientais exigidas. Dessa forma, fomentamos a confiança dos que desejam investir no setor elétrico brasileiro. Trata-se, portanto, de uma solução alternativa à proposta na Emenda nº 2, mas que, em nosso entendimento, soluciona adequadamente o problema.

Optamos ainda por alterar o artigo 16 da Lei nº 12.783/2013, no sentido de prever que a regulamentação da norma defina os padrões de saúde e segurança no trabalho que deverão ser obedecidos pelas concessionárias de energia elétrica, com base na legislação vigente. Com essa medida, esperamos que sejam reduzidos substancialmente os indicadores de acidentes de trabalho nessas empresas, especialmente no que tange aos trabalhadores terceirizados, que vêm sofrendo com a leniência das normas e da fiscalização no setor elétrico. Com essa alteração, acatamos, parcialmente, a emenda nº 23.

Além disso, propomos alteração na Lei nº 10.848, de 2004, excluindo de responsabilização os empreendedores que comercializarem energia nos leilões do ambiente regulado, no caso de atraso decorrente da emissão da outorga pela administração pública, restabelecendo, assim, a justiça nesse processo.

Acatando a emenda nº 10, incluímos ainda novo artigo à Lei nº 10.848/2004, com o objetivo de simplificar os procedimentos de cobrança de penalidades nos processos de apuração de disponibilidade de energia contratada por intermédio de leilões de energia nova, agregando maior dinamismo ao processo.

Acatamos também a emenda nº 9, que tem a finalidade de tornar sem efeito os contratos de auto suprimento de energia elétrica, celebrados entre empresas geradoras e distribuidoras que possuíam o mesmo controlador societário. Esses ajustes, normalmente, adotavam preços acima do mercado, gerando graves prejuízos aos consumidores das distribuidoras envolvidas. Entendemos que tais contratos não podem continuar em vigor, pois configuram verdadeiro conluio contra os consumidores de energia elétrica.

Entendemos que também deve ser aceita a emenda nº 26, que permite às concessionárias de distribuição sujeitas a controle societário

comum solicitar o reagrupamento das áreas de concessão, com a unificação do termo contratual. Acreditamos que isso permitirá ganhos de escala e redução de custos de transação, o que propiciará benefícios para os consumidores de energia elétrica.

Optamos ainda por acatar a emenda nº 27, que altera o posicionamento, na Lei nº 12.767/2012, da disposição que trata dos procedimentos para alteração do controle societário da concessionária de energia elétrica sob intervenção. Essa medida aperfeiçoa o processo de intervenção, facilitando a recuperação das condições requeridas para a prestação adequada do serviço público afetado.

Propomos, outrossim, alteração na Lei nº 9.427, de 1996, para que os autoprodutores também possam usufruir dos descontos nas tarifas de transmissão e distribuição concedidos aos pequenos aproveitamentos hidrelétricos e os empreendimentos que utilizam as fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada. Assim, incentivam-se as fontes renováveis de pequeno porte e cogeração, que contribuem para a segurança energética e o meio ambiente. Também se elimina injusta discriminação que atualmente sofrem os autoprodutores e, por conseguinte, fomenta-se o desenvolvimento sustentável e a competitividade da indústria nacional.

II.5 - Do Voto

Assim, por todo o exposto, votamos pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 605, de 2013, bem como das emendas apresentadas. No mérito, votamos pela aprovação da MPV nº 605, de 2013, e das Emendas nºs 9, 10, 17, 26 e 27, assim como pela aprovação parcial da emenda nº 23, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo, e nos posicionamos pela rejeição das demais emendas.

Sala da comissão mista, em _____ de _____

de 2013.


Deputado ALEXANDRE SANTOS
Relator

ANEXO I – Resumo das Emendas Oferecidas à MPV nº 605, de 2013

Nº	Autor	Conteúdo
1	Senador ARMANDO MONTEIRO	Inclui artigo que altera o art. 1º da Lei nº 12.783/2013 com o objetivo de alocar aos consumidores do subgrupo A1 e às unidades consumidoras conectadas à Rede Básica cotas de energia elétrica proveniente de concessões hidrelétricas prorrogadas nos termos dessa Lei.
2	Senador FRANCISCO DORNELLES	Acrescenta artigo que inclui artigo na Lei 12.783/2013, estabelecendo que as concessões anteriores ao Decreto nº 5.163/2004 terão seu prazo de vigência contado a partir da emissão de licença ambiental prévia.
3	Senador FRANCISCO DORNELLES	Inclui artigo revogando o art. 25 da Lei nº 11.488/2007, que dispõe que o início do pagamento pelo uso de bem público de que tratam os §§ 10 a 12 do art. 4º da Lei nº 9.074/1995 não poderá ter prazo superior a cinco anos, contado da data publicação da Lei nº 11.488/2007.
4	Deputado RONALDO CAIADO	Acrescenta artigo determinando que sejam devolvidos aos consumidores finais de energia elétrica os ganhos de escala decorrentes do aumento da demanda indevidamente absorvidos pelas concessionárias de distribuição.
5	Deputado RONALDO CAIADO	Inclui artigo acrescentando o inciso XXX ao art. 10 da Lei nº 10.833/2003 com o objetivo de retornar ao regime cumulativo a apuração da Cofins sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de energia elétrica.
6	Deputado RONALDO CAIADO	Inclui artigo reduzindo a zero, pelo prazo de cinco anos, as alíquotas da contribuição para Pis/Pasep e da Cofins incidentes sobre receita decorrente da venda de energia elétrica, devendo as tarifas de eletricidade reduzirem-se proporcionalmente.
7	Deputado EDUARDO CUNHA	Inclui artigo propondo alterações na Lei nº 8.906, de 1994, com o objetivo de: a) suprimir a exigência de aprovação do Exame de Ordem para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; b) atribuir ao Conselho Federal da OAB as prerrogativas e funções referentes à aprovação prévia dos pedidos apresentados aos órgãos competentes para criação, reconhecimento ou credenciamento dos cursos jurídicos, deixando de apenas opinar sobre eles, realização do Exame de Ordem, sem custos para o estudante e com aplicação compulsória, visando à avaliação dos cursos de Direito, e solicitação da suspensão de matrículas de novos alunos nas instituições cujos alunos, em sua maioria, por dois anos consecutivos, não obtenham média superior a 60% de aproveitamento no Exame de Ordem.
8	Deputado CÉSAR HALUM	Acrescenta novo § ao art. 13 da Lei nº 10.438/2002 estabelecendo que a concessionária que não tenha aderido à prorrogação de concessão e causado prejuízo ao Erário passará a ter desvantagem no caso de desempate em licitações futuras.
9	Senador INÁCIO ARRUDA	Inclui artigo que acrescenta dispositivo na Lei nº 12.767/2012 tornando sem efeitos os contratos de comercialização de energia elétrica celebrados antes de 15 de março de 2004 entre distribuidora e geradora que tenham o mesmo controlador.
10	Deputado GIROTO	Acrescenta artigo incluindo artigo na Lei nº 10.848/2004 determinando que sejam inscritas em dívida ativa as penalidades decorrentes da falta de disponibilidade de energia negociada nos leilões de energia nova.
11	Deputado EDUARDO SCIARRA	Acrescenta dois novos artigos à MPV. O primeiro extingue o rateio entre os consumidores cuja carga seja superior a 3.000 kW das aplicações em pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética realizadas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, pelas concessionárias de transmissão e pelas geradoras prorrogadas ou licitadas nos termos da MPV 605/2013. O segundo altera os arts. 1º, 2º e 3º da Lei 9.991/2000 com o objetivo de reduzir os percentuais mínimos obrigatórios que as empresas do setor elétrico são obrigadas a aplicar em pesquisa, desenvolvimento e eficiência energética.

Nº	Autor	Conteúdo
12	Deputado EDUARDO SCIARRA	Inclui artigo desobrigando os consumidores conectados em alta tensão do pagamento do Encargo de Serviço do Sistema (ESS) e do Encargo de Energia de Reserva.
13	Deputado EDUARDO SCIARRA	Inclui artigo alterando o art. 3º da Lei nº 10.438/2002 no sentido de isentar os consumidores cuja carga seja igual ou maior que 3.000 kW do rateio dos custos da segunda etapa do Proinfa.
14	Deputado VANDERLEI SIRAQUE	Acrescenta artigo incluindo §§ no art. 1º da Lei nº 12.783/2013 com objetivo de alocar, aos consumidores livres, cotas de energia de hidrelétricas que tiveram concessões prorrogadas nos termos dessa lei.
15	Deputado ALFREDO KAEFER	Altera a MPV 605/2013 com o objetivo de obrigar Itaipu a observar as mesmas regras para aquisição de bens e a contratação de serviços que são aplicáveis à Eletrobrás e suas controladas.
16	Deputado ALFREDO KAEFER	Altera os §§ 4º e 10 do art. 13 da Lei 10.438/2002 com o objetivo de dar às termelétricas a gás natural e a gás de xisto o mesmo tratamento dispensado pela CDE às usinas a carvão mineral nacional.
17	Senador SÉRGIO SOUZA	Altera o inciso VII do art. 13 da Lei nº 10.438/2002 para assegurar também o equilíbrio da redução das tarifas das permissionárias de distribuição quando da compensação dos efeitos da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica.
18	Senador SÉRGIO SOUZA	Acrescenta inciso ao art. 13 da Lei nº 10.438/2002 para que a CDE passe a prover recursos para as permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado anual inferior a 500 GWh, com a finalidade de equiparar suas tarifas com as praticadas pelas concessionárias de distribuição.
19	Deputado VICENTINHO	Inclui artigo que acrescenta §§ ao art. 1º da Lei nº 12.783/2013 com o propósito de prever o acesso a financiamentos com recursos públicos às concessionárias que optarem pela prorrogação, condicionado a metas de redução e eliminação de rotatividade de mão-de-obra, ampliação de postos de trabalho e diminuição de índices de acidentes e mortes e financiamentos condicionados à ampliação de capacidade instalada, melhoria das instalações e padrões de qualidade e medidas compensatórias ambientais.
20	Deputado VICENTINHO	Inclui artigo alterando o § 1º do art. 25 da Lei 8.987/1995 para que apenas as atividades acessórias possam ser terceirizadas pelas concessionárias de serviços públicos.
21	Deputado VICENTINHO	Altera o artigos 8º da Lei 12.783/2013 estabelecendo que as concessões não prorrogadas <u>poderão</u> ser licitadas e o artigo 8º dispondo que, caso não haja interesse do concessionário na continuidade da prestação do serviço nas condições estabelecidas na legislação, o serviço <u>será</u> explorado por órgão ou entidade da administração pública federal.
22	Deputado VICENTINHO	Altera o art. 1º da MPV incluindo novo inciso no art. 13 da Lei 10.438/2002 para que a CDE proveja recursos para garantir padrões adequados de saúde e segurança aos trabalhadores das concessionárias.
23	Deputado VICENTINHO	Inclui artigo que acrescenta incisos ao § 1º do art. 6º da Lei nº 12.783/2013 acrescentando entre as condições para prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica a submissão aos padrões de saúde e segurança no trabalho e respeito aos direitos e garantias dos consumidores, bem como a definição, pela Aneel, das atividades acessórias que poderão ser terceirizadas.
24	Deputado ARNALDO JARDIM	Inclui artigos alterando as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003 para que retornem ao regime cumulativo a apuração da contribuição para o PIS/Pasep e a apuração da Cofins relativas às receitas decorrentes da prestação de serviços de energia elétrica.

Nº	Autor	Conteúdo
25	Deputado ARNALDO JARDIM	Inclui artigo determinando à Aneel que promova a transferência das demais instalações de transmissão às concessionárias de distribuição de energia elétrica.
26	Deputado ARNALDO JARDIM	Acrescenta artigo estabelecendo que as concessionárias de distribuição de energia elétrica sujeitas a controle societário comum que atendam a critérios de racionalidade operacional e econômica possam solicitar o reagrupamento das áreas de concessão e unificação contratual.
27	Deputado ARNALDO JARDIM	Inclui artigos revogando o § 2º do art. 12 da Lei nº 12.767/2012 e acrescentando § 3º ao artigo 14 da mesma Lei, com o propósito de estabelecer que a aprovação da Aneel para alteração de controle acionário da concessionária sob intervenção seja requerida apenas quando do indeferimento do plano de recuperação.
28	Deputado ARNALDO JARDIM	Inclui artigo que altera o art. 3º da Lei nº 12.783/2013 estabelecendo que, no mecanismo para compensar as variações no nível de contratação, serão assegurados às concessionárias de distribuição o repasse integral às tarifas de custos e riscos e ampliação dos níveis de flexibilidade e limites de contratação, sem prejuízo de outros instrumentos criados para preservação das posições das distribuidoras.
29	Deputado ARNALDO JARDIM	Altera o art. 1º para incluir incisos ao art. 13 da Lei nº 10.438/2002 acrescentando entre os objetivos da CDE prover recursos para dispêndios relativos ao Encargo do Serviço do Sistema, à exposição involuntária de distribuidoras, ao custo variável das termelétricas e aos riscos hidrológicos assumidos pelas distribuidoras em decorrência da Lei nº 12.783/2013.
30	Deputado ALFREDO KAEFER	Inclui artigo estabelecendo que os valores de royalties decorrentes da exploração de xisto prescrevem em trinta anos.
31	Senador ROMERO JUCA	Altera o art. 1º acrescentando inciso ao art. 13 da Lei nº 10.438/2002 para que a CDE proveja recursos para o uso de condicionadores de ar em escolas públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por intermédio da redução das tarifas de energia elétrica e subvenção integral das instalações elétricas externas.
32	Senador INÁCIO ARRUDA	Acrescenta dois artigos à MPV. O primeiro autoriza a União a conceder crédito especial, por meio de bancos oficiais, para aquisição de equipamentos e instalação de micro e minigeração distribuída de energia elétrica a partir de fontes renováveis e cogeração. O segundo obriga a União, por meio de concessionárias de distribuição, a adquirir o excedente de energia gerada pelos micro e minigeradores.
33	Senador RICARDO FERRAÇO	Inclui artigo alterando a Lei nº 10.848/2004, no sentido de que a CDE compense as flutuações do custo da energia elétrica decorrentes das variações no regime hidrológico.
34	Senador RICARDO FERRAÇO	Altera o art. 1º com a finalidade de acrescentar artigo à Lei nº 10.438/2002 estabelecendo que isenções concedidas aos autoprodutores referentes ao pagamento da CDE, Proinfa e ESS serão financiadas com recursos do Tesouro Nacional provenientes de tributos federais.
35	Senador RICARDO FERRAÇO	Altera o art. 1º com a finalidade de acrescentar parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.438/2002 estabelecendo que a Aneel deverá implantar mecanismo de repasse mensal das variações de custo da energia elétrica decorrentes do risco hidrológico para os consumidores finais.
36	Senador RICARDO FERRAÇO	Altera o art. 1º com a finalidade de acrescentar inciso ao art. 13 da Lei nº 10.438/2002 estabelecendo que a CDE proverá recursos para compensar os custos decorrentes do despacho de usinas termelétricas.
37	Senador RODRIGO ROLLEMBERG	Altera o art. 1º com a finalidade de acrescentar inciso ao art. 13 da Lei nº 10.438/2002 estabelecendo que a CDE proverá recursos para custear bônus de desconto na tarifa de energia elétrica correspondente a 20% do valor da economia de energia elétrica no mês tarifado em relação à média dos últimos doze meses.

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR
PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 605, DE 2013**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2013

Altera as Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 10.438, de 26 de abril de 2002; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012; nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13.

.....

VII - prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo;

VIII - prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

.....

§ 12. As receitas e despesas da CDE deverão ser tornadas públicas, em sítio da rede mundial de computadores, até o último dia do mês subsequente àquele em que se realizarem. (NR)"

Art. 2º A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3-B. Fica caracterizada a exclusão de responsabilidade do empreendedor, no caso de atraso na emissão do ato de outorga pela Administração Pública em relação à data prevista no edital de licitação de que tratam os incisos II e III do § 5º do art. 2º e o art. 3º-A, desde que cumpridos todos os prazos de responsabilidade do empreendedor."

"Art. 21-D. As penalidades previstas para o descumprimento das disponibilidades de energia oriundas de leilões de energia nova serão inscritas em dívida ativa, acrescidas de encargos legais, nos termos e na forma da legislação aplicável à dívida ativa da União, mantendo-se o seguro garantia apenas para cumprimento do pagamento final das referidas penalidades.

§ 1º O seguro garantia poderá ser dispensado caso o devedor apresente garantias reais para o pagamento previsto no *caput*.

§ 2º Com a cobrança das penalidades, ficam preservados todos os direitos adquiridos nos leilões, não podendo ser aplicada qualquer outra penalidade que não a prevista no contrato e na legislação."

Art. 3º A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 16.

Parágrafo único. O regulamento a que se refere o *caput* elencará os padrões de saúde e segurança no trabalho, de respeito aos direitos e garantias dos consumidores a que estarão submetidas as concessionárias de geração, transmissão e distribuição, com base na legislação vigente. (NR)"

Art. 4º Ficam sem efeito os contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados entre concessionário de serviço público de distribuição de energia elétrica e geradora termelétrica em regime de autocontratação que tenham sido firmados antes de 15 de março de 2004.

Parágrafo único. Os ajustes na contratação de energia elétrica que se fizerem necessários em decorrência do disposto no *caput* serão regidos pelo disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

Art. 5º A Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescida dos arts. 4º-A e 4º-B seguintes:

"Art. 4º-A. Os concessionários de geração de aproveitamentos hidrelétricos outorgados até 15 de março de 2004, que não entrarem em operação até a data de conversão em lei da Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, terão o prazo de trinta dias para requerer a rescisão de seus contratos de concessão, sendo-lhes assegurado, no que couber:

I – a liberação ou restituição das garantias de cumprimento das obrigações do contrato de concessão;

II – o não pagamento pelo uso de bem público durante a vigência do contrato de concessão;

III – o ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos que venham a ser aprovados para futura licitação para exploração do aproveitamento, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

§ 1º O Poder Concedente poderá expedir diretrizes complementares para fins do disposto neste artigo.

§ 2º A fim de garantir a condição estabelecida no inciso II, fica assegurada ao concessionário a devolução do valor de UBP efetivamente pago e ou a remissão dos encargos de mora contratualmente previstos."

"Art. 4º-B. As concessionárias de distribuição de energia elétrica sujeitas a controle societário comum que, reunidas, atendam a critérios de racionalidade operacional e econômica, conforme regulamento, poderão solicitar o reagrupamento das áreas de concessão com a unificação do termo contratual."

Art. 6º O art. 14 da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.
.....

§ 3º A eventual alteração do controle acionário da concessionária, conforme previsto no inciso III do *caput*, deverá ser aprovada pela Aneel, na forma estabelecida em lei, observada sempre a livre participação de interessados na aquisição do controle acionário, sendo vedada a concessão de exclusividade a uma ou mais empresas. (NR)"

Art. 7º O § 1º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26.
.....

§ 1º Para o aproveitamento referido no inciso I do *caput* deste artigo, para os empreendimentos hidroelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 (mil) kW e para aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 (trinta mil) kW, a ANEEL estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada ou autoconsumida pelos aproveitamentos.

.....(NR)"

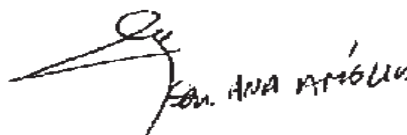
Art. 8º Fica revogado o § 2º do art. 12 da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da comissão mista, em de

de 2013.


Deputado ALEXANDRE SANTOS
Relator



Sen. ANA AMÂNCIO

Senhora Presidente,

Durante a discussão do relatório por mim apresentado à Medida Provisória nº 605, de 2013, foi sugerida pelo Deputado Arnaldo Jardim e pelo Senador José Pimentel a retirada do Art. 4º do Projeto de Lei de Conversão constante do relatório.

Acatada por esta relatoria, fica portanto retirado o Art. 4º do Projeto de Lei de Conversão.

Atenciosamente,



Deputado ALEXANDRE SANTOS
Relator

Ofício nº 018/MPV-605/2013

Brasília, 15 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 14 do Regimento Comum, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão Mista aprovou, em reunião realizada nesta data, Relatório do Deputado Alexandre Santos, que passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 605, de 2013, bem como das emendas apresentadas. No mérito, pela aprovação da MPV nº 605, de 2013, e das Emendas nos 9, 10, 17, 26 e 27, assim como pela aprovação parcial da emenda nº 23, na forma do Projeto de Lei de Conversão que apresenta, e pela rejeição das demais emendas.

Presentes à Reunião, conforme lista de presença, os senhores Senadores Eduardo Braga, Clésio Andrade, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, José Pimentel, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Angela Portela e Francisco Dornelles; e os Deputados Paulão, Valmir Assunção, Alexandre Santos, Danilo Forte, César Halum, Bernardo Santana de Vasconcellos, Arnaldo Jardim, Esperidião Amin, Glauber Braga e Salvador Zimbaldi.

Respeitosamente,



Senadora Ana Amélia
Presidente da Comissão Mista

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2013

Altera as Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 10.438, de 26 de abril de 2002; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012; nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13.

.....

VII - prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo;

VIII - prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

.....

§ 12. As receitas e despesas da CDE deverão ser tornadas públicas, em sítio da rede mundial de computadores, até o último dia do mês subsequente àquele em que se realizarem. (NR)"

Art. 2º A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3-B. Fica caracterizada a exclusão de responsabilidade do empreendedor, no caso de atraso na emissão do ato de outorga pela Administração Pública em relação à data prevista no edital de licitação de que tratam os incisos II e III do § 5º do art. 2º e o art. 3º-A, desde que cumpridos todos os prazos de responsabilidade do empreendedor."

"Art. 21-D. As penalidades previstas para o descumprimento das disponibilidades de energia oriundas de leilões de energia nova serão inscritas em dívida ativa, acrescidas de encargos legais, nos termos e na forma da legislação aplicável à dívida ativa da União, mantendo-se o seguro garantia apenas para cumprimento do pagamento final das referidas penalidades.

§ 1º O seguro garantia poderá ser dispensado caso o devedor apresente garantias reais para o pagamento previsto no *caput*.

§ 2º Com a cobrança das penalidades, ficam preservados todos os direitos adquiridos nos leilões, não podendo ser aplicada qualquer outra penalidade que não a prevista no contrato e na legislação."

Art. 3º A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 16.

Parágrafo único. O regulamento a que se refere o *caput* elencará os padrões de saúde e segurança no trabalho e de respeito aos direitos e garantias dos consumidores a que estarão submetidas as concessionárias de geração, transmissão e distribuição, com base na legislação vigente. (NR)"

Art. 4º A Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescida dos arts. 4º-A e 4º-B seguintes:

"Art. 4º-A. Os concessionários de geração de aproveitamentos hidrelétricos outorgados até 15 de março de 2004, que não entrarem em operação até a data de conversão em lei da Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, terão o prazo de trinta dias para requerer a rescisão de seus contratos de concessão, sendo-lhes assegurado, no que couber:

I – a liberação ou restituição das garantias de cumprimento das obrigações do contrato de concessão;

II – o não pagamento pelo uso de bem público durante a vigência do contrato de concessão;

III – o ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos que venham a ser aprovados para futura licitação para exploração do aproveitamento, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

§ 1º O Poder Concedente poderá expedir diretrizes complementares para fins do disposto neste artigo.

§ 2º A fim de garantir a condição estabelecida no inciso II, fica assegurada ao concessionário a devolução do valor de UBP efetivamente pago e ou a remissão dos encargos de mora contratualmente previstos."

"Art. 4º-B. As concessionárias de distribuição de energia elétrica sujeitas a controle societário comum que, reunidas, atendam a critérios de racionalidade operacional e econômica, conforme regulamento, poderão solicitar o reagrupamento das áreas de concessão com a unificação do termo contratual."

Art. 5º O art. 14 da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.

.....

§ 3º A eventual alteração do controle acionário da concessionária, conforme previsto no inciso III do *caput*, deverá ser aprovada pela Aneel, na forma estabelecida em lei, observada sempre a livre participação de interessados na aquisição do controle acionário, sendo vedada a concessão de exclusividade a uma ou mais empresas. (NR)"

Art. 6º O § 1º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26.


§ 1º Para o aproveitamento referido no inciso I do *caput* deste artigo, para os empreendimentos hidroelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 (mil) kW e para aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 (trinta mil) kW, a ANEEL estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada ou autoconsumida pelos aproveitamentos.

.....(NR)"

Art. 7º Fica revogado o § 2º do art. 12 da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da comissão mista, em 15 de maio de 2013.


Senadora ANA AMÉLIA
Presidente da Comissão

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.

Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Sujeitam-se ao regime de concessão ou, quando couber, de permissão, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os seguintes serviços e obras públicas de competência da União:

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - (VETADO)

IV - vias federais, precedidas ou não da execução de obra pública;

V - exploração de obras ou serviços federais de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas;

~~VI - estações aduaneiras e outros terminais alfandegados de uso público, não instalados em área de porto ou aeroporto, precedidos ou não de obras públicas. (Vide Medida Provisória nº 320, 2006) (Revogado pela Medida Provisória nº 612, de 2013) (Produção de efeito)~~

VII - os serviços postais. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 2º O prazo das concessões e permissões de que trata o inciso VI deste artigo será de vinte e cinco anos, podendo ser prorrogado por dez anos. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 2003)

§ 3º Ao término do prazo, as atuais concessões e permissões, mencionadas no § 2o, incluídas as anteriores à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, serão prorrogadas pelo prazo previsto no § 2º. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 2003)

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996.

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

Art. 26. Cabe ao Poder Concedente, diretamente ou mediante delegação à ANEEL, autorizar: (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004)

I - o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, destinado a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

II - a compra e venda de energia elétrica, por agente comercializador; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

III - a importação e exportação de energia elétrica, bem como a implantação das respectivas instalações de transmissão associadas, ressalvado o disposto no § 6º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; (Redação dada pela Lei nº 12.111, de 2009)

IV - a comercialização, eventual e temporária, pelos autoprodutores, de seus excedentes de energia elétrica. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

V - os acréscimos de capacidade de geração, objetivando o aproveitamento ótimo do potencial hidráulico. (Incluído pela Lei nº 10.438, de 2002)

VI - o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000 (mil) kW e igual ou inferior a 50.000 (cinquenta mil) kW, destinado à produção independente ou autoprodução, independentemente de ter ou não características de pequena central hidrelétrica. (Incluído pela Lei nº 11.943, de 2009)

§ 1º Para o aproveitamento referido no inciso I do caput deste artigo, para os empreendimentos hidroelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 (mil) kW e para aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa e co-geração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 (trinta mil) kW, a ANEEL estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pelos aproveitamentos. (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007).

LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfá), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.

Art. 13. Fica criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando ao desenvolvimento energético dos Estados, além dos seguintes objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

I - promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

a) (revogada); (Incluído pela Lei nº 12.783, de 2013)

b) (revogada); (Incluído pela Lei nº 12.783, de 2013)

II - garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda; (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

III - prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

IV - prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

V - promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; e (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

VI - promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, outras fontes renováveis e gás natural. (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

VII - prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo; e (Incluído pela Medida Provisória nº 605, de 2013)

VIII - prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Incluído pela Medida Provisória nº 605, de 2013)

§ 1º Os recursos da CDE serão provenientes das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela Aneel a concessionárias, permissionárias e autorizadas, e dos créditos da União de que tratam os arts. 17 e 18 da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

§ 2º O montante a ser arrecadado em quotas anuais da CDE calculadas pela Aneel corresponderá à diferença entre as necessidades de recursos e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes de que trata o § 1º. (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

§ 3º As quotas anuais da CDE deverão ser proporcionais às estipuladas em 2012 aos agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

§ 4º O repasse da CDE a que se refere o inciso V do caput observará o limite de até 100% (cem por cento) do valor do combustível ao seu correspondente produtor, incluído o valor do combustível secundário necessário para assegurar a operação da usina, mantida a

obrigatoriedade de compra mínima de combustível estipulada nos contratos vigentes na data de publicação desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2004, destinado às usinas termelétricas a carvão mineral nacional, desde que estas participem da otimização dos sistemas elétricos interligados, compensando-se os valores a serem recebidos a título da sistemática de rateio de ônus e vantagens para as usinas termelétricas de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 1998, podendo a Aneel ajustar o percentual do reembolso ao gerador, segundo critérios que considerem sua rentabilidade competitiva e preservem o atual nível de produção da indústria produtora do combustível. (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

§ 5º A CDE será regulamentada pelo Poder Executivo e movimentada pela Eletrobras. (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

§ 6º Os recursos da CDE poderão ser transferidos à Reserva Global de Reversão - RGR e à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, para atender às finalidades dos incisos III e IV do caput. (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

§ 7º Os dispêndios para a finalidade de que trata o inciso V do caput serão custeados pela CDE até 2027. (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

§ 8º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

§ 9º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 12.783, de 2013)

§ 10. A nenhuma das fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional poderão ser destinados anualmente recursos cujo valor total ultrapasse 30% (trinta por cento) do recolhimento anual da CDE, condicionando-se o enquadramento de projetos e contratos à prévia verificação, na Eletrobras, de disponibilidade de recursos. (Incluído pela Lei nº 12.783, de 2013)

§ 11. Os recursos da CDE poderão ser destinados a programas de desenvolvimento e qualificação de mão de obra técnica, no segmento de instalação de equipamentos de energia fotovoltaica. (Incluído pela Lei nº 12.783, de 2013)

LEI Nº 10.848, DE 15 DE MARÇO DE 2004.

Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Art. 1º A comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados de serviços e instalações de energia elétrica, bem como destes com seus consumidores, no Sistema Interligado Nacional - SIN, dar-se-á mediante contratação regulada

ou livre, nos termos desta Lei e do seu regulamento, o qual, observadas as diretrizes estabelecidas nos parágrafos deste artigo, deverá dispor sobre:

I - condições gerais e processos de contratação regulada;

II - condições de contratação livre;

III - processos de definição de preços e condições de contabilização e liquidação das operações realizadas no mercado de curto prazo;

IV - instituição da convenção de comercialização;

V - regras e procedimentos de comercialização, inclusive as relativas ao intercâmbio internacional de energia elétrica;

VI - mecanismos destinados à aplicação do disposto no art. 3º, inciso X, da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, por descumprimento do previsto neste artigo;

VII - tratamento para os serviços ancilares de energia elétrica e para as restrições de transmissão;

VIII - mecanismo de realocação de energia para mitigação do risco hidrológico;

IX - limites de contratação vinculados a instalações de geração ou à importação de energia elétrica, mediante critérios de garantia de suprimento;

X - critérios gerais de garantia de suprimento de energia elétrica que assegurem o equilíbrio adequado entre confiabilidade de fornecimento e modicidade de tarifas e preços, a serem propostos pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE; e

XI - mecanismos de proteção aos consumidores.

§ 1º A comercialização de que trata este artigo será realizada nos ambientes de contratação regulada e de contratação livre.

§ 2º Submeter-se-ão à contratação regulada a compra de energia elétrica por concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do art. 2º desta Lei, e o fornecimento de energia elétrica para o mercado regulado.

§ 3º A contratação livre dar-se-á nos termos do art. 10 da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, mediante operações de compra e venda de energia elétrica envolvendo os agentes concessionários e autorizados de geração, comercializadores e importadores de energia elétrica e os consumidores que atendam às condições previstas nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada por esta Lei.

§ 4º Na operação do Sistema Interligado Nacional – SIN, serão considerados:

I - a otimização do uso dos recursos eletroenergéticos para o atendimento aos requisitos da carga, considerando as condições técnicas e econômicas para o despacho das usinas;

II - as necessidades de energia dos agentes;

III - os mecanismos de segurança operativa, podendo incluir curvas de aversão ao risco de déficit de energia;

IV - as restrições de transmissão;

V - o custo do déficit de energia; e

VI - as interligações internacionais.

§ 5º Nos processos de definição de preços e de contabilização e liquidação das operações realizadas no mercado de curto prazo, serão considerados intervalos de tempo e escalas de

preços previamente estabelecidos que deverão refletir as variações do valor econômico da energia elétrica, observando inclusive os seguintes fatores:

I - o disposto nos incisos I a VI do § 4º deste artigo;

II - o mecanismo de realocação de energia para mitigação do risco hidrológico; e

III - o tratamento para os serviços ancilares de energia elétrica.

§ 6º A comercialização de que trata este artigo será realizada nos termos da Convenção de Comercialização, a ser instituída pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que deverá prever:

I - as obrigações e os direitos dos agentes do setor elétrico;

II - as garantias financeiras;

III - as penalidades; e

IV - as regras e procedimentos de comercialização, inclusive os relativos ao intercâmbio internacional de energia elétrica.

§ 7º Com vistas em assegurar o adequado equilíbrio entre confiabilidade de fornecimento e modicidade de tarifas e preços, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE proporá critérios gerais de garantia de suprimento, a serem considerados no cálculo das energias asseguradas e em outros respaldos físicos para a contratação de energia elétrica, incluindo importação.

§ 8º A comercialização de energia elétrica de que trata este artigo será feita com a observância de mecanismos de proteção aos consumidores, incluindo os limites de repasses de custo de aquisição de energia elétrica de que trata o art. 2º desta Lei.

§ 9º As regras de comercialização previstas nesta Lei aplicam-se às concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração, de distribuição e de comercialização de energia elétrica, incluindo as empresas sob controle federal, estadual ou municipal.

LEI Nº 12.783, DE 11 DE JANEIRO DE 2013

Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nos 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências.

Art. 1º A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de geração de energia hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

§ 1º A prorrogação de que trata este artigo dependerá da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias:

I - remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidrelétrica;

II - alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela Aneel, conforme regulamento do poder concedente;

III - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel;

IV - (VETADO);

V - (VETADO).

§ 2º A distribuição das cotas de que trata o inciso II do § 1º e respectiva remuneração obedecerão a critérios previstos em regulamento, devendo buscar o equilíbrio na redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN.

§ 3º As cotas de que trata o inciso II do § 1º serão revisadas periodicamente e a respectiva alocação às concessionárias e permissionárias de distribuição será formalizada mediante a celebração de contratos, conforme regulamento do poder concedente.

§ 4º Os contratos de concessão e de cotas definirão as responsabilidades das partes e a alocação dos riscos decorrentes de sua atividade.

§ 5º Nas prorrogações de que trata este artigo, os riscos hidrológicos, considerado o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, serão assumidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN, com direito de repasse à tarifa do consumidor final.

§ 6º Caberá à Aneel disciplinar a realização de investimentos que serão considerados nas tarifas, com vistas a manter a qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas, conforme regulamento do poder concedente.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às concessões de geração de energia hidrelétrica que, nos termos do art. 19 da Lei nº 9.074, de 1995, foram ou não prorrogadas, ou que estejam com pedido de prorrogação em tramitação.

§ 8º O disposto nesta Lei também se aplica às concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à produção independente ou à autoprodução, observado o disposto no art. 2º.

§ 9º Vencido o prazo das concessões de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), aplica-se o disposto no art. 8º da Lei nº 9.074, de 1995.

§ 10. Excepcionalmente, parcela da garantia física vinculada ao atendimento dos contratos de fornecimento alcançados pelo art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, não será destinada à alocação de cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o inciso II do § 1º, visando à equiparação com a redução média de tarifas das concessionárias de distribuição do SIN.

§ 11. Na equiparação de que trata o § 10, deverá ser considerada a redução de encargos de que tratam os arts. 21, 23 e 24 desta Lei, de pagamento pelo uso do sistema de transmissão, e aquela decorrente da contratação de energia remunerada pela tarifa inicial de geração de que trata o art. 13 desta Lei.

§ 12. Caberá à Aneel a definição do procedimento de que tratam os §§ 10 e 11, conforme regulamento do poder concedente.

.....
.....
.....

PARECER

Nº 18 , DE 2013-CN

DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 606, DE 2013, QUE *Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para autorizar a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal, nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para autorizar a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior; e dá outras providências.*

RELATOR: Senador JOSÉ PIMENTEL

I – RELATÓRIO

A Presidente da República, com fundamento no art. 62 da Constituição Federal (CF), editou, em 18 de fevereiro de 2013, a Medida Provisória (MPV) nº 606, nos termos da ementa acima. A proposição, composta por cinco artigos, faz as seguintes alterações na legislação.

O art. 1º dá nova redação ao inciso I do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a União a conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, a uma série de operações de crédito. A nova redação acresce às hipóteses já previstas as operações de financiamento a projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo Federal.

O art. 2º da MPV acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, com o objetivo de estender a abrangência do Seguro de Crédito à Exportação, na forma do regulamento, às operações de financiamento a exportações do setor aeronáutico, nos casos em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa da do devedor.

O art. 3º da proposição versa sobre matéria educacional. O dispositivo acrescenta o art. 20-B à Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para autorizar as instituições privadas de ensino superior habilitadas a participar do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio, nas formas e modalidades definidas em regulamento, resguardada a competência de avaliação e supervisão pela União.

O art. 4º da MPV, por sua vez, altera o § 3º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Ao suprimir do dispositivo a expressão “até a data de publicação desta Lei”, a MPV permite contabilizar no Fundo, até 31 de dezembro de 2016, as matrículas de crianças de 4 e 5 anos em pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público, apuradas a cada ano pelo censo escolar.

Por fim, o art. 5º prevê que a MPV entre em vigor na data de publicação.

Acompanha a MPV a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 020/2013 – MF/MEC, que apresenta os objetivos da iniciativa.

Publicada no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 2013, a proposição teve sua validade prorrogada por sessenta dias, por meio do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 10 de abril de 2013, nos termos do art. 62, § 7º, da Constituição Federal, combinado com o art. 10, § 1º, da Resolução nº 1, de 2012-CN. Desse modo, o prazo final para apreciação da matéria pelo Poder Legislativo encerra-se em 18 de junho de 2013.

Para debater e instruir a matéria, a Comissão Mista encarregada de examinar a Medida Provisória e sobre ela emitir parecer, conforme determina o art. 62, § 9º, da Constituição Federal, foi instalada em 20 de março de 2013,

quando fomos designados para a relatoria da MPV, juntamente com o Relator Revisor, Deputado Zé Geraldo.

Foram apresentadas 53 emendas à MPV nº 606, de 2013. O Deputado Eduardo Cunha, apresentou requerimento para retirada da emenda nº 4, de sua autoria.

Entre as emendas direcionadas ao art. 1º da MPV, as mais frequentes têm por objetivo aumentar o número de hipóteses de operações de crédito que podem se beneficiar da subvenção econômica de que trata o inciso I do art. 1º da Lei nº 12.096, de 2009. As Emendas nºs 35, 47 e 53 propõem incorporar as obras em portos e aeroportos; a Emenda nº 23 propõe a inclusão das zonas de processamento de exportações, dos portos secos e dos distritos industriais; a Emenda nº 48 sugere estender os benefícios ao setor de turismo receptivo; e as Emendas nºs 29 e 30 se preocupam em abranger obras realizadas pelos entes subnacionais ou vinculadas a rodovias e ferrovias concedidas pelos entes subnacionais.

Outra preocupação manifestada pelos parlamentares é com a distribuição regional dos investimentos, objeto das Emendas nºs 3, 6, 7 e 52.

Houve também propostas para aumentar a transparência, por meio da criação de novos relatórios ou da maior abrangência dos existentes, e também para reforçar medidas de austeridade fiscal (Emendas nºs 10, 12, 13, 32 e 41).

As Emendas nºs 1, 18, 27 e 39 propõem medidas relacionadas ao direito tributário, tais como a supressão de multas incidentes sobre aproveitamento de crédito indeferido pela autoridade fazendária, a autorização do uso de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para amortizar parcelamentos fiscais, a desoneração da folha de pagamentos de empresas de logística e a extensão até 31 de dezembro de 2013 da data final para a aquisição de bens de capital com o benefício da depreciação acelerada criado pelo art. 1º da Lei nº 12.788, de 2013.

Foram ainda apresentadas sugestões com objetivos variados, como prevenir a concentração de mercados (Emendas nºs 5 e 40), garantir a melhoria dos padrões ambientais (Emenda nº 8) e apoiar o desenvolvimento das pequenas e das microempresas (Emenda nº 9).

Finalmente, algumas emendas procuram garantir apoio a projetos específicos, como o transporte metropolitano de Fortaleza (Emenda nº 19) e trechos rodoviários e ferroviários no Tocantins e na Bahia (Emendas nºs 42 a 44).

As Emendas nºs 11, 14 a 17, 20, 21, 24, 31, 34, 36, 46 e 49 a 51 destinam-se a promover diversas alterações no Pronatec, objeto do art. 3º da proposição. Várias delas foram também apresentadas à MPV nº 593, de 2012, que versou sobre esse importante programa de expansão do acesso à educação profissional no País.

No que se refere ao funcionamento do Fundeb, de que trata o art. 4º da MPV, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 22, 25, 33, 37 e 38.

Outras três emendas versaram sobre matéria educacional estranha à proposição. As Emendas nºs 26 e 28 tratam do plano especial de recuperação da rede escolar de entes federados afetados por desastres, e a Emenda nº 45, sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Nenhuma das emendas apresentadas teve como escopo alterar a redação do art. 2º da MPV.

II – ANÁLISE

II.1 – Constitucionalidade, Juridicidade, Adequação Financeira e Orçamentária, Técnica Legislativa da MPV

Em consonância com o art. 62 da Constituição Federal, em caso de relevância e urgência, a Presidente da República está legitimada a editar medida provisória, a ser apreciada pelo Congresso Nacional.

A MPV nº 606, de 2013, atende aos referidos pressupostos constitucionais, tendo em vista que dispõe sobre medidas que buscam reduzir custos e ampliar a capacidade de transporte no País; promover a eficiência e aumentar a competitividade nacional; viabilizar a expansão de vagas na educação profissional já no ano de 2013; e contribuir para a universalização do atendimento das crianças de quatro e cinco anos na pré-escola, conforme determinou a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.

Importa consignar, ainda, quanto à constitucionalidade da MPV em questão, que a União é competente para legislar sobre as matérias nela contidas, as quais não se encontram no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, nos termos dos arts. 49, 51 e 52 da Constituição.

Quanto à juridicidade e técnica legislativa, não há óbices à aprovação da matéria.

No que concerne à adequação orçamentário-financeira, a EMI que acompanha a MPV sublinha que as medidas propostas não implicam comprometimento de recursos além dos que já estão previstos na lei orçamentária anual de 2013 (LOA 2013).

A esse respeito, a Nota Técnica nº 11, de 2013, da Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (COFF/CD) e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (CONORF/SF), afirma que os arts. 1º, 2º e 4º da MPV não têm impactos orçamentários. O art. 1º não modifica o volume total de recursos destinados à equalização. Ele apenas autoriza que esses mesmos recursos sejam usados para incentivar uma gama mais diversificada de projetos. Da mesma forma, o art. 2º não eleva o montante de recursos para o seguro de exportação, mas apenas permite que a análise de risco das operações seguradas seja mais abrangente. Ainda segundo a Nota, o art. 4º seria meramente normativo, sem implicações orçamentárias ou financeiras.

Apenas em relação ao art. 3º da MPV, a mencionada Nota Técnica identifica possível aumento da despesa prevista, em virtude da ampliação do número de cursos e, portanto, de alunos, o que poderá acarretar elevação do número de bolsas a serem oferecidas no âmbito do Pronatec.

II. 2 – Do mérito e das emendas apresentadas à MPV

O art. 1º da MPV alterava o art. 1º da Lei nº 12.096, de 2009, para incluir na lista de projetos financiáveis com subvenção do Tesouro Nacional as obras de infraestrutura logística relacionadas a rodovias e ferrovias concedidas pelo Governo Federal. Ocorre que a MPV nº 594, de 6 de dezembro de 2012, alterava a redação do mesmo art. 1º da Lei nº 12.096, de 2009, com objetivos diferentes, embora conexos.

Durante os trabalhos da Comissão Mista destinada a proferir parecer à MPV nº 594, de 2012, a alteração proposta pelo art. 1º da MPV nº 606, de 2013, foi incorporado àquela proposição e constou do Parecer aprovado pela Comissão no dia 4 de abril passado, data em que aquela primeira proposição passou a tramitar na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 5, de 2013. O PLV foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 10 de abril e, no dia 24 do mesmo mês, pelo Senado Federal.

O referido PLV, além de absorver o conteúdo do art. 1º da MPV nº 606, de 2013, e, portanto, esvaziá-lo, também o revogou, deixando sem amparo todas as emendas que a ele se dirigiam. Nesse contexto, consideramos que os propósitos pretendidos pelo referido dispositivo foram atingidos e, como sobre eles já se manifestaram, além da Comissão Mista, também os Plenários das duas Casas do Congresso Nacional, o assunto perdeu a oportunidade, e nada resta a fazer senão declarar prejudicadas as emendas relativas à Lei nº 12.096, de 2009, e às operações do BNDES com subvenção do Tesouro Nacional. São elas as Emendas nºs 3, 5 a 10, 12, 13, 23, 29, 30, 32, 35, 40 a 44, 47, 48, 52 e 53.

Das emendas restantes, algumas têm implicações fiscais que devem ser consideradas. É o caso das que tratam de assuntos tributários ou de demandas específicas, como os recursos para metrô de Fortaleza. As renúncias tributárias contidas nas Emendas nºs 1, 18, 27 e 39 exigiriam, preliminarmente, a apresentação de estimativa do seu impacto na receita pública e, segundo, a demonstração de que são compatíveis com as metas fiscais ou a indicação das formas de compensar seus efeitos orçamentários, conforme dispõe o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a “Lei de Responsabilidade Fiscal” (LRF). Sem que o autor apresente essa estimativa, a LRF veda a aprovação dessas matérias, razão pela qual não foi possível introduzi-las no texto do PLV.

No caso da Emenda nº 19, que prevê a manutenção, por mais dez anos, de repasses recursos para o metrô, também deveria ter sido apresentada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do disposto no art. 16, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Especificamente em relação à Emenda nº 1, a redução da penalidade tributária nela prevista retroagirá, em virtude do disposto no art. 106, II, c, da Lei 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional). Desse modo, atingirá créditos tributários, inclusive os já inscritos em dívida ativa, que constam do

orçamento fiscal, tornando imprescindível o atendimento do mencionado dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, as Emendas nºs 1, 27 e 39 exigiriam lei específica que regulasse exclusivamente o benefício fiscal ou o tributo correspondente, conforme previsto no § 6º do art. 150 da Constituição Federal. Portanto, sua inclusão no PLV relativo à MPV nº 606, de 2013, seria, em tese, inconstitucional.

Finalmente, a Emenda nº 4 foi retirada, a pedido do autor, Deputado Eduardo Cunha, por ter sido incorporada nos arts. 14 e 15 do PLV relativo à MPV nº 600, de 28 de dezembro de 2012.

O art. 2º da MPV tem como propósito abrir espaço para uma análise de risco mais abrangente, no que toca às operações de crédito destinadas à exportação de aeronaves. É uma medida que garantirá maior solidez aos financiamentos amparados pelo Seguro de Crédito à Exportação e, por isso, o Congresso Nacional não pode deixar de apoiar a nova norma.

Ocorre que, atualmente, é cada vez mais comum que as empresas aéreas não sejam proprietárias das aeronaves que empregam. Tem se tornado cada dia mais usual a prática de separar a propriedade do uso das aeronaves, por diversos motivos de natureza comercial e tributária. Na prática, o que ocorre é que uma empresa de propósito específico – EPV ou, na sigla em inglês, SPV – adquire as aeronaves e celebra um contrato de arrendamento mercantil com a empresa de transporte aéreo. Com as receitas oriundas do contrato de arrendamento, a empresa honra o principal e os encargos do contrato de financiamento à exportação. É fácil de perceber, porém, que o risco do financiamento não reside na atividade da EPV, mas no sucesso comercial da empresa que arrenda as aeronaves e que, em última análise, é responsável pela geração das receitas com as quais a EPV pagará o financiamento. Faz-se imprescindível, portanto, que a análise do risco da operação passe pela avaliação do risco da companhia aérea, e não se debruce apenas sobre as informações da EPV. É essa autorização que o art. 2º da MPV concede.

O art. 3º da MPV complementa e dá eficácia imediata às medidas instituídas pela MPV nº 593, editada em 5 de dezembro de 2012, que altera a Lei do Pronatec (Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011) para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, e dá outras providências.

De fato, uma das inovações introduzidas no Pronatec pela MPV nº 593, de 2012, diz respeito à possibilidade de que instituições privadas de ensino superior de comprovada excelência acadêmica participem do programa, desde que devidamente habilitadas perante o Ministério da Educação. Atuando em áreas correlatas àquelas em que já atuam na educação superior, essas instituições poderão contribuir para o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores em todo o País.

Conforme entendimentos realizados com o Senador Paulo Bauer, relator da MPV nº 593, de 2012, o art. 3º da MPV nº 606, de 2013, assim como as emendas apresentadas sobre o Pronatec neste âmbito, foram apreciadas em seu parecer, aprovado pela respectiva Comissão Mista em 17 de abril de 2013. O novo art. 20-B, acrescido à Lei nº 12.513, de 2011, foi, assim, incorporado ao PLV nº 6, de 2013, aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 8 de maio de 2013. Desse modo, julgamos que as Emendas nºs 11, 14 a 17, 20, 21, 24, 31, 34, 36, 46 e 49 a 51, todas referentes ao Pronatec, restaram prejudicadas e não devem ser acolhidas por esta Comissão.

Cabe lembrar que, durante o debate na Comissão Mista que analisou a MPV nº 593, de 2012, vários aperfeiçoamentos foram incluídos no Pronatec. Dentre eles, destacamos o acréscimo de dispositivos para resguardar a competência regulatória dos órgãos competentes dos Estados e do Distrito Federal, em colaboração com a União, no que respeita a participação das instituições privadas na oferta de cursos técnicos pelo Pronatec. Resta, assim, atendida a preocupação apresentada pelo Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação ao Congresso Nacional, no que se refere à MPV nº 606, de 2013.

Quanto ao art. 4º da MPV, julgamos que a alteração ensejada na Lei do Fundeb é fundamental para assegurar a universalização do atendimento da pré-escola no País até o ano 2016. Com efeito, as instituições conveniadas com o Poder Público, de natureza comunitária, confessional ou filantrópica, cumprem hoje papel essencial na oferta de matrículas na pré-escola. No entanto, a legislação só permite o cômputo das matrículas dessas instituições que tenham sido registradas no Censo Escolar 2006. Passados mais de seis anos, precisamos superar essa contradição, permitindo o apoio financeiro do Fundeb a todas as matrículas de pré-escola em instituições conveniadas com as prefeituras, auferidas no censo escolar mais atualizado. Afinal, trata-se de instituições sem fins lucrativos, que oferecem atendimento gratuito, igualdade de condições de

acesso e permanência na escola, além de padrões de qualidade em observância aos requisitos dos respectivos sistemas de ensino.

Quanto às emendas que incidem sobre esse aspecto da MPV, acolhemos a Emenda nº 33, que explicita que as cooperativas educacionais incluem-se entre as pré-escolas passíveis de conveniamento com o poder público para fins de repasses do Fundeb, observadas as condições previstas na legislação. Acatamos, também, a Emenda nº 37, que explicita ser o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o responsável pelo censo escolar em que se baseia a destinação de recursos do Fundeb para as matrículas de pré-escolas conveniadas.

Embora a Emenda nº 2, que pretende atribuir aos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb a função de fiscalizar também os recursos oriundos do salário-educação, seja motivada por preocupações meritórias quanto à fiscalização das verbas vinculadas à educação, entendemos que ainda persistem significativas dificuldades na atuação desses órgãos em muitos entes federados. Não é por outra razão que o fortalecimento dos conselhos de acompanhamento e controle social está previsto em estratégia específica da meta 19 do projeto de Plano Nacional de Educação (PNE) ora em tramitação no Congresso. Assim, neste momento, julgamos temerária a adoção dessa medida, pelo risco de sobrecarregar os referidos conselhos e dificultar a manutenção e desenvolvimento do ensino pelas secretarias estaduais e municipais de educação.

Da mesma forma, a medida ensejada pela Emenda nº 22, a despeito das nobres preocupações com a qualidade da oferta educacional nas pré-escolas conveniadas, destinando-lhes 80% dos recursos recebidos pelos entes federados à conta do Fundeb, parece-nos que merece aguardar a implantação do chamado Custo-Aluno-Qualidade e do Custo-Aluno-Qualidade inicial (CAQ e CAQi), também previstos no projeto de PNE.

Ainda no tocante aos valores investidos no Fundeb, preocupação que motivou a Emenda nº 38, destinada a garantir que a depreciação do valor anual mínimo por aluno, devido ao crescimento de matrículas em pré-escola, seja compensada pela complementação da União, parece-nos debate a ser enfrentado no contexto da meta 20 do projeto de PNE. Com efeito, o financiamento do setor educacional é o aspecto fundamental do Plano, e a tese de destinação de 10% do PIB para a educação já foi acolhida não só pela sociedade e pelo Congresso Nacional, mas também pelo Governo.

Reiteramos, ainda, a importância de que os repasses do Fundeb sejam baseados nos registros do censo escolar, a fim de evitar fraudes e maximizar a transparência. Por isso, rejeitamos a Emenda nº 25.

Finalmente, também no dispositivo relativo ao cômputo das pré-escolas conveniadas no Fundeb (§ 3º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 2007), fazemos pequeno ajuste redacional, como emenda de relator, para explicitar que se trata da matrícula de crianças de 4 a 5 anos, conforme a redação dada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, à Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional.

As Emendas nºs 26, 28 e 45 versam sobre matérias educacionais diversas do Pronatec e do Fundeb. Quanto às duas primeiras, de idêntico teor, somos contrários a sua aprovação. Entendemos que os procedimentos operacionais e critérios de distribuição dos recursos referentes ao Plano Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública são da competência do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nesse sentido, a legislação já dispõe, adequadamente, que eventuais saldos de recursos financeiros remanescentes possam ser reprogramados para utilização posterior, em estrita observância ao objeto a que se destinam, nos termos a serem definidos por aquele Conselho.

No tocante às preocupações da Emenda nº 45, relativas à participação de instituições oficiais não gratuitas no Prouni, lembramos a recente aprovação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), instituído na Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, que oferece condições vantajosas para essas instituições relativamente à oferta de bolsas de estudos em contrapartida a benefícios tributários. Por isso, a Emenda é rejeitada.

Um assunto que emergiu durante a tramitação da MPV nº 606, de 2013, e que merece a atenção desta Comissão, é a exiguidade do prazo para que as empresas interessadas em submeter projetos no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPBNBL), conforme estabelecido na Lei nº 12.715, de 2012, que prevê que a adesão deverá ocorrer até a data limite de 30 de junho de 2013.

No entanto, o Decreto que regulamentou o Regime Especial só veio a ser publicado em 18 de fevereiro passado, seguido de Portaria do Ministério das Comunicações, cerca de um mês depois. Com isso, restaram apenas três

meses e meio para que prestadoras de serviços de telecomunicações analisassem as novas regras e formassem os projetos a serem apresentados ao Ministério.

Dessa forma, há risco de que projetos relevantes para a infraestrutura de telecomunicações não sejam viabilizados. Por outro lado, com mais tempo disponível, o Regime Especial representará um mecanismo de indução da produção e do desenvolvimento de equipamentos de telecomunicações no País.

Por essas razões, propomos a extensão em doze meses do prazo para apresentação de projetos para fins de adesão ao REPNBL, na forma do art. 3º do PLV apresentado ao final deste parecer.

É importante registrar que a mencionada extensão de prazo não terá impacto fiscal, já que o prazo final para as desonerações previstas no Regime – 31 de dezembro de 2016 – será mantido. Trata-se de alteração de cunho meramente administrativo, o que afasta a incidência do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As alterações e aperfeiçoamentos descritos acima estão consolidados no Projeto de Lei de Conversão apresentado a seguir.

III – VOTO

Pelo exposto acima, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 606, de 2013. No mérito, votamos pela **aprovação** da Medida Provisória, pela **aprovação integral** das Emendas nºs 33 e 37, na forma do Projeto de Lei Conversão anexo, pela **rejeição** das emendas nºs 1, 2, 18, 19, 22, 25 a 28, 38, 39 e 45 e pela **prejudicialidade** das demais emendas.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2013

Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico; a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o cômputo no FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público; e a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao REPNBL.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 1º O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiarem, refinanciarem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços.

§ 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

.....

§ 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder público e que atendam a crianças de quatro a cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 29.

.....

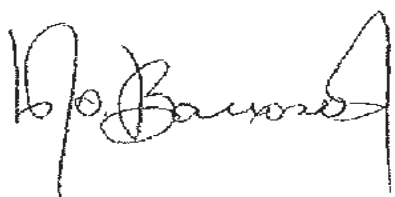
3º O projeto de que trata o *caput* deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2014.

.....”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de maio de 2013.

, Presidente

 , Relator

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Em relação ao Relatório apresentado em 14 de maio de 2013, e conforme mencionada por mim quando da leitura do referido Relatório, e acatada por unanimidade dos senhores membros da Comissão Mista, apresento a seguinte alteração de voto:

I – VOTO

Pelo exposto acima, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 606, de 2013. No mérito, votamos pela **aprovação** da Medida Provisória, pela **aprovação integral** da Emenda nº 37, na forma do Projeto de Lei Conversão anexo, pela **rejeição** das emendas nºs 1, 2, 18, 19, 22, 25 a 28, 33 38, 39 e 45 e pela **prejudicialidade** das demais emendas.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2013

Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico; a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o cômputo no FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público; e a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao REPNBL.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º
.....

§ 1º O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiarem, refinanciarem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços.

§ 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

§ 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder público e que atendam a crianças de quatro a cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

.....” (NR)

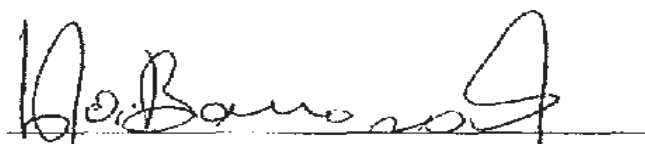
Art. 3º A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 29.

3º O projeto de que trata o *caput* deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2014.

.....”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


SENADOR JOSÉ PIMENTEL
Relator da MPV 605 de 2013

Ofício nº 002/MPV-606/2013

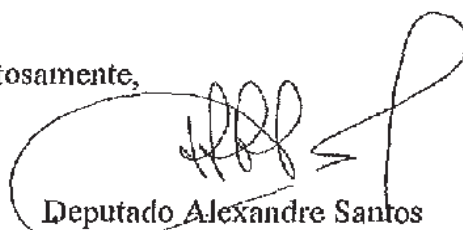
Brasília, 15 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 14 do Regimento Comum, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão Mista aprovou, em reunião realizada nesta data, Relatório do Senador José Pimentel, que passa a constituir Parecer da Comissão, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 606, de 2013; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, pela aprovação integral da Emenda nº 37, na forma do Projeto de Lei Conversão apresentado, pela rejeição das emendas nºs 1, 2, 18, 19, 22, 25 a 28, 33, 38, 39 e 45 e pela prejudicialidade das demais emendas.

Presentes à Reunião, conforme lista de presença, os senhores Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Sérgio Souza, Ana Rita, José Pimentel, Eduardo Amorim, Eduardo Braga, Humberto Costa, Angela Portela e Inácio Arruda; e os Deputados Zé Geraldo, Alexandre Santos, Arnaldo Jardim, Paes Landim, Luci Choinacki, Lelo Coimbra, Hugo Napoleão e Bernardo Santana de Vasconcellos.

Respeitosamente,



Deputado Alexandre Santos
Presidente da Comissão Mista

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2013

Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico; a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o câmputo no FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público; e a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao REPNBL.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 1º O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiem, refinanciem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços.

§ 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

§ 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o câmputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder público e que atendam a crianças de quatro a cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme

o censo escolar mais atualizado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

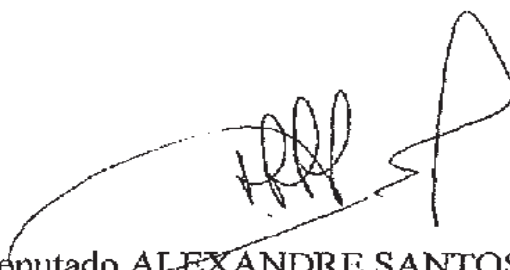
“Art. 29.

.....

3º O projeto de que trata o *caput* deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2014.

.....”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Deputado ALEXANDRE SANTOS
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 606, de 2013

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 6.704, DE 26 DE OUTUBRO DE 1979.

Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

.....
Art. 1º O Seguro de Crédito à Exportação tem a finalidade de garantir as operações de crédito à exportação contra os riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar: (Redação dada pela Lei nº 11.786, de 2008)

I - a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira; (Incluído pela Lei nº 11.786, de 2008)

II - as exportações brasileiras de bens e serviços. (Incluído pela Lei nº 11.786, de 2008)

§ 1º O Seguro de Crédito à Exportação poderá ser utilizado por exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação que financiem, refinanciem ou garantirem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, e as exportações brasileiras de bens e serviços. (Incluído pela Medida Provisória nº 606, de 2013)

§ 2º Nas operações destinadas ao setor aeronáutico em que a análise do risco recair sobre pessoa jurídica diversa do devedor da operação de crédito à exportação, o Seguro de Crédito à Exportação poderá garantir os riscos comerciais, políticos e extraordinários a ela relacionados, conforme dispuser o regulamento desta Lei. **(Incluído pela Medida Provisória nº 606, de 2013)**

.....

.....

LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007.

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 8º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, na forma do Anexo desta Lei.

§ 1º Será admitido, para efeito da distribuição dos recursos previstos no inciso II do caput do art. 60 do ADCT, em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas efetivadas: (Redação dada pela Lei nº 12.695, de 2012)

I - na educação infantil oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos; (Incluído pela Lei nº 12.695, de 2012)

II - na educação do campo oferecida em instituições credenciadas que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, observado o disposto em regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.695, de 2012)

§ 2º As instituições a que se refere o § 1º deste artigo deverão obrigatória e cumulativamente:

I - oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos;

II - comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo;

III - assegurar a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional com atuação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo ou ao poder público no caso do encerramento de suas atividades;

IV - atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, inclusive, obrigatoriamente, ter aprovados seus projetos pedagógicos;

V - ter certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão equivalente, na forma do regulamento.

~~§ 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado até a data de publicação desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.695, de 2012)~~

§ 3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2016, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder público e que atendam a crianças de quatro e cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado. (Redação dada pela Medida Provisória nº 606, de 2013)

LEI Nº 12.715, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.

Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que específica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

.....

Art. 29. É beneficiária do REPNBL-Redes a pessoa jurídica habilitada que tenha projeto aprovado para a consecução dos objetivos estabelecidos no § 1º do art. 28, bem como a pessoa jurídica co-habilitada. (Vide Decreto nº 7.921, de 2013)

§ 1º O Poder Executivo disciplinará o procedimento e os critérios de aprovação do projeto de que trata o caput, observadas as seguintes diretrizes:

I - os critérios de aprovação deverão ser estabelecidos tendo em vista o objetivo de:

a) reduzir as diferenças regionais;

b) modernizar as redes de telecomunicações e elevar os padrões de qualidade propiciados aos usuários; e

c) massificar o acesso às redes e aos serviços de telecomunicações que suportam acesso à internet em banda larga;

II - o projeto deverá contemplar, além das necessárias obras civis, as especificações e a cotação de preços de todos os equipamentos e componentes de rede vinculados;

III - o projeto não poderá relacionar como serviços associados às obras civis referidas no inciso II os serviços de operação, manutenção, aluguel, comodato e arrendamento mercantil de equipamentos e componentes de rede de telecomunicações;

IV - o projeto deverá contemplar a aquisição de equipamentos e componentes de rede produzidos de acordo com o respectivo processo produtivo básico, conforme percentual mínimo definido em regulamento; e

V - o projeto deverá contemplar a aquisição de equipamentos e componentes de rede desenvolvidos com tecnologia nacional, conforme percentual mínimo definido em regulamento.

§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações aprovar, em ato próprio, o projeto que se enquadre nas diretrizes do § 1º, observada a regulamentação de que trata o § 2º do art. 28.

§ 3º O projeto de que trata o caput deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até o dia 30 de junho de 2013.

§ 4º Os equipamentos e componentes de rede de telecomunicações de que tratam os incisos IV e V do § 1º serão relacionados em ato do Poder Executivo.

§ 5º As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não poderão aderir ao REPNBL-Redes.

§ 6º Deverá ser dada ampla publicidade à avaliação dos projetos apresentados no Ministério das Comunicações, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

.....

.....

.....

ATA DA 3ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 605, DE 2013, ADOTADA EM 23 DE JANEIRO DE 2013 E PUBLICADA EM 24 DE JANEIRO DE 2013, QUE "ALTERA A LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002, NA PARTE EM QUE CRIA A CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO E ESTABELECE SEUS OBJETIVOS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia cinco de março de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 605, de 2013, com a presença dos Senadores Lobão Filho, José Pimentel, Walter Pinheiro, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Waldemir Moka e Eduardo Lopes; e dos Deputados Paulão, Valmir Assunção, Alexandre Santos, Danilo Forte, Marcos Montes, Bernardo Santana de Vasconcellos, Paulo Foletto, José Humberto, Marçal Filho, Antonio Carlos Mendes Thame, Antonio Imbassahy, Arnaldo Jardim e Onyx Lorenzoni. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, os Senadores Wellington Dias e João Alberto Souza. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, que se destina à realização de audiência pública. A Presidência chama os convidados a expor para compor a Mesa e comunica o procedimento que será adotado para cada exposição. Os senhores Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica; Armando Casado de Araújo, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras; Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres; Ricardo de Pina Martin, Presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de energia Elétrica de Menor Porte; e Luiz Fernando Leone Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os seguintes parlamentares: Deputado Alexandre Santos, Deputado Arnaldo Jardim e o Senador Lobão Filho. São colocados em votação os requerimentos nº 2 e 3, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, que incluem representante da Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura - INFRACOOOP e da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - ABRACEEL como convidados para a audiência pública, os quais são aprovados. José Zordan, Superintendente da INFRACOOOP, e Reginaldo Medeiros, Presidente da ABRACEEL, fazem suas exposições. O relator, Deputado Alexandre Santos, usa da palavra. A Presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª reunião, a qual é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senadora Ana Amélia
- Presidente

SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA**SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP nº 605/2013 (3ª Reunião)

05/03/2013

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, Bloco/PP – RS) – Sr.ªs e Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, estamos realizando a primeira de uma série de audiências públicas para debater a Medida Provisória nº 605, de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria a conta de desenvolvimento energético e estabelece os seus objetivos, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2013.

Para dar cumprimento ao nosso cronograma, foram convidados os representantes da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, da Eletrobrás, da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica de Menor Porte, da Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura e da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia.

Eu, de imediato, convido para tomar assento à mesa o Dr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica; o Dr. Luiz Fernando Leone Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica; o Dr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres; o Dr. Armando Casado de Araújo, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobrás; o Dr. José Zordan, Superintendente da Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura; e o Dr. Reginaldo Almeida de Medeiros, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia.

Eu queria também dizer da minha alegria e da minha honra em estar aqui acompanhada do Relator desta Medida Provisória nº 605, de 2013, Deputado Alexandre Santos, do PMDB do Rio de Janeiro.

Recebemos aqui, em nossa Comissão, mensagem do Diretor-Executivo da Abrage, informando da impossibilidade do comparecimento do Presidente daquela associação a esta audiência pública por estar em viagem ao exterior. Sendo ele o porta-voz da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), cumpre informar que ele declina do convite para estar aqui nesta Comissão, desejando êxito.

Então, está aceita a justificativa da ausência do expositor.

Eu queria saber se o nosso Relator tem alguma ponderação a fazer ou se inicio imediatamente os trabalhos, convidando o primeiro expositor a fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Convido o Dr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica para fazer uso da palavra.

Vamos limitar o tempo em 15 minutos, se possível, pois, dessa forma, nós vamos ter economia de tempo para fazer o debate com os parlamentares que chegarem para esta audiência pública.

Com a palavra o Dr. Nelson Fonseca Leite.

O SR. NELSON FONSECA LEITE – Boa tarde a todos.

Eu queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia e o Deputado Alexandre Santos. Queria agradecer o convite da Comissão Mista da Medida Provisória 605, para estar aqui apresentando o ponto de vista das distribuidoras de energia elétrica – tenho uma apresentação em PowerPoint, que acho que já está cadastrada aí –, e ressaltar a importância que esse ato do Poder Executivo tem no sentido de buscar a modicidade tarifária nos serviços de energia elétrica.

Passa para o próximo, por favor.

Nós temos, no Brasil, um conjunto de 63 distribuidores de energia elétrica que atendem 73 milhões de unidades consumidoras.

O serviço de energia elétrica é o serviço mais universalizado que há no Brasil. Nós temos 99,2% dos domicílios brasileiros atendidos com o serviço de energia elétrica. É um serviço sobre o qual nós fazemos uma pesquisa de satisfação de clientes residenciais há 14 anos, e a última demonstrou um índice de satisfação de 78%; 78,2% dos consumidores satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço. Emprega 160 mil trabalhadores. Teve uma receita bruta, em 2011, de R\$140 bilhões e recolheu, somente na distribuição, em tributos e encargos, R\$52 bilhões e tem investimentos anuais da ordem de R\$11 bilhões.

Próximo, por favor.

Esse eslaide se desconfigurou; é o mapa do Brasil com a atuação da Abradee. Vamos pulá-lo então.

A Abradee está presente em todos os Estados brasileiros, exceto no Amapá – as associadas da Abradee. E confirmando aquela pesquisa que nós fizemos e que deu um Índice de satisfação de clientes de 78%, a Confederação Nacional da Indústria fez uma pesquisa, que foi publicada em março de 2011, mostrando que o fornecimento de energia elétrica é o serviço público mais bem avaliado pelo público. De 12 serviços avaliados, ele foi o mais bem avaliado nessa pesquisa da CNI.

Próximo, por favor.

Aqui é o resultado da nossa pesquisa ao longo do tempo. Dá para ver claramente que nós tivemos uma fase de crescimento na satisfação dos clientes e, depois de 2006 até agora, uma fase de sustentação de resultados na ordem de 77%.

Próximo, por favor.

Entrando especificamente no assunto da Medida Provisória 605, de 2013: na realidade, para entender a medida provisória, nós temos que entender a Medida Provisória 579, que trouxe a redução de tarifas implantada a partir do dia 24 de janeiro deste ano. Essa medida obteve um amplo consenso nacional, todos os setores da economia foram favoráveis à sua implantação e foi muito oportuna, exatamente porque mexeu numa questão importante, dos encargos agregados na tarifa de energia elétrica.

Nós temos, no Brasil, uma tarifa de energia elétrica que, quando comparada à tarifa de outros países do mundo, é uma tarifa cara, exatamente porque, de cada R\$100,00 que o consumidor paga na sua conta de luz, R\$45,00 são destinados a tributos e encargos.

E o Governo Federal, quando resolveu dar um tratamento especial para a questão dos encargos setoriais, alocando recursos do Tesouro para complementar a conta de desenvolvimento energético e fazer face a uma série de encargos que visam a atender programas sociais – porque, na realidade, a CDE teve uma importância fundamental no processo de universalização do atendimento de energia elétrica –, conseguiu, com o processo de universalização, inserir mais de 18 milhões de brasileiros no serviço de energia elétrica brasileiro; ou seja, o maior programa de inserção social do mundo foi esse em termos de número de pessoas beneficiadas. Tudo isso foi feito. O subsídio dos consumidores de baixa renda, que paga uma tarifa com descontos que chegam a 70% do valor da tarifa nominal, também tem recursos da CDE, e, agora, o Governo resolveu cobrir parte desses encargos com recursos da CDE.

E o que nós temos a falar é uma opinião amplamente favorável ao conteúdo da Medida Provisória nº 605, com algumas sugestões de aperfeiçoamento.

Próximo eslaide, por favor.

Uma sugestão de aperfeiçoamento é essa emenda aditiva que está sendo proposta pelo Deputado Arnaldo Jardim. Por meio dessa medida, o Deputado Arnaldo Jardim sugere alterações no texto para incluir que a CDE possa prover recursos para dispêndio dos encargos de serviço de sistema, que é um encargo extremamente importante, porque permite que, numa ocasião em que o sistema hidrotérmico brasileiro não tenha excedente hidráulico, possa ser utilizada a geração de origem térmica para compensar essa falta do excedente hidráulico.

Nós sabemos que o sistema de energia elétrica brasileiro é suportado por usinas hidrelétricas e por usinas termoeletricas; por isso, nós chamamos de sistema hidrotérmico. E as usinas termoeletricas têm sido cada vez mais utilizadas na medida em que não se constroem mais usinas com reservatório. Então, é importante nós termos esse encargo de serviço de sistema para suportar a geração das usinas termoeletricas fora da ordem de mérito.

Estamos também com a questão de exposição involuntária das distribuidoras e a questão do combustível das termoeletricas, que são despachadas para atendimento da carga.

O próximo eslaide, que é o último.

Nós temos aí a justificativa para essa emenda aditiva, que é a ampliação das destinações da CDE, conciliada com a orientação, iniciada pelo Poder Executivo, de privilegiar a modicidade tarifária para os consumidores. E, nesse sentido, nós acreditamos que se trata de uma emenda que tem um benefício muito

grande para os consumidores de energia elétrica, porque vai evitar picos nos reajustes das tarifas de energia elétrica.

Ira isso, Senadora.

Muito obrigado pela oportunidade da participação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Eu agradeço em nome da Presidência desta Comissão Mista, Dr. Nelson Fonseca Leite, pela objetividade da exposição, pelo tempo que o senhor consumiu.

Eu apenas indago, diante da necessidade de se afastar do recinto o Dr. Nelson, se o Relator ou algum dos Parlamentares tem alguma questão específica sobre a exposição feita por ele. (*Pausa.*)

Não havendo, ele está liberado.

Agradeço-lhe antecipadamente por ter aceito o convite.

O SR. NELSON FONSECA LEITE – Agradeço-lhe muito, Senadora, e agradeço também a liberação, porque tenho outro compromisso urgente para ser atendido.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Obrigada, Dr. Nelson, mais uma vez.

Convido o Dr. Luiz Fernando Leone Vianna para tomar assento à Mesa, enquanto já convidado para fazer uso da palavra o Dr. Armando Casado de Araújo, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras.

O SR. ARMANDO CASADO DE ARAÚJO – Boa tarde, Senadora; Deputado Alexandre Santos, demais colegas de Mesa e todos aqui presentes.

Aqui a Eletrobras comparece na qualidade de gestor de fundos. Como todos sabem, ela administra os programas de Governo – o Proinfra, o programa de universalização, o programa de baixa renda – com recursos da Conta de Consumo de Combustível, da RGR e da subvenção da CDE.

Indo diretamente ao assunto, depois da explanação do Dr. Nelson, que já clarificou bastante e me facilitou as coisas, o que foi introduzido em relação ao que vinha sendo feito anteriormente?

Bem, a CDE era utilizada para bancar os programas de baixa renda, carvão mineral, Luz para Todos, instalações de reforços e melhorias. Foram incrementados agora pela Medida Provisória nº 605 recursos para compensar descontos tarifários nas tarifas de usos dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia e recursos para compensar os efeitos da não adesão à prorrogação das concessões. Juntamente com esses dois encargos que foram criados, ela também autorizou a União a adquirir créditos da Eletrobras de Itaipu destinados à CDE e autorizou a União a destinar seus próprios recursos de crédito de Itaipu à CDE.

Bom, diretamente, a Itaipu tem um crédito junto ao Tesouro. Esse crédito é depositado diretamente na Secretaria do Tesouro Nacional, e o Tesouro, por sua vez, vai fazer esse aporte na conta da CDE. No que diz respeito à parcela pertencente à Eletrobras, ela troca por títulos cambiais – posso até antecipar meu fluxo de recebível, mantendo a equivalência do fluxo –, com o objetivo também de usar essa parte da Eletrobras para compor o fluxo. São contratos de um ano, contratos de curtíssimo prazo, apenas para formar o *funding* da CDE. Autoriza também que os recursos da CDE sejam transferidos para a RGR e CCC; e a RGR também pode transferir recursos da CDE.

Portanto, a formação do *funding* para bancar essas novas obrigações está bem caracterizada na Lei nº 12.783 e na Medida Provisória nº 605.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Eu agradeço a mais curta, mais objetiva exposição desta Comissão Mista, o que prova, meu caro Deputado Alexandre Santos, que vamos ter bastante produtividade em pouco tempo. Isso é ótimo.

Agradeço muito ao Dr. Armando Casado de Araújo.

Da mesma forma como fiz com o Dr. Nelson, indago do Deputado Alexandre Santos, nosso Relator, como dos demais Deputados que estão aqui presentes, se há algum interesse, porque também, igualmente, o Dr. Armando tem uma reunião pré-agendada na Eletrobras.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Senadora Ana Amélia, ao cumprimentá-la cumprimento os demais Parlamentares, assim como toda a Mesa e os outros que se fazem acompanhar dos

nossos convidados.

Dr. Armando, a Lei nº 12.783 afeta significativamente as empresas do Grupo Eletrobras. Pergunto, então: a estatal já definiu medidas necessárias para adaptar-se à nova realidade? Quais as providências já tomadas e as previstas?

Seria essa a minha pergunta ao senhor.

O SR. ARMANDO CASADO DE ARAÚJO – A Eletrobras está, sim, em fase de conclusão do seu plano de negócios, seu programa de adequação aos custos. Quando fez a opção pela prorrogação da concessão, apresentou – e estão no *site* da Eletrobras – as notas técnicas de cada uma das empresas com seus programas de adequação de custo, estando, neste momento, já para disparar o processo, sendo apreciadas pelo Conselho de Administração da Empresa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – O senhor está satisfeito, Deputado Alexandre?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Eu agradeço a sua colocação, mas, pelo que nós estamos vendo, está-se fazendo ainda a composição de uma preparação das ações necessárias, desenvolvida através do que foi emanado pela Lei que foi elaborada.

Portanto, agradeço, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Muito obrigada ao Dr. Armando Casado de Araújo, que é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras.

Eu queria convidar o Dr. Ricardo de Vaz Marinho para ter assento à mesa.

Peço desculpas ao senhor, porque foi dos primeiros a chegar aqui, mas a mesa é pequena para uma audiência do tamanho desta.

Eu queria também saudar, de modo especial, os Deputados Paulão, do PT de Alagoas; o Valmir Assunção, do PT da Bahia; o Danilo Forte, do PMDB do Ceará; e o Antônio Imbassahy, do PSDB da Bahia.

Bem-vindos aqui ao nosso trabalho!

Muito obrigada, Dr. Armando.

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livre (Abrace).

O SR. PAULO PEDROSA – Obrigado, Senadora.

Senadora Ana Amélia, Deputado Alexandre Santos, Deputado Imbassahy, Deputado Paulão, Deputado Valmir, Deputado Danilo, Deputado Onyx, que estava aqui, Srs. Deputados, senhores assessores da Consultoria Legislativa e assessores diretos dos parlamentares, é uma satisfação, uma honra trazer a visão da grande indústria sobre esse movimento em relação ao preço da energia no Brasil, em que a medida provisória em apreciação é uma parte importante dos resultados para a sociedade brasileira.

Vou procurar avançar rápido nos eslaides, para seguir a orientação da Presidente Ana Amélia.

Por favor, o próximo.

Eu começo com a citação da Presidenta Dilma que contextualiza esse movimento no desdobramento das duas MPs, na medida em que reconhece que chegou a hora de devolver aos consumidores benefícios de um pagamento que eles fizeram ao longo de anos e é o reconhecimento também de que a redução das tarifas de energia visa a um impacto em toda a economia brasileira, reduzindo o custo das mercadorias, melhorando a participação do País na disputa internacional por mercados, criando mais empregos, reduzindo a inflação e estimulando maior crescimento.

Então, é uma ação que tem um objetivo maior do que a simples redução da energia para as residências, tem um foco importante na competitividade da economia nacional.

Próximo, por favor.

Vou falar, portanto, sobre a conjuntura e trazer alguns dados, que, claro, o Congresso acompanha, assim como o Governo e a sociedade têm as suas preocupações. Vou falar sobre o conjunto das duas MPs: a 579 e 605, que completa e dá efetividade à primeira; portanto, ela é necessária. Falarei também sobre os méritos e oportunidade de aperfeiçoamento desse processo como um todo e, por fim, destacarei

algumas das emendas que entendemos que deveriam ser acatadas pelo Congresso e pelo Sr. Relator.

Próximo, por favor.

Fica o registro: é um conjunto de matérias – todos acompanham neste eslaide e no próximo – que contextualizam a queda da competitividade da indústria brasileira, o alto custo da energia no Brasil, com consequências já conhecidas: indústrias brasileiras investindo no exterior, perdendo mercados, fábricas reduzindo produção. Energia é, de fato, um fator importantíssimo para que possamos reverter essa situação. E a primeira e a segunda medidas provisórias estão alinhadas com esse momento histórico em que o Brasil busca se reposicionar na economia global.

Próximo.

Aqui são dados de balanço de algumas empresas que têm seus resultados divulgados e que mostram uma fotografia um pouco dura da realidade dos números da grande indústria nacional, de como os resultados têm piorado e, em alguns casos, com resultados negativos nos últimos anos, o que ajuda contextualizar o cenário dessa MP.

Próximo, por favor.

Numa situação em que vemos a produção de bens de capital caindo quase 12%; os bens de consumo duráveis caindo na ordem de 3,5%; a produção de bens de consumo semiduráveis caindo 0,3%; o PIB, no geral, subindo 0,9%; o consumo das famílias crescendo 3,5%; e, até diria, o consumo dos bens de uso diário nos *shoppings* crescendo 10% ao ano. Então, vemos um processo que chama bastante atenção da sociedade, porque é algo que nós precisamos de reverter.

O ideal seria que tivéssemos uma onda no sentido contrário da indústria de base, quer dizer, a base das cadeias produtivas nacionais se fortalecendo e justificando um consumo. Hoje, também em dados recentemente publicados, 21,6% do consumo das famílias se dão com base em produtos importados, e produtos importados que contêm energia. Aliás, já apresentamos dados que mostram que as famílias brasileiras consomem duas vezes mais energia nos produtos e serviços que usam a cada mês do que propriamente na conta que pagam da Ampla ou da Light, por exemplo, Deputado Alexandre Santos.

Próximo, por favor.

É nesse pano de fundo que as duas MPs – a primeira delas já se tornou lei – surgem para a sociedade brasileira, procurando recuperar um potencial do País em oferecer energia competitiva sustentável, segura e renovável, numa condição talvez única no mundo. Nós, da indústria, não defendemos subsídio ou privilégio, mas defendemos uma energia que espelha aquele potencial que o País, por suas condições naturais, pode oferecer e da qual nos afastamos ao longo do tempo.

A primeira das medidas provisórias, a MP nº 579, agora Lei nº 12.783, desonerou a energia do custo de políticas públicas. Foi um movimento muito importante do Governo, porque na medida em que o custo de uma política pública era abrigado de uma forma não transparente na energia, esse custo passava a compor o custo do metal, do minério, do aço, da chapa, do automóvel em cada etapa da cadeia produtiva, com mais margens de impostos e taxas incidindo sobre o processo.

Então, a medida provisória que virou a Lei nº 12.783 trouxe uma mudança histórica no País no sentido de reconhecer que as políticas públicas devem ser tratadas na transparência do Orçamento da União, inclusive com a atuação do Congresso sobre o Orçamento.

Além disso, a lei reconheceu que o benefício das concessões que venciam no setor elétrico deveria ser alocado aos consumidores de energia. Também é um conceito muito importante que foi firmado. Infelizmente, como vou destacar, uma parcela importante dos consumidores não teve acesso a essa energia. Muitos parlamentares perceberam essa questão. Aqui me permito citar o Deputado Imbassahy e a Senadora Ana Amélia, que também apresentou emendas muito positivas no momento daquela medida provisória, procurando dar um maior alcance ao movimento da redução das tarifas para que chegasse à base das cadeias produtivas.

E a MP que agora vem garantir aos consumidores das distribuidoras o benefício projetado em função da não adesão de algumas empresas, o que é importante que aconteça. Mas além da garantia, ela traz um segundo movimento conceitual muito importante. Se a primeira medida provisória alcançou políticas públicas que estavam alocadas no custo nacional da energia, essa segunda medida provisória mergulha em

cada uma das distribuidoras – na Ceal, por exemplo, Deputado Paulão, ou na Light ou na Ampla. E, dentro dessas distribuidoras, ela vai recolher para o abrigo do Orçamento da União políticas públicas de eletrificação rural, de subsídios a energias renováveis, de subsídio à iluminação pública, de serviços públicos, que eram arcados pelos consumidores daquelas distribuidoras residenciais e industriais. Então, ela confirma, fortalece e completa o movimento da primeira medida provisória. Portanto, essa medida provisória não é apenas acessória em relação à primeira; ela confirma um movimento que é muito importante para a sociedade. São esses os méritos. É fundamental que a sociedade reconheça os méritos.

Próximo eslaide, por favor.

Mas há oportunidade de aperfeiçoamento, assim como o Congresso Nacional aperfeiçoou a primeira medida provisória. Eu destaco, por exemplo, que foi acatada a emenda que permite a venda de sobra de contratos por industriais. Isso é muito importante. Antes, quando uma indústria contratava além da sua necessidade, a energia que ela não consumia, ela perdia o direito de recolocar energia no mercado. Quer dizer, essa é uma medida que vai tornar o mercado mais dinâmico, mais eficiente e vai aumentar o apetite das indústrias por contratarem no longo prazo.

Portanto, da mesma forma, há uma nova oportunidade de aperfeiçoar o movimento geral, garantindo os benefícios à grande indústria nacional, base das cadeias produtivas, o que não foi alcançado integralmente. Digamos, quanto maior a indústria, quanto mais ela consome a sua energia no mercado livre, quanto mais ela investiu em autoprodução, menos percentualmente foi a redução do custo da energia, com o movimento da primeira medida provisória.

Foi importante, foi um alento, precisa ser reconhecido, mas há um espaço de aperfeiçoamento. Nos debates da medida provisória anterior, ficou claro que o Congresso compreendeu a questão.

E também a ampliação das medidas para alcançar outros encargos, como o Proinfra, energia de reserva e encargos de serviços de sistemas, como defendeu aqui meu colega da Abradee. Conjunturalmente é a grande questão que talvez esteja momentaneamente reduzindo aquele benefício anunciado no ano passado.

Por fim, a garantia da perenização dos resultados, assegurando previsibilidade dos custos na energia. Entendemos que há um espaço de evolução, porque as medidas foram tomadas, mas, no fundo, o nosso entendimento é que elas dependerão de uma decisão a ser confirmada ano a ano. Se o preço competitivo da energia é importante para decisão de produção hoje, é a expectativa em relação ao preço futuro da energia que vai motivar a decisão de investimento na expansão da capacidade produtiva.

Próximo, por favor.

Rapidamente, os movimentos que antevíamos em termos de potencial para devolver a energia brasileira à competitividade, se davam em três etapas: a desoneração de encargos, com ganho potencial de R\$30,00 por megawatt/hora; o tratamento das concessões, com ganho potencial da ordem de R\$13,00 por megawatt/hora; e um terceiro movimento, voltado para dar mais eficiência ao setor elétrico, que, infelizmente, nas suas engrenagens, também traz custos adicionais, que entendemos desnecessários à conta de energia. Isso nos colocaria em um patamar competitivo semelhante ao que as grandes indústrias no exterior têm alcançado. Nos Estados Unidos, na França, mesmo com esse movimento importante feito pelo governo, há energia mais barata para o aço, para o alumínio, para o cimento, para o vidro, para a indústria química, do que no Brasil. Esse era o movimento.

Na prática, no próximo eslaide, identificamos que o que houve de benefício para a grande indústria foi algo importante, significativo, mas da ordem de R\$24,00 por megawatt/hora, o que reduz o *gap* que nos separava de outros países, mas ainda nos dá um fator de competitividade na energia.

Por favor, o próximo.

Entendemos que os consumidores livres – e esses argumentos foram bastante apresentados – como também pagaram pela construção das usinas, como também pagaram pela depreciação dos ativos e também pagaram para constituir o fundo da RGR, que está sendo usado para abater o preço da energia, eles também deveriam ter o acesso à energia das concessões que estão sendo retornadas, renovadas. E é nesse campo, nesse subconjunto dos consumidores que está o maior ganho potencial para competitividade da economia brasileira.

Próximo, por favor.

É ali que os ganhos seriam maiores e poderiam atingir aquele patamar que o Governo sinalizou da ordem de 30%. Eu preciso reconhecer que, de fato, algumas indústrias intensivas em energia – são 15 fábricas no Brasil – tiveram uma redução importante, da ordem de 30%. Na outra extremidade, algumas indústrias, que têm a totalidade de sua energia vinda de autoprodução, tiveram redução apenas no custo de transporte, da ordem de 6%. Na média, para os nossos associados, a redução foi da ordem de 9% a 18%, que é importante, mas não nos colocou ainda no patamar dos nossos competidores.

Próximo.

Conjunturalmente, outro problema veio. Quer dizer, o despacho das térmicas em função do nível dos reservatórios e da pouca chuva – em fevereiro, quando nós deveríamos estar começando a sentir os efeitos das medidas do ano passado – trouxe um custo adicional para as indústrias de aproximadamente R\$22,00 o megawatt/hora, o que praticamente neutraliza momentaneamente, conjunturalmente, não é estruturalmente, no momento em que aquele resultado seria muito bem-vindo e necessário – o ganho que era previsto. Então, esse é o cenário geral.

Acho que no próximo eslaide eu destaco algumas das emendas para as quais estamos chamando a atenção dos parlamentares. Quer dizer, emendas voltadas para a alocação de cotas da energia de concessão para as grandes indústrias, que entendemos que têm direito, que extinguem a arrecadação de encargos adicionais para as indústrias ou para o conjunto de consumidores – na seguinte –, que redistribui o custo das políticas de incentivo às fontes renováveis, que aloca cota de energia para os consumidores livres e, como antecipado aqui pelo representante da Abradec, que assume, na CDE, o custo adicional das termelétricas, entendendo que ele é conjuntural e que ele evitaria um grande problema para os consumidores de energia se ele pudesse ser absorvido, como outros encargos o foram, pelo movimento do Tesouro.

Próximo, por favor.

Portanto, é um movimento geral muito importante e, aliado à redução da taxa de juros, sinaliza uma possibilidade de retomada da produção no Brasil. A medida provisória completa a anterior e faz parte de uma agenda positiva, promove avanços importantes, mas é necessário que ela seja complementada e aperfeiçoada com alguns ajustes, entre eles, os que eu rapidamente apresentei aqui.

Era isso. Muito obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

A função da audiência pública é exatamente esta: ter a visão completa do cenário. O trabalho da relatoria, sob a responsabilidade do Deputado Alexandre Santos, acolhe todas as informações, que enriquecerão muito o seu trabalho.

Novamente consulto o Relator e os demais Parlamentares porque nós estamos conseguindo dar uma produtividade e celeridade aos trabalhos desta Comissão que, penso, são bem úteis para todos nós.

Com a palavra o Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Gostaria apenas de agradecer, Senadora, ao nosso convidado Paulo Pedrosa, amigo de longa data, e dizer que estamos analisando em profundidade as suas colocações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Consultamos se os outros Deputados também estão satisfeitos com a exposição.

Agradeço ao Dr. Paulo Pedrosa, que, se tiver algum compromisso, está dispensado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, Bloco/PP – RS) – Pode ficar. Ótimo! Nós estamos tranquilos. Por favor, nos dá muito prazer a sua presença.

Convido, então, para fazer uso da palavra agora o Dr. Ricardo de Pina Martin, Presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica de Menor Porte, a Abrademp.

O SR. RICARDO DE PINA MARTIN – Boa tarde, Srª Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão, e Sr. Deputado Alexandre Santos, Relator desta Comissão. Meu nome é Ricardo de Pina

Martin, eu sou Presidente da Abrademp, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica de Menor Porte.

Próximo, por favor.

Nós congregamos as concessionárias de distribuição com mercado inferior a 500 gigawatts/hora/ano. Algumas de nossas associadas são também associadas da Abradee, mas a maioria delas, em número de 14, espalhadas pelo Brasil, ficam no âmbito da nossa associação.

Próxima, por favor.

A Lei nº 12.783, objetivando a redução das tarifas de energia elétrica, prorrogou as concessões de geração e também extinguiu ou reduziu alguns encargos setoriais.

Na questão da prorrogação das concessões, foram prorrogadas aquelas concessões já vencidas e também por vencer. Nas que ainda estavam por vencer, o Governo Federal indenizou os investimentos e essas concessões. Daqui para frente, estão entregando energia ao mercado em forma de cotas, com custo praticamente de operação.

E também isso aconteceu na transmissão. A transmissão, também, que já estava vencida, agora paga basicamente o custo de operação. Com esse volume de energia e também com a extinção dos encargos setoriais, pretendia-se chegar em 20%.

Por favor.

Então, nós temos ali a questão da geração prorrogada e a redução também da transmissão. Nós distribuidores ainda não tivemos os contratos prorrogados, mas a previsão é até junho deste ano.

Os encargos setoriais que foram extintos ou reduzidos: a RGR – inclusive os recursos que nela estavam depositados foram utilizados para a indenização dos ativos ainda não depreciados, amortizados – ; a CCC, Conta de Consumo de Combustível, que basicamente é utilizada para prover o combustível para regiões isoladas, foi assumida pelo Tesouro; e a CDE, que é a medida provisória em tela, foi diminuída, mas ainda vai continuar.

Próximo, por favor.

Então, como algumas concessionárias de geração optaram por não prorrogar as suas concessões, houve uma diminuição nos recursos. Para alcançar o percentual pretendido – na época, 20% –, foram então necessários mais aportes do Tesouro Nacional. Daí a mudança também na CDE e, portanto, a Medida Provisória nº 605.

Por favor.

Para nossa surpresa – no caso, agradável surpresa para nós distribuidores –, não só o Governo entendeu prover recursos para compensar essa falta de geração, mas também, como era um pleito antigo das nossas empresas, compensou os descontos aplicados na Tusd e na tarifa de energia elétrica para os consumidores das concessionárias.

Isso aí é normalmente conhecido como os subsídios cruzados da energia elétrica. Então, por exemplo, geração incentivada, Prointã, tinha desconto de 50% na Tusd, que é a Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição. Esse desconto, na realidade, era assumido pelos consumidores cativos das concessionárias; agora, passa a ser assumido pelo Tesouro Nacional, bem como os descontos para os irrigantes. A tarifa rural sempre foi, de certa forma, subsidiada e passa a ser também coberta pelo Tesouro Nacional. Então, esse era um pleito antigo das nossas distribuidoras, que foi atendido por essa medida provisória. Foi uma agradável surpresa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – A parte agradável.

O SR. RICARDO DE PINHA MARTIN – A parte agradável.

Por favor.

Com isso, no âmbito da nossa associação, por conta dos recursos da CDE, houve uma queda praticamente linear. Essa aí é a redução nas tarifas que ocorreu na classe residencial. Inclusive, a Aneel entendeu que poderia aproveitar esse momento e tratar de maneira desigual os desiguais. Tanto o é que a Uhenpal, que agora é a Nova Palma Energia, lá do Rio Grande do Sul, teve o maior desconto na sua tarifa e, com isso, ela saiu da posição de primeiro lugar. Então, a Medida Provisória nº 605, do ponto de vista da Abrademp, veio em boa hora. Ainda mais com essa surpresa agradável.

Do ponto de vista do consumidor, hoje os consumidores de todo País já começam a receber as primeiras contas com esse desconto integral. Ao longo do mês de fevereiro, o desconto ainda era rateado; agora, a partir de 1º de março, as contas já estão saindo com a plenitude do desconto.

É claro que resolvemos um problema, mas devido à falta de chuva no Brasil, há essa questão da exposição das distribuidoras no mercado de curto prazo, como também o despacho das térmicas.

Nós, no âmbito da Abrademp, por sermos dos pequenos, não recebemos esse impacto de imediato, pois ele virá no aniversário de reajuste de cada concessionária. Por exemplo, eu sou Presidente da Chesf, a primeira ali, que teve 18,01%, e a minha data de reajuste é em setembro deste ano. Até lá eu espero que essa questão seja resolvida, para que nossos consumidores não sofram um impacto, que, se não for feito nada, com certeza anulará o desconto ora concedido.

Então, é isso que eu gostaria de apresentar. Não sei se bati o recorde.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Não, o recorde ainda está com o representante da Eletrobras. Ele falou em menos de 5 minutos.

Obrigado, Dr. Ricardo.

Eu queria agradecer, também, a Presença do Senador Edison Lobão Filho. Eu queria indagar, como já fiz nas outras exposições, se o Deputado Alexandre Santos tem alguma indagação a fazer, bem como os demais parlamentares, ao expositor, o Dr. Ricardo?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Srª Presidente, somente agradecer ao Dr. Ricardo Martin pelas suas exposições e também dizer que estamos atentos à observação que ele fez no final.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Uma curiosidade apenas, Dr. Ricardo, e talvez o senhor tenha explicado e passou batido: Por que a média das reduções foi de 18% e a do Rio Grande do Sul, da Uhenpal, foi de 25%?

O SR. RICARDO DE PINA MARTIN – Ali há redução na tarifa residencial. Basicamente por questão de ter muito rural no mercado da Uhenpal, na hora de esses subsídios cruzados serem calculados e repassados pelo Tesouro Nacional houve esse decréscimo da Uhenpal.

Eu conversei, ultimamente, com a Presidente da Uhenpal, Mariza Stivanin Bozzetto, que estava muito satisfeita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Imagine! Se os que receberam 18% estavam muito felizes, imagine com 25%, não é?

O SR. RICARDO DE PINA MARTIN – A empresa dela era pequena e era a empresa com a maior tarifa do País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Bom, o tombo é maior quando é grande. Então, também valeu por isso. Está boa a explicação.

Obrigada, Dr. Ricardo.

É passo, de imediato, a palavra ao Dr. Luiz Fernando Leone Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).

O SR. LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA – Boa tarde a todos.

Agradeço, Senadora Ana Amélia, pelo gentil convite.

Eu gostaria de contar um pouco da história da CDE, até para subsidiar um pouco a Comissão quanto a essa questão.

Próximo.

Só um esboço sobre a Apine, para mostrar quem é a associação. São 57 associados, geradores de todos os portes e de todas as fontes. Nós representamos, hoje, cerca de 50% da capacidade instalada no País, com uma geração de 60 mil megawatts instalados aqui no País e no mundo, 360 mil megawatts.

Próximo.

Bom, o que ocorre com a CDE? Quando ela foi criada, por intermédio da Lei nº 10.438, de 2002, um dos relatores – se não me engano foi o Deputado Aleluia –, no seu art. 13, previa, nas finalidades da CDE, desenvolver a competitividade em fontes eólicas, PCHs, biomassa, gás natural, carvão mineral

nacional; e também promover a universalização do serviço de energia elétrica.

Posteriormente, agora, em 2003, a Lei nº 10.762 incluiu também a subvenção aos consumidores de baixa renda.

Agora, com a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783, novos objetivos foram incluídos na CDE. Entrou o incentivo à fonte termossolar e fotovoltaica e a outras fontes renováveis em geral, sem especificar quais, mas um incentivo às fontes renováveis. Outro objetivo que foi acrescentado é prover recursos para a CCC; e outro é prover recursos para reversão das concessões.

A Medida nº 605 adicionou mais dois: prover recursos para compensar desconto na TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição e tarifas de energia. Essas fontes incentivadas pagam só 50% dessa tarifa. Então, esse recurso tem que vir de algum lugar. Deixa de existir o subsídio cruzado – esse subsídio era pago pelos outros consumidores – e passa a vir esse provento da CDE. Também tarifas de energia, basicamente água, esgoto, rural, são tarifas que tem um subsídio.

E também prover recursos para compensar a não adesão à prorrogação de concessões de geração. Quer dizer, a ideia foi manter o desconto inicial, vamos dizer, na média de 20%, com a não adesão de algumas geradoras.

Próximo.

Falamos onde é aplicado o recurso, mas quais são as fontes? Em 2002, pagamento a título de UBP, as multas aplicadas pela Aneel e as cotas pagas por todos os consumidores, quanto cada um de nós paga na nossa tarifa de luz.

A principal fonte é a terceira, são as cotas pagas por todos os consumidores. Evidentemente, na Medida Provisória 579, essa conta caiu na tarifa do consumidor de 100% para 25%. Foi um dos insumos importantes para que houvesse essa redução.

Mas a MPV 579, além de criar outros destinos para a CDE, também adicionou um novo recurso. Fala-se em aporte da União, mas, tecnicamente, são créditos da União e da Eletrobras, contra Itaipu Binacional. Na verdade, o BNDES adianta esses créditos que vencem em 2023, alguma coisa assim.

A Lei nº 12.783 também criou vasos comunicantes entre essas fontes de recursos: CDE, RGR, CCC. Então, podem-se transferir recursos de uma conta para outra. Evidentemente, a tendência é a CDE transferir recursos, uma vez que a RGR foi estancada. Resta ainda a CCC, mas ela tem destino específico para os sistemas isolados.

Próximo.

Vimos que existem diversas emendas tratando dessas usinas que foram licitadas no modelo anterior ao modelo da Lei nº 10.848. O modelo anterior, vamos dizer, do primeiro Governo Lula.

É importante lembrar que existem 11 usinas, cerca de 2 mil megawatts de potência instalada de usinas hidro, empreendimentos cuja implantação foi retardada devido à dificuldade no licenciamento ambiental. Essas dificuldades muitas empresas estão conseguindo equacionar; outras, não. Para outras, essas dificuldades foram incontornáveis, mas a maioria está conseguindo contornar. Já existe inclusive usinas com licença.

A ideia dessas emendas, de todas elas, vai no sentido de tornar esses empreendimentos viáveis, recompondo o prazo de concessão – já se passaram quase dez anos – e também fazendo ajustes ao pagamento da UBP, até porque, como esses empreendimentos não estão fazendo uso do bem público, não seria justo que eles pagassem pelo uso do bem público.

Próximo.

Como falei, existem essas emendas que apresentam pontos positivos, com toda essa necessidade de geração, principalmente de fontes hidro. A fonte hidro é muito importante porque é o grande reservatório de todas as outras fontes. Ela guarda vento, óleo, carvão, quer dizer, a fonte hidro é muito importante. Além disso, equacionando essa questão, vai haver uma sinalização para o mercado de que os agentes que se comprometeram com esses empreendimentos, que estão tentando viabilizar esses empreendimentos e não estão conseguindo – não por sua culpa – vão ter uma chance de fazer isso. Haverá o fortalecimento, no nosso entendimento, da segurança regulatória.

Próximo.

Tentando manter a pontualidade, vamos para as conclusões.

O art. 13 da Lei nº 10.438 sofreu inúmeras alterações desde a sua criação. Ele está sendo totalmente reescrito, inclusive ele vai ter que ser totalmente regulamentado através de decretos, resoluções da Aneel etc. Essas modificações todas o foram para incluir novos usos para a CDE. Os recursos distribuídos têm-se tornado cada vez mais escassos. Evidentemente que se você mantém o recurso e põe novos atributos, novos usos para esse recurso, esse recurso fica mais escasso. Uma mostra disso é a comunicabilidade entre esses fundos.

Próximo.

Agora, é importante também lembrar que usinas importantes, a operação confiável do sistema, têm sua viabilidade econômica independente da CDE. Por exemplo, as térmicas a carvão do Rio Grande do Sul, sem as quais hoje, diga-se de passagem, o sistema estaria em uma situação de penúria, porque ele está em situação difícil, e essas térmicas, que são antigas, de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a maioria delas está ajudando a manter os nossos reservatórios. O recurso assegurado para essas usinas até 2027 – a CDE garante recursos para essas usinas até 2027 –, no nosso entender, deve ser mantido. Novos usos para a CDE podem vir, mas têm que vir acompanhados de recursos. Não adianta a gente criar usos para a CDE sem citar a fonte de recursos; vai faltar, o cobertor vai ficar curto. Desde que a gente discutiu, com o Deputado Aléluia, a 10.438, não se estava criando uma fonte, uma conta; estava-se criando políticas nacionais de desenvolvimento de novas fontes. Bom lembrar que, graças à Lei nº 10.438, introduziu-se a energia eólica no País, que hoje é competitiva e não precisa mais desse subsídio. Mas um dia já precisou.

A outra questão é que a lei apresenta uma oportunidade para equacionar a problemática dessas hidrelétricas que foram licitadas no modelo anterior ao da atual Presidente Dilma, quando ela era ministra. É também desnecessário lembrar que o incremento da geração hídrica é importante para o atendimento da demanda. É uma fonte limpa, renovável, se ela tiver reservatório, melhor ainda porque ela mantém o sistema. É uma fonte evidentemente de baixo custo; é fundamental para um país que tem uma vocação de geração hidro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Agradeço muito a exposição pontual do Dr. Luiz Fernando Leone Vianna e, antes de passar a palavra ao Relator, queria lhe agradecer, Dr. Luiz Fernando, porque sou do Rio Grande do Sul e sou defensora da energia térmica com carvão mineral – setor que é o patinho feio e agora foi olhado com outro olhar porque está salvando o setor elétrico brasileiro. Então, eu agradeço as referências e o reconhecimento a esse setor, que é tão importante.

Saúdo a presença do Deputado Arnaldo Jardim e consulto o Deputado Alexandre Santos se tem questionamentos a fazer ao expositor, bem como aos demais parlamentares aqui presentes.

É só para explicar ao Deputado Arnaldo Jardim que nós já estamos chegando ao fim, só faltam dois expositores. Foi extremamente positiva a nossa audiência pública; foram sete expositores, faltam dois e demos celeridade com a colaboração muito relevante de cada um deles; alguns falaram cinco minutos.

A gente queria agradecer. É passo a palavra ao Relator. Depois ao Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Agradecendo ao Dr. Luiz Fernando Vianna, quero dizer que estamos muito preocupados em colocarmos as antigas concessões que, por um problema de meio ambiente ou de prazo até da Aneel e de outros órgãos, ficam à mercê de um período que ninguém sabe como se vai colocar em ordem.

Estamos atentos, conversando com os demais setores e que possamos dar uma regra em que todos se sintam seguros e que, principalmente, a população pague um preço menor a cada dia que passa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Obrigada, Deputado, nosso relator da Medida Provisória nº 605.

Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim, já citado aqui, aliás, por expositores, por causa de emendas apresentadas por V. Exª

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Muito obrigado, querida Senadora Ana Amélia.

Parabéns pela objetividade. Vou tentar não destoar do ritmo positivo imprimido aqui por V. Exª e cumprido por todos os expositores.

Dialogar de uma forma muito franca com Luiz Fernando, de quem tenho o privilégio de ser amigo, Presidente da nossa Apine. Uma das restrições feitas pelo Luiz Fernando, na sua apresentação, foram emendas que abrem a possibilidade de uso das CDE; e ele diagnosticou que a CDE tem o uso precípuo e que tem limites para isso.

Uma das emendas é de minha autoria, você sabe disso e eu quero explicar por que eu apresentei essa emenda e conversar com os senhores sobre isso.

Nós estamos vivendo uma situação muito delicada neste instante no setor, todos os senhores sabem disso, pelo fato de que nós vivemos um momento em que tanto geradoras como distribuidoras estão muito estranguladas pela elevação de custos que ocorreu, quer seja pelo acionamento de térmicas e outros fatores mais, que fazem com que as empresas hoje vivam uma situação de muita dificuldade. A expectativa é que isso possa ser acertado depois no processo de reajuste tarifário. Mas nós estamos vivendo um momento em que algumas empresas estão, inclusive, modificando a sua situação de endividamento, ameaçando *rating* e isso pode ser uma coisa estrutural para o setor.

A minha emenda abre possibilidade de que recursos da CDE possam ser usados momentaneamente para suprir isso e depois ser recomposto um pouco mais adiante. Então, esta é, de uma forma muito clara, a motivação para nós fazermos frente a uma situação muito delicada que vive o segmento.

Há outras alternativas sendo discutidas, como a possibilidade de o BNDES fazer empréstimos que possam viabilizar a situação das empresas. Então, eu queria saber a sua posição sobre isso, meu caro Presidente Luiz Fernando de uma forma muito clara, como é clara a intenção da nossa emenda, que é buscar dar essa saída para um problema, que é momentâneo, mas que é sério e que pode causar um dano se não resolvido, até estrutural do ponto de vista do setor – o prezado amigo sabe disso e todos os outros debatedores também.

O SR. LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA Arnaldo, gostaria de inicialmente ressaltar o seu constante empenho em prol dos assuntos do setor elétrico e o constante apoio que tem nos dado.

A Apine defende a saúde financeira das distribuidoras, porque as distribuidoras estão na ponta de arrecadação do sistema. Se houver um *default* das distribuidoras, o sistema trava, para. Então, nós estamos acompanhando atentamente as providências do Governo, diversos estudos que são feitos através do Tesouro, BNDES, CDE, para equacionar esta questão.

O tom da minha apresentação não inibe a sua emenda, só fala o seguinte: atencem para que seja preservado o intuito inicial da CDE. Por exemplo, o aporte que o Tesouro está fazendo, através daquela engenharia financeira com Itaipu, de 8,5 bilhões é uma mostra de que é possível fazer isso. Então, em toda engenharia financeira envolvendo a CDE, a precaução, que é o que a gente quis trazer aqui, é que não se iniba, que se mantenha o intuito original de incentivar fontes renováveis, consumidor de baixa renda, térmicas do sul, que estão gerando e estão segurando o nosso sistema hoje de maneira bastante importante. Acho que, olhando para isso, o Governo até abriu a possibilidade de incrementar mais térmicas, o que facilitaria muito o operador do sistema hoje, usando-se o carvão nacional. Acho que foi a parte boa, Senadora, dessa questão.

Então, não somos contra, de maneira nenhuma. Só, como o senhor bem explicou, “vamos usar agora”, vamos recompor”. Que fique bem claro isso quando for feita a conversão da MP 605 em lei, que esse dispositivo fique bastante claro, pois devem ser preservadas as aplicações originais.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Antes de mais nada, parabenizar e congratular-me com a minha colega, Senadora Ana Amélia, com o nosso Presidente e com o nosso Relator desta Comissão.

Queria registrar que, primeiro, o Governo tentou... Sou Relator revisor da medida provisória. Vou analisar atentamente. Já pedi a essa Secretaria que me enviasse, apesar do meu atraso na chegada aqui, todo o material aqui discutido para que eu possa analisar profundamente cada aspecto aqui

colocado por V. S^{as}.

O Governo acertou imensamente em promover as modificações no setor tratando de integrar o nosso País nesse mercado globalizado, visto que a energia é um insumo importante e sempre representou algo que fazia com que o País perdesse a sua competitividade.

Além dos benefícios sociais, do decréscimo das contas residenciais do nosso trabalhador brasileiro, é preciso sim ter preocupação com as empresas, nosso sistema de distribuição, nossos geradores. É importante que eles tenham capacidade de investimento. É importante que eles tenham saúde financeira para operar o sistema. Acho que isso não pode nunca ser relegado a segundo ou a terceiro plano. Tem que ser uma preocupação sim do Governo e, principalmente, do Legislativo, que tem oportunidade de debater o tema a partir de agora.

Então, quero tranquilizar todos que representam os setores. Por exemplo, a situação... Vi aqui que o meu querido amigo pessoal Diretor Armando Casado, da Eletrobrás, que deveria se pronunciar aqui. A Eletrobras passa por um momento de muita dificuldade por conta dos cortes que foram feitos na sua receita. É preciso que nós, com muita responsabilidade, também possamos analisar todos os efeitos da medida e minimizar os danos feitos a essas empresas, inclusive a Eletrobras. Acho que essa é a nossa responsabilidade.

Com certeza, Deputado Alexandre Santos, poderemos fazer juntos um trabalho que possa contribuir com o nosso País, protegendo o nosso cidadão, protegendo a empresa brasileira para que possa competir no exterior, mas também resguardando as nossas distribuidoras e as nossas geradoras. É nossa responsabilidade. Tenho certeza de que juntos faremos um trabalho responsável em defesa do nosso País.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Ao nosso Relator revisor, Senador Edison Lobão Filho, queria dizer que o representante da Eletrobras Armando Casado de Araújo esteve aqui. Foi a mais curta exposição. Foram 5 minutos. Questionado sobre esse ponto que V. Ex^a lembra com muita clareza, pelo Relator, ele não deu a resposta que se aguardava em relação a essa matéria tão relevante. Então, também o nosso Relator revisor, está atento a este problema que é também de interesse nacional.

Queria também registrar a presença do Deputado Mendes Thame, do PSDH, de São Paulo, e do Deputado José Humberto, do PHS, de Minas Gerais. O senhor está diferente da foto oficial, pois está de óculos e não estava sendo reconhecido aqui. Agora, sim, está igual ao que está aqui.

Agradeço a todos. Já havia feito referência ao Deputado Paulão, ao Deputado Imbassahy e ao Deputado Arnaldo Jardim pelo prestígio que dão a esta audiência publicam.

O Dr. Paulo Pedrosa manifestou o interesse de fazer uma observação pertinente. V. S^a terá a palavra.

Passaremos, em seguida, à leitura do requerimento, porque é preciso a aprovação dos parlamentares. Em seguida, ouviremos as duas outras exposições.

O SR. PAULO PEDROSA Muito obrigado, Senadora.

Eu queria fazer um comentário a partir do que o Deputado Arnaldo Jardim comentou. Lembro – é claro que o Deputado Arnaldo Jardim, que conhece profundamente o setor, sabe isso – que mais da metade do consumo industrial brasileiro, aquelas indústrias que são a base das cadeias produtivas, consomem energia no chamado mercado livre. É muito importante, nas intervenções sobre o setor elétrico, preservar o equilíbrio entre o mercado livre e o mercado cativo. Em muitas situações não há isonomia nesse tratamento, o que é algo contra a competitividade da produção nacional.

Então, seria interessante que qualquer medida tomada para mitigar o efeito de consumidores e de distribuidoras ou para compensar o efeito não deixasse de alcançar essa parcela importante da produção nacional que também – algumas das empresas associadas – tem recebido contas gigantescas. Ao contrário do consumidor cativo, que pagará no futuro, as contas estão mensalmente sendo pagas.

Como mostrei na apresentação, neste mês, por exemplo, infelizmente, a conta dos despachos das térmicas neutralizou o benefício de todo movimento feito no ano passado em função da redução do custo da energia.

Era essa a questão, para dizer que o equilíbrio entre o mercado livre e o mercado cativo é fundamental para que essas medidas tenham seu melhor efeito para a sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP - RS) - Muito obrigado, Dr. Pedrosa.

Eu queria pedir a colaboração dos senhores, porque os dois requerimentos são, digamos, preliminares à exposição dos dois próximos convidados, que não haviam sido incluídos na aprovação do requerimento que constituiu o cronograma de trabalhos desta Comissão Mista. Então, eu passo a ler para submetê-lo à aprovação dos Srs. Deputados e Senadores.

Em aditamento ao Requerimento nº 1, da Medida Provisória nº 605, que tratou deste cronograma, incluindo, na audiência pública desta data, a representante da Infracoop - Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura.

Vou também fazer junto o próximo requerimento, porque os dois expositores estão aqui.

Aditamento ao requerimento, também tratando desse cronograma, da presença do representante da Abraceel - Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia, também presente.

Então, eu queria colocar em discussão os requerimentos dos Srs. Senadores e Deputados. Muito obrigada.

Os dois foram de iniciativa desta Presidência, porque foi demandada pelos dois setores. Então, achei que era adequado fazer e agradeço muito e os coloco em votação.

Os que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Muito obrigada. Então, queria agradecer a todos.

Aprovados os requerimentos de minha autoria.

(São os seguintes os requerimentos apreciados:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2013

(Aditamento ao RQS Nº 001/MPV605/2013)

Em aditamento ao Requerimento de nº 001/MPV605/2013, que trata do cronograma de realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão Mista da Medida Provisória Nº 605/2013, destinada a discutir a matéria com representantes de várias instituições, requiero que seja incluído na Audiência Pública do dia 05/03/2013, um representante da Infracoop - Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura.

Sala das Comissões,

Senadora Ana Amélia (PP-RS)

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2013

(Aditamento ao RQS Nº 001/MPV605/2013)

Em aditamento ao Requerimento de nº 001/MPV605/2013, que trata do cronograma de realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão Mista da Medida Provisória Nº 605/2013, destinada a discutir a matéria com representantes de várias instituições, requiero que seja incluído na Audiência Pública do dia 05/03/2013, o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - ABRACEEL.

Sala das Comissões,

Senadora Ana Amélia.)

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS - SP) - Sr. Presidente, me desculpe se estou sendo... Só para registrar minha anuência e aplauso à sua iniciativa e me penitenciar, porque eu mandei um requerimento também solicitando a presença da Abraceel. Acho que devo ter tido algum problema de encaminhamento, pois ele não foi registrado junto à Secretaria. Mas quero reiterar isso. Nós havíamos, inclusive, estado com o

Dr. Reginaldo, na semana passada, e havíamos encaminhado isso. Deve ter havido um erro, certamente meu, no encaminhamento disso aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Agora ficou completo, então. Agradeço muito a manifestação do Deputado Arnaldo Jardim, do apoio dos senhores, do Senador Edison Lobão Filho.

Passo a palavra, então, a José Zordan, Superintendente da Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura (Infracoop), pelo mesmo período.

O SR. JOSÉ ZORDAN – Obrigado, Srª Presidente, minha saudação. Saudação ao Deputado Alexandre Santos e aos demais parlamentares aqui presentes e aos demais representantes das empresas do setor elétrico.

Nós, por ocasião da Medida Provisória 579, fomos beneficiados com emendas encaminhadas pela Senadora Ana Amélia. Isso se deu porque havia não digo um erro, mas um esquecimento de colocar na...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Uma omissão, uma omissão.

O SR. JOSÉ ZORDAN – Uma omissão, uma omissão na 579, de colocar as permissionárias de energia também na 579, e isso foi posto e foi aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Pelo Relator Renan Calheiros.

O SR. JOSÉ ZORDAN – Renan Calheiros era o Relator.

Pode subir um pouquinho. É que deu um problema no PowerPoint e tivemos de apelar para o Word. (Pausa.)

Então, a dimensão do resultado do trabalho social desenvolvido pelas cooperativas de energia é muito maior do que o resultado econômico. São empresas de pessoas e não, de capital.

Pode seguir o outro.

Para ser ter uma ideia, Srs. Parlamentares, as cooperativas atuam desde 1941, ou seja, estão há 72 anos atuando e ainda há as que sobrevivem e que tiveram um bom desenvolvimento. São no Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e tem uma cooperativa atuando no interior de Sergipe.

São 65 cooperativas distribuindo energia no meio rural. São produtores rurais que produzem alimentos, gerando emprego e renda, evitando, há mais de 70 anos, o aumento do êxodo rural.

Recentemente, o Governo teve de implantar, e foi de grande êxito, o programa Luz para Todos, para levar energia ao campo, ou seja, as cooperativas estão fazendo isso há 72 anos.

Associados às 65 cooperativas, hoje, são 600 mil associados no meio rural, dispersos na área rural de mais de 800 Municípios brasileiros, na grande maioria, pequenos produtores, que vivem ou sobrevivem da agricultura familiar, ou seja, são pequenos produtores rurais que formaram as cooperativas para também receberem os benefícios e utilizarem esse insumo de geração de energia, de produtos e de insumos, que é a energia elétrica.

Só para os senhores terem uma ideia, hoje, o consumo médio na área rural está em torno de 200 a 250 quilowatts/hora/mês. Esse é um consumo ainda muito incipiente, é um consumo residencial.

Só para os senhores terem uma grande ideia, no Paraná tem uma cooperativa, na região de Castro, onde o consumo médio daquela colônia holandesa que é uma cooperativa é de 3,5 mil quilowatts/hora/mês, ou seja, é dez vezes maior do que o consumo médio do produtor rural brasileiro, porque nessa cooperativa de energia, que é incentivada pelos produtores holandeses, eles utilizam a energia como um efetivo insumo de produção.

Então, esse consumo baixo do quilowatt/hora na área rural precisa ser elevado e precisa ser transformada a energia em um insumo de produção.

Só para os senhores terem uma ideia, hoje, a demanda do setor elétrico das cooperativas está em torno de 800 megawatts, distribuídos na área desses 800 Municípios. Isso equivale a uma turbina de Itaipu. Então, é por isso que a gente enfatiza que o benefício social, o alcance social do trabalho feito junto às comunidades é muito maior do que o valor econômico desenvolvido, despendido por essas empresas. Elas representam, hoje, mais 65 cooperativas, 1% de toda a energia distribuída no Brasil.

Pode subir.

São aproximadamente quatro milhões de brasileiros usufruindo dos benefícios da energia elétrica no meio rural, graças ao trabalho pioneiro das cooperativas. A dimensão do resultado do trabalho social das cooperativas é muito maior do que o resultado econômico. São empresas de pessoas e não, de capital.

Só para os senhores terem uma ideia, nós colocamos alguns parâmetros ali: uma concessionária tem, em média, 20 consumidores por quilômetro de rede, com característica mais urbana, e as cooperativas têm uma média de quatro consumidores por quilômetro, pela característica rural.

Então, o que são essas emendas que a gente está colocando, está propondo, está sugerindo e que já foram acatadas na 579, que hoje é a Lei 12.783? É que a Aneel está em processo de regulamentação dessas cooperativas e ela também precisa ter instrumentos legais para poder repassar, ou fazer com que as tarifas das cooperativas também sejam alcançadas com os descontos apresentados pelo Governo Federal.

Então, os descontos tarifários definidos pelo Governo Federal devem beneficiar, também, os associados das cooperativas, que são consumidores. São pequenas empresas distribuindo energia elétrica.

Então, as emendas... O que a gente colocou nas emendas, na Emenda 017, do Senador Sérgio Souza, e na 018?

Na emenda do inciso VIII foram colocadas, de novo, tarifas das concessionárias e permissionárias, porque, no texto original, como ocorreu na 579, também havia só tarifas das concessionárias de distribuição. Nós estamos sugerindo, se forem acatadas pela Comissão, pelo Senado e pelo Congresso, tarifas das cooperativas e permissionárias de distribuição. Também estamos colocando o inciso pelo qual poderá ser provido, se necessário, recurso para que a Aneel possa fazer a equiparação da tarifa das concessionárias com a das cooperativas.

Eu acho que fui o mais rápido, Senadora Ana Amélia, até porque não é tão longa, tão extensa a nossa apresentação.

Nós agradecemos a atenção de todos os parlamentares, de todos os integrantes da Mesa e estamos à disposição.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Obrigada, representante das cooperativas. Como no Sul do País, em regiões em que se desenvolveram a agricultura e a agropecuária, essa eletrificação rural tem muito efeito, especialmente em áreas novas. Por exemplo, não se pode imaginar uma nova bacia leiteira, ou qualquer outra atividade, sem o fornecimento de energia. Recentemente, silos pararam de funcionar porque não havia energia para fazer a movimentação dos mecanismos eletrônicos. Agora, nessa parte do interior, onde muitos Estados estão desenvolvendo esse sistema de bacias leiteiras, com o desenvolvimento de novas tecnologias, não dá para pensar nisso se não se dispuser de energia. E são as cooperativas que estão, digamos, preenchendo esse vazio, porque esse insumo é indispensável.

Ao agradecer, submo to ao Deputado Alexandre Santos, ao Relator e ao Relator revisor, bem como aos demais parlamentares, se há questões a fazer.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Só agradecer, Presidente, ao nosso José Zordan, dizendo que também vamos olhar com muito carinho essa proposição de fazer uma tarifa igual para que possamos, cada vez mais, ajudar os pequenos produtores a produzirem mais para a nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ZORDAN – Agradecido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Bom, posição clara e não suscita mais questionamentos, eu passo, de imediato, ao último expositor desta nossa audiência pública, extremamente produtiva, Dr. Reginaldo Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

O senhor tem a palavra.

O SR. REGINALDO MEDEIROS – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, muito obrigado, Senadora Ana Amélia, em conjunto com o Deputado Arnaldo Jardim, por ter apresentado o requerimento que permitiu a minha presença aqui.

Eu fiz questão de vir aqui porque nós, os comercializadores, representamos, no nosso ponto

de vista, a cadeia mais dinâmica do setor elétrico, a cadeia que liga a produção e liga o consumo. É por meio dos comercializadores de energia que os riscos são mitigados, e os consumidores do mercado livre têm oportunidade de adquirir energia mais barata. Assim tem sido feito ao longo dos 12 anos que o mercado livre existe no Brasil. É exatamente essa figura do comercializador que permite que os consumidores adquiram essa energia a preços mais competitivos.

Eu pretendo abordar dois pontos: primeiro, os impactos da Lei nº 12.783, no mercado livre e, segundo, trazer a esta Comissão sugestões para ampliar os benefícios da redução de preços e tarifas na indústria, via MPV nº 605, editada este ano.

Por favor, a próxima.

Em primeiro lugar, deixar claro que temos hoje, no Brasil, dois mercados. O mercado cativo, em que os consumidores compram energia diretamente das distribuidoras -- eles estão impedidos de participar do mercado livre; e o mercado livre, que é subdividido também em dois mercados: um deles é o mercado livre dos consumidores livres, que podem comprar de qualquer fonte. São os consumidores acima de 3 megawatts de potência, que pagam uma fatura em torno de R\$500 mil. Hoje, esse mercado representa 26% do consumo nacional. O segundo mercado também no mercado livre é o mercado dos consumidores especiais, cuja carga deve ser acima de 500 quilowatts. Apenas para referência, é um *shopping center* de porte médio. Esses consumidores adquirem energia de fontes incentivadas -- PCHs, biomassa e eólica -- e pagam uma fatura em torno de R\$75 mil por mês.

É importante ressaltar que o grande potencial do mercado livre são os consumidores especiais. É esse potencial que tem ajudado bastante a viabilizar as energias de fontes incentivadas -- PCHs, biomassa e eólica -- aqui no Brasil. Quase 60% dos novos projetos de energia vão para o mercado livre, para esse nicho de mercado.

Qual é a importância do mercado livre para a indústria? A importância fundamental é que no mercado livre a energia é tratada como *commodity*, ou seja, o consumidor pode gerenciar, por meio de produtores independentes ou de comercializadores, a aquisição de produtos mais adequados aos seus processos produtivos. É exatamente essa gestão de risco que é o nicho de mercado dos comercializadores.

Por favor, a próxima.

Aí estão os números. Hoje, atuando no mercado livre há 495 geradores, 145 comercializadores, 579 consumidores livres e 890 consumidores especiais.

Esse mercado gira em torno de 32 gigawatts e movimenta R\$30 bilhões por ano. Hoje, o número de consumidores livres gira em torno de 579, mas é possível que se chegue até 1.200. São alguns consumidores que ainda não migraram para o mercado livre.

E o número de consumidores especiais hoje é em torno de 890, mas há um potencial de 12 mil consumidores que poderiam migrar para o mercado livre e ainda não o fizeram. Se isso acontecesse, o potencial total do mercado livre corresponderia a 46% do consumo nacional.

Qual a importância do que estou expondo? É importante que os senhores compreendam que o mercado livre vive de competição com o mercado regulado. E a Medida Provisória nº 579, que se transformou na nova lei, destinou todo um bloco enorme de energia apenas para o mercado regulado. Ao fazer isso, estabeleceu um diferencial entre os dois mercados que, do nosso ponto de vista, não se justifica, pois tira a competitividade do mercado livre.

A próxima, por favor.

Só recordando. A Lei nº 12.783, de 2013, reduziu as tarifas por três efeitos: 1º) referente à redução dos encargos setoriais. Isso foi isonômico para todos os consumidores, ou seja, todos os consumidores obtiveram esse benefício; 2º) redução das tarifas de transmissão. Essa redução também foi isonômica entre todos os consumidores, ou seja, o mercado livre e o mercado cativo; 3º) acesso a uma energia mais barata das usinas depreciadas. Essa energia, que era aproximadamente de R\$95 por megawatt/hora baixou para R\$27 por megawatt/hora. Ou seja, despejei um volume grande de energia a R\$27 por megawatt/hora no mercado cativo. Com isso, afetei a competitividade entre os dois mercados. No nosso entendimento, isso não foi isonômico.

O que faz a nova Medida Provisória nº 605? Como três concessionárias de porte não

aderiram à oferta do Governo, que era opcional, para garantir e assegurar aquele desconto original de 20,2% que foi apresentado pela Presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, no dia 11 de setembro, houve a edição dessa medida provisória, que aporta esses recursos da CDE temporariamente. É importante que se diga que são dois anos, porque depois essas usinas serão licitadas e a energia delas mais barata fluirá para o mercado.

Por favor, a próxima.

Um ponto que é importante - e essa informação é da CCE - é que no mercado livre o básico da energia tem contratos superiores a quatro anos. Quase 60% da energia têm contrato superior a quatro anos. Assim, se um consumidor livre quisesse voltar para o mercado regulado, ele não poderia, porque parte significativa deles tem contratos no mercado livre. Portanto, efetivamente, esse benefício da energia mais barata das usinas depreciadas não fluiu, em um primeiro momento, no mercado livre. E nem poderia fluir, porque os consumidores estão presos, estão amarrados em um contrato de período superior a quatro anos no mercado livre.

Por favor, a próxima. Qual é a proposta da Abraceel, fazendo coro à proposta da Abrace? Utilizar a Medida Provisória nº 605/13, para aprimorar a Lei nº 12.783, ou seja, acatar a Emenda nº 14, de autoria do Deputado Vanderlei Siraque, que aloca de forma isonômica as quotas tanto no mercado livre quanto no mercado cativo. A nossa proposta é simples como essa.

Todos os consumidores pagaram, ao longo de 30 anos, a energia depreciada dessas usinas. Do nosso ponto de vista, é justo que todos tenham acesso isonômico a essa energia, tanto os consumidores cativos quanto os consumidores livres quanto as cooperativas de eletrificação rural. Acatando essa proposta, isso engloba a questão da A1 na Região Norte e engloba todas as outras questões. É isonômica com todos os consumidores, porque todos os consumidores pagaram essa energia ao longo de 30 anos, sob a promessa de um benefício futuro.

Por favor, a próxima. Nós aqui simulamos os efeitos da redução do preço da energia elétrica para o grande e o médio consumidores. Se nada foi feito, é do jeito que está hoje, ou seja, o consumidor livre do grupo A2 tem uma redução média de 16%. Esse consumidor livre do grupo A2, se estiver no mercado cativo, tem uma redução de 27%. O consumidor médio, no nível A4, tem uma redução de 14%, se estiver no mercado livre, e tem uma redução de 23%, se estiver no mercado cativo.

Se redistribuíssemos as cotas de forma isonômica para todos os consumidores, o que aconteceria?

Por favor.

Aconteceria o que está exposto nesta transparência. O grande consumidor, em vez de reduzir em um primeiro momento em 16% sua conta de luz, reduziria, em média, 24%. O consumidor de médio porte, em vez de reduzir 14%, reduziria 20%. E o pequeno consumidor, em vez de ter uma redução de 17%, teria uma redução menor, de 15%. No nosso entendimento, isso tem um efeito direto na economia, porque amplia significativamente a competitividade da nossa indústria. No nosso ponto de vista, sem entrar no mérito da discussão política, isso é racional do ponto de vista de política industrial, isso é racional do ponto de vista econômico, porque traz o benefício para a grande indústria. A indústria está precisando desse benefício para competir no mercado mundial. A nossa proposta é simples como isto, redistribuir igualmente as quotas para todos os consumidores.

Por favor.

Aí está a importância do peso da energia elétrica no produto industrial. No setor de alumínio, vão 35% a 40%; siderurgia, entre 15% e 20%; cimento, entre 20% e 25%; e nos gases industriais, entre 70% e 75%. É importante que quem está no mercado livre corresponde hoje a 60% do PIB industrial e adquire energia no mercado livre. Então, a realocação de cotas estaria trazendo esse benefício já no mercado livre.

Quais são os efeitos esperados e por que, no nosso ponto de vista, a medida se justifica? A grande indústria teria um preço final de compra de energia elétrica e isso ajudaria a controlar a inflação com o aumento da competitividade industrial e do emprego e da renda. Essa é a nossa visão.

Por favor, a última transparência. Qual é a nossa conclusão? Destinar as cotas das usinas

depreciadas para todos os consumidores tanto no ACR quanto no ACL, conforme proposto na Emenda nº 14 do Deputado Vanderlei Siraque, restabelece essa isonomia não contemplada originalmente na Lei nº 12.783. A justificativa é aquela que falei: todos pagaram essa energia das usinas depreciadas ao longo dos anos.

O Paulo acrescentou mais um argumento: que parte da indústria, inclusive, pagou, com empréstimo compulsório, para a construção dessas usinas e não teve acesso a energia mais barata. Poderá ter, no futuro, se voltar para o mercado regulado, mas o mercado livre é um elemento fundamental de competitividade da indústria brasileira. Portanto, é uma forma de você levar o benefício já. Não vemos razão lógica para que essa emenda e essa proposta não sejam acatadas.

Fundamentalmente é isso que eu teria para dizer. Agradeço novamente à Senadora e ao Deputado pela oportunidade de vir aqui trazer este pequeno recado. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Reginaldo Medeiros, pela exposição que trouxe luz completa para a nossa audiência pública.

Antes de submeter o que foi dito aqui ao nosso Relator e ao Relator-Revisor, queria fazer uma saudação ao nosso Senador Wellington Dias, que é membro da Comissão Mista. É que hoje é uma data especial para ele, não só pelo aniversário, mas porque hoje se vota a derrubada do veto, e ele é um articulador disso, com a oposição aqui do nosso Relator, o Alexandre Santos. Enfim, a Federação está aí.

Com essa saudação, quero agradecer novamente a presença do Deputado Paulão; do Deputado Valmir, que veio aqui e se explicou; do Deputado Antônio Imbassahy, que está desde o começo aqui; do Deputado Arnaldo Jardim; do Deputado José Humberto; e também a presença do Senador que já mencionei, nosso revisor, o Senador Edison Lobão Filho.

Passo a palavra, então, ao nosso Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu queria aqui também parabenizar o Senador Wellington e dizer que vamos para o enfrentamento daqui a pouco. Acho que temos que construir um novo processo para este País, principalmente na energia elétrica.

Eu queria aqui agradecer ao Dr. Reginaldo e dizer-lhe que suas colocações, que confrontam algumas colocações feitas anteriormente aqui, são de muita valia, principalmente quando vão para a competição, que é o que vocês fazem dentro de suas metas preestabelecidas. Portanto, é o agradecimento do Relator.

Agradeço também aos nossos pares Senadores e Deputados e, sem sombra de dúvida, agradeço especialmente à nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, pela capacidade e firmeza de sua atuação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Muito obrigada, meu caro colega Alexandre Santos.

Queria renovar aqui a informação que foi lida no início desta audiência pública, segundo a qual o Diretor-Presidente da Abrage declinou do convite porque está em viagem ao exterior.

Eu queria renovar os agradecimentos da Comissão Mista, da Presidência, da Relatoria e da Relatoria de Revisão ao Dr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee); ao Dr. Luiz Fernando Leone Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); ao Dr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace); ao Dr. Armando Casado de Araújo, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras; ao Dr. Ricardo de Pina Martin, Presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica de Menor Porte (Abrademp); ao José Zordan, Superintendente da Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura (Infracoop); e ao Dr. Reginaldo Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

Eu queria dizer ao Zordan que o Relator, na Medida Provisória nº 579, o hoje Presidente do Senado Renan Calheiros, acolheu a emenda que eu havia apresentado – eu, por justiça, devo dizer também que o Deputado Elvino Bohn Gass, do PT do meu Estado, e Luis Carlos Heinze, do meu partido no Rio Grande do Sul, também tiveram parte nessa emenda solicitando apoio. Então, o Senador Renan Calheiros acolheu uma solicitação, uma demanda do nosso Estado, porque é um Estado em que o cooperativismo é muito forte.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram.

(Pausa.)

A ata está aprovada e irá à publicação.


Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 605, DE 2013, ADOTADA EM 23 DE JANEIRO DE 2013 E PUBLICADA EM 24 DE JANEIRO DE 2013, QUE "ALTERA A LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002, NA PARTE EM QUE CRIA A CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO E ESTABELECE SEUS OBJETIVOS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e treze minutos do dia doze de março de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 605, de 2013, com a presença dos Senadores Lobão Filho, José Pimentel, Walter Pinheiro, Gim, Eduardo Amorim, José Agripino, Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Vanessa Grazziotin e Francisco Dornelles; e dos Deputados Valmir Assunção, Alexandre Santos, Marcos Montes, Paulo Foletto, Francisco Chagas, Marçal Filho e Glauber Braga. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir a apreciação da Medida Provisória. A Presidente convida os Senhores Franklin Moreira Gonçalves, Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, e Cláudio J. D. Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil, para, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Após a exposição do primeiro participante, assume a Presidência o Senador Lobão Filho, Relator-Revisor da Comissão. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como de réplicas e tréplicas dos convidados. Faz uso da palavra o deputado Alexandre Santos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Senadora ANA AMÉLIA
Presidente

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 605, de 2013.

Eu queria convidar o representante da Federação Nacional dos Urbanitários; o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e o Instituto Acende Brasil.

A Presidência informa que recebeu carta do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), comunicando a impossibilidade de comparecer à reunião.

Convido, portanto, para estar à mesa, Franklin Moreira Gonçalves, Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, e o Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

Eu queria agradecer ao nosso Relator, Deputado Alexandre Santos. Esta audiência pública foi solicitada pelo Relator, com a sugestão dos Parlamentares, Deputados e Senadores que integram a Comissão Mista da MP 605.

Vamos adotar o mesmo critério que foi adotado nas demais audiências, nas audiências anteriores: cada um dos expositores terá 15 minutos para fazer uso da palavra, e o Relator e os Parlamentares que integram a Comissão Mista depois farão as perguntas.

Passo a palavra ao Dr. Franklin Moreira Gonçalves, Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários.

O SR. FRANKLIN MOREIRA GONÇALVES – Bom dia, Presidenta; bom dia, Relator. Desculpem, boa tarde! É que não almoçamos ainda, eu também não almocei.

A Federação Nacional dos Urbanitários representa os trabalhadores do setor de energia, saneamento, gás e meio ambiente.

Em primeiro lugar, quero agradecer pelo convite.

Estivemos aqui participando da audiência da MP 579 e temos o entendimento de que essa MP 605 é desdobramento da MP 579. Na verdade, ela trata de uma questão importante, que são as fontes de recurso, para fazer frente à redução dos encargos em que o Governo optou por fazer redução tarifária e também aponta novas fontes de recurso para poder suprir o fato de haver algumas empresas que não aderiram à contratação naquele período, à renovação.

A primeira coisa que queremos é registrar que, daquela audiência para cá, acho que evoluiu e fez com que o Governo entendesse a necessidade de aprimorar a MP 579. Acho que o Senado e as audiências públicas que aconteceram na MP 579 cumpriram esse papel importante.

Nós tivemos, então, duas MPs depois disso: a MP 591; e, agora, a MP 605. Então, acho que foi fruto de um debate que aconteceu aqui no Senado

para poder aprimorar a 579. Acho que ela é parte do resultado do debate, de uma ação; não temos nada contra a MP, mas há uma questão nossa que eu gostaria de registrar, porque acho que foi também parte do debate na 579. Na verdade, foi uma das poucas emendas que foram debatidas no plenário da Câmara que gerou uma certa polêmica entre a base de sustentação do Governo e a oposição que não esperávamos que acontecesse. Mas o fato é que ela foi aprovada, foi uma emenda que diz respeito a estabelecer padrões de saúde e segurança no trabalho.

Da mesma forma que nós achamos importante, na MP 579, condicionar a renovação das concessões aos padrões de qualidade, ou seja, as empresas concessionárias de energia elétrica têm que seguir os padrões de qualidade no fornecimento de energia para poder ter suas concessões renovadas, na mesma linha, nós achamos importante, na parte do trabalho, uma condição fundamental para manter a qualidade do serviço prestado, que as empresas reduzam os números de acidentes no trabalho como condição para poder renovar as concessões do setor elétrico. Nós achamos que existe uma sensibilização, hoje, por parte do órgão regulador, que tentou colocar nesse terceiro ciclo de revisão tarifária os indicadores de saúde e segurança no trabalho também como condição para que as empresas tivessem seus processos de revisão tarifária aprovados pela agência reguladora. E, numa audiência de que participamos da agência reguladora, ela disse que não incluiu ainda esses indicadores porque não deu tempo, porque a própria revisão tarifária precisou de muito debate, foi muito polêmica, reduziu a taxa de remuneração do capital, mas existe uma manifestação por parte da Aneel, e também aqui, nas audiências públicas da 579, o Diretor-Geral da Aneel veio e declarou que ele não vê nenhuma objeção em colocar como emenda ou como condição para renovar as concessões também a questão de saúde e segurança no trabalho.

Então, foi muito debatida no plenário da Câmara, foi aprovada e depois foi vetada pela Presidenta da República, com uma recomendação de veto do Ministério de Minas e Energia, dizendo que é estranho a Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica, estabelecer esses padrões, ou seja, é algo estranho à atividade da agência reguladora. Isso depois de a agência ter vindo aqui, em audiência pública, e de ter sido debatido na Câmara.

Mas nós estamos vendo também uma oportunidade, na 605, de representar essa emenda e, agora, de uma forma mais completa. Porque, da forma como ela foi aprovada na Câmara e no Senado, ela acresceu ao art. 1º, mas tratou apenas da geração, porque a emenda estava dividida em capítulos: geração, distribuição, transmissão e termoelectricidade.

Como o Deputado que apresentou acresceu só ao art. 1º, então ela ficou valendo só para geração, e hoje a gente tem problemas de acidentes de trabalho muito maiores na distribuição, até pela própria rede, pelo número de trabalhadores e pela forma do processo de trabalho. Então, achamos que é

importante representar essa emenda de saúde e segurança do trabalho. Após o veto, nós fomos conversar com o Governo, conversamos com a própria Aneel, que manteve sua posição favorável de incorporar na 605 ou na 591 essa emenda de saúde e segurança do trabalho, então, nós estamos reapresentando, pelo Deputado Vicentinho, essa emenda de saúde e segurança no trabalho, e gostaríamos de ver constado no relatório e que pudesse, da mesma forma que foi, ser aprovada – mas esperamos que sem muita polêmica, porque achamos que preservar a vida é algo importante e também já existe hoje a legislação trabalhista e várias outras questões institucionais que dizem respeito a preservar a vida e a saúde dos trabalhadores. Então, esperamos ver aqui acatada essa emenda.

Essa é a mensagem, a triste mensagem que nós tivemos de veto à emenda.

E só outro gráfico que eu gostaria que fosse apresentado, por gentileza, que é, de novo, algo que apresentamos na 579, mas vale a pena mencionarmos, só para efeito de ilustração: a composição atual da força de trabalho no setor elétrico brasileiro, que sofreu uma inversão de 2004 até 2010, ou seja, nós tínhamos 55% dos trabalhadores em quadro próprio nas empresas do setor elétrico, e hoje, em 2010, isso se inverteu, temos 45% dos trabalhadores de quadro próprio e 55% terceirizados. Como consequência, nos acidentes de trabalho, temos esse dado alarmante: 91% dos acidentes de trabalho ocorrem em empresas terceirizadas, apenas 9% ocorrem com trabalhadores de quadro próprio.

A terceirização está em debate na Câmara, ainda vai ser regulamentada no Congresso Nacional, mas algumas ações são importantes para impedir essa situação deplorável para o trabalhador, que é esse volume significativo de acidentes de trabalho, principalmente em empresas terceirizadas. Algumas medidas já foram tomadas: o Ministério do Trabalho criou o novo FAP – Fator Acidentário de Prevenção, que altera as alíquotas que as empresas têm de pagar. É vale lembrar que os acidentes de trabalho com as empresas terceirizadas contam como sendo toda a força de trabalho daquela concessão. Portanto, mesmo sendo tomador de serviço, a empresa concessionária é responsável, no novo FAP, no pagamento desse Fator Acidentário de Prevenção, quando os trabalhadores terceirizados são acidentados. Então, na verdade, é uma ação que vem até a contribuir para que as próprias empresas tomadoras de serviço possam exigir das empresas contratadas que reduzam acidente de trabalho, uma vez que vai reduzir também a incidência do novo FAP, que é uma alíquota de contribuição sobre a receita das empresas.

Vou ficar por aqui. Estamos abertos ao debate. Muito obrigado, novamente, pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia, PP – RS) – Agradeço imensamente ao Franklin Moreira Gonçalves, que representa a categoria dos urbanitários, envolvendo eletricitários, área de gás e todas as outras referidas por

ele, indagando se nosso Relator, Deputado Alexandre Santos, tem algum questionamento para o Franklin.

Convido nosso Relator revisor, Senador Edison Lobão Filho, para ocupar a Presidência destes trabalhos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhores palestrantes, eu queria agradecer sua presença, Franklin.

Já conversei com um dirigente da Federação Nacional dos Urbanitários quanto à colocação dele de que isso já havia sido aprovado aqui e vetado pelo Palácio. Queria dizer que vou entrar em contato tanto com a Aneel quanto com o Ministério para vermos a melhor forma de garantir aos trabalhadores a sua segurança e sua integridade, porque isso, inclusive, já está no custo da tarificação da energia. Portanto, nada mais justo do que garantirmos que nossas empresas, mesmo subcontratadas, deem as mesmas garantias aos servidores para sua vida e seu trabalho.

Muito obrigado pela sua vinda.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho, PMDB – MA) – Tendo se manifestado o Relator desta medida provisória, tenho a honra de passar a palavra agora ao Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil, para fazer sua exposição.

Com a palavra o nobre convidado.

O SR. CLAUDIO SALES – Senador Lobão, Presidente desta Comissão; Deputado Alexandre Santos, Relator; Srs. Senadores; Srs. Deputados; senhoras e senhores, tentarei me limitar ao tempo que nos foi dado, pelo que agradeço.

Vou me ater, Deputados e Senadores, especificamente ao moto principal da Medida Provisória 605. Espero ajudar com alguns esclarecimentos adicionais que eu traga aqui sobre essa questão.

Na verdade, do que se trata os senhores conhecem, é basicamente sobre a CDE, o encargo que agora ganhou, por força de mudanças recentes, digamos, o perfil, ou até o apelido de superencargo, porque lhe cabe arcar com várias demandas de recursos aqui do setor.

Principalmente, ele é utilizado para compensar descontos na taxa de uso dos serviços de distribuição, diretamente, de forma, digamos, nacional, o que pessoalmente, pelas análises que fizemos lá no Instituto, vemos com muitos bons olhos.

Atualmente, os subsídios para energia complementar, do tipo solar, eólica, biomassa, etc, eram até então arcados no âmbito das próprias concessionárias. Isso trazia um desafio intrínseco: concessionárias que, muitas vezes, teriam a oportunidade de usar melhor esse subsídio eram de regiões mais pobres, sem recursos para bancá-los.

O fato de a nova CDE dar um tratamento nacional para essa questão é importante e é o que está sendo implantado.

A questão que motiva principalmente a MP nº 605 é a que foi colocada adicionalmente, do ponto de vista dos destinos dessa nova CDE, que é basicamente a necessidade de neutralizar a exposição involuntária que as empresas distribuidoras passaram a ter, a partir do que foi emanado da Medida Provisória nº 579, combinado também com a exposição que as empresas estão tendo, desta feita, emanadas de um fato real, que é a escassez de energia e a necessidade de acionamento ostensivo de todas as usinas termelétricas de que dispomos.

Então, esses são os usos adicionais que foram trazidos pela MP nº 605 para o CDE. É isso que entendo, Srs. Parlamentares, agora, que eles terão de disciplinar.

Para a compreensão do que vou dizer, é importante lembrar de onde vêm os recursos para, enfim, esse fundo, essa CDE, ou seja, qual a origem desse recurso. Ele é de várias naturezas, algumas intrínsecas ao setor. Um veio recurso de multas eventualmente pagas ao ano por empresas do setor elétrico; outro vem pelas taxas, pelo *royalty* – enfim, há vários apelidos – dos pagamentos pelo uso de bem público, no caso de usinas hidrelétricas.

Ambos, tanto as multas quanto os bens públicos, são valores limitados diante da demanda de aplicação que a própria CDE tem e razoavelmente previsíveis. E a tendência, na medida em que o setor se torne mais eficiente, no caso das multas, é que elas diminuam. No caso do BP, até pela natureza de como isso está sendo feito hoje, a partir de legislação de 2004, tem sido pequena e até mesmo decrescente.

A terceira importante fonte desses recursos são quotas anuais pagas por todos os agentes – quotas estabelecidas para distribuidor.

Então essas são as três fontes de recursos intrínsecas à CDE.

Há uma quarta fonte, que é proveniente do Tesouro. São recursos da União que estariam sendo alocados também para subsidiar esse fundo. Já nesse primeiro momento se diz que seriam desviados recursos detidos pela Eletrobras e créditos de Itaipu. E já se tem uma estimativa, no primeiro ano, da ordem de R\$4,1 bilhões.

É importante entender, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores, a origem desse recurso, porque é sobre esse ponto que vou querer fazer algumas recomendações.

Desses componentes de origem de recursos, o que funciona como colchão são as quotas atribuídas pela Aneel para as empresas distribuidoras. Caso o somatório do que venha de multas, mais o BP, e mesmo os de aporte da União – não importa de que maneira –, não sejam suficientes para arcar com aquela demanda de recursos estabelecida pela CDE, a Aneel vai levar isso em conta e estabelecer quotas, maiores ou menores, para a distribuidora.

Entendido isso, passo aqui, nos quatro minutos que me restam, para um pouco de análise e recomendação.

Primeiro, é importante ter o contexto de que estamos assistindo, agora, no início de 2013, a um fenômeno que alguns tinham antevisto, quando se discutia o 3º Ciclo de Revisão Tarifária.

Naquela ocasião, no final de 2011, com a implementação logo em 2012, a discussão mais sólida, e que se tornou frequente, era, em português simples, se o regulador, ao estabelecer as novas regras, não teria apertado demais o torniquete, a pressão econômica sobre as empresas distribuidoras, tirando delas a capacidade de fazer frente a essas necessidades de recursos intempestivas que sempre acontecem.

De um lado, obviamente, no limite, o próprio regulador que estabeleceu assim porque acreditava que não, ou seja, que seria adequado do jeito que foi estabelecido; de outro lado, os críticos que apontavam razões bastante sólidas na direção de que isso não seria o fato. A realidade não está aqui, e esse não é o fato.

Então, as distribuidoras que tiveram, em média, uma redução da sua capacidade de geração de caixa da ordem de 30% ficaram, obviamente, extremamente fragilizadas para fazer frente a essa demanda de recursos, que a conjuntura energética principalmente está impondo neste momento.

Isso é um pouco de pano de fundo dessa situação. Acho que foi percebido pelo Governo e pelos proponentes da medida provisória, que espero seja acolhida aqui no Parlamento. Que se reconheça esse fato, que se olhe para a frete e que tenhamos como. O texto da medida provisória, principalmente nesses itens colocados aqui, vai exatamente nessa direção.

É importante fazer isso, sob pena de quebrar o setor elétrico, coisa que é indesejável para todo mundo. Dou até o exemplo, hoje, das empresas que, no momento, têm essa demanda de recurso, que vão ao financiamento e vão obter crédito. E hoje as portas do crédito estão sendo fechadas, não só fechadas, como estão se tornando muito mais caras para as empresas distribuidoras, porque elas não conseguem cumprir aquelas relações de segurança que o banco exige quando estabelece um empréstimo, na relação de caixa, de nível de dívida e de coisas desse tipo.

Então, esse é um problema que está generalizado no setor. As empresas mais eficientes, aquelas que tinham a estrutura financeira mais eficiente – portanto, estruturas agressivas no bom sentido de obtenção de empréstimos baratos –, estão sendo fortemente atingidas.

Assim, democratizou-se o sacrifício quanto a isso, e a medida provisória vem na direção de corrigir esse problema. Especificamente em relação a esse item, nós, no Instituto Acende Brasil, porque analisamos a questão anteriormente, fomos fortes defensores – não fomos ouvidos – de que, se é para fazer uma mudança, se faça a mudança, para que essa nova despesa, referente a

esse novo encargo de serviço de sistema, esse despacho de térmicas, da maneira generalizada como está sendo feita, seja trazida para a tarifa no próprio mês. Se a despesa é paga no próprio mês, traz no próprio mês, fazendo com que as empresas do setor não ficassem fragilizadas.

Isso seria a solução sustentável, de longo prazo, mas não quero me ater a isso, porque desvia do cerne da discussão.

Em primeiro lugar, todas as nossas análises reconhecem a oportunidade dessa medida provisória e a necessidade de fazer esse aporte.

A outra questão – e aí é que quero o foco, Srs. Senadores, Srs. Deputados – é com relação aos recursos que vêm da União. Já comentei, no início, que acho absolutamente correto que venham recursos da União para bancar uma parte desses subsídios, porque se trata de política pública, desonerando aquelas concessionárias de Estados mais fragilizados, como o seu Maranhão, por exemplo, que deveria estar subsidiando fortemente energia eólica, energia solar, etc, mas os que pagam a energia de luz no Estado do Maranhão são muito poucos. Obviamente, eles não têm condição de subsidiar. Portanto, fazer isso nacionalmente tem todo o mérito.

Porém, o perigo, nessa situação – e vou encerrar com esse ponto –, é que o componente aporte da União não está regulamentado de forma sustentável. Está dito, aqui, que, neste primeiro momento, seria recurso proveniente de Itaipu, mas não se tem nenhuma garantia de que, no ano que vem, esse recurso virá novamente.

Então, qual seria a consequência prática para entender, dentro daquela equação que eu meio que desenhei no início, se, dentre os diversos componentes provedores de receita, “usos de bem público” não é variável, “multa” não é controlável? Quotas são o único colchão. Se não veio o recurso da União, então, aumentariam as quotas, aumenta a tarifa, o consumidor de energia não tem mais como pagar.

Assim, seria importante, Srs. Parlamentares, que isso fosse regulamentado e que se colocasse isso como parte do Orçamento da União, porque aí fica estabelecido de forma sustentável e perene. E em combinação com o segundo componente, que coloco como sugestão: que se estabeleça também um teto para as quotas.

O que seria isso? Dupla garantia. De um lado, coloca-se no Orçamento da União que aquele recurso, o consumidor de energia elétrica, a sociedade brasileira, vai poder contar, subsidiando a CDE, para esses usos. De outro lado, estabelece o teto das quotas, que é a capacidade entendida pelo regulador, ou pelo Parlamento, como razoável, que as distribuidoras, vale dizer, os consumidores de energia, teriam condição de arcar.

Então, no início, está tudo fechando. No primeiro ano, o.k, vai haver R\$4 bilhões, que quero crer que sejam suficientes, e a quota que caberá às

distribuidoras será X, acredito que razoável, num limite "arcável" – se é que existe a palavra – pelas distribuidoras.

Mas vamos fixar isso como um limite. Se, por ventura, faltar o recurso da União, aqui, não se ultrapassa aquela quota, e aí a consequência seria diminuir as aplicações. Então, se você tem, a mesma coisa, um paralelo com a aposentadoria, com benefício definido, um tema muito discutido aqui na Casa, a armadilha do benefício definido, lá pelas tantas, o custo disso cresce de tal ordem que a sociedade brasileira não tem como pagar.

Então, a ideia é não cair nessa armadilha em relação à CDE, entendida pelo regulador e pelo Congresso como necessária o suficiente para todos aqueles "benefícios" – entre aspas –, que são aqueles usos definidos ali.

Fixa-se de maneira perene, no Orçamento da União, a contrapartida que o Governo vai dar. Dali para frente, e fixe-se o seguinte, se, por ventura, o valor das quotas ultrapassar aquele limite, respeita-se o limite, para não sacrificar mais o consumidor de energia elétrica. Aí se diminuem as aplicações, por um ano, por dois anos, por quantos anos, até que se reponha a situação.

Com isso, você consegue definir *a priori*, com flexibilidade, mas com firmeza, uma coisa que seja sustentável.

É a recomendação que faço, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Esta Comissão agradece a exposição do Dr. Claudio Sales.

Aproveitaria a oportunidade para pedir aos dois expositores – Dr. Claudio e Dr. Franklin – que pudessem encaminhar a esta Comissão, de forma literal, tudo o que foi exposto aqui, porque percebemos que estamos, em verdade, enriquecendo o saber do Relator, para que ele possa executar o seu relatório da melhor forma possível.

Então, esta Comissão irá direcionar ao Relator todas as informações de acordo com o que receba dos brilhantes expositores aqui presentes.

Não havendo mais quem queira...

Sr. Relator, V. Ex^a deseja a palavra para fazer algum comentário sobre a exposição do Dr. Claudio?

Está com o palavra o Sr. Relator.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, que será o meu revisor, e certamente iremos elaborar um relatório que possa garantir, Dr. Claudio, todas as demandas necessárias para que o contribuinte possa ter a certeza de que terão as empresas trabalhando, gerando energia e levando aos lares brasileiros e à produção brasileira.

Então, um agradecimento pela sua vinda e ao Senador Lobão Filho pela Presidência desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Obrigado, ex^{mo} Relator.

Saibamos sempre que a capacidade de investimento das empresas de distribuição e de geração é uma preocupação permanente do sistema. Então, foi feita uma medida social e econômica. A energia é um importante subsídio econômico para a competitividade das nossas empresas, e a questão social da diminuição da conta de energia no lar do brasileiro, do trabalhador, do cidadão brasileiro também é extremamente importante, mas não podemos ser irresponsáveis a ponto de esquecermos que as empresas precisam realmente ter capacidade de investimento e de manutenção do sistema.

Então, agradeço a presença de todos os convidados, agradeço a presença dos senhores assessores, dos senhores presentes nesta Comissão, e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 41 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 605, DE 2013, ADOTADA EM 23 DE JANEIRO DE 2013 E PUBLICADA EM 24 DE JANEIRO DE 2013, QUE "ALTERA A LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002, NA PARTE EM QUE CRIA A CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO E ESTABELECE SEUS OBJETIVOS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia treze de março de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 605, de 2013, com a presença dos Senadores Gim, José Pimentel, Kátia Abreu, Walter Pinheiro e Francisco Dornelles; e dos Deputados Alexandre Santos, Paulão, Francisco Chagas, Glauber Braga, Danilo Forte, Antonio Carlos Mendes Thame, Eduardo da Fonte, Bernardo Santana de Vasconcellos, Paulo Foletto e Valmir Assunção. Registram a presença o Senador Wellington Dias e o Deputado Weliton Prado, parlamentares não membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir a apreciação da Medida Provisória. A Presidente convida os palestrantes Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Hailton Madureira de Almeida, Coordenador-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público, da Secretaria do Tesouro Nacional; Ricardo Brandão, Procurador-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Paulo Félix Gabardo, Especialista em Regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica; Marcelo Barros da Cunha, Secretário de Fiscalização e Regulação de Energia e Comunicação do Tribunal de Contas da União, para, nessa ordem, realizarem suas respectivas exposições. Após a fala do primeiro expositor, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, passa a direção dos trabalhos ao Deputado Valmir Assunção, Vice-Presidente da Comissão. Ao término das exposições e após as indagações feitas aos expositores pelo Relator, Deputado Alexandre Santos, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares. Usa da palavra o Deputado Paulão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senadora ANA AMÉLIA
Presidente

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 605, de 2013.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu queria dizer que a nossa audiência pública se destina a debater a Medida Provisória com a presença dos seguintes representantes de entidades, os quais eu já convido para comporem a Mesa: Dr. Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Dr. Hailton Madureira de Almeida, Coordenador-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público da Secretaria do Tesouro Nacional; Dr. Ricardo Brandão, Procurador-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Dr. Paulo Félix Gabardo, Especialista em Regulação da Aneel; e Dr. Marcelo Barros da Cunha, Secretário de Fiscalização e Regulação de Energia e Comunicação do Tribunal de Contas da União.

O nosso Relator, Deputado Alexandre Santos, está aqui ao meu lado, com a responsabilidade de coletar essas informações, todas muito relevantes, não só para esta Comissão Mista, mas para o Congresso Nacional e para a própria sociedade brasileira.

Temos feito nossas audiências com muita brevidade e objetividade.

Vamos dar, inicialmente, 10 a 12 minutos para cada expositor, para que, nesse tempo, possam fazer suas ponderações nos pontos centrais do assunto, e o Relator e os demais Parlamentares aqui presentes, quando tiverem questões, vão fazê-las ao final da audiência pública.

Então, convido para fazer uso da palavra o Dr. Ildo Wilson Grüdtner, que é o Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia.

O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER – Boa tarde, Senadora; boa tarde, Deputado Alexandre Santos; boa tarde aos demais Parlamentares aqui presentes e colegas que compõem a Mesa.

O setor elétrico brasileiro está baseado em três grandes princípios, quais sejam: a segurança do suprimento de energia elétrica para a sociedade, a universalização desse serviço e a busca da modicidade tarifária. Dentro desse último princípio, temos aqui essa medida provisória que veio cobrir uma lacuna que surgiu em decorrência da não adesão de algumas empresas geradoras na questão da renovação das concessões de geradoras.

Então, essa medida provisória permite alocar recursos da CDE para compensar esse efeito da não adesão de parte das usinas geradoras na renovação da concessão. Permite, também, prover recursos para cobrir subsídios existentes dentro do setor elétrico, que eram subsídios que vinham da própria tarifa das empresas e, conseqüentemente, dos próprios consumidores de determinadas distribuidoras. E esse subsídio passa agora a ser compensado por meio da conta de desenvolvimento energético. Basicamente, ela está alinhada,

então, a esses princípios, permitindo, dessa forma, uma tarifa mais uniforme, mais equilibrada para toda a sociedade brasileira.

Essas são as minhas palavras.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Muito obrigada pela objetividade do Secretário. Quero indagar do nosso Relator, Deputado Alexandre Santos, se tem alguma questão para levantar ao representante do Ministério de Minas e Energia.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia; senhores expositores; Srs. Senadores; Srs. Deputados, nós estamos agora encaminhando para os esclarecimentos finais a fim de que possamos dar corpo à medida provisória para que ela alcance os objetivos da nossa Presidente Dilma e de toda a sociedade, que está ansiando para que isso se torne uma realidade. E os momentos que estão aí à nossa frente nos trazem muitas dúvidas, principalmente pelos enfrentamentos que o mercado e a área econômica estão fazendo.

Então, eu perguntaria ao Dr. Ildo Grüdtner, primeiro: qual é a estimativa das despesas anuais que a CDE necessitará para cumprir todas as obrigações a ela alocadas?

Segundo – se o senhor pudesse anotar: os recursos até agora destinados à conta serão suficientes para arcar com esses custos? E até quando?

Terceiro: qual o valor das despesas da CDE, em 2013, considerando também as relativas à cobertura de custo de despacho das termelétricas, que, conforme o Decreto nº 7.945, de 2013, serão arcadas por essa conta?

Quarto: o pagamento desses custos de geração térmica evitará um aumento nas tarifas de energia elétrica de que dimensão?

Se o senhor já pudesse me expor esses dados técnicos, eu agradeceria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Antes que o Secretário responda, eu convidaria o nosso Vice-Presidente, o Deputado Valmir Assunção, para ocupar aqui a Presidência, pois eu tenho uma demanda rápida, e ficaria muito grata se V. Exª puder.

Antes, quero agradecer a presença do Deputado Paulão e do Deputado Francisco Chagas, que acompanham esta audiência pública, assim como os demais assessores dos Parlamentares que integram esta Comissão Mista, agradecendo aqui ao Relator, o Deputado Alexandre Santos.

Passo os trabalhos ao nosso Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Dando continuidade, depois que o nosso Relator fez os seus questionamentos, passo a palavra ao Dr. Ildo Wilson para as respostas.

O SR. ILDO WILSON GRÜDTNER – Com relação à previsão de despesas, nós dependemos, principalmente, da questão hidrológica que vamos ter

durante o ano de 2013. Então, não é possível, efetivamente, dar um número com precisão com relação à previsão dessas despesas que entrarão na CDE, a que a CDE vai dar a cobertura.

Os recursos hoje existentes na CDE não são suficientes para a cobertura desses custos.

Da mesma forma, o valor dos despachos por segurança energética também dependem, basicamente, da questão da hidraulicidade que vamos ter durante o ano. Consequentemente, nós não conseguimos precisar o quanto isso estaria afetando se não fossem suportadas pela CDE as tarifas de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Deputado Alexandre Santos, Relator.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Secretário, o que está chegando aqui de preocupações de todos os setores é o que o senhor acabou de responder.

Nós estamos elaborando uma lei que determinará um abatimento nas contas, e sequer uma estimativa estamos tendo, a capacidade de prover.

Esse é um compromisso do Governo, da própria Presidente Dilma. No mínimo, o Ministério deveria ter elaborado para nós, que vamos compor a elaboração da lei, as garantias necessárias para que isso se tornasse realidade.

Portanto, o que nós temos aqui é uma lei que certamente não nos dá nem a garantia de como se fará para que isso aconteça.

Já que as respostas não têm... estão vindo sem os fundamentos legais e de análise, eu me dou por satisfeito, mas chamando a atenção do nosso Plenário de que nós teremos que buscar alternativas de segurança para que isso se torne uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Quero agradecer ao Dr. Ildo Wilson e, imediatamente, vou passar a palavra, pelo tempo de dez minutos, ao Dr. Hailton Madureira de Almeida, Coordenador-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público da Secretaria do Tesouro Nacional, por até dez minutos.

O SR. HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA – Boa tarde a todos.

Especificamente em relação à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a parte que regulamentou o apoio do Tesouro à CDE foi tratada na Lei 12.783 e também na Medida Provisória 605, que permitiu ao Tesouro vender seus créditos a Itaipu.

A Medida Provisória 605, conforme exatamente o Secretário Ildo afirmou, trata apenas das despesas da CDE, e não do aporte do Tesouro à CDE. Mas, especificamente tratando da Lei 12.783, o Tesouro Nacional tem um crédito aproximado de R\$4 bilhões ao ano de Itaipu, e é esse crédito que o Tesouro vai destinar ao setor, numa premissa de que é uma dívida de Itaipu com o Tesouro, e o Tesouro está devolvendo ao setor elétrico.

Então, a receita que a gente vai destinar é aproximadamente – falo aproximadamente porque é uma receita em dólar, varia um pouco com o dólar – de R\$4 bilhões ao ano, advinda da dívida de Itaipu com o Tesouro Nacional. A gente tem hoje mais ou menos uns R\$4 bilhões depositados na CCC e na CDE, e temos também R\$7 bilhões hoje depositados na RGR. E falo isso porque a Lei 12.783 permite – como é que vou dizer – a conversa, a conexão entre esses fundos. Na verdade, agora é um único fundo, e a CDE pode jogar recursos para a CCC, jogar recursos para a RGR. Então, é como se fosse um caixa único.

Eu me coloco à disposição para qualquer outro esclarecimento, mas é com esses números que o Tesouro Nacional e os fundos setoriais vão conseguir realizar essas despesas que estão tratadas tanto na Lei 12.783, quanto na MP 605.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Queria saber se o Relator, o Deputado Alexandre Santos, tem alguma pergunta, algum questionamento a fazer ao Dr. Hailton Madureira de Almeida.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Sr. Presidente Valmir Assunção, principalmente depois dos esclarecimentos do Ministério de Minas e Energia, nada melhor do que a Fazenda detalhar um pouco para esta Casa como é que nós vamos conseguir fazer, mais uma vez, com que realmente aconteça o que a Presidente Dilma assegurou ao País, até num momento de muita disposição e de muita firmeza.

Nós sabemos que metade dos créditos de Itaipu já estão alocados, outra metade ainda está em discussão, e o montante, já que nós não sabemos das despesas, nós queríamos saber qual é a garantia que o consumidor terá – e talvez por isso as minhas perguntas aqui – de que essa conta não retornará para ele imediatamente, fazendo com que eles voltem a pagar até uns custeios mais caros que estão aí, a fazer os enfrentamentos através das empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras que estamos tendo neste momento, como as termelétricas.

Se o senhor pudesse tecer alguns comentários para nós, primeiro, sobre se os recursos até agora destinados à conta são suficientes para arcar com esses custos, e até quando. Já vi que estamos ainda... Ainda não temos uma certeza. Mas, se o senhor pudesse colocar para o Plenário esse posicionamento...

E qual o valor da despesa CDE em 2013, pois, no mínimo, vocês já devem ter levantado isso, para elaborar essa lei, não é? Já que nós estamos tendo aqui o despacho, os custos do despacho com a cobertura das termelétricas, conforme o Decreto nº 7.945, de 2013, que serão também arcados por essa conta.

E o pagamento desses custos de geração térmica evitará o aumento nas tarifas de energia elétrica de que dimensão? Porque esses são os fatores que nos chamam para uma discussão. A garantia de que nós vamos baixar a luz, de que nós teremos resultados efetivos nessa medida provisória. Se não, hoje – eu já

estou fazendo um levantamento aqui –, nós faremos uma medida provisória que irá, no mínimo, empatar, trazendo insegurança tanto para os geradores e distribuidores como, finalmente, para os consumidores. E é isso que nós não queremos. Nós queremos dar a garantia de que o que a Presidente Dilma falou nós escreveremos, em conjunto, em uma medida provisória que garanta a diminuição das tarifas elétricas de todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Por favor, Dr. Hailton.

O SR. HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA – Vou tentar responder da parte do Tesouro. Há uma parte que eu acho que é do Ministério das Minas e Energia e outra da Aneel.

Nossa estimativa de despesa da CDE foi feita pela Aneel para o ano de 2013 em janeiro, fevereiro, mas depois o Paulo pode esclarecer. E naquele momento o Tesouro Nacional fez um ofício à Aneel, que foi usado para fazer as contas da redução tarifária, com uma estimativa de a CDE realizar... O Paulo vai falar, eu acho que é 13 ou 14 bilhões. Mas a Aneel detalha um pouco melhor. E o Tesouro iria, por meio dos seus créditos de Itaipu, aportar 8,5 bilhões na CDE. É o que foi publicado. E nós temos R\$4 bilhões por ano... Na verdade, quando fizemos as contas para a MP 579, eu acho, do setor elétrico, que virou a Lei nº 12.783, estimávamos R\$3,3 bilhões de gastos por ano. E esse gasto foi expandido para quatro, exatamente para contemplar esse aumento de despesa. Então, já houve esse aumento. Então, temos ali R\$4 bilhões por ano.

Com relação a esse tema das térmicas, eu acho que existe uma coisa conjuntural e estrutural. O funcionamento das térmicas é mais conjuntural do que estrutural. Com relação à redução de tarifa, foi desenhado um mecanismo de tentar reduzir a tarifa de modo estrutural. É por isso que o Tesouro está devolvendo os créditos de Itaipu. Quando acabar a dívida de Itaipu, não vai mais haver essa dívida para pagar. Por isso que a parte Itaipu é estrutural. O Tesouro está aportando de maneira estrutural esse recurso no setor elétrico. Porque, quando ele deixar de existir, também vai deixar de existir a dívida e o consumidor também não paga a dívida, é uma conta estrutural.

Hoje, a CDE tem R\$4 bilhões em caixa. É um número importante nessa conta que estamos discutindo. O Tesouro sinalizou aportar R\$8,5 bi. Nós temos mais R\$7 bilhões na RGR, que podem ser usados. Além disso, a RGR tem créditos acima de... Não lembro o número exato, mas créditos da ordem também de uns R\$7 bilhões. Não trouxe exatamente o número do crédito aqui. Além disso, tem a receita. Hoje, só para conhecimento, a CDE tem várias receitas, e uma importante é o uso do bem público. Toda hidrelétrica nossa licitada – por exemplo, Belo Monte e Santo Antônio – paga alguns milhões por ano por usar aquele potencial hidráulico, que vai para a CDE, e é um recurso também perene. E ainda há um pouco de recursos da RGR e um pouco até da CDE. Tentamos fazer um modelo que reduzisse as tarifas de modo estrutural.

Sobre a conta da parte da térmica, na verdade, eu acho que ainda precisamos entender melhor como vai comportar o cenário hidrológico para ter uma conta precisa disso. Mas a Aneel e o Ministério é que poderão precisar isso.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Alguma questão a mais, Relator?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Sim. Aproveitando a exposição, eu pediria que ele me dissesse, se puder, que respaldo legal garante a adequação orçamentária e financeira do aumento das despesas da CDE, especialmente no que tange à Medida Provisória nº 605, já que o senhor citou? Qual seria o respaldo legal?

O SR. HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA – No meu entendimento, a 605 trata das despesas da CDE. Então, ela diz assim: “A CDE pode gastar com baixa renda, carvão e essas duas atribuições.” A nossa parte orçamentária foi tratada na Lei 12.783 e na 600, que é a medida provisória que permitiu ao Tesouro vender o crédito de Itaipu para fazer uma antecipação para a CDE, na eventualidade de ser necessário.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Aproveitando, quais as disponibilidades referentes aos créditos de Itaipu e de que fontes serão obtidos os recursos para arcar com as despesas da CDE, se for o caso, a partir de quando for necessário lançar mão de alguma alternativa, além desses créditos? Porque o que estamos vendo é que o montante colocado e alocado é menor que o necessário para garantir, realmente, essa medida provisória. Então, se eu pudesse escrever aqui, junto com vocês, alguma coisa que garanta as alternativas necessárias para que isso não faça uma bola de retorno... É isso que estou pedindo, que vocês nos ajudem, tecnicamente, no momento em que vocês elaboraram essa lei.

O SR. HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA – O que eu posso responder agora – a gente pode, claro, sentar e tentar fazer uma conta juntos – é que, quando a Medida Provisória 579 foi lançada, o Tesouro imaginava gastar R\$3,3 bilhões ao ano. A gente ampliou este número de R\$3,3 bilhões muito pela não adesão das concessionárias e pela necessidade. O crédito era de R\$4 bilhões. A gente sinalizou, naquela época, na apresentação do Secretário Arno, que destinaria R\$3,3 bilhões. Agora, nós estamos destinando a totalidade do crédito, que são R\$4 bilhões, entendendo que esse recurso é suficiente para arcar com essa despesa.

Outra coisa é a discussão das térmicas, que é um problema conjuntural, não é estrutural. Ali não é um problema de recursos novos. O próprio setor, estruturalmente, vai se resolver.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Satisfeito, Relator?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Agradecendo as explicações. Certamente, nós teremos o prazer de estar juntos discutindo, para elaborarmos, realmente, uma efetiva medida provisória que atenda a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Quero dizer, antes de passar para o próximo – o Deputado Paulão, do PT de Alagoas, pediu a palavra –, que estamos fazendo um rito aqui: cada palestrante fala, o Relator faz seus questionamentos, suas perguntas, tem as respostas, e, no final, os Parlamentares fazem o debate necessário.

O SR. PAULÃO (PT – AL) – Presidente, eu queria, com a vênia de V. Ex^a, solicitar uma inserção, porque sou titular da Comissão de Turismo e Desporto e também estão me convocando para um encaminhamento. Mas, veja bem, quanto a essa preocupação do Relator, Deputado Alexandre, eu avalio que, quando foi concebido o modelo pela Presidente Dilma, essa justificativa dada pelo Dr. Hailton é pertinente. A gente está fazendo aqui uma discussão residual das empresas que não tiveram adesão. Então, essa preocupação de V. Ex^a é válida, mas não acredito que exista temeridade de, no futuro, o consumidor ser penalizado, até porque essa ação já ocorreu e está tendo reflexos na prática, inclusive na tarifa que ocorreu a partir dos últimos recibos.

A grande questão que ele levanta é uma questão de ordem conjuntural, que está ligada à parte hidrológica. Você não tem controle do tempo. Esta Casa não tem, infelizmente, controle do tempo. Então, a única questão que está em jogo é o uso ou não das térmicas, Presidente. Mas essa é uma questão, repito, conjuntural.

A respeito da questão estrutural, foi elaborado, tem previsão, acho que a justificativa foi pertinente e não acredito que, futuramente, haverá retrocesso, até porque o que está em jogo é a maturação das hidrelétricas. Quando foram construídas, o setor elétrico nunca quis fazer essa discussão. A Presidenta tem uma *expertise* como ex-Ministra de Minas e Energia, e eu acho que o grande nó crítico foi este: quando ela começou a discutir as tarifas, levou em consideração que o processo do custo das hidrelétricas já tinha sido pago pelo povo brasileiro. Eu não acredito que haverá retrocesso.

É por isso, Sr. Presidente, que eu faço este pedido. Parabenizo os expositores e o Relator pela preocupação. Mas, neste ponto, Relator, a gente tem uma pequena divergência, em que é possível chegar a um consenso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Está o.k.

Quero agradecer ao Hailton Madureira de Almeida, Coordenador-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimentos Públicos da Secretaria do Tesouro Nacional.

Quero passar a palavra ao expositor Ricardo Brandão, Procurador-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, pelo tempo de até dez minutos.

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Boa tarde.

Eu queria saudar o Presidente, Deputado Valmir Assunção; o Relator desta matéria, Deputado Alexandre Santos; os demais integrantes desta Comissão e aqueles que compõem esta Mesa.

Falo aqui representando a AGU, embora também seja Procurador-Geral da Aneel, para fazer uma abordagem essencialmente jurídica em relação a essa Medida Provisória nº 605.

Primeiro, a gente tem uma primeira avaliação do cenário em que essa Medida Provisória foi editada. Essencialmente, essa é uma complementação da Medida Provisória nº 579, que foi convertida na Lei nº 12.783. E a premissa dessa Lei nº 12.783, de redução estrutural da tarifa, era de aproveitar a situação de que empresas de concessão e transmissão e de geração já tinham uma parcela significativa do investimento amortizado para que isso se transformasse numa redução estrutural da tarifa. Então, as premissas eram a prorrogação desses contratos em novas bases em que a parcela de amortização do investimento não mais ia compor a tarifa e a alocação dessa energia barata em cotas para as distribuidoras do sistema interligado nacional, de modo a produzir uma redução equilibrada das tarifas.

Além dessas medidas, que já foram bastante demandadas no Projeto de Conversão da MP 579, havia também uma nova roupagem para a questão dos encargos setoriais: a cobrança de alguns encargos, como RGR e CCC, foram extintos ou bastante reduzidos e grande parte disso ficou concentrada na CDE.

Então, essa Medida Provisória nº 605, na verdade, acrescenta mais duas utilizações possíveis para a CDE. E como ficou a CDE com a conjugação dessas duas medidas, a Lei nº 12.783 e a MP 605?

A CDE, hoje, é o encargo que concentra todas as despesas: as despesas que já existiam, como de baixa renda, de universalização, de carvão nacional e também para dar competitividade às fontes alternativas, e passou a cobrir também as despesas que anteriormente eram da CCC e da RGR, as despesas de indenização. E a lógica da CDE é que ela tinha algumas fontes de receita, como o pagamento pelo uso do bem público, que as hidrelétricas já fazem, as multas... E é até interessante porque a gente vê, recentemente, discussões que dizem que as agências reguladoras são inertes e que, quando agem, expedem multas, cobram multas de valor muito elevado só para aumentar a arrecadação do Tesouro. Isso não vale em relação ao setor elétrico. A multa que a Aneel aplica vem para a CDE e o recurso que aporta na CDE vai reduzir a tarifa do consumidor. Então, a multa que é aplicada pela Aneel é aplicada em benefício do consumidor para reduzir sua tarifa, não é uma multa que vai ter como destino o recolhimento de recurso para o Tesouro.

Fontes também de receita para a CDE seriam esses aportes do Tesouro, que o Dr. Hailton já mencionou, e quem fecha essa conta são as cotas

que são cobradas de todos os consumidores. Ou seja, a diferença entre o que há de despesa da CDE e de receita da CDE é calculada como cotas e, depois, distribuída pelos consumidores. Ainda assim, o valor dessas cotas, com essas medidas, neste ano de 2013, é de 75% do valor que foi a cobrança na CDE no ano de 2012. Então, foi um conjunto de medidas que propiciou também uma redução de tarifa.

Quando a Aneel foi calcular a revisão tarifária extraordinária, que era um comando da Medida Provisória 579, ela tinha como ferramentas, para chegar a essa revisão tarifária, distribuir as cotas, reduzindo, assim, as tarifas; considerar a redução do encargo e, além disso, fazer uma troca de contratos de forma a manter o mesmo nível de contratação das empresas.

O que esta Medida Provisória 605 fez, ao colocar mais duas novas despesas para a CDE, foi dar à Aneel mais duas ferramentas para se buscar essa redução equilibrada.

A primeira ferramenta foi a questão dos descontos, que anteriormente eram cobrados como um subsídio cruzado dentro de cada distribuidora.

Uma distribuidora com muito consumidor rural, que tem um desconto de 40%, acabava sendo penalizada com uma tarifa mais alta, porque esse subsídio cruzado ocorria dentro da própria distribuidora. Então, o consumidor que não era rural de uma distribuidora dessa arcava com esse subsídio. Se uma distribuidora também tivesse uma quantidade muito grande de irrigantes, que também têm um elevado desconto tarifário, esse desconto seria coberto pelos seus próprios consumidores dentro daquela distribuidora.

Se queremos estimular, por exemplo, fontes alternativas – eólicas, PCHs – que têm um desconto de 50% na tarifa de transmissão, o que é nobre, quando ela se concentra numa única distribuidora – isso acontece muito no Nordeste –, esse desconto tarifário acaba penalizando os consumidores daquela concessão.

Então, o que a medida provisória fez, ao colocar os descontos dentro da base da CDE, foi distribuir, de forma equânime, em todo o Brasil. Isso não significa que essa despesa vai desaparecer, pois ela já era coberta pela tarifa, só que é uma medida de justiça tarifária, porque não há razão para penalizar a distribuidora com baixa renda. Não se pode penalizar a distribuidora que tem muito consumidor rural, muito irrigante. Coincidentemente, isso acabava acontecendo com distribuidoras que têm um Índice de Desenvolvimento Humano menor em Estados mais pobres, o que era um efeito duplamente perverso.

A segunda ferramenta estabelecida pela medida provisória foi de compensar o efeito da não adesão à prorrogação das concessões. E aí há uma despesa adicional da CDE, mas essa foi uma despesa pontual e muito pequena, porque ela acabou sendo utilizada justamente para pequenas empresas que, na maioria, não tinham contratos – CCEARs – para trocar. Então, elas não tinham

espaço para receber a locação de cotas. Isso aqui foi um aperfeiçoamento para garantir que todas essas distribuidoras tivessem uma redução equilibrada.

É importante deixar claro que isso é uma medida de política tarifária, definida pelo Governo quando propõe isso ao Congresso, quando faz um decreto que regulamenta esse conjunto de medidas. E cabe à Aneel, como agência reguladora, implementar essas políticas que vêm do formulador dessa política setorial, que é o Governo.

É importante destacar que essas duas medidas provisórias foram pensadas com algumas premissas do ponto de vista jurídico.

A primeira é de respeito aos contratos. Hoje, há alguns contratos que, às vezes, são um pouco caros, contratos eventualmente de termelétricas ainda no modelo anterior ao modelo de 2004, mas, tal como aconteceu em 2003, quando foi implementado o novo modelo, manteve-se aqui a premissa de respeito aos contratos. Isso também é um ponto importante de segurança jurídica.

O outro ponto importante a se destacar é que, embora a CDE tenha trazido essas novas destinações, buscando essencialmente nessa questão dos subsídios uma distribuição equânime, essa despesa, de fato, ainda existe. Então, toda vez que se pensa num incremento de um subsídio tarifário ou quando se pensa na criação de um novo subsídio tarifário, ele continua sendo um subsídio cruzado que volta na tarifa do consumidor, não mais apenas daquele consumidor daquela distribuidora específica, mas ele volta para o universo de todos os consumidores.

E também é importante destacar que, essencialmente, esse efeito da não adesão da prorrogação das concessões também é um efeito limitado, porque já se tem no horizonte uma redução das despesas da CCC por conta da interligação dos sistemas isolados da linha de transmissão Tucuruí-Manaus. Já se tem um horizonte de redução de despesas da CDE à medida que vai ocorrendo a universalização e também à medida que, em 2015, vencem os contratos das empresas que não aderiram. Ai sim elas fazem a adesão. Essencialmente, o consumidor não percebe isso agora, mas percebe no futuro.

Então, a CDE acaba sendo utilizada como um instrumento, como um colchão para que isso seja feito de uma forma mais suave, para garantir o que no futuro já se vislumbra como redução de despesa da CDE, numa avaliação em que, de alguma maneira, isso tende a um equilíbrio; e não necessariamente em que o que o consumidor não pague agora, no futuro, ele vai pagar. Já se coloca nessa consideração de política que, até 2015, eu tenho um horizonte de redução de despesas da CDE e eu tenho um horizonte de licitação das empresas que não aderiram. E, aí, a energia delas entra em regime de cotas e também vai propiciar redução tarifária no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Quero agradecer ao Dr. Ricardo, mas antes passando a palavra ao Relator, Deputado Alexandre

Santos, para saber se tem alguma pergunta, algum questionamento que possa fazer ao expositor.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria agradecer ao Dr. Ricardo Brandão, pois ele fez uma explanação conceitual da medida provisória. A primeira indagação é: o senhor hoje está em nome da Aneel?

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Da AGU.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Da AGU. O.k.

Então, se o senhor pudesse me informar os dados de que eu necessitaria, qual seria o montante anual das despesas que a CDE vem demandando para atender a cada um dos objetivos fixados na legislação setorial?

Segundo: qual a estimativa da Agência para o custo anual das novas aplicações acrescidas a partir da Lei 12.783, de 2013?

Se pudesse nos dar esses dados, seria de suma importância.

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Na verdade, esses dados, eu não tenho. Eventualmente, a gente pode, na Aneel, fazer esse cálculo e, depois, encaminhar a esta Comissão.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Mas o senhor está falando que o senhor estará na Aneel, então. É isso?

O SR. RICARDO BRANDÃO SILVA – Não. Eu sou Procurador-Geral da Aneel. Assim como o representante ali, o Dr. Paulo Félix, podemos levar essas informações para a Aneel e buscar precisamente qual é a nossa previsão. Mas, de fato, eu não teria como fornecer esse número agora.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Dr. Ricardo, muito obrigado pela sua vinda, pela sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção, PT – BA) – Quero agradecer ao Dr. Ricardo Brandão, Procurador-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Registro a presença do nosso Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, do PSDB de São Paulo.

Imediatamente, também passo a palavra ao Paulo Félix Gabardo, especialista em regularização da Aneel.

O SR. PAULO FÉLIX GABARDO – Boa tarde, Presidente Valmir Assunção; Relator, Deputado Alexandre Santos; demais membros desta Comissão e todos os presentes.

Bem, o Brandão já abordou conceitualmente a questão da Medida Provisória 605. De fato, ela é uma medida que vem ao encontro daquilo que estava na 579, convertida na Lei 12.783. E o papel da Aneel ficou bem claro nessas medidas, que foi a execução dos cálculos propriamente ditos, para que os benefícios conceituais fossem percebidos na prática pelos consumidores.

Dentro dessa perspectiva, tivemos que fazer uma resolução normativa no ano passado para disciplinar como faríamos a locação das cotas de

energia das usinas geradoras que aceitaram a prorrogação e também como faríamos o cálculo da revisão extraordinária das tarifas de distribuição que passou a vigor no dia 24 de janeiro.

Essa resolução passou por audiência pública e tal. Tivemos a participação da sociedade, dos agentes e chegamos a um modelo de como transformar esses benefícios conceituais em benefício direto ao consumidor. Para isso, adotamos alguns parâmetros, entre os quais a queda na tarifa do consumidor residencial. Quando os cálculos já estavam próximos do fim, já na última semana de cálculo, veio a publicação da Medida Provisória nº 605 nos dando mais uma alternativa de redução de custo. É uma alternativa de redução de custo que acabou facilitando a busca daquele equilíbrio na redução das tarifas, porque, justamente pelo que o Ricardo Brandão muito bem expôs, você tem algumas áreas de concessão que concentram vários descontos na estrutura tarifária e, de certa forma, tecnicamente mesmo, não é apropriado que uma determinada área fique com o ônus de uma política tarifária de desconto, quando, na verdade, essa política tarifária de desconto é para incentivar um setor que traz benefício para todo o País.

Dessa forma, veio esse novo instrumento e conseguimos adequar melhor a distribuição da energia, com a utilização desse novo instrumento, e chegar a resultados tecnicamente consistentes, que foram disponibilizados pela Internet, no *site* da Aneel, para toda a sociedade conferir.

Tenho alguns valores que eu já vou adiantar, algumas coisas a gente tem calculado, especialmente no que diz respeito aos descontos que a gente tirou das estruturas tarifárias, ou seja, esse desconto passou para a CDE. Ele é aproximadamente R\$3,3 bilhões, esse recurso dos descontos, e R\$386 milhões seriam um recurso que foi utilizado para compensar algumas distribuidoras que, em função do seu modelo de comercialização, não estavam atingindo um benefício igualitário, por um impedimento de modelo de comercialização.

Fizemos cumprir essa política, dentro dos nossos instrumentos, com processo de audiência pública naquilo que necessitava de discussão com a sociedade. E chegamos a esses valores, especificamente para essas medidas, então, de recursos para compensar descontos e recursos para assegurar o equilíbrio na redução das tarifas.

Como o Relator, Deputado Alexandre Santos, já questionou para os demais membros da Mesa a respeito dos valores para a questão das térmicas e do ano corrente, realmente, esses valores, estimá-los é uma tarefa muito difícil porque eles dependem da hidraulicidade, como o Secretário Ildo já havia adiantado. A cada mês você tem um resultado diferente para cada uma dessas pequenas contas que a CDE se dispõe a pagar, e esse resultado é tão maior quanto mais crítico o cenário hidrológico. O fato é que é impossível fazer-se uma previsão muito longa da hidrologia. É um valor que a gente vai conhecer sempre *a posteriori*.

Agora, a lógica que está aqui, e dentro também daquilo que o Dr. Ricardo Brandão falou, é uma lógica de pegar um efeito conjuntural e diluí-lo, para que ele não desconfigure a queda estrutural. Ou seja, esse custo do setor da hidrologia é um custo que pode ser suavizado. Esse comando é bom porque a gente sempre teve na Aneel a sensação de que seria melhor suavizar a distribuição desse custo para que você não onerasse demais o consumidor num ano de hidrologia ruim, e, nos anos em que a hidrologia esteja boa, que a tarifa caia e você acabe tendo um efeito do tipo: paga-se uma conta conjuntural num único ano, quando ela poderia ser diluída, o que faz muito mais sentido do ponto de vista de estabilidade mesmo e planejamento do custo de energia.

Dentro de uma medida estrutural que busque uma redução permanente das contas de energia, acho que isso em todo o mérito, e a gente utilizou exatamente esse raciocínio para fazer a aplicação das medidas dentro da Aneel.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Obrigado, Paulo Félix.

Quero passar a palavra ao Relator, para algum questionamento ou pergunta.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também queria agradecer ao Dr. Paulo Félix Gabardo.

E a ele eu faria então aquelas indagações que eu fiz anteriormente, já que a sua exposição vem a se juntar às dos demais brilhantes oradores da Mesa.

Qual seria o montante adicional das despesas, se fizerem uma retrospectiva de alguns anos, fazendo uma média ponderada, para uma análise, se nós estamos dando alguma garantia que seja suficiente para, em um determinado tempo, absorvermos as ações da medida provisória?

E qual é a estimativa da Agência para o custo adicional das novas aplicações do Decreto nº 12.783?

Se os senhores tiverem ao menos esses dados, eu ficaria grato.

O SR. PAULO FÉLIX GABARDO – Bom, no final do ano passado, nós fizemos um audiência pública, que se iniciou no final do ano passado e terminou no início deste ano, justamente discutindo o orçamento da CDE, que, afinal, como o Dr. Ricardo Brandão já falou, tem algumas fontes de recursos, dentre as quais as cotas que os consumidores pagam.

Essas cotas, por princípio, devem saber qual será o gasto da conta para que haja distribuição entre os consumidores.

Dentro do universo de gastos da CDE, que vai até a concessão desses descontos, nós já havíamos considerado isso na audiência pública. Então, toda a parte que vai desde os gastos ordinários que ela já possuía antes –

Programa Luz para Todos, subvenção baixa renda, universalização – mais essa retirada de desconto da estrutura tarifária e a subvenção econômica dada para algumas empresas para atingir o equilíbrio, tudo isso já foi considerado no nosso orçamento na faixa de 14 bilhões, como disse o Dr. Hailton na sua exposição.

Esses novos custos, que são os custos, *grosso modo*, que dependem da hidrologia, não estavam na previsão do orçamento da CDE, ou seja, eles são gastos novos e eles dependem essencialmente do cenário hidrológico e, então, a gente não tem uma estimativa precisa para eles ainda.

O que a gente deve apurar em breve... Só que, de certa forma, a CDE possui mecanismos próprios ou através da gestora da Eletrobras, que gera a conta, de se financiar e alongar o prazo desse custo. Porque eu acho que, independente de como vai ser paga essa conta – e ela vai ser paga, não há a menor dúvida –, o que se buscou aqui foi diluir um efeito conjuntural que penalizaria demais os consumidores.

Em algum momento, você também perguntou – não sei exatamente para qual membro da Mesa – o que isso representa em termos tarifários. Você tem alguns impactos relevantes na faixa de 10% em função da hidrologia. Então, é nesse sentido que isso é totalmente conjuntural. No ano que vem, esses 10% ficariam negativos; qual é o sentido disso se, talvez, com esse instrumento, na verdade, poderíamos alongar esse perfil e fazer uma coisa mais comportada?

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Mais alguma pergunta, Relator?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Não, só agradecer, já que estamos vendo uma outra fonte de condições de que realmente nós possamos escrever uma medida provisória que garanta a todos que ela realmente vá acontecer.

Muito obrigado ao Dr. Paulo Félix Gabardo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Agradeço ao Dr. Paulo Félix Gabardo, especialista em regulação da Aneel.

Imediatamente, passo a palavra ao Dr. Marcelo Barros da Cunha, Secretário de Fiscalização e Regulação de Energia e Comunicação do Tribunal de Contas da União, pelo tempo de até dez minutos.

O SR. MARCELO BARROS DA CUNHA – Ex^{mo} Sr. Deputado Valmir Assunção, Presidente da Comissão; Ex^{mo} Sr. Deputado Alexandre Santos, Relator, em nome de quem cumprimento todos os Parlamentares presentes e também aos demais membros desta audiência pública, vou fazer uma breve apresentação sobre trabalhos do Tribunal de Contas da União na fiscalização de encargos setoriais do setor elétrico que reputamos relevantes na discussão da matéria. Inicialmente, vou fazer uma breve apresentação sobre a estrutura que hoje o Tribunal de Contas da União conta para o controle da regulação dos serviços públicos de infraestrutura, falar de dois trabalhos, um na CDE e outro na RGR e, por fim, trazer essas conclusões.

Hoje o Tribunal de Contas da União conta com duas secretarias em sua estrutura, cada uma delas, hoje, tem cerca de 40 auditores dedicados à fiscalização da regulação dos setores de transporte, energia e comunicações. No caso de energia, nós contamos com uma equipe dedicada a fazer a fiscalização da atuação da Aneel no que tange a todos os segmentos do setor elétrico, bem como o acompanhamento de licitações de outorga para geração, transmissão, revisões tarifárias e assim por diante.

Por favor.

Então, já passando rapidamente para os trabalhos que vamos expor, o Tribunal fez um trabalho fruto de uma denúncia recebida sobre possíveis ineficiências e desperdícios no uso da CDE para pagamento de consumo de carvão mineral. No caso desse trabalho, o TCU verificou que a CDE vinha sendo usada para pagamento de preços do carvão acima de preços de mercado e foi determinado à Aneel que exigisse da Eletrobras, como gestora da conta, que buscasse um procedimento para que os preços do carvão pagos fossem razoáveis e que se evitasse o desperdício de preço excessivo. Da mesma forma, se verificou que não havia um nível de eficiência do uso do carvão estabelecido em normativo, no que foi determinado à Aneel que fizesse um normativo para tanto. Isso no sentido de evitar o desperdício por ineficiência no uso do carvão, o que resultou na Resolução Normativa Aneel nº 500, de 2012, como resultado dessa determinação.

Também fizemos um trabalho em que um dos pontos focou na transparência e na sustentabilidade da gestão da RGR, da Reserva Global de Reversão, que também é gerida pela Eletrobras. Essa auditoria explicitou o caso que levou à aquisição dos créditos de Itaipu, que já foram citados aqui, pelo Tesouro. Uma medida provisória autorizou que fosse feita essa operação, que se materializou no Contrato nº 425, de 1998, entre a STN e a Eletrobras. Nesse contrato, houve uma permuta de um passivo que a Eletrobras tinha com a RGR no valor de R\$8 bilhões. Isso foi permutado pelo ativo que a Eletrobras tinha junto à Itaipu.

Melhor explicando isso, a Eletrobras tomava recursos da RGR para emprestar a agentes do setor elétrico. Esses recursos, à época, totalizavam uma dívida da Eletrobras com o fundo de R\$8 bilhões. Da mesma forma, a Eletrobras tinha créditos a receber de Itaipu, decorrentes de um financiamento, também no valor de R\$8 bilhões. Na operação que foi realizada, houve a transferência, ou a cessão, dos créditos que a Eletrobras contava junto à Itaipu para o Tesouro. Com isso, a dívida que a Eletrobras tinha com a RGR foi zerada; ou seja, à época, nessa operação, que foi realizada dentro da legalidade, houve uma retirada de R\$8 bilhões do fundo, da conta da RGR para o caixa do Tesouro. O que trouxemos nessa auditoria foi exatamente explicitar que essa operação ocorreu com a seguinte verificação: se esse recurso não tivesse sido retirado na época da conta da RGR, não tivesse sido retirado do setor elétrico, atualizando pelo IPCA, em valores de 2010, significava R\$18 bilhões, e, aplicando a regra de

remuneração da conta da RGR, que era de 5% ao ano, teríamos o valor de R\$13 bilhões. Com isso, identificou-se a necessidade de que houvesse maior transparência na gestão dos fundos dos encargos setoriais do setor elétrico. Nesse sentido, foi determinado à Aneel que exigisse da Eletrobras, como gestora da RGR, que divulgasse no seu sítio na Internet, com periodicidade adequada, dados sobre arrecadação, destinação e aplicação dos recursos daquele fundo.

Trouxe esses dois exemplos para demonstrar que a atuação do TCU na avaliação da gestão dos fundos setoriais tem se focado no fato de que os gastos feitos à conta desses fundos sejam feitos de forma eficiente, respeitando a economicidade, a fim de evitar desperdícios, mas também amplamente transparente sobre a destinação de recursos, a fim de que, no caso como o ocorrido com a RGR, em que recursos foram retirados do setor elétrico, isso seja explicitado.

Nesse sentido, trazemos aqui uma sugestão à Comissão sobre a necessidade de, no caso da CDE, agora, com a questão do retorno de parte daqueles recursos da RGR, como foi dito aqui, para o setor elétrico por meio da CDE, que se estabeleçam mecanismos que garantam a transparência da gestão do fundo, a transparência da destinação desses recursos para que os Srs. Parlamentares e a sociedade possam acompanhar o fluxo financeiro no setor elétrico.

Era o que tinha a apresentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Agradecemos ao Dr. Marcelo e passamos a palavra ao Deputado Alexandre Santos, Relator.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Marcelo, quero que o senhor, em meu nome e em nome desta Casa, leve ao TCU o nosso agradecimento pela grande ajuda que tem dado tanto a nós quanto à sociedade brasileira.

Quero perguntar ao senhor se, pelas auditorias realizadas, os senhores detectaram problemas na aplicação dos recursos da CDE. Se puder elucidar alguns, além dos... O Tribunal possui alguma sugestão no sentido de aumentar eficiência, eficácia e transparência na utilização desses recursos que possa oferecer aos Parlamentares, especialmente, e aos membros desta Comissão?

Agradeço a sua disposição em vir a esta audiência.

O SR. MARCELO BARROS DA CUNHA – Obrigado, Sr. Deputado.

No caso, o TCU não fez, até o momento, uma fiscalização específica sobre gestão e aplicação dos recursos da CDE, tal como fez da RGR, que apresentei aqui. Tivemos somente aquele caso sobre a eficiência no gasto da CDE, especificamente no pagamento do consumo de carvão mineral, que é totalmente pago por aquela conta.

Quanto à sugestão para eficiência na utilização dos recursos, o Tribunal tem sempre apontado para a necessidade de que tanto a Aneel, no controle que faz sobre esses fundos, e a Eletrobras, na gestão deles, primordialmente, atuem com transparência, para que possamos ter a exata dimensão dos valores que têm sido gastos, com a atualização da informação, a fim de que se possa verificar, em auditorias, em verificações e também por meio do controle social, como tem sido feita essa destinação.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Obrigado.

Se eu tivesse alguns dados com que pudesse complementar o meu relatório, eu agradeceria.

Sr. Presidente, agradeço a exposição do nosso convidado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Assunção. PT – BA) – Quero, neste exato momento, registrar, nesta audiência pública, que aqui estiveram presentes: o Deputado Francisco Chagas, do PT de São Paulo; o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, do PSDB de São Paulo; o Deputado Danilo Forte, do PMDB do Ceará; o Deputado Paulo Foletto, do PSB do Rio Grande do Sul; o Deputado Eduardo da Fonte, do PP de Pernambuco; e em torno de seis Senadores presentes.

Quero agradecer aqui a presença do Dr. Ildo Wilson, do Dr. Hailton Almeida, do Ricardo Brandão, do Paulo Félix e do Marcelo Barros da Cunha, pelas exposições feitas. Vamos fazer um esforço grande para aperfeiçoar, sem dúvida alguma, a medida provisória, e o nosso Relator, Deputado Alexandre Santos, está empenhado dessa responsabilidade.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 605, DE 2013, ADOTADA EM 23 DE JANEIRO DE 2013 E PUBLICADA EM 24 DE JANEIRO DE 2013, QUE "ALTERA A LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002, NA PARTE EM QUE CRIA A CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO E ESTABELECE SEUS OBJETIVOS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2013, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e cinqüenta e um minutos do dia quinze de maio de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 605, de 2013, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Clésio Andrade, Ricardo Ferraço, José Pimentel, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Angela Portela e Francisco Dornelles; e dos Deputados Paulão, Valmir Assunção, Alexandre Santos, Danilo Forte, César Halum, Bernardo Santana de Vasconcellos, Arnaldo Jardim, Esperidião Amin, Glauber Braga e Salvador Zimbaldi. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das alas da terceira, da quarta e da quinta Reuniões, que são aprovadas. O Presidente passa a palavra ao relator, Deputado Alexandre Santos, para a leitura do Relatório. Usam da palavra para discutir os seguintes Parlamentares: Deputado Paulão, Deputado Arnaldo Jardim e Senador José Pimentel. O Deputado Arnaldo Jardim apresenta Requerimento nº 5 de destaque para votação em separado do artigo 4º do Projeto de Lei de Conversão apresentado. O Relator acata a sugestão do Deputado Arnaldo Jardim e retira o artigo 4º do Projeto de Lei de Conversão. É retirado pelo o Requerimento nº 5. Encerrada a discussão e colocado em votação, o Relatório é aprovado, com as alterações introduzidas durante a discussão, passando a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 605, de 2013, bem como das emendas apresentadas. No mérito, pela aprovação da MPV nº 605, de 2013, e das Emendas nos 9, 10, 17, 26 e 27, assim como pela aprovação parcial da emenda nº 23, na forma do Projeto de Lei de Conversão que apresenta, e pela rejeição das demais emendas. Fica prejudicado o Requerimento nº4, de autoria de Senador Ricardo Ferraço, por estar ausente o autor, nos termos do artigo nº 242, do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, a Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Senadora ANA AMÉLIA
Presidente

(Texto sem revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Srªs e Srs. Parlamentares, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 605, de 2013.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 3ª, 4ª e 5ª reuniões.

Os Srs. Senadores e Deputados, Senadoras e Deputadas que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e irão à publicação.

A reunião de hoje destina-se à discussão e à votação do relatório do nosso Relator, Deputado Alexandre Santos, que o apresentará agora. Em seguida, passaremos à discussão. Tenho certeza de que votaremos a matéria na tarde hoje.

Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, passo à leitura do relatório já distribuído a V. Exªs.

Medida Provisória nº 605, de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte em que cria Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos.

Relatório.

A Medida Provisória (MPV) nº 605, publicada em 24 de janeiro de 2013, altera o artigo 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, acrescentando dois novos objetivos à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Essas alterações têm a finalidade de permitir que a CDE proveja recursos para conceder descontos nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, bem como para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração hidrelétrica, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

No prazo regimental foram apresentadas 37 emendas, sintetizadas no Anexo I deste parecer.

Cabe salientar que, para melhor entendimento da matéria, esta Comissão realizou três reuniões de audiência pública, com a participação de representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Atenção, senhores, o nosso Relator está apresentando o seu relatório, e eu gostaria de contar com um pouco de silêncio e atenção. É uma matéria muito relevante, e gostaria de contar com a colaboração, especialmente das assessorias dos Parlamentares.

Por gentileza!

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – ... Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Tribunal de Contas da União (TCU), Eletrobras, bem como de associações que representam os diversos segmentos do setor elétrico.

Voto do Relator.

Da Admissibilidade e Pressupostos de Relevância e Urgência.

Os pressupostos de urgência e relevância para adoção de medida provisória pelo Presidente da República foram estabelecidos no art. 62 da Constituição Federal.

O §1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, por sua vez, dispõe que "no dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato". Em atendimento a essa disposição, o Poder Executivo encaminhou a Mensagem nº 16, de 23 de janeiro de 2013 (Mensagem nº 9, de 2013-CN), indicando as razões para sua adoção.

A exposição de motivos Interministerial nº 2/2013 MME-MF justifica os motivos para edição da referida medida provisória, no que se refere à relevância e urgência. Segundo o texto, foi proposto novo uso para os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com o objetivo de compensar os efeitos de não adesões de concessionários de geração às prorrogações previstas pela Lei nº 12.783/2013, de modo a alcançar a meta de redução tarifária de vinte por cento. Ainda conforme o documento, foi também sugerido que a CDE destine recursos para compensar os descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, transferindo para a conta a tarefa de executar políticas públicas hoje arcadas pelos consumidores de cada concessionária. Por fim, informa que o caráter de urgência da medida decorre da premência na realização das revisões tarifárias extraordinárias previstas no art. 13 da Lei nº 12.783/2013, e no art. 15 do Decreto nº 7.805/2012.

Entendemos que não pairam dúvidas sobre a relevância da medida provisória, essencial para alcançar a providencial redução das contas de energia elétrica, que trará significativos ganhos econômicos e melhoria das condições de vida de toda a população. A urgência resta também inquestionável, pois os ajustes legais precisavam ser realizados ainda no mês de janeiro deste ano – que já estão sendo feitos –, permitindo que a Aneel efetivasse as revisões extraordinárias que modificariam as tarifas cobradas pelas concessionárias de distribuição.

Dessa forma, constata-se que foram cumpridas as condições exigidas pela Constituição Federal e pela Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional quanto à edição e ao encaminhamento da matéria. Somos, portanto, pela admissibilidade da presente medida provisória.

Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa.

A Medida Provisória nº 605, de 2013, versa sobre matéria de competência legislativa da União, nos termos da Constituição Federal, e não

incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo §1º do art. 62 da Carta Magna. Também não se reporta a matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional. Da mesma forma, quanto aos aspectos da juridicidade e técnica legislativa, inexistem quaisquer objeções a levantar.

Em relação às emendas apresentadas, não encontramos vícios concernentes à constitucionalidade ou juridicidade que nos impeçam de apreciá-las. Apesar de algumas delas possuírem algumas imperfeições de técnica legislativa, não verificamos falhas que obstem que sejam apreciadas no mérito.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 605, de 2013, e das emendas a ela oferecidas.

Da adequação Financeira e Orçamentária.

O art. 13 da Lei nº 10.438/2002, com a redação dada pela Lei nº 12.783/2013, estabeleceu como fontes de recursos da CDE quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final, pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, multas aplicadas pela Aneel e créditos da União contra Itaipu Binacional. Esse mesmo artigo estabelece ainda que o montante a ser arrecadado em quotas anuais da CDE corresponderá à diferença entre as necessidades de recursos e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes mencionadas.

Por sua vez, o art. 7º da Medida Provisória nº 600, de 2012, autoriza a União a destinar à CDE os recursos financeiros provenientes de cessão onerosa de títulos de Itaipu ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas operações, portanto, correspondem à antecipação de receitas referentes a esses créditos.

Verificamos, assim, que as fontes de recursos alocados à CDE, bem como a existência de mecanismos que agregam grande flexibilidade para a realização das receitas requeridas, permitem que a Conta absorva integralmente os novos objetivos acrescentados pela medida provisória em exame.

Por conseguinte, não vislumbramos incompatibilidade ou inadequação orçamentária ou financeira na norma que ora analisamos. Tampouco verificamos incompatibilidades ou inadequações financeiras ou orçamentárias que nos impeçam de avaliar o mérito das emendas oferecidas.

Pelo exposto, somos pela adequação orçamentária e financeira da MPV nº 605, de 2013, bem como das emendas a ela apresentadas.

Do mérito.

No mérito, acreditamos que a ampliação dos objetivos da Conta de Desenvolvimento Energético promovida pela medida provisória em causa é oportuna, tendo sido imprescindível para garantir a histórica redução tarifária de energia elétrica. Os dezoito por cento de redução média das tarifas residenciais serão de grande importância para aliviar o orçamento doméstico das famílias brasileiras, liberando recursos que poderão ser aplicados na melhoria da

qualidade de vida. A queda dos preços da energia do setor industrial, que chega a 32%, permitirá o incremento das atividades produtivas e o aumento da competitividade da economia brasileira, contribuindo para a elevação dos investimentos, empregos e, até mesmo, da arrecadação de tributos, o que concorrerá para evolução na prestação de serviços públicos como saúde, educação e segurança. Ainda sob o aspecto macroeconômico, a queda no preço da energia elétrica contribui também para importante diminuição dos índices inflacionários de nosso País.

Mas a iniciativa traz ainda benefícios adicionais. A norma criou as condições para que a regulamentação da matéria viesse a corrigir algumas distorções que persistiam no setor elétrico, trazendo mudanças estruturais de caráter permanente. Esse é o caso de algumas políticas públicas de âmbito nacional que vinham sendo subvencionadas apenas pelos consumidores de cada distribuidora, de forma assimétrica e, muitas vezes, injusta. Como exemplo, podemos citar os descontos nas tarifas de distribuição concedidos aos geradores que utilizam fontes incentivadas de energia, que acabavam por sobrecarregar os consumidores das regiões onde estão concentradas essas fontes, como Estados do Nordeste, pródigos em energia eólica. Da mesma forma, passaram a ser custeados pela CDE descontos nas tarifas de energia elétrica de irrigação, rural e serviços públicos de água, esgoto e saneamento.

Todavia, para aperfeiçoamento da norma, consideramos pertinente acatar a Emenda nº 17, que tem o objetivo de assegurar também às permissionárias o equilíbrio da redução das tarifas de distribuição, de maneira a compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessionárias de geração de energia elétrica. Assim, o texto torna-se coerente com as disposições da Lei nº 12.783/2013, originada da conversão da MPV 579, de 2012, que teve dispositivos alterados pelo Congresso Nacional, no sentido de garantir às permissionárias de distribuição o mesmo tratamento dispensado às concessionárias, no que tange à queda nas tarifas de eletricidade.

Além disso, entendemos também adequado incluir no projeto de lei de conversão sugestão apresentada por representante do TCU em audiência pública realizada por esta Comissão Mista, no sentido de garantir plena transparência à Conta de Desenvolvimento Energético, para que a sociedade possa acompanhar, em detalhes e tempestivamente, a evolução da aplicação de recursos nas políticas públicas suportadas pela conta.

Outro aperfeiçoamento que julgamos apropriado refere-se ao acréscimo de novo artigo à Lei nº 9.074/1995, permitindo que os concessionários de geração hidrelétrica, cujas outorgas ocorreram antes de 15 de março de 2004, requeiram a rescisão dos respectivos contratos de concessão, com devolução das garantias, valores pagos pelo uso de bem público e encargos de mora, além dos custos incorridos na elaboração de estudos e projetos. Acreditamos que essa medida elimina situação insustentável para os empreendedores de boa fé, que,

apesar de todos os esforços, não conseguiram obter as licenças ambientais exigidas. Dessa forma, fomentamos a confiança dos que desejam investir no setor elétrico brasileiro. Trata-se, portanto, de uma solução alternativa à proposta na Emenda nº 2, mas que, em nosso entendimento, soluciona adequadamente o problema.

Optamos, ainda, por alterar o art. 16 da Lei nº 12.783/2013, no sentido de prever que a regulamentação da norma defina os padrões de saúde e segurança no trabalho que deverão ser obedecidos pelas concessionárias de energia elétrica, com base na legislação vigente. Com essa medida, esperamos que sejam reduzidos substancialmente os indicadores de acidentes de trabalho nessas empresas, especialmente no que tange aos trabalhadores terceirizados, que vêm sofrendo com a leniência das normas e da fiscalização no setor elétrico. Com essa alteração, acatamos, parcialmente, a emenda nº 23.

Além disso, propomos alteração na Lei nº 10.848, de 2004, excluindo de responsabilização os empreendedores que comercializarem energia nos leilões do ambiente regulado, no caso de atraso decorrente da emissão da outorga pela administração pública, restabelecendo, assim, a justiça nesse processo.

Acatando a emenda nº 10, incluímos ainda novo artigo à Lei nº 10.848/2004, com o objetivo de simplificar os procedimentos de cobrança de penalidades nos processos de apuração de disponibilidade de energia contratada por intermédio de leilões de energia nova, agregando maior dinamismo ao processo.

Acatamos também a emenda nº 9, que tem a finalidade de tornar sem efeito os contratos de auto-suprimento de energia elétrica, celebrados entre empresas geradoras e distribuidoras que possuíam o mesmo controlador societário. Esses ajustes, normalmente, adotavam preços acima do mercado, gerando graves prejuízos aos consumidores das distribuidoras envolvidas. Entendemos que tais contratos não podem continuar em vigor, pois configuram verdadeiro conluio contra os consumidores de energia elétrica.

Entendemos que também deve ser aceita a emenda nº 26, que permite às concessionárias de distribuição sujeitas a controle societário comum solicitar o reagrupamento das áreas de concessão, com a unificação do termo contratual. Acreditamos que isso permitirá ganhos de escala e redução de custos de transação, o que propiciará benefícios para os consumidores de energia elétrica.

Optamos ainda por acatar a emenda nº 27, que altera o posicionamento, na Lei nº 12.767/2012, da disposição que trata dos procedimentos para alteração do controle societário da concessionária de energia elétrica sob intervenção. Essa medida aperfeiçoa o processo de intervenção, facilitando a recuperação das condições requeridas para a prestação adequada do serviço público afetado.

Propomos, outrossim, alteração na Lei nº 9.427, de 1996, para que os autoprodutores também possam usufruir dos descontos nas tarifas de transmissão e distribuição concedidos aos pequenos aproveitamentos hidrelétricos e os empreendimentos que utilizam as fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada. Assim, incentivam-se as fontes renováveis de pequeno porte e cogeração, que contribuem para a segurança energética e o meio ambiente. Também se elimina injusta discriminação que atualmente sofrem os autoprodutores, e, por conseguinte, fomenta-se o desenvolvimento sustentável e a competitividade da indústria nacional.

Do voto.

Assim, por todo o exposto, votamos pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 605, de 2013, bem como das emendas apresentadas. No mérito, votamos pela aprovação da MPV nº 605, de 2013, e das Emendas nºs 9, 10, 17, 26 e 27, assim como pela aprovação parcial da Emenda nº 23, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo, e nos posicionamos pela rejeição das demais emendas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Encerrada a leitura do relatório pelo nosso Deputado Alexandre Santos, a quem coube essa dura tarefa de acomodar tantas emendas apresentadas tanto na Câmara quanto no Senado, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Deputado Paulão, com a palavra.

O SR. PAULÃO (PT – AL) – Srª Presidenta, eu gostaria de cumprimentá-la, cumprimentar o Relator Deputado Alexandre pelo seu relatório, mas, ao mesmo tempo, colocar que esse debate é importante e que é importante também a votação dessa matéria hoje, até pela questão temporal. Acredito que, no Plenário, é necessário fazer a discussão em relação a alguns tópicos que foram apresentados aqui no seu relatório, principalmente emendas apresentadas.

Tivemos a oportunidade de fazer contato com o Ministério das Minas e Energia em relação a essa situação. Há algumas emendas acatadas, que, logicamente, têm uma posição que – eu diria assim – contraria um pouco o Ministério, mas que é importante aprofundar no Plenário, quando chegar o momento exato. Então, eu queria fazer essa observação.

O seu relatório foi importante, a celeridade processual, um relatório exitoso, mas ficaria a cargo do Plenário para que possamos aprofundar as emendas apresentadas pelo Relator, principalmente em relação à consonância do projeto original. O projeto original, na sua espinha dorsal, foi mantido, e isso é fundamental a gente discutir aqui, o substantivo, mas há alguns derivativos que é importante aprofundarmos no momento exato.

Seriam essas as observações, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Com a palavra, para discussão, o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Srª Presidente, querida Senadora Ana Amélia, Sr. Relator, prezado amigo, Deputado Alexandre Santos, Srªs e Srs. Parlamentares, primeiro gostaria de contextualizar a nossa participação. Cheguei meio rápido agora. Todos sabem, é de conhecimento público, que nós estamos em um esforço muito acentuado na Câmara dos Deputados. Os Parlamentares que aqui estão participam lá e aqui também.

Deputado Alexandre Santos, estamos em meio à votação da Ordem do Dia lá. Poderíamos até enveredar, neste instante, por uma querela regimental e solicitar que houvesse aqui a suspensão deste trabalho visto estarmos em meio à Ordem do Dia em uma sessão deliberativa. Não vou fazer isso e acho que não devemos fazer isso. Faço isso, primeiro, como um gesto de respeito à condução que deu o Relator Deputado Alexandre Santos, diligente, dialogando, buscando estudar as matérias, apresentar a sua visão e como um respeito muito grande, também, à Srª Senadora Ana Amélia pela forma como conduziu os trabalhos desta Comissão. Então, por conta disso, sabendo o contexto que temos – eu conversava com o Líder José Pimentel da necessidade de termos esse processo concluído para podermos oferecer ao Plenário, tanto da Câmara como do Senado, –, não nos animaremos a entrar por essa questão regimental.

Do ponto de vista do conteúdo, eu quero agradecer algumas medidas, inclusive, de minha iniciativa que foram acolhidas pelo Relator, destacar isso. No meu entender, elas aprimoram o texto, caminham no sentido de nós darmos alguns passos importantes. Mas quero, e todos me conhecem, pois busco ser rigoroso, correto nas coisas que faço, manifestar, caro Relator, a minha discordância com relação ao art. 4º.

Embora sabedor do que o motiva, que é exatamente buscar formas que possam fazer com que nós tenhamos aí uma desoneração sempre do consumidor – e esses contratos realmente muitas vezes incidem nas contas de uma forma muito rigorosa, quase draconiana –, entendo eu, Sr. Relator, que, com a forma como está estabelecido aqui por V. Exª, no relatório, o art. 4º, dizendo que

ficam sem efeitos os contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados entre concessionários de serviços público de distribuição de energia e geradora termoelétrica, em regime de autocontratação, que tenham sido firmados antes de 15 de março de 2004

faz com que abramos aqui um precedente muito perigoso, porque são contratos que estão em vigor, com amplo respaldo do ponto de vista jurídico, do ponto de vista de procedimento. E se nós revogarmos um contrato com vigência anterior, primeiro, que daí sobrevém uma instabilidade de regras que,

acredito eu, por mais que nesse contrato se possa ter algum tipo de ajuste, nós todos pagaremos muito caro por isso. É algo que destoa daquilo que tem sido o procedimento. Os modelos se alternam no setor elétrico, fruto da vontade da população no instante, do governante que ajusta de acordo com a sua visão, mas nunca alterar contratos estabelecidos.

Então, por conta disso, eu quero me manifestar, pedir que seja feito um destaque e que nós possamos votar separado o art. 4º, Sr. Relator, que, acredito, compreende as razões aqui, e pedindo o apoio dos demais Parlamentares para essa questão.

Dito isso, agradecer mais uma vez a lhaneza, a correção do Sr. Relator Alexandre Santos; cumprimentar a Senadora Ana Amélia pela condução; e torcer para que nós possamos chegar a um bom termo aqui na Comissão e podermos depois fazer os debates, os aperfeiçoamentos eventuais em plenário tanto da Câmara como do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Caro Deputado Arnaldo Jardim, V. Exª teve uma atitude aí com muita responsabilidade, até porque conhece bem os problemas da infraestrutura do nosso País.

Então, eu acolho a posição de V. Exª, e passo a palavra ao Relator, o Deputado Alexandre Santos, em função desse questionamento que faz V. Exª.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Eu inicio agradecendo as sua palavras, Deputado Arnaldo Jardim, e dizendo que tudo fiz para que esse termo fosse um termo de ajuste, não de rescisão, sobre o art. 4º. O que nós podemos permitir é que, através de leis, nós possamos explorar o consumidor e a indústria nacional. São lesivos aos interesses públicos e da sociedade esses acordos anteriores a 2004, como nós já colocamos na mesa.

Então, não havendo uma maneira de se fazer a adequação necessária, coloquei para a equipe para que nós tivéssemos, no mínimo, a condição de estabelecer uma discussão sobre isso e víssemos um encaminhamento no sentido de terminar com isso. Que esses contratos possam vigor de acordo com os outros contratos, dentro da compra de energia normal, e não preestabelecendo valores acima da normalidade, para beneficiar empresas que sequer, hoje, fazem a geração de energia; elas comercializam a energia, em detrimento de toda a população nacional.

Foi esse o sentido que eu quis dar dentro desse contexto, já que esta Casa aqui também pode mais. Já que ela pode menos, ela pode mais. E pedindo a sua aquiescência para que nós pudéssemos até mesmo chamar o ente nosso, do Governo Federal, para que ele também se preestabelecesse dentro dessa linha, porque eu sei que vão à Justiça, e vão ganhar; se nós passássemos aqui ou passarmos, eles vão ter direitos garantidos. Mas que nós já buscássemos uma alternativa para dizer que nós queremos que as empresas que trabalham no País tenham as suas garantias, mas que não sirvam também para fazer a exploração consentida do Congresso e do Governo brasileiro.

Era essa a minha intenção dentro desse artigo que eu acho que já estamos começando a fazer uma grande discussão desses contratos anteriores de 2004.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Obrigada, Deputado.
Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Srª Presidenta, esta medida provisória perde a sua validade no dia 3 de junho, é uma segunda-feira; a semana anterior tem um feriadão, que é dia 30, Corpus Christi. Eu faria um pedido ao nosso Relator: que concordasse com o nobre Senador Arnaldo Jardim, que a gente retirasse, suprimisse o art. 4º, porque nós vamos perder em juízo, e eu assumo o compromisso de fazer esse debate no Ministério de Minas e Energia, para que a gente possa construir um texto que dê conta das preocupações que V. Exª está apresentando e, na primeira medida provisória que tiver uma identidade com essa matéria, a gente incorporaria, como forma de nós não perdermos o bom, que é o seu parecer como um todo, o ótimo seria na sua totalidade; mas sempre o ótimo não dialoga com o bom, e aqui estava ficando: “Ficam sem efeito os contratos de compra e venda”, fatalmente iria dar uma demanda judicial significativa. As suas preocupações procedem, mas que a gente procurasse dar uma redação que atendesse a sua preocupação sem que a gente tivesse a não continuidade da aprovação do parecer de conversão, para que nós pudéssemos tê-lo aprovado na Câmara no início da próxima semana e aqui no Senado, por conta da semana seguinte, com essas preocupações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Com a palavra o Relator.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Senador Pimentel, pela vivência que me permite que temos, V. Exª sabe o compromisso que nós temos com essa medida provisória. E também sei dos seus compromissos. Então, estabelece-se um compromisso com esta Casa, que possamos buscar uma alternativa para cessarmos de vez com esse procedimento inadequado, hoje, no sistema de energia. Já está retirado a seu pedido.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – E eu faria, Sr. Presidente e nobre Relator Arnaldo Jardim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pode ser? (Pausa.)

O nobre Deputado faz uma ponderação sobre a sessão extraordinária da Câmara Federal. O Regimento Comum não trata desta matéria. O Regimento que se aplica em seguida é o Regimento do Senado, e o Regimento do Senado determina que só em sessões ordinárias de uma das Casas, ou nas duas Casas, é que nós não poderíamos deliberar. Isso já foi matéria, inclusive, de pré-questionamento na sessão do Congresso e foi indeferido por parte do

Presidente do Congresso Nacional. Como nós estamos construindo um processo para que a medida provisória não caia, a gente acolhe como reclamação, para ficarmos em discussão ou não, como impedimento, para que a gente possa votar hoje, sem prejuízo da reformulação que nós estamos fazendo no Regimento Comum para superar essas questões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Caro Senador José Pimentel e, particularmente, a Mesa, a quem caberia acolher ou não uma reclamação dessa natureza, eu não formalizo a minha reclamação, para ser coerente com o meu espírito, que está me animando, de que as coisas possam prosperar aqui. Só mencionei que fosse outro, com a nossa disposição nós poderíamos disso, ainda que existam visões regimentais, fazer uma querela. Mas eu quero saudar aquilo que foi a intervenção de V. Exª e aquilo que, particularmente, foi a postura do Relator, caro Deputado Alexandre Santos. A mim não surpreende, porque sei da sua forma de conduta e acho que produziu efeito aquilo que V. Exª pleiteou, na medida em que há esse compromisso do Líder José Pimentel de tratar num momento adequado, para que um ajuste de legislação venha e ele possa, depois, presidir aos procedimentos futuros, no que diz respeito a isso. Mas, diligente que sou aqui, querida Senadora Ana Amélia, eu recebi um telefonema e quero transmitir a todo o Plenário – está certo? – pela figura de que se trata, que é do nosso querido Senador Francisco Dornelles, que ligou agora pedindo que o Relator pudesse se manifestar. Eu o faço, vocalizando a sua solicitação, caro Deputado Alexandre Santos, sobre a sua Emenda nº 2. Diz o Senador que ela chegou a ser incorporada e agora não está constando. O Senador gostaria de pedir, e eu o faço em nome dele, um esclarecimento sobre esse procedimento, que é a minha derradeira questão nesta discussão, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Caro Deputado Arnaldo Jardim, V. Exª disse que a Presidente é quem deveria ter feito. Se eu tivesse o poder que nós imaginamos que um Presidente de uma Comissão dessas tivesse, eu teria acolhido a minha Emenda, a de nº 18, sobre as cooperativas de eletrificação rural. Então, o poder da Presidente é limitado. Aliás, muito limitado.

Fico animada que o representante do Governo, o Senador Pimentel, Líder do Governo no Senado Federal, tenha feito aqui a manifestação de um acolhimento a uma reclamação pertinente e adequada, até porque ela é preventiva a um problema futuro, mas muito presente, que foi essa questão levantada por V. Exª.

Mas, agora, quero ouvir...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Srª Presidente, como essa matéria já foi resolvida pelo Presidente do Congresso Nacional e pelo nobre Deputado Arnaldo Jardim, que por enquanto é Deputado Federal, eu também

estou retirando a ponderação a fim de que a ata não tenha qualquer questionamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Eu ia apenas dizer que a gente votaria o substitutivo do Deputado com as alterações propostas verbalmente, porque acho que cabe isso, regimentalmente.

Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

Como disse o Senador Pimentel, espero que um dia chegue lá, pois é uma Casa muito boa, para responder a esse questionamento do Senador Francisco Dornelles, feito através do Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

O art. 5º está contemplando o pedido do Senador Dornelles, que é a rescisão de contratos de concessão com devolução dos encargos e custos incorridos.

Então, já foram no art. 5º. Foi adequadamente contemplado esse posicionamento do Senador Francisco Dornelles, já que estou aqui com a minha parte técnica, que foi uma atenção devida, pois ele me pediu que colocasse.

Quero aqui saudar o nosso Senador Francisco Dornelles e dizer, Arnaldo, que certamente nós poderíamos ter escrito um relatório melhor, mas, ao mesmo tempo, foi o que foi possível fazer diante das relações que tive de ter com determinados setores, atendendo também aos diversos pleitos parlamentares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Obrigada, Deputado Alexandre Santos.

Continua em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o relatório apresentado pelo Deputado Alexandre Santos.

Consulto, antes de fazê-lo, se mantenho ou não com as alterações propostas verbalmente pelo Senador Pimentel, com a aquiescência do Relator, a solicitação do Deputado Arnaldo Jardim. *(Pausa.)*

Queria também informar que a Presidência comunica que foi apresentado requerimento de destaque, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Como o autor está ausente, estou declarando prejudicado o requerimento, nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação o relatório apresentado pelo Deputado Alexandre Santos, com as alterações propostas verbalmente na discussão dessa matéria.

Os Srs. Parlamentares, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há alguém que queira registrar voto diferente do que foi aprovado por esta Comissão. *(Pausa.)*

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, não há manifestação de nenhum Parlamentar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada, juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Eu queria, antes de mais nada, agradecer o trabalho e o empenho do Deputado Alexandre Santos e a participação dos Deputados e Senadores, Parlamentares das duas Casas, no debate desta matéria tão importante.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 26 minutos.)

ATA DA 1ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 606, DE 2013, ADOTADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2013 E PUBLICADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2013, QUE "ALTERA AS LEIS Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, PARA AUTORIZAR A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DIRECIONADOS A OBRAS DE RODOVIAS E FERROVIAS OBJETO DE CONCESSÃO PELO GOVERNO FEDERAL, Nº 6.704, DE 26 DE OUTUBRO DE 1979, QUE DISPÕE SOBRE O SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO, E Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011, QUE INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC, PARA AUTORIZAR A OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO POR INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e trinta e seis minutos do dia vinte de março de dois mil e treze, na Sala número 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 606, de 2013, com a presença dos Senadores Paulo Davim, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Acir Gurgacz, Alfredo Nascimento, Gim, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Sérgio Souza, das Senadoras Ana Rita e Angela Portela; e dos Deputados Zé Geraldo, Alexandre Santos, Jose Stélide, Ângelo Agnolin, Arnaldo Jardim, Paes Landim, Aureo, Marçal Filho, Bernardo Santana de Vasconcellos e Sarney Filho, e das Deputadas Margarida Salomão, Gorete Pereira e Professora Dorinha Seabra Rezende. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença como não membros o Senador Francisco Dornelles e o Deputado Onofre Santo Agostini. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Alexandre Santos e Senador Luiz Henrique para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Alexandre Santos, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador José Pimentel como Relator e o Deputado Zé Geraldo como Relator Revisor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.


Senador José Pimentel
Presidente eventual

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 606/2013 (1ª Reunião)

20/03/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 606, de 2013.

Informo que, de acordo com o disposto no §1º do art. 3º da Resolução nº 01, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Liderança para a eleição da Mesa.

Está sendo indicado Presidente desta Comissão o Deputado Alexandre Santos, do PMDB, da Câmara; como Vice-Presidente, o Senador Luiz Henrique, do PMDB, do Senado Federal; como Relator, que cabe ao Senado, o Senador José Pimentel; e como Revisor, o Deputado José Geraldo.

Proponho ao Plenário que a gente faça votação por aclamação, por ser acordo de Liderança.

Portanto, os Srs. Parlamentares que concordam com a Presidência para o Deputado Alexandre Santos e a Vice-Presidência para o Senador Luiz Henrique queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por aclamação.

Declaro eleito, por aclamação, para Presidente o Sr. Deputado Alexandre Santos e para Vice-Presidente o Sr. Senador Luiz Henrique.

Eu convido os dois para assumir os trabalhos e dar continuidade ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos. PMDB – RJ) – Senhoras e senhores, agradecendo os votos obtidos, designo como Relator e Relator revisor da medida provisória os senhores: Relator, Senador José Pimentel; Relator revisor, Deputado Zé Geraldo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 39 minutos.)

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 606, DE 2013, PUBLICADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2013, QUE "ALTERA AS LEIS Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, PARA AUTORIZAR A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DIRECIONADOS A OBRAS DE RODOVIAS E FERROVIAS OBJETO DE CONCESSÃO PELO GOVERNO FEDERAL, Nº 6.704, DE 26 DE OUTUBRO DE 1979, QUE DISPÕE SOBRE O SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO, E Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011, QUE INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC, PARA AUTORIZAR A OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO POR INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2013, ÀS 15h30, NO PLENÁRIO Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia quinze de maio de dois mil e treze, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Alexandre Santos, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 606, de 2013, com a presença dos Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Sérgio Souza, Ana Rita, José Pimentel, Eduardo Amorim, Eduardo Braga, Humberto Costa, Angela Portela e Inácio Arruda; e dos Deputados Zé Geraldo, Alexandre Santos, Arnaldo Jardim, Paes Landim, Luci Choinacki, Lelo Coimbra, Hugo Napoleão e Bernardo Santana de Vasconcellos. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do relatório. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao relator, Senador José Pimentel, que procede à leitura do Relatório apresentado à Comissão em 14 de maio de 2013. O Relator apresenta complementação de voto, para que seja rejeitada a emenda nº 33 e retirada a expressão "inclusive cooperativas educacionais" do texto do Projeto de Lei de Conversão anteriormente apresentado. Usa da palavra para discutir o Deputado Arnaldo Jardim. Encerrada a discussão e colocado em votação, o Relatório é aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 606, de 2013; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, pela aprovação integral da Emenda nº 37, na forma do Projeto de Lei Conversão apresentado, pela rejeição das emendas nºs 1, 2, 18, 19, 22, 25 a 28, 33, 38, 39 e 45 e pela prejudicialidade das demais emendas. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Alexandre Santos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Deputado Alexandre Santos
Presidente

(Texto sem revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos. PMDB – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Mista destinada a examinar o parecer sobre a Medida Provisória nº 606, de 2013.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e irá à publicação.

A presente reunião destina-se à discussão de votação do relatório.

O Relatório já se encontra disponível para os Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra ao Relator, Senador José Pimentel, para proferir seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o nosso parecer nós já distribuímos desde ontem. Portanto, está na rede, está no sistema, e eu vou fazer uma leitura mais sucinta, até porque grande parte dessa medida provisória foi absorvida por outras medidas provisórias, a exemplo do art. 1º, que foi absorvido pela Medida Provisória nº 594, e o art. 3º foi absorvido pela Medida Provisória nº 593. Um tratava do Pronatec; o outro tratava de investimentos no setor da infraestrutura.

Em face disso, a nossa análise.

A medida provisória tem constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira e orçamentária e técnica legislativa.

Em consonância com o art. 62 da Constituição Federal, em casos de relevância e urgência, a Presidência da República está legitimada a editar medida provisória a ser apreciada pelo Congresso Nacional.

A MPV nº 606, de 2013, atende aos referidos pressupostos constitucionais, tendo em vista que dispõe sobre medidas que buscam reduzir custos e ampliar a capacidade de transporte do País, promover a eficiência e aumentar a competitividade nacional, viabilizar a expansão de vagas na educação profissional já no ano de 2013 e contribuir para a universalização do atendimento das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, conforme determinou a Emenda Constitucional nº 59, de 2009.

Importa consignar, ainda, quanto à constitucionalidade da MPV em questão, que a União é competente para legislar sobre as matérias nela contidas, as quais não se encontram no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer das suas Casas, nos termos dos arts. 49, 51 e 52 da Constituição.

Quanto à juridicidade e técnica legislativa, não há óbice à aprovação da matéria.

No que concerne à adequação orçamentária e financeira, a mensagem que acompanha a MPV sublinha que as medidas propostas não implicam comprometimento de recursos além dos que já estão previstos na Lei Orçamentária Anual de 2013.

A esse respeito, a Nota Técnica nº 11, de 2013, da Consultoria Orçamentária e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e da Consultoria Orçamentária e Fiscalização e Controle do Senado Federal afirma que os arts. 1º, 2º e 4º da MPV não têm impactos orçamentários.

O art. 1º não modifica o volume total de recursos destinados a equalização. Ele apenas autoriza que esses mesmos recursos sejam usados para não elevar o montante de recursos para o seguro de exportação, mas apenas permite que a análise de risco das operações seguradas seja mais abrangente.

Ainda segundo a Nota, o art. 4º seria meramente normativo, sem implicações orçamentárias ou financeiras.

Apenas em relação ao art. 3º da MPV, a mencionada Nota Técnica identifica possível aumento da despesa prevista em virtude da ampliação do número de cursos e, portanto, de alunos de 4 a 5 anos na pré-escola.

Do mérito e das Emendas apresentadas à MPV

O art. 1º da MPV, alterado pelo art. 1º da Lei nº 12.096, de 2009, para incluir na lista de projetos financiáveis com recursos do Tesouro Nacional as obras de infraestrutura logística relacionadas a rodovias, ferrovias e concedidas pelo Governo Federal.

Ocorre que a MPV nº 594, de 6 de dezembro de 2012, alterava a redação do mesmo art. 1º da Lei nº 12.096, de 2009, com os objetivos diferentes embora conexos.

Portanto, a MPV nº 594 absorveu totalmente esse artigo.

Em face disso, o referido PLV da MPV nº 594, além de absorver o conteúdo do art. 1º da MPV nº 606, de 2013, e, portanto, esvaziá-lo, também o revogou, deixando sem amparo todas as emendas que a ele se dirigiam.

Nesse contexto, consideramos que os propósitos pretendidos pelo referido dispositivo foram atingidos e, como sobre eles já se manifestaram, além da Comissão Mista, também os Plenários das duas Casas do Congresso Nacional, o assunto perdeu a oportunidade, e nada resta a fazer senão declarar prejudicadas as emendas relativas à Lei nº 12.096, de 2009, e às operações do BNDES com subvenção do Tesouro Nacional. São elas as emendas nºs 3, 5 a 10, 12, 13, 23, 29, 30, 32, 35, 40 a 44, 47, 48, 52 e 53.

Como já foi distribuído, eu estou passando aqueles artigos cuja ocorrência simplesmente se repetia.

O art. 3º da MPV complementa e dá eficácia imediata às medidas implantadas pela MP nº 593, editada em 5 de dezembro de 2012, que altera a Lei do Pronatec – Lei nº 12.513 – para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, e dá outras providências.

Conforme entendimentos realizados com o Senador Paulo Bauer, Relator da MPV nº 593, de 2012, o art. 3º da MPV 606, de 2013, esta MPV, assim como as emendas apresentadas sobre o Pronatec, neste âmbito, foram apreciadas em seu parecer, aprovado pela respectiva Comissão Mista, em 17 de abril de 2013. O novo art. 20-B, acrescido à Lei nº 12.513, de 2011, foi, assim, incorporado ao PLV nº 6, de 2013, aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 8 de maio de 2013 e, ontem, pelo Plenário do Senado Federal. Desse modo, julgamos que as Emendas nºs 11, 14 a 17, 20, 21, 24, 31, 34, 36, 46 e 49 a 51, todas referentes ao Pronatec, restaram prejudicadas e não devem ser acolhidas por esta Comissão.

Quanto ao art. 4º da MPV, julgamos que a alteração ensejada na Lei do Fundeb é fundamental para assegurar a universalização do atendimento da pré-escola no País até o ano de 2016. Com efeito, as instituições conveniadas com o Poder Público, de natureza comunitária, confessional ou filantrópica, cumprem hoje papel essencial na oferta de matrículas na pré-escola. No entanto, a legislação só permite o cômputo das matrículas dessas instituições que tenham sido registradas no Censo Escolar de 2006. Passados mais de seis anos, precisamos superar essa contradição, permitindo o apoio financeiro do Fundeb a todas as matrículas de pré-escola em instituições conveniadas com as prefeituras,

auferidas no censo escolar mais atualizado. Afinal, trata-se de instituições sem fins lucrativos, que oferecem atendimento gratuito, igualdade de condições de acesso e permanência na escola, além de padrões de qualidade em observância aos requisitos dos respectivos sistemas.

Estou andando um pouco rápido aqui, porque, senão, começa a Ordem do Dia.

Portanto, Sr. Presidente, o voto.

Pelo exposto acima, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e adequação técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 606, de 2013. No mérito, votamos pela aprovação da medida provisória, pela aprovação integral da Emenda nº 37 – portanto, Sr. Presidente, estou rejeitando a Emenda nº 33 também –, na forma do projeto de conversão anexo, pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 18, 19, 22, 25 a 28, 33, 38, 39 e 45 e pela prejudicialidade das demais emendas.

Eu faço essa ressalva, Sr. Presidente, porque a Emenda nº 33 dizia respeito a habilitar as cooperativas também nesse processo. Acontece que a Lei do Fundeb proíbe o repasse de recursos do Fundeb para aquelas instituições em que por ventura haja qualquer tipo de cobrança por parte dos seus alunos e as cooperativas cobram a matrícula e também um pequeno valor. É só por isso que eu estou rejeitando a Emenda 33, que previamente minha intenção era acolhê-la. Portanto, a Emenda 33 também está sendo rejeitada.

No PLV, o art. 2º estava da seguinte forma:

A Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 8º.....
§3º Será admitido, até 31 de dezembro de 2006, o cômputo das matrículas das pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam a crianças de quatro a cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos de I a IV do § 2º efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.*

Portanto, Sr. Presidente, estou excluindo as cooperativas por conta desse impedimento lá no Fundeb.

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer. E o projeto de conversão eu dou como lido na sua globalidade.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos. PMDB – RJ) – Em discussão, a matéria.

Deputado Arnaldo Jardim

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Presidente Alexandre, eu agradeço. A menção é muito curta. Eu confesso que eu não tive tempo para analisar, de forma detida, o parecer que o Senador José Pimentel nos oferece neste instante.

Votarei a favor, para que a matéria possa ter aqui a finalização, o prosseguimento, reservando-me depois a prerrogativa de poder analisar isso com calma, mas desejando que estejamos aí, como acredito eu, num bom caminho.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos. PMDB – RJ) – Obrigado, Deputado Arnaldo Jardim.

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passemos à votação.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador José Pimentel.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram e os que dele discordam queiram manifestar-se. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há alguém que queira registrar voto diferente do que foi aprovado pela Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram.

A ata está aprovada. Será publicada juntamente com as notas taquigráficas.

Está encerrada a reunião.

Antes, queria registrar os parabéns ao Senador Pimentel por sua dedicação permanente para que nós possamos, dentro de pouco tempo, fazer com que aconteçam as coisas importantes para o Brasil, principalmente para a educação.

Parabéns, Senador Pimentel, pelo voto à 606, de 2013.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Eu é que agradeço a compreensão de V. Ex^a e dos nossos pares. É um prazer trabalhar sempre com o nosso Deputado, seja como presidente ou como relator.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos. PMDB – RJ) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 16 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 44 minutos.)

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2013

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia oito de maio de dois mil e treze, na sala de audiências da Presidência do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Diretora, com a presença do Senador Renan Calheiros, Presidente, e dos Senadores Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente; Flexa Ribeiro, Primeiro-Secretário; Angela Portela, Segunda-Secretária; Ciro Nogueira, Terceiro-Secretário; João Vicente Claudino, Quarto-Secretário; João Durval, Terceiro Suplente e Casildo Maldaner, Quarto Suplente. Declarados abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Renan Calheiros, passou-se a tratar das matérias legislativas que constarão da ata da reunião da Mesa do Senado Federal. Esgotada a pauta legislativa, o Senhor Presidente propôs que a reunião administrativa se destinasse exclusivamente à análise do balanço dos primeiros cem dias de gestão da Comissão Diretora. Assim, foi dada a palavra a Senhora Diretora-Geral, que iniciou apresentando um relatório pormenorizado aos Senadores de todas as ações, atividades e projetos em andamento. Logo em seguida, a Senhora Diretora-Geral mostrou o nível de execução de cada uma das metas estabelecidas pelo Colegiado, destacando o fato de que 84% (oitenta e quatro por cento) das metas de curtíssimo prazo estarão cumpridas até a data em que a atual gestão do Senado completará cem dias. Concluiu relatando o impacto positivo das mudanças em curso no dia-a-dia dos gestores da Casa e no desenvolvimento da organização como um todo. O Senador Renan Calheiros, por sua vez, também enalteceu a importância das medidas aprovadas, realçando, em especial, a instalação do Conselho de Transparência, que é integrado por representantes da sociedade civil e auxiliará no acompanhamento da gestão administrativa do Senado. Na sequência, a Senhora Diretora-Geral deu conhecimento à Comissão Diretora do projeto que consolida a estrutura orgânica do Senado Federal. Disse que o objetivo da proposta é promover a racionalização da estrutura administrativa do Senado Federal, mediante revisão da arquitetura de funções e o alinhamento com as competências de cada uma das unidades do organograma da Casa. O Senhor Presidente então designou o Senhor Primeiro-Secretário para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dezesseis horas e vinte minutos, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando que eu, Doris Marize Romariz Peixoto, Diretora-Geral do Senado, lavrasse a presente Ata que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora presentes, vai à publicação.

Senador Renan Calheiros - Presidente, **Senador Romero Jucá** - 2º Vice-Presidente, **Senador Flexa Ribeiro** - 1º Secretário, **Senadora Ângela Portela** - 2ª Secretária, **Senador Ciro Nogueira** - 3º Secretário, **Senador João Vicente Claudino** - 4º Secretário, **Senador João Durval** - 3º Suplente de Secretário, **Senador Casildo Maldaner** - 4º Suplente de Secretário.

ANEXO - Relatório de 100 dias de gestão

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 5223 Seção 2 de 16.05.2013



**Relatório de 100
dias de gestão:
biênio
2013/2014**

1/2/2013 a 10/5/2013

Sumário

Plano de metas do Senado Federal.....	3
Controle de ações de redução de custos	12

Plano de metas do Senado Federal

A Comissão Diretora aprovou em 24 de abril de 2013 o Planejamento Estratégico do Senado Federal, composto pelo Mapa Estratégico Institucional e pelo Plano de Metas da Administração. Este plano foi estruturado seguindo as dimensões estratégicas apresentadas no mapa, apontando o alinhamento das metas com as diretrizes estratégicas institucionais. O mapa aprovado pela Comissão Diretora está apresentado a seguir:

Senado Federal

Governança Corporativa

Mapa Estratégico Institucional do Senado Federal

2013 - 2023

Visão de Futuro

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

Missão

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

Estratégia

Dimensões		Objetivos Estratégicos			
Sociedade	Buscar junto à sociedade propostas de legislação e políticas públicas	Assegurar a liberdade de expressão, os direitos constitucionais e civis, fortalecendo a democracia brasileira	Ampliar a participação da sociedade nas reuniões das comissões e nas audiências públicas	Promover a liberdade política, econômica, de associação e de credo religioso	
Transparência	Tornar o legislativo mais transparente	Garantir o controle social sobre políticas públicas, orçamento e ação do Estado	Aprimorar os mecanismos de transparência, facilitando o acesso das informações pelos cidadãos	Ser referência quanto à transparência na elaboração e execução de atos administrativos	
Legislativa	Promover o "Brasil Mais Fácil", por meio de projetos que favoreçam o ambiente econômico, social e empresarial	Priorizar legislação que contribua para reduzir desigualdades sociais e regionais e para tornar o Brasil um país mais sustentável	Abair de forma ágil na fiscalização, no controle e no aprimoramento das políticas públicas, visando que as políticas públicas estejam direcionadas para o alcance de seus resultados	Promover o fortalecimento do Poder Legislativo	
Gestão de Recursos Internos	Reorganizar a estrutura administrativa a fim de que os serviços se tornem mais eficientes e o processo decisório mais ágil	Aprimorar significativamente, qualidade, custos e gestão de recursos na administração da casa	Proporcionar recursos humanos, materiais, tecnológicos, administrativos e de gestão necessários ao bom funcionamento do Senado Federal	Implementar sistema de gestão de recursos humanos e de gestão organizacional	

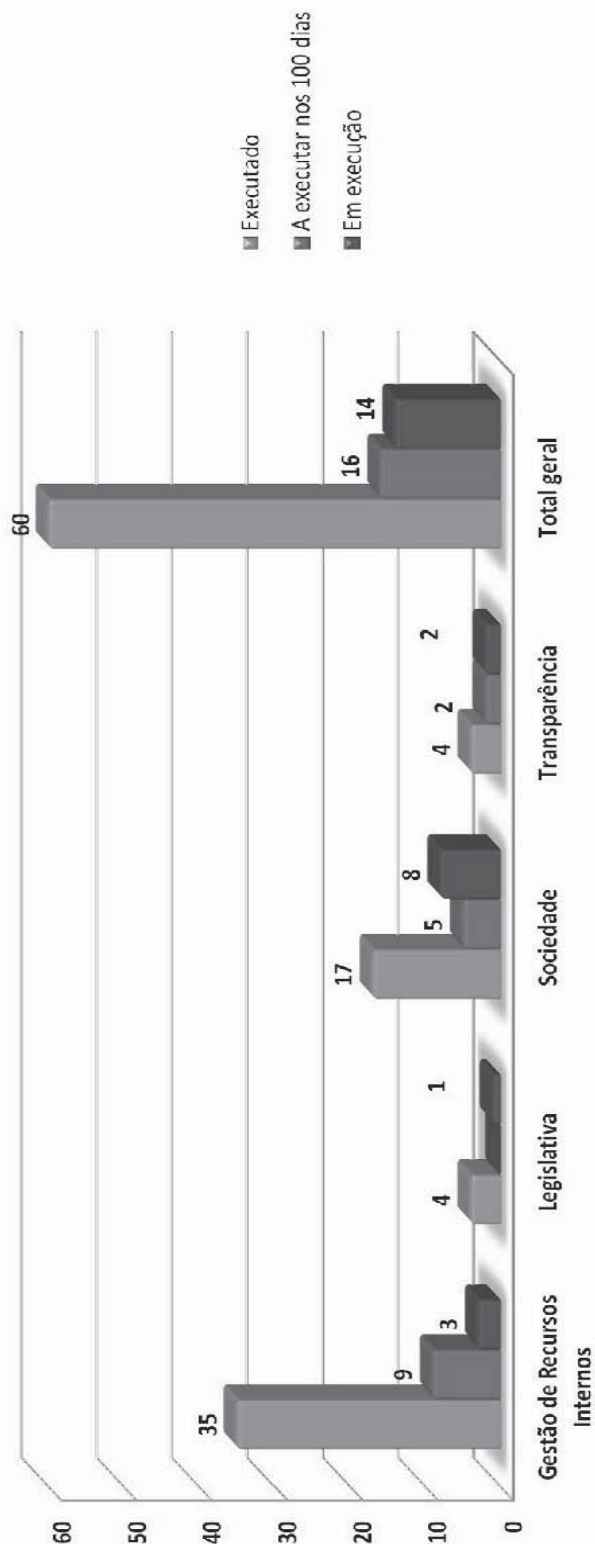
Comissão Diretora

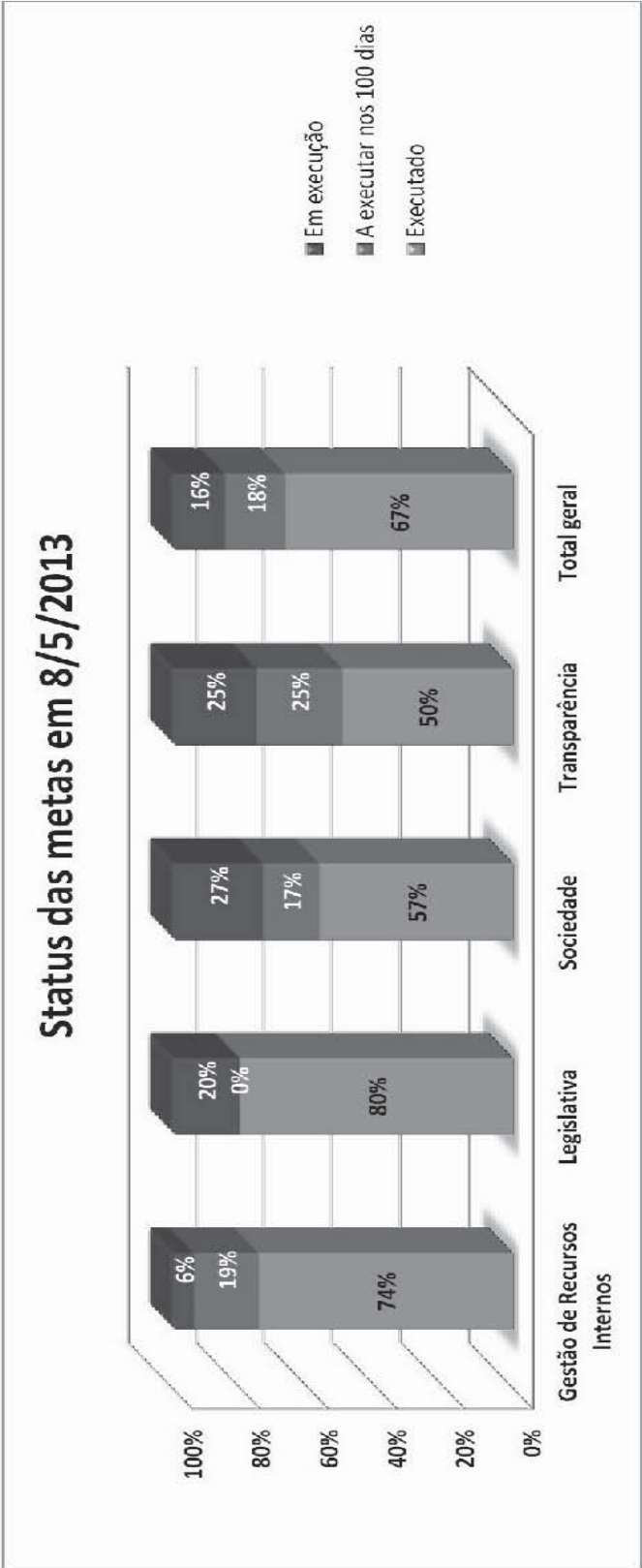
SENADO FEDERAL

Conteúdo: Exatidão, Direção, Qualidade

Status das metas em 7/5/2013				
	Executado	A executar nos 100 dias	Em execução	Total geral
Gestão de Recursos Internos	35	9	3	47
Legislativa	4	0	1	5
Sociedade	17	5	8	30
Transparência	4	2	2	8
Total geral	60	16	14	90

Status das metas em 8/5/2013





Prazo de conclusão para metas “em execução”	Quantitativo de metas
1º semestre de 2013	7
2º semestre de 2013	6
Depende do Plenário	1
Total geral	14

Até 10 de maio de 2013, data que a atual gestão do Senado completará 100 dias, estima-se que 85% das metas estarão cumpridas, sendo que 67% delas já estavam concluídas em 7 de maio e 18% deverão estar finalizadas dentro do prazo estipulado.

O Plano de metas do Senado Federal foi desenvolvido a partir das seguintes etapas:

1. Levantamento com todos os setores do Senado Federal, incluindo as ações, atividades e projetos em andamento ou planejados até dezembro de 2016;
2. Classificação em curtíssimo prazo (Plano de 100 dias), curto prazo (até dezembro de 2013), médio prazo (até dezembro de 2014) ou longo prazo (até dezembro de 2016), de acordo com a previsão de conclusão;
3. Agrupamento de ações e atividades ou desmembramento de projetos, de acordo com a necessidade, transformando os dados fornecidos pelas áreas em metas;
4. Manifestação das áreas quanto aos resultados esperados e prazos determinados;
5. Manifestação de áreas técnicas envolvidas na execução das metas de outros setores – tais como Infraestrutura (Secretaria de Engenharia) e Tecnologia da Informação (Prodascen) – para que elas pudessem validar a execução das metas e ratificar os prazos estabelecidos;
6. Validação do setor de Orçamento, atestando a viabilidade econômico-financeira das metas e prazos setoriais.
7. Análise e inclusão no Plano das metas e seus respectivos prazos, com exceção daquelas que não estavam alinhadas com as novas diretrizes institucionais e medidas de racionalização da casa.

Plano de Metas - Senado Federal					
Dimensões Estratégicas	Nº	Metas	Área responsável	Situação em 08/05/2013	Previsão de Conclusão
Sociedade	1	Instituir Mapa Estratégico Institucional do Senado Federal declarando para a sociedade a visão de futuro da Casa e seus objetivos estratégicos.	DGER	EXECUTADO	---
	2	Realizar pesquisa de opinião nacional sobre a PEC das Domésticas.	Secretaria de Transparência	EM EXECUÇÃO	08/05/2013
	3	Promover a interatividade e a participação popular em 15 audiências públicas via telefone, internet e redes sociais.	Secretaria de Transparência	EXECUTADO	---

4	Aumentar as opções de interatividade e o uso de redes sociais do Portal do Alô Senado;	Secretaria de Transparência	EXECUTADO	--
5	Agregar funcionalidades informatizadas para aprimorar o acesso da sociedade às informações do Portal de Pesquisas Legislativas.	Prodasen	EM EXECUÇÃO	31/12/2013
6	Ampliar o conhecimento da sociedade sobre o Orçamento da União por meio da divulgação do programa educativo Orçamento Fácil.	SECS	EXECUTADO	--
7	Promover o acompanhamento e fiscalização do Orçamento da União por meio de capacitação na modalidade de ensino à distância (EAD) de 360 cidadãos no uso do sistema informatizado SIGA Brasil.	CONORF	EXECUTADO	--
8	Ampliar a divulgação das atividades parlamentares e dos senadores na TV e Rádio Senado.	SECS	EXECUTADO	--
9	Apresentar projeto de ampliação do público alvo da Rádio Agência, incluindo rádios comunitárias como multiplicadoras.	SECS	EXECUTADO	--
10	Ampliar a divulgação das ações político/parlamentares dos senadores nos estados.	SECS	EM EXECUÇÃO	Depende do Plenário
11	Difundir o acervo do Senado e do Congresso para os alunos do ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal e Entorno.	SIDOC	EXECUTADO	--
12	Atualizar exposição histórico-cultural do Senado no espaço "Túnel do Tempo".	SIDOC	EXECUTADO	--
13	Instituir política de responsabilidade socioambiental.	DGER	EXECUTADO	--
14	Instituir modelo de gestão de responsabilidade socioambiental.	DGER	EM EXECUÇÃO	31/07/2013
15	Integrar em nível corporativo as iniciativas de responsabilidade socioambiental do Senado;	DGER	EM EXECUÇÃO	31/07/2013
16	Implementar o projeto do Jardim Produtivo na quadra 309 sul.	DGER	EXECUTADO	--
17	Levantar dados de geração de resíduos visando à racionalização e destinação socioambiental adequadas.	DGER	EM EXECUÇÃO	10/05/2013
18	Adaptar os instrumentos de novas aquisições e contratações de bens e serviços aos princípios de sustentabilidade, buscando soluções sustentáveis e alinhadas à Política Socioambiental do Senado Federal.	DGER	EXECUTADO	--
19	Iniciar a gestão de recursos não renováveis.	DGER	EXECUTADO	--
20	Renovar do termo de adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.	SERH	EXECUTADO	--
21	Rever Plano de Acessibilidade do Senado Federal.	SERH	EXECUTADO	--

	22	Propor a política de acessibilidade do Senado Federal.	SERH	EM EXECUÇÃO	30/06/2013
	23	Demarcar as vagas de estacionamento exclusivas para deficientes e idosos.	SENG	EM EXECUÇÃO	08/08/2013
	24	Prover a acessibilidade ao Plenário do Senado Federal e à Tribuna.	SENG	EM EXECUÇÃO	30/09/2013
	25	Instalar placas de identificação em braile nos gabinetes dos senadores e nas áreas de grande circulação do Senado Federal.	SPATR	EM EXECUÇÃO	09/05/2013
	26	Adquirir ferramenta informatizada para gerar automaticamente informação de áudio a partir dos textos oficiais do Senado Federal.	DGER	EM EXECUÇÃO	30/06/2013
	27	Adquirir microcomputadores em conformidade com os padrões nacionais e internacionais de sustentabilidade e compromisso da empresa licitante de que ela não emprega na distribuição dos equipamentos ofertados à administração substâncias perigosas em concentração acima dos padrões recomendados.	DGER	EXECUTADO	---
	28	Lançar o Módulo de Sinalização para Acessibilidade – Deficiência Visual, que fornece um diagnóstico das alterações e adaptações estruturais necessárias ao Plano de Adequação dos Prédios do Senado Federal	DGER	EXECUTADO	---
	29	Apresentar à Comissão Diretora a publicação eletrônica (e-Pub) da Constituição Federal e da legislação de acessibilidade, que são livros digitais que permitem anotações, marcações, alteração de fonte, cor do fundo e leitura em áudio, promovendo a acessibilidade.	SEEP	EM EXECUÇÃO	08/05/2013
	30	Criar novo site da livreria virtual do Senado na Internet.	SEEP	EXECUTADO	---
	31	Lançar na internet novo portal da Biblioteca Digital.	SIDOC	EM EXECUÇÃO	09/05/2013
Transparência	32	Instalar o Conselho de Transparência e Controle Social.	Secretaria de Transparência	EXECUTADO	---
	33	Regularizar as atividades do Conselho de Transparência e Controle Social	Secretaria de Transparência	EXECUTADO	---
	34	Inaugurar o novo Portal da Transparência do Senado.	Secretaria de Transparência	EM EXECUÇÃO	17/05/2013
	35	Realizar pesquisa de opinião nacional sobre Transparência e redução de gastos do Senado.	Secretaria de Transparência	EM EXECUÇÃO	08/05/2013
	36	Dar divulgação, no Portal da Transparência, aos dados de remuneração dos servidores, aposentados e pensionistas do Senado Federal.	Secretaria de Transparência	EXECUTADO	---
	37	Elaborar o Portal Copa Transparente.	Prodasen	EM EXECUÇÃO	10/05/2013

	38	Concepção e implantação de painéis com informações relativas à redução de gastos no Senado	SECS	EXECUTADO	--
	39	Organizar seminário de 1 ano da Lei de Acesso à Informação.	SIDOC	EM EXECUÇÃO	10/06/2013
Legislativa	40	Revisar marcos jurídicos municipais de 95 Casas Legislativas no âmbito do Programa de Modernização do Legislativo Brasileiro.	ILB/Interlegis	EXECUTADO	--
	41	Capacitar 330 servidores do Senado em temas legislativos e administrativos, na modalidade de ensino à distância – EAD.	ILB/Interlegis	EXECUTADO	--
	42	Definir atuação da Consultoria Legislativa nos novos mecanismos de exercício das atribuições da Casa, tais como: avaliação do Sistema Tributário Nacional e das administrações tributárias dos entes federados; sessões de debates temáticos; sistemática de controle da atuação das agências reguladoras e seus dirigentes; banco de dados federativo.	CONLEG	EXECUTADO	--
	43	Organizar seminários técnicos de “Diálogos Legislativos”, de periodicidade mensal, para promover debates e esclarecimentos sobre temas de interesse do Congresso Nacional.	CONLEG	EXECUTADO	--
	44	Concluir a Reflexão Estratégica da Consultoria Legislativa alinhada ao Mapa Estratégico Institucional e à Agenda Estratégica da Administração do Senado Federal e definir os projetos decorrentes.	CONLEG	EM EXECUÇÃO	31/05/2013.
	45	Instituir plano de metas da administração do Senado Federal.	DGER	EXECUTADO	--
	46	Desenvolver curso de capacitação de ensino à distância do SIGA Brasil, no sentido de facilitar o acesso a informações em diversos níveis, reduzindo a necessidade de intermediação da CONORF.	CONORF	EXECUTADO	
Gestão de Recursos Internos	47	Concluir o sistema de operação da central de pauta e produção jornalística, que aumenta a integração dos veículos, diminui custo e elimina retrabalho.	SECS	EXECUTADO	--
	48	Capacitar 20 servidores no sistema da central de pauta e produção jornalística.	SECS	EXECUTADO	--
	49	Lançar e disponibilizar na Internet o Manual de Comunicação da SECS.	SECS	EM EXECUÇÃO	08/05/2013
	50	Instituir modelo de gestão corporativa de processos organizacionais do Senado Federal.	DGER	EM EXECUÇÃO	31/07/2013
	51	Integrar o planejamento dos projetos técnico-administrativos do Senado, por meio do sistema informatizado de Gestão da Estratégia e Projetos (GEP).	DGER	EXECUTADO	--
	52	Elaborar Relatório de Gestão do Senado Federal, relativo ao exercício de	DGER	EXECUTADO	--

	2012, e utilizá-lo no processo de melhoria organizacional.			
53	Captar as propostas orçamentárias setoriais do Senado Federal.	SAFIN	EM EXECUÇÃO	10/05/2013
54	Reduzir de 19 para 11 o número de secretarias da Diretoria-Geral por meio de aglutinação de competências.	DGER	EXECUTADO	---
55	Institucionalizar e especializar uma unidade organizacional para gestão de contratos cujo maior componente seja a terceirização de mão de obra.	DGER	EM EXECUÇÃO	08/05/2013
56	Reduzir 30% dos custos dos serviços de telefonia fixa das unidades administrativas e de assessoramento.	DGER	EXECUTADO	---
57	Reduzir custos de pessoal, tornando vagas 25% do total de funções comissionadas das unidades técnico-administrativas do Senado Federal.	DGER	EXECUTADO	---
58	Monitorar o consumo de recursos não renováveis do Senado, com levantamento de dados dos últimos 5 anos.	DGER	EXECUTADO	---
59	Finalizar a campanha de conscientização socioambiental "Faça a Coisa Certa" – Etapa II;	SERH	EXECUTADO	---
60	Organizar um Ciclo de Palestras e de Treinamento sobre iniciativas do cotidiano que garantem a economia de recursos e a sustentabilidade do meio ambiente, contribuindo com as propostas do Programa Senado Verde.	SERH	EXECUTADO	---
61	Criar um manual de identidade visual de publicações institucionais.	SEEP	EM EXECUÇÃO	08/05/2013
62	Elaborar Projeto Básico de serviço de precificação da folha de pagamento do Senado Federal.	DGER	EXECUTADO	---
63	Implantar o Cartão de Pagamentos do Governo Federal para movimentação de Suprimento de Fundos.	SAFIN	EXECUTADO	---
64	Concluir a elaboração do Manual de Utilização do Suprimento de Fundos.	SAFIN	EXECUTADO	---
65	Implantar a Avaliação de Desempenho de servidores nos termos da Resolução nº 69/2012, com a realização de palestras prévias de capacitação de gestores e servidores.	SERH	EXECUTADO	---
66	Redistribuir os servidores que não integram carreira de saúde do quadro do Senado Federal e que estavam lotados na Secretaria de Assistência Médica e Social antes da publicação do Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013.	SERH	EXECUTADO	---
67	Implementar o Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2013, entre o Senado Federal e o Distrito Federal para viabilizar o intercâmbio de servidores a fim de suprir necessidades mútuas de profissionais nas áreas	SERH	EXECUTADO	---

	que menciona.				
68	Promover um ciclo de palestras destinadas aos servidores a respeito das regras de aposentadoria, e às possibilidades de vida saudável para os aposentados.	SERH	EXECUTADO	---	
69	Apresentar proposta de revisão do Ato que disciplina a utilização dos espaços culturais do Senado Federal.	SIDOC	EM EXECUÇÃO	08/05/2013	
70	Contratar e planejar a implantação de nova solução informatizada de gestão de documentos e processos (SIGAD-SF).	SIDOC	EXECUTADO	---	
71	Atualizar plataforma tecnológica, ampliando a capacidade e adequando o padrão visual da Biblioteca Digital do SF.	SIDOC	EM EXECUÇÃO	09/05/2013	
72	Estabelecer diretrizes para ordenamento do uso de espaço físico pelas unidades administrativas e parlamentares no complexo arquitetônico do Senado Federal.	SENG	EM EXECUÇÃO	10/05/2013	
73	Instalar nova central telefônica do Senado Federal, gerando economia e racionalização de recursos.	STELE	EXECUTADO	---	
74	Instalar 178 aparelhos telefônicos analógicos adaptados para uso de mecanismo de telealimentação, eliminando o uso de pilhas.	STELE	EXECUTADO	---	
75	Executar 14 visitas técnicas de avaliação e manutenção do complexo arquitetônico do Senado Federal.	DGER	EXECUTADO	---	
76	Concluir a instalação do sistema de controle patrimonial e de almoxarifado utilizando tecnologia de rádio frequência - (programa "SPALIM").	SPATR	EXECUTADO	---	
77	Iniciar a catalogação de materiais conforme padrões internacionais e a transferência de dados patrimoniais do sistema informatizado antigo para o sistema novo.	SPATR	EXECUTADO	---	
78	Iniciar a colocação de etiquetas com tecnologia de radio frequência (RFID) nos bens patrimoniais do Senado Federal e realização de inventário total.	SPATR	EXECUTADO	---	
79	Concluir a montagem dos lotes para leilão de bens patrimoniais do Senado, otimizando o espaço destinado ao estoque patrimonial	SPATR	EXECUTADO	---	
80	Atualizar termo de cessão e permissão de uso de espaço por terceiros.	SPATR	EXECUTADO	---	
81	Migrar o Portal do Orçamento para um software livre, reduzindo custos de licença.	Prodasen	EM EXECUÇÃO	10/05/2013	
82	Implementar a 1ª fase do modelo de serviço de impressão terceirizado, com a substituição de 816 impressoras, gerando economia e	Prodasen	EM EXECUÇÃO	30/06/2013	

		racionalidade no uso de recursos e promovendo a sustentabilidade.			
83		Agregar funcionalidades informatizadas ao processo eletrônico de gestão de férias e movimentação de lotação de servidor.	Prodasen	EXECUTADO	---
84		Aperfeiçoar recursos informatizados - sistema PLANOR- para agilizar o processo de elaboração da proposta orçamentária da administração do Senado.	Prodasen	EXECUTADO	---
85		Integrar os sistemas informatizados Saúde-Caixa e SIS.	Prodasen	EM EXECUÇÃO	30/06/2013
86		Integrar o Sistema de Gestão da Estratégia e Projetos - GEP ao Sistema de Tramitação de Processos - CAD.	Prodasen	EXECUTADO	---
87		Implantar o sistema informatizado SUPRI de gestão da movimentação dos recursos financeiros de suprimento de fundos, desde a solicitação até a prestação de contas.	Prodasen	EXECUTADO	---
88		Substituir 500 microcomputadores de modelos antigos instalados nos gabinetes e lideranças por novos modelos.	Prodasen	EXECUTADO	---
89		Substituir 250 microcomputadores de modelos antigos instalados nas áreas administrativas por novos modelos.	Prodasen	EM EXECUÇÃO	08/05/2013
90		Contratar e planejar a implantação da nova solução de controle de material e patrimônio (SAMP).	Prodasen	EXECUTADO	---

Na tabela a seguir são apresentadas as metas que ainda estão em execução, porém com data estimada de término após o prazo de 100 dias:

Dimensões Estratégicas	Nº	Metas	Área responsável	Situação em 08/05/2013	Previsão de Conclusão
Sociedade	5	Agregar funcionalidades informatizadas para aprimorar o acesso da sociedade às informações do Portal de Pesquisas Legislativas.	Prodasen	EM EXECUÇÃO	31/12/2013
	10	Ampliar a divulgação das ações político/parlamentares dos senadores nos estados.	SECS	EM EXECUÇÃO	Depende do Plenário
	14	Instituir modelo de gestão de responsabilidade socioambiental.	DGER	EM EXECUÇÃO	31/07/2013
	15	Integrar em nível corporativo as iniciativas de responsabilidade socioambiental do Senado;	DGER	EM EXECUÇÃO	31/07/2013

	22	Propor a política de acessibilidade do Senado Federal.	SERH	EMEXECUÇÃO	30/06/2013
	23	Demarcar as vagas de estacionamento exclusivas para deficientes e idosos.	SENG	EMEXECUÇÃO	08/08/2013
	24	Prover a acessibilidade ao Plenário do Senado Federal e à Tribuna.	SENG	EMEXECUÇÃO	30/09/2013
	26	Adquirir ferramenta informatizada para gerar automaticamente informação de áudio a partir dos textos oficiais do Senado Federal.	DGER	EMEXECUÇÃO	30/06/2013
TRANSPARÊNCIA	34	Inaugurar o novo Portal da Transparência do Senado.	Secretaria de Transparência	EMEXECUÇÃO	17/05/2013
LEGISLATIVA	44	Concluir a Reflexão Estratégica da Consultoria Legislativa alinhada ao Mapa Estratégico Institucional e à Agenda Estratégica da Administração do Senado Federal e definir os projetos decorrentes.	CONLEG	EMEXECUÇÃO	31/05/2013
GESTÃO DE RECURSOS INTERNOS	50	Instituir modelo de gestão corporativa de processos organizacionais do Senado Federal.	DGER	EMEXECUÇÃO	31/07/2013
	82	Implantar a 1ª fase do modelo de serviço de impressão terceirizado, com a substituição de 816 impressoras, gerando economia e racionalidade no uso de recursos e promovendo a sustentabilidade.	Prodasen	EMEXECUÇÃO	30/06/2013
	85	Integrar os sistemas informatizados Saúde-Caixa e SIS.	Prodasen	EMEXECUÇÃO	30/06/2013

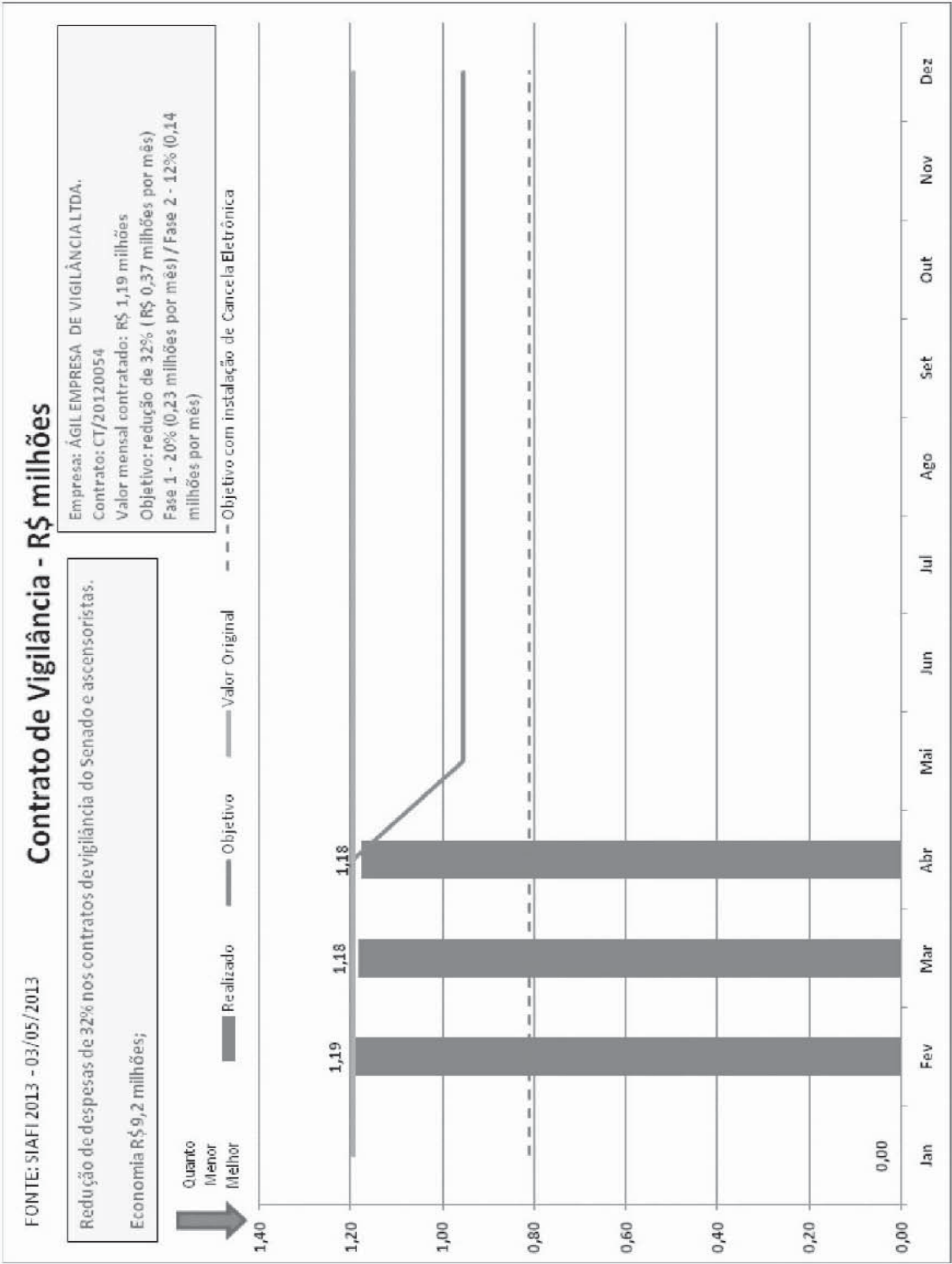
Controle de ações de redução de custos

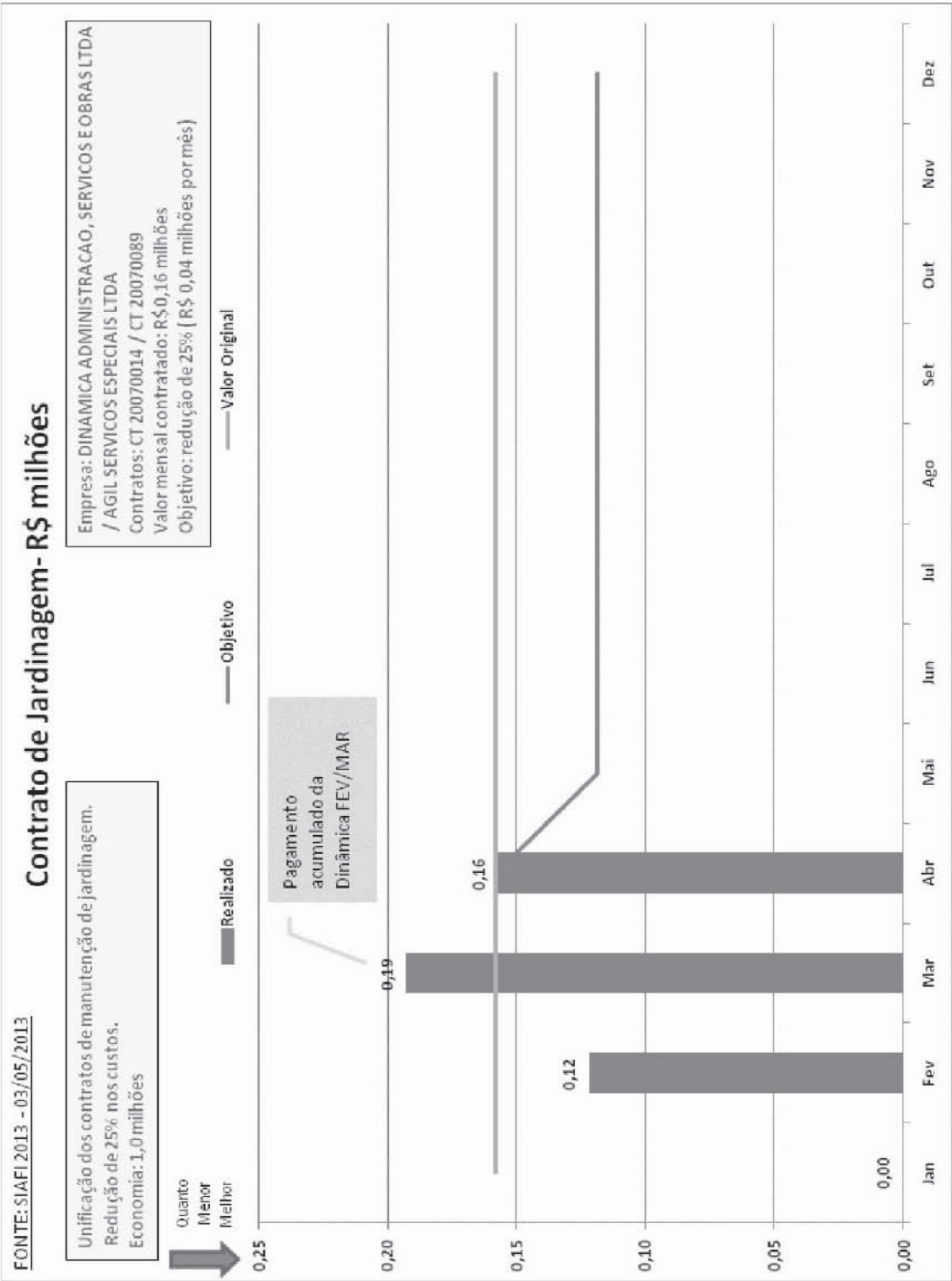
Em atendimento ao disposto no artigo 12, do Ato 3/2013, da Comissão Diretora, e segundo diretrizes fornecidas pela Presidência do Senado Federal, a Diretoria Geral está acompanhando as ações que tratam de redução de custos em contratos de terceirização de mão de obra. Além disso, encontra-se, também, sob análise o quantitativo absoluto e financeiro de funções comissionadas existentes na instituição, e sobre esta informação, é importante observar que o crescimento nos custos ocorreu devido ao aumento de 5% na remuneração dos servidores federais, concedido a partir de janeiro de 2013, mas pago somente a partir de Abril do mesmo ano, devido à data de aprovação da Lei Orçamentária Anual.

Senado Federal		Controle de ações de redução de custos			Diretoria Geral	
		Medidas de economia (valores em R\$ milhões)			R\$ 155 M	R\$ 303 M
Item	Data Anúncio	Descrição	Em 1 ano	Em 2 anos	Status	Atualizado em 08/05/2013 11:12
1	20/02/2013	Racionalização da Estrutura			Ver itens 1.1 / 1.2 / 1.3 abaixo	
1.1		Redução de 25% do número de FC	13	26	Executado	
1.2		Redução de 1 Assistente Técnico por Gabinete Parlamentar*			Executado	
1.3		"Extinção" de 8 Secretarias e vários Serviços na Diretoria Geral*			Executado	
2	20/02/2013	Redução em contratos de terceirização	33	66	Ver itens 2.1 / 2.2 / 2.3 / 2.4 abaixo	
2.1		Não renovação contrato de Apoio Adm.			Previsão: 08/13	
2.2		Não renovação contrato de Arquivo			Previsão: 08/13	
2.3		Redução de 20% contrato de Vigilância			Previsão: 05/13 corte de 25,3%	
2.4		Unificação contratos de Jardinagem - Economia de 25%			Em execução	
3	20/02/2013	Extinção do Atendimento Ambulatorial de Saúde	3	6	Executado	
4	20/02/2013	Implementação da Jornada Corrida de 7h	80	160	Executado	
5	20/02/2013	Possibilidade de Chefia de Gabinete ser exercida por ocupante de Cargo Comissionado	4,7	9,3	Executado	
6	19/03/2013	Medidas de economia na Gráfica			Ver itens 6.1 / 6.2 / 6.3 abaixo	
6.1		corte de 10% no contrato de mão de obra gráfica	0,6	1,2	Previsão: 06/13	
6.2		redução 50% tiragem Conselho Editorial	0,1	0,2	Executado	
6.3		Redução de 20 para 1 exemplar de título editado pelas Edições Técnicas por gabinete	1,6	3,2	Executado	
7	19/03/2013	Redução de 12% no contrato da Vigilância	6,5	13,0	Previsão: 08/13	
8	19/03/2013	Redução no contrato de ascensorista	0,1	0,3	Previsão: 05/13 corte de 25,4%	
9	19/03/2013	Redução 10% contratos da Central de Atendimento do PRODASEN	0,7	1,4	Previsão: 05/13	
10	19/03/2013	Suspensão da distribuição dos Kits e Storage Interlegis**	7	7	Executado	
11	17/04/2013	Taxa de ocupação de apartamentos funcionais para não senadores	2,2	4,4	Vai a plenário	
12	17/04/2013	Redução com gastos com telefonia na área administrativa	0,6	1,1	Executado	
13	17/04/2013	Implantação de novo modelo de serviços de impressão	1,1	2,3	Em execução	
14	17/04/2013	Redução em 25% em contratos de jornais e revistas na área administrativa	0,2	0,3	Em execução	
15	17/04/2013	Suspensão do serviço de transporte de ônibus entre a rodoviária e o Anexo I	0,2	0,4	Em execução	
16	17/04/2013	Economia no uso de papel para gráfica	0,6	1,2	Executado	

* Valores incluídos no cálculo de 25% de redução das FCs

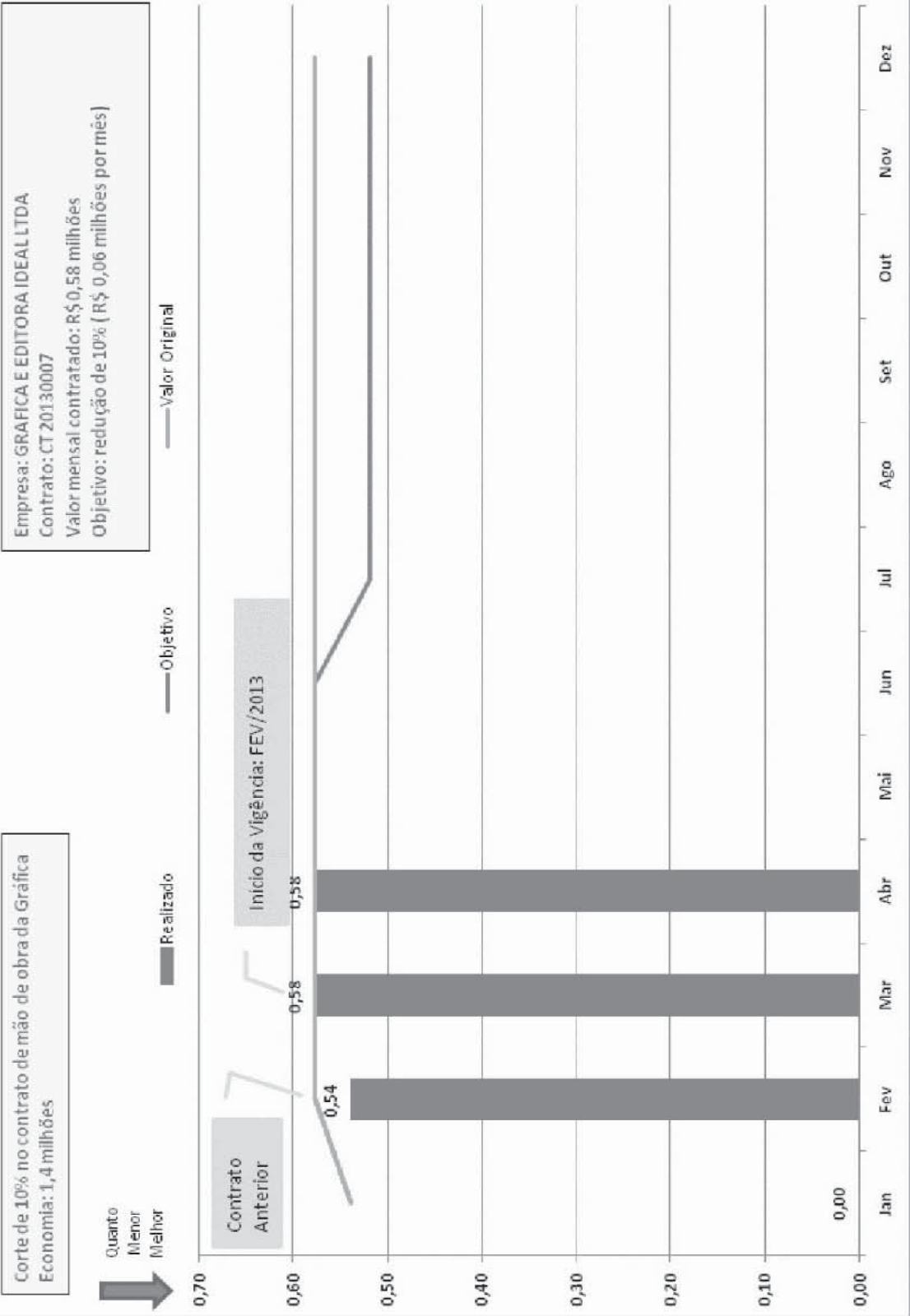
** Ocorrência única





FONTE: SIAFI 2013 - 03/05/2013

Contrato de Mão de Obra SEEP - R\$ milhões

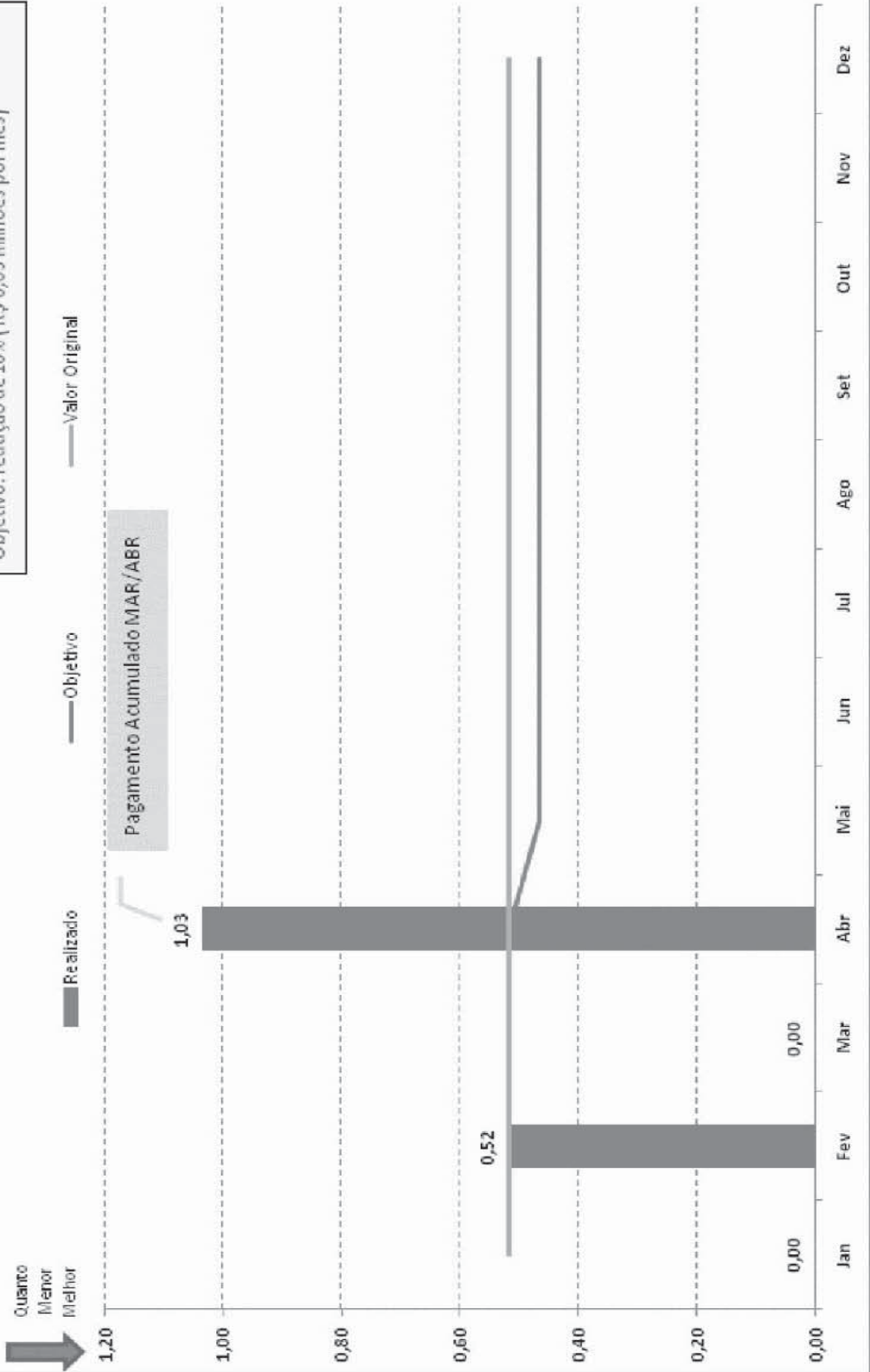


FONTE: SIAFI 2013 - 03/05/2013

Contrato da Central de Atendimento - R\$ milhões

Redução de 10% no contrato da Central de Atendimento e no contrato de apoio administrativo do Prodasen.
Economia de R\$ 1,2 milhão

Empresa: G&P Projetos e Sistemas
Contrato: CT 20070031
Valor mensal contratado: R\$ 0,52 milhões
Objetivo: redução de 10% (R\$ 0,05 milhões por mês)

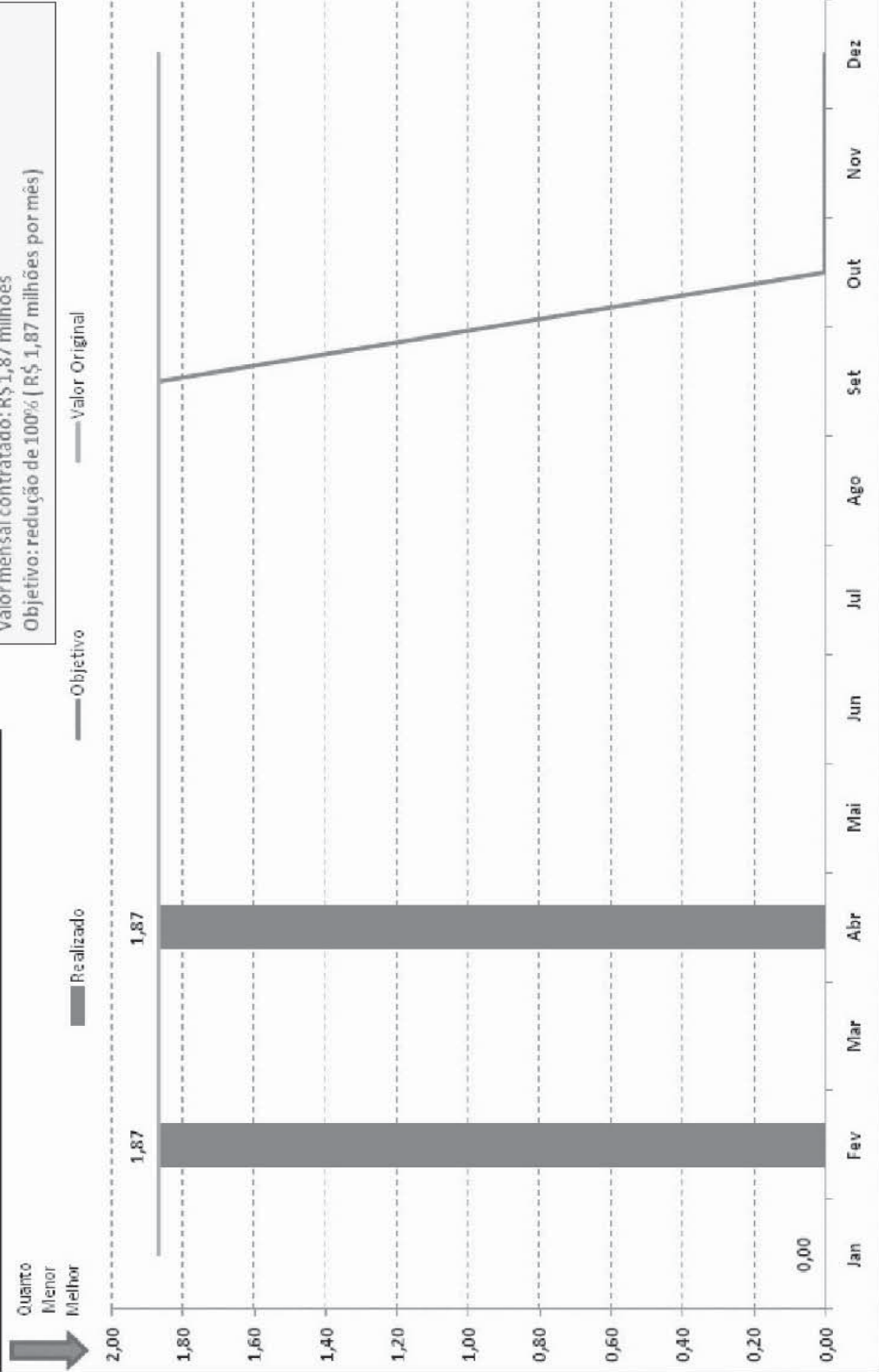


FONTE: SIAFI 2013 - 03/05/2013

Contrato de Apoio Administrativo - R\$ milhões

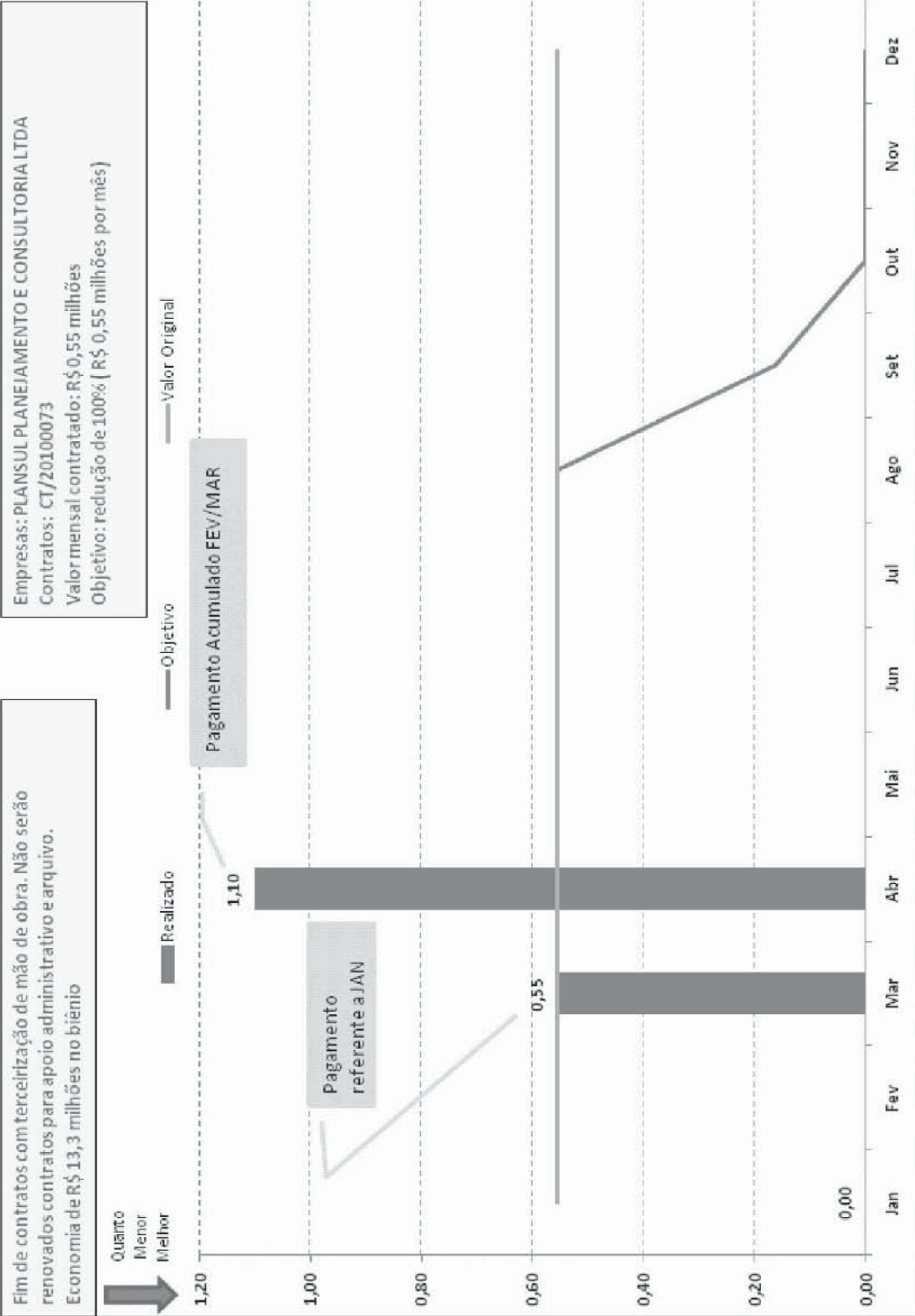
Empresas: SERVEGELAPOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
Contratos: CT/20100065
Valor mensal contratado: R\$ 1,87 milhões
Objetivo: redução de 100% (R\$ 1,87 milhões por mês)

Fim de contratos com terceirização de mão de obra. Não serão renovados contratos para apoio administrativo e arquivo.
Economia de R\$ 44,9 milhões no biênio



FONTE: SIAFI 2013 - 03/05/2013

Contrato de Arquivo - R\$ milhões

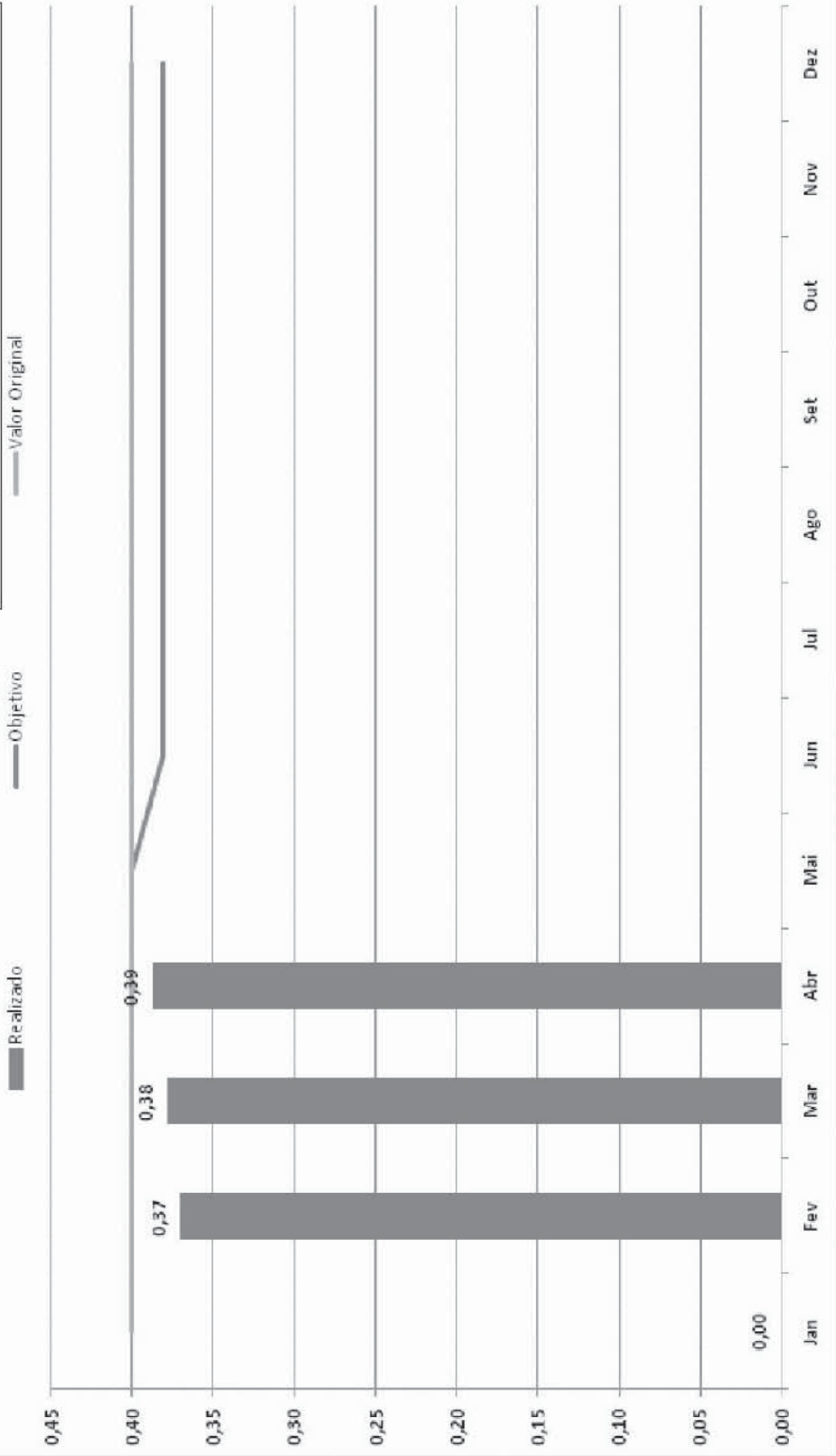


FONTE: SIAFI 2013 - 03/05/2013

Contrato de Transporte

Empresa: IPANEMA EMPRESA DE SERVICOS GERAIS E TRANSPORTES LTDA
Contrato: CT/20120051
Valor mensal contratado: R\$0,40 milhões
Objetivo: redução de 4,63% (R\$ 0,22 mil por mês)

Corte de 4,63% no contrato de Serviço de Transportes do Senado Federal

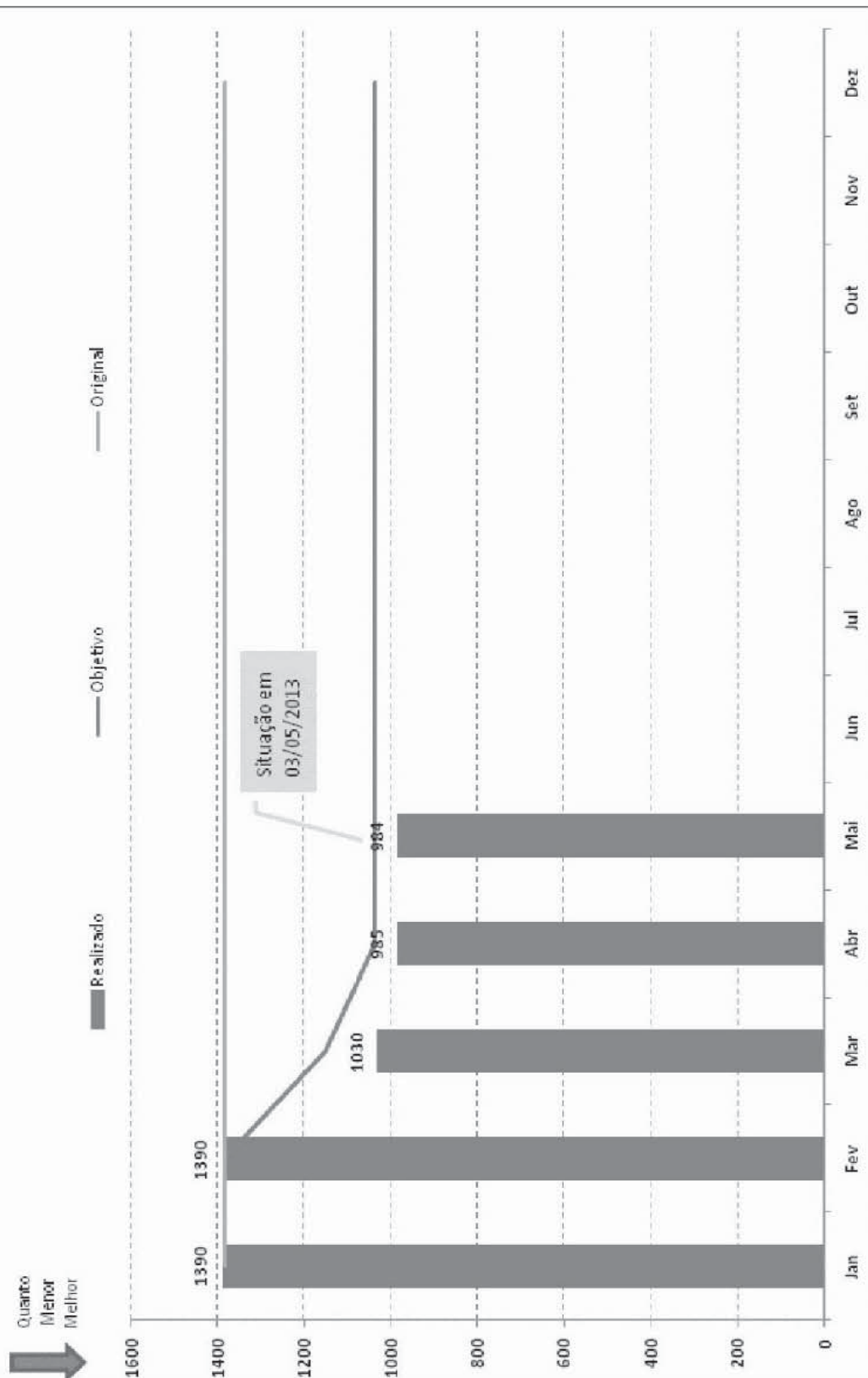


FONTE: ERGON 03/05/2013

Número de Funções Comissionadas - Área Administrativa

Redução do Número de Funções Comissionadas

Redução de 25% nas Funções Comissionadas e Reestruturação Administrativa

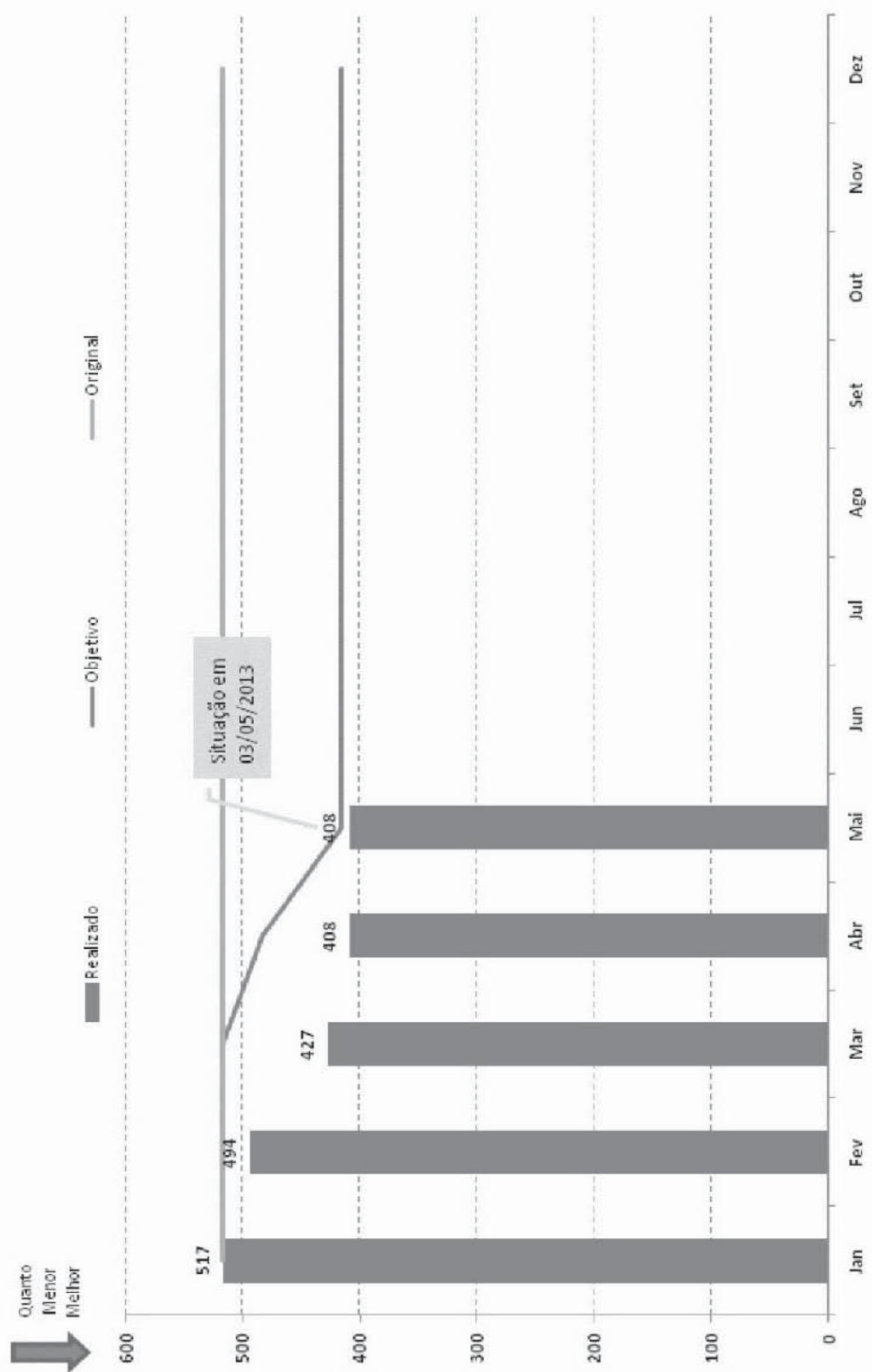


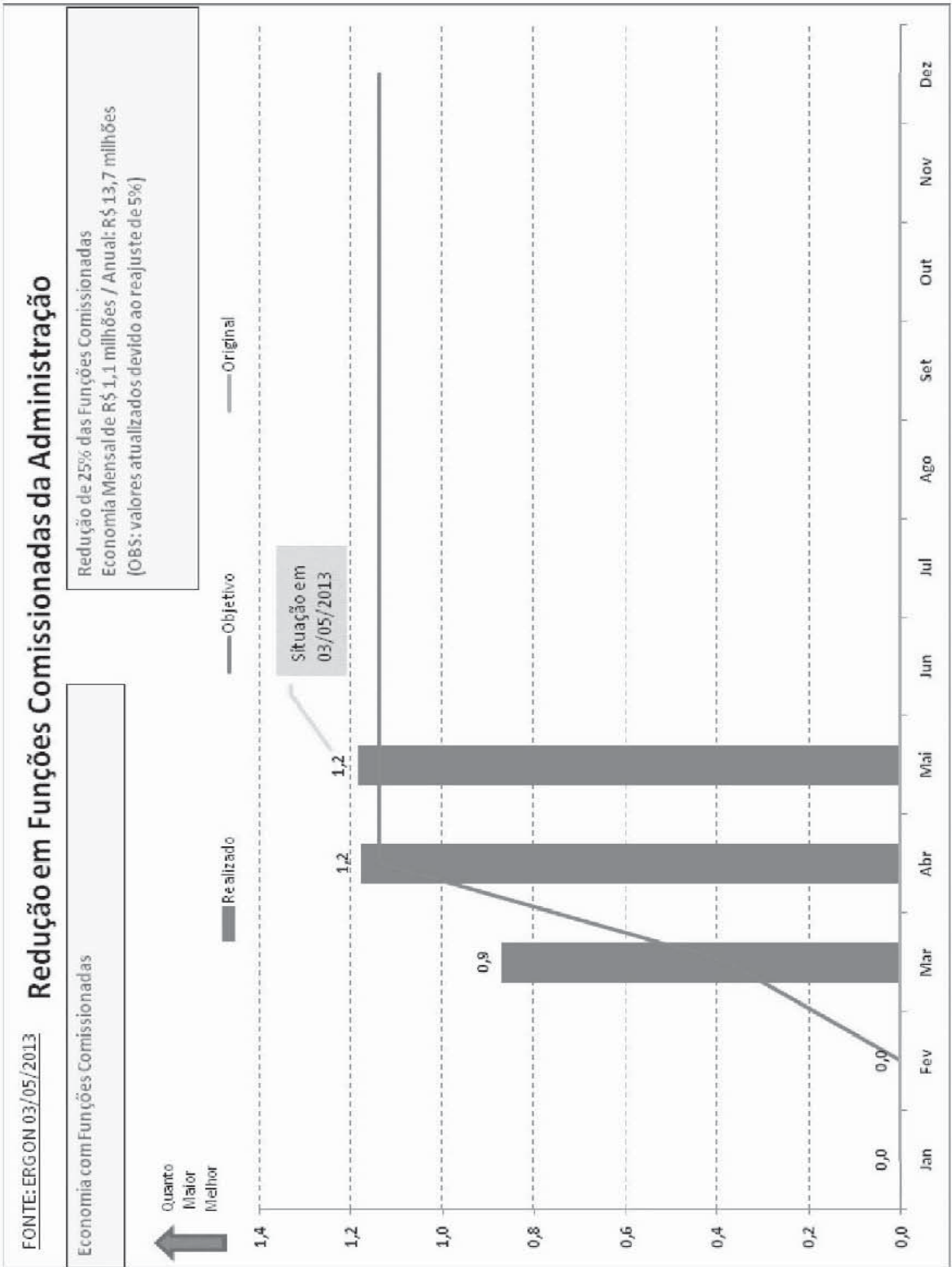
FONTE: ERGON 03/05/2013

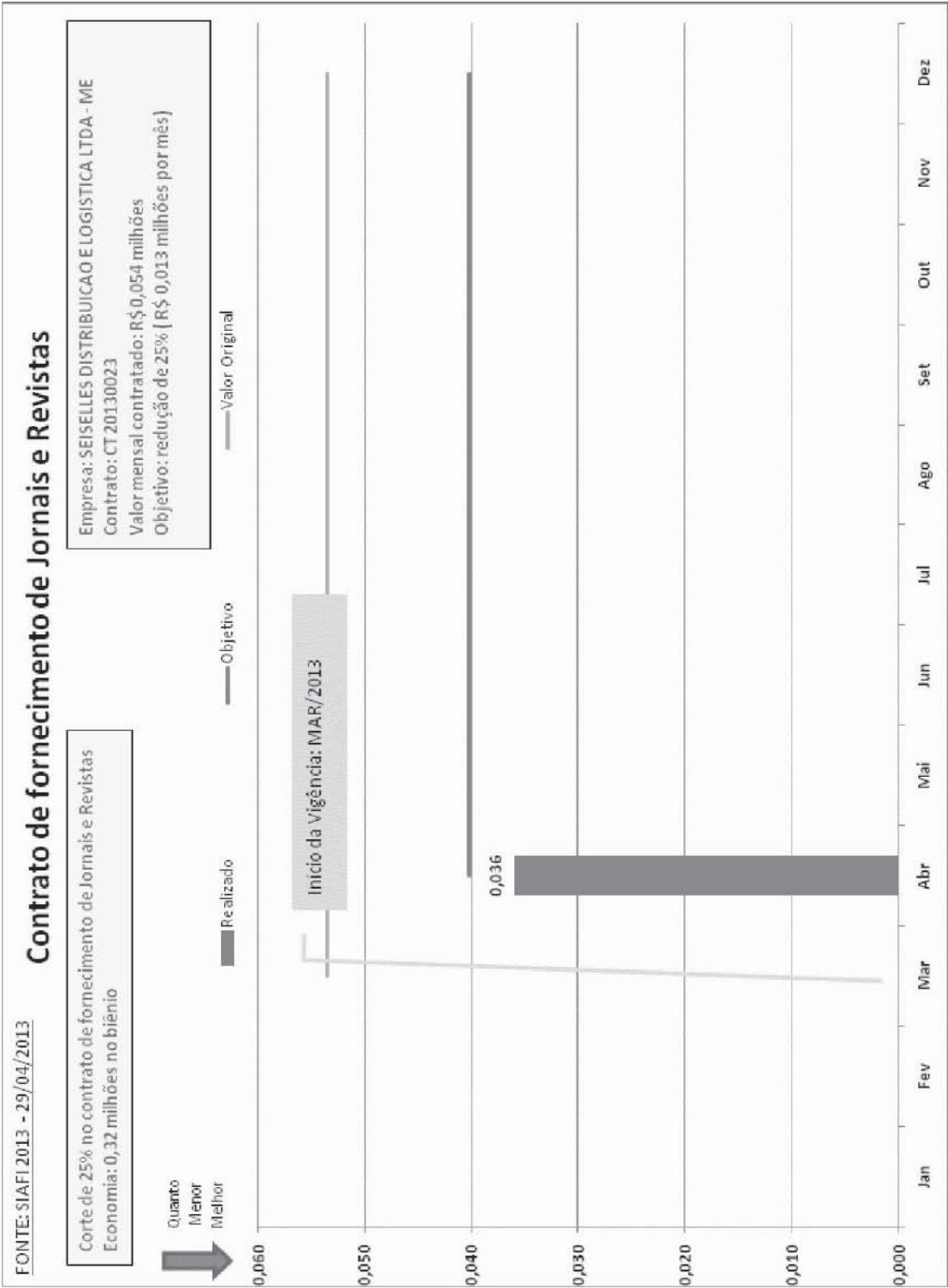
Número de Funções Comissionadas - Área Parlamentar

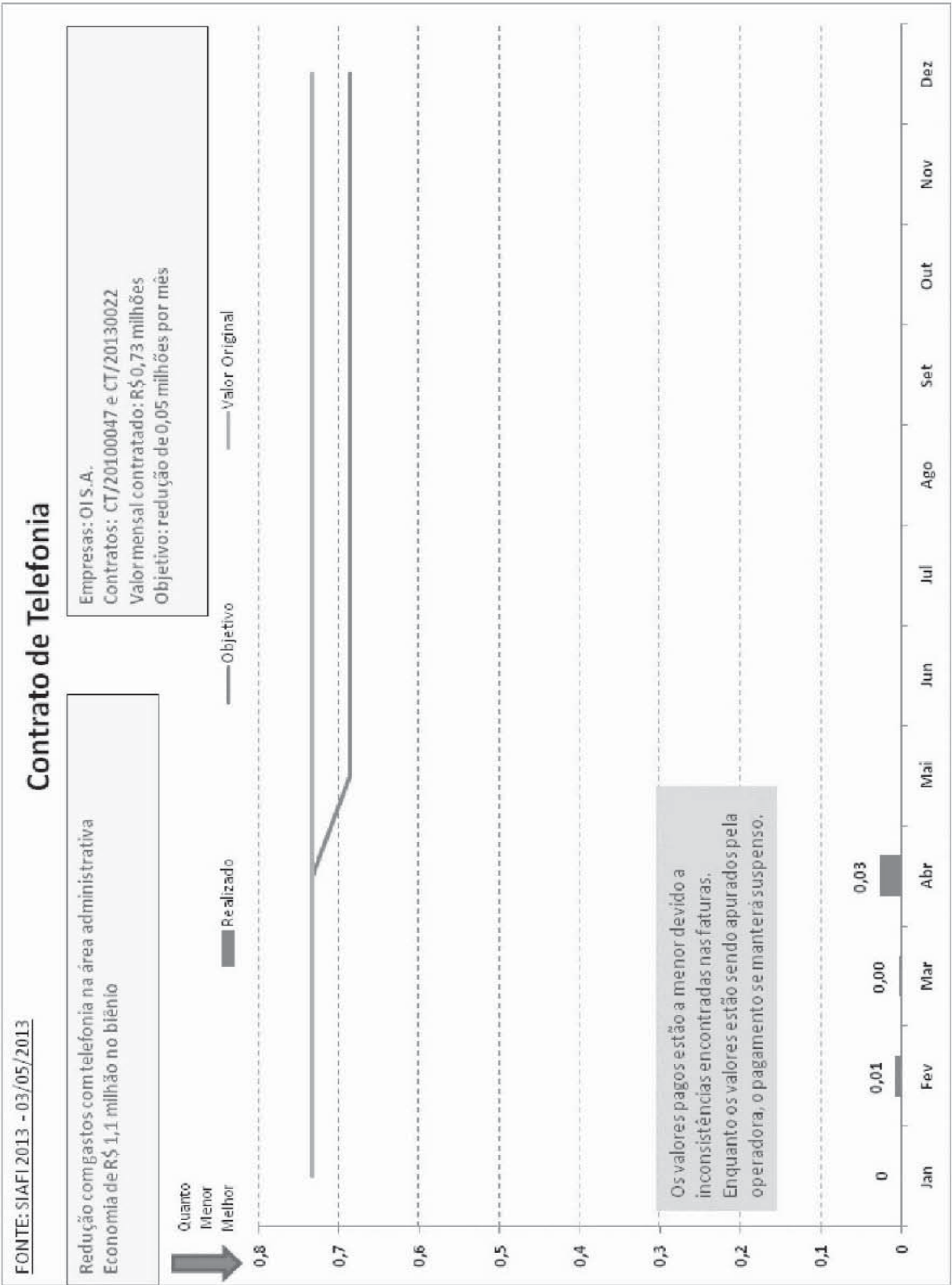
Redução do Número de Funções Comissionadas

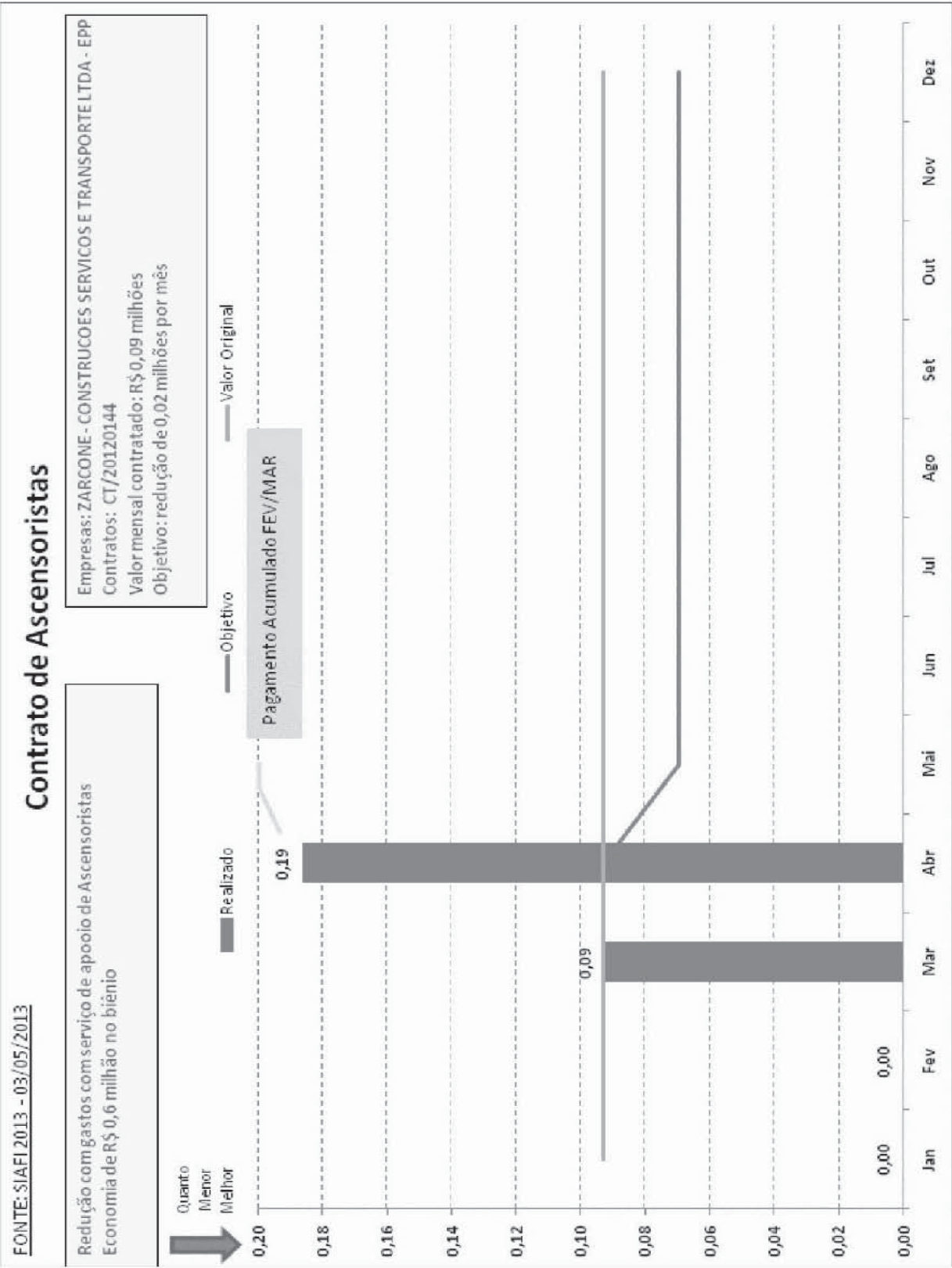
Redução de 101 Funções Comissionadas de Assistente Técnico nos Gabinetes Parlamentares, de Lideranças e de Membros da Mesa

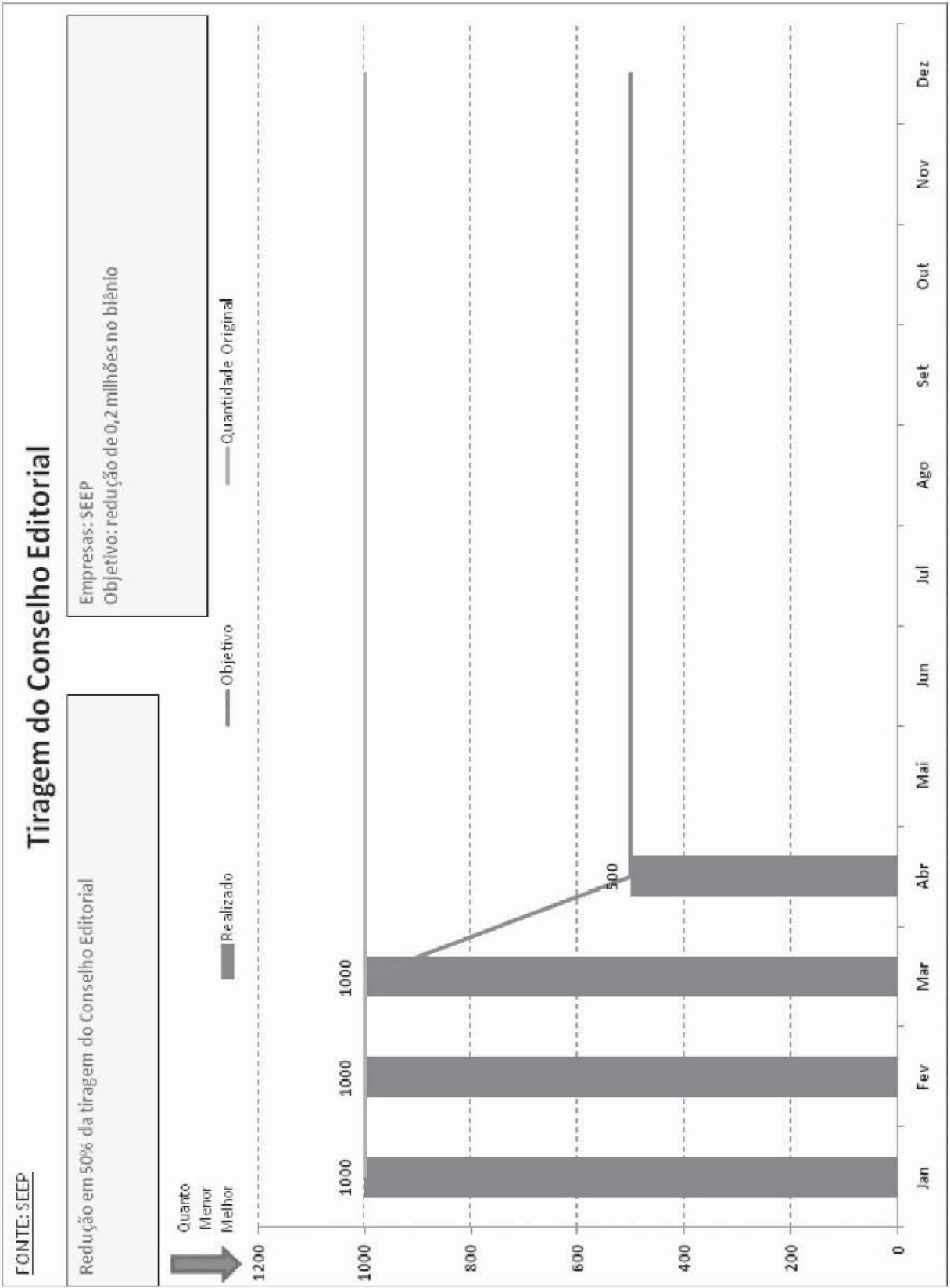








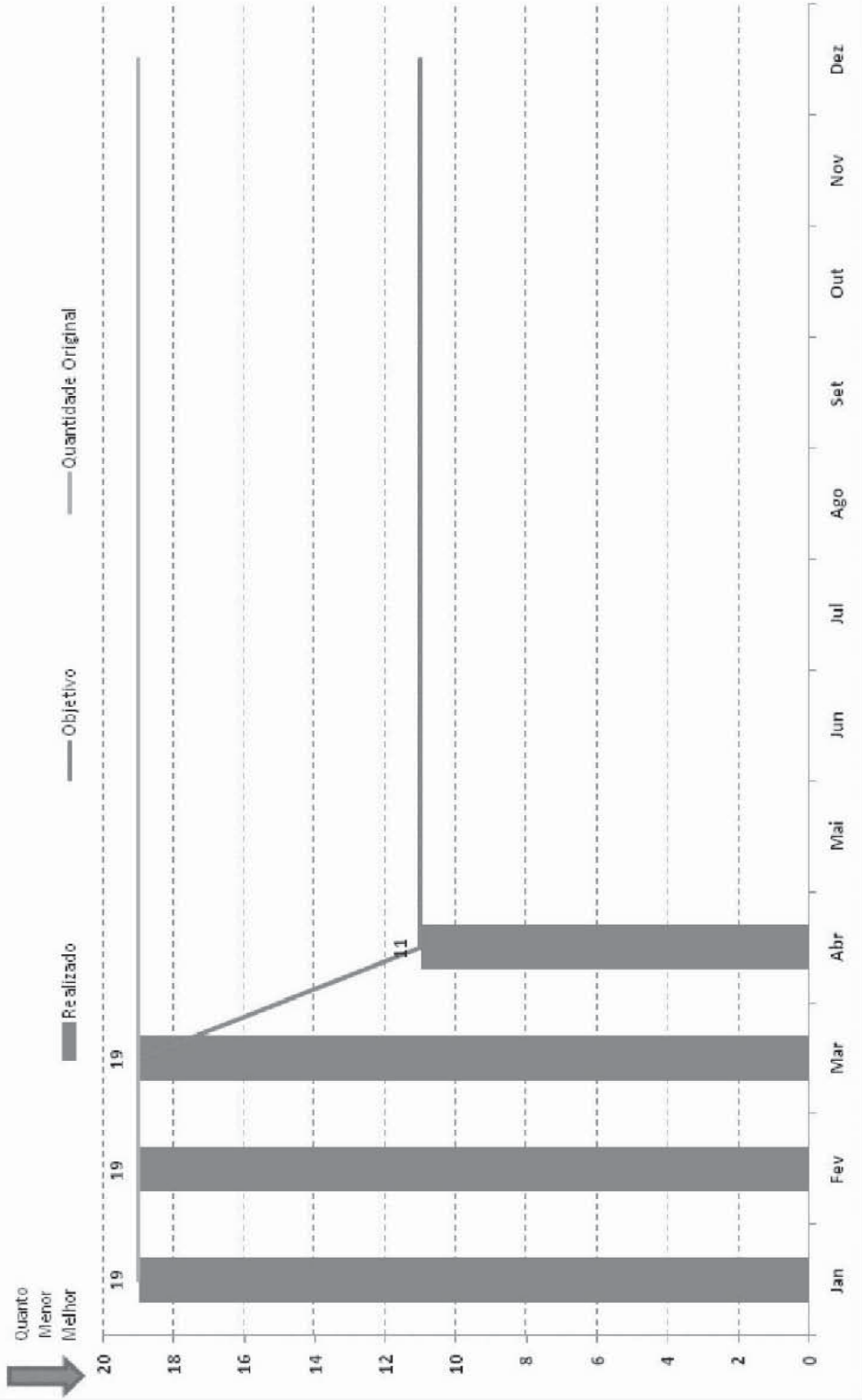


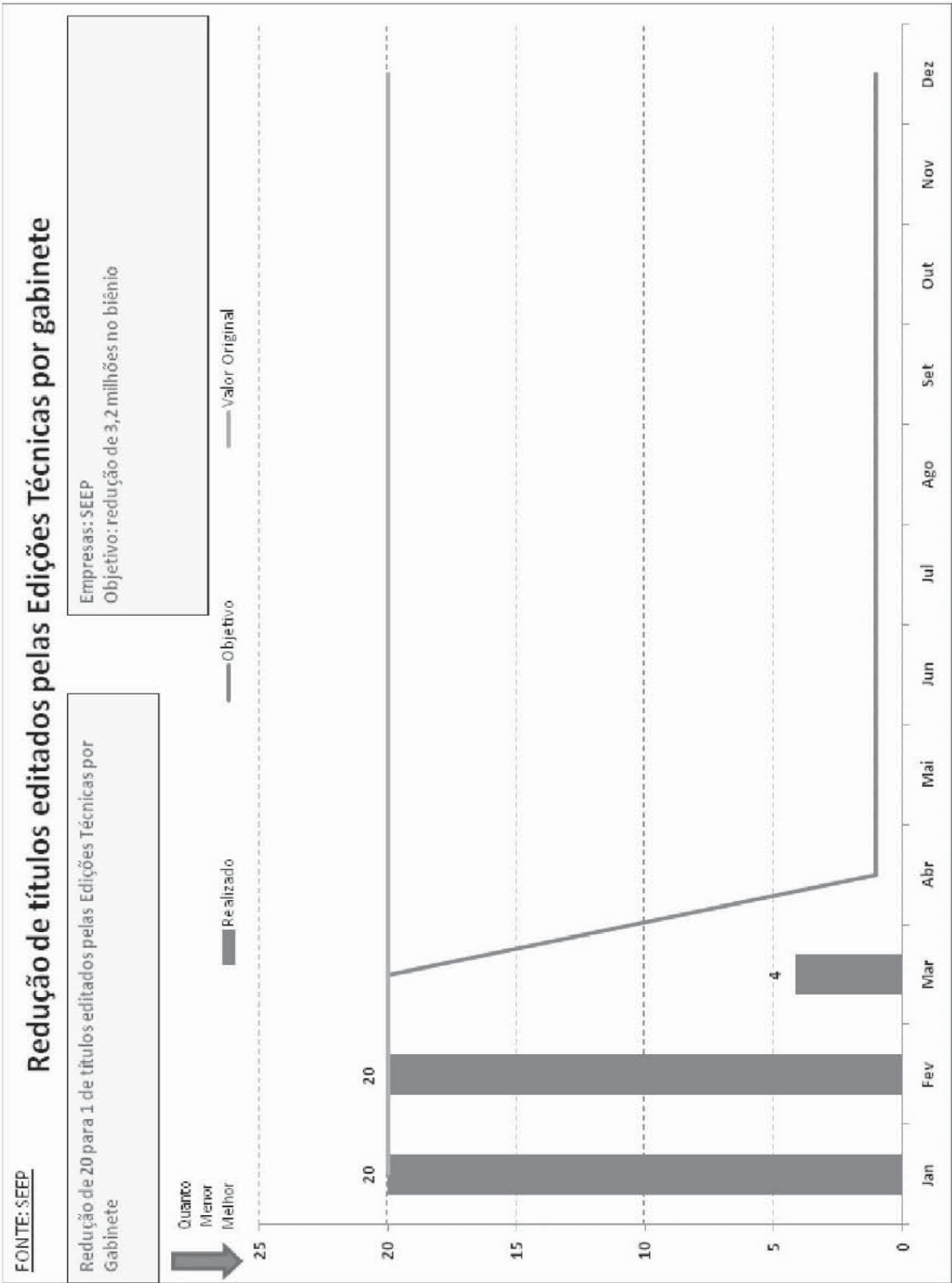


"Extinção" de 8 Secretarias na Diretoria Geral

FONTE: Ato da Comissão Diretora 03/2013

Racionalização da Estrutura





Requerimentos de Licença sem ônus

Artigos 13, 43, I e II do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)

RQS	ANO	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
236 - M	2013	Fernando Collor	13	09/05/2013	Atividade Parlamentar
237 - M	2013	João Alberto Souza	43, I	09/05/2013 e 10/05/2013	Licença Saúde
238 - M	2013	Mozarildo Cavalcanti	13	De 13/05/2013 a 20/05/2013	Atividade Parlamentar
239 - M	2013	Garibaldi Alves	13	14/05/2013	Atividade Parlamentar
240 - M	2013	Jorge Viana	13	14/05/2013	Atividade Parlamentar
241 - M	2013	Cássio Cunha Lima	13	14/05/2013	Atividade Parlamentar
242 - M	2013	Cássio Cunha Lima	13	16/05/2013	Atividade Parlamentar
243 - M	2013	Wilder Moraes	13	14/05/2013	Atividade Parlamentar
244 - M	2013	Ivo Cassol	43, II	De 21/05/2013 a 23/05/2013	Licença Particular
245 - M	2013	Maria do Carmo Alves	13	16/05/2013	Atividade Parlamentar
246 - M	2013	Ana Amélia	13	De 13/06/2013 a 18/06/2013	Participar, a convite da Universidade de Harvard, do simpósio "O Brasil e o Século 21", em Boston, Estados Unidos
247 - M	2013	Eduardo Lopes	43, II	21/05/2013	Licença Particular

Publicado em 17/05/2013.
Em 17/5/2013.
 Antônio Marcos Mousinho Sousa
 Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Agenda do Presidente Renan Calheiros

17/05/2013

Sexta-feira

12h	Lançamento do Novo Portal da Transparência do Senado Federal Sala de Audiências
-----	--

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zezé Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cleo Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraz**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Simey*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mezanildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia	PP/RS
Benedito de Lira	PP/AL
Casildo Maldaner	PMDB/SC
Ciro Nogueira	PP/PI
Clésio Andrade	PMDB/MG
Eduardo Braga	PMDB/AM
Eunício Oliveira	PMDB/CE
Francisco Dornelles	PP/RJ
Garibaldi Alves	PMDB/RN
Ivo Cassol	PP/RO
Jader Barbalho	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos	PMDB/PE
João Alberto Souza	PMDB/MA
José Sarney	PMDB/AP
Kátia Abreu	PSD/TO
Lobão Filho	PMDB/MA
Luiz Henrique	PMDB/SC
Paulo Davim	PV/RN
Pedro Simon	PMDB/RS
Renan Calheiros	PMDB/AL
Ricardo Ferraço	PMDB/ES
Roberto Requião	PMDB/PR
Romero Jucá	PMDB/RR
Sérgio Petecão	PSD/AC
Sérgio Souza	PMDB/PR
Valdir Raupp	PMDB/RO
Vital do Rêgo	PMDB/PB
Waldemir Moka	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz	PDT/RO
Ana Rita	PT/ES
Angela Portela	PT/RR
Aribal Diniz	PT/AC
Antônio Carlos Valadares	PSB/SE
Cristovam Buarque	PDT/DF
Deleídio do Amaral	PT/MS
Eduardo Lopes	PRB/RJ
Eduardo Suplicy	PT/SP
Humberto Costa	PT/PE
Inácio Arruda	PC DO B/CE
João Capiberibe	PSB/AP
João Durval	PDT/BA
Jorge Viana	PT/AC
José Pimentel	PT/CE
Lídice da Mata	PSB/BA
Lindbergh Farias	PT/RJ
Paulo Paim	PT/RS
Pedro Taques	PDT/MT

Randolfe Rodrigues	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg	PSB/DF
Vanessa Grazziotin	PC DO B/AM
Walter Pinheiro	PT/BA
Wellington Dias	PT/PI
Zeze Perrella	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB/SP
Alvaro Dias	PSDB/PR
Ataídes Oliveira	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima	PSDB/PB
Cícero Lucena	PSDB/PB
Cyro Miranda	PSDB/GO
Flexa Ribeiro	PSDB/PA
Jayme Campos	DEM/MT
José Agripino	DEM/RN
Lúcia Vânia	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves	DEM/SE
Mário Couto	PSDB/PA
Paulo Bauer	PSDB/SC
Ruben Figueiró	PSDB/MS
Wilder Moraes	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues	PR/SP
Armando Monteiro	PTB/PE
Blairo Maggi	PR/MT
Eduardo Amorim	PSC/SE
Eptácio Cafeteira	PTB/MA
Fernando Collet	PTB/AL
Gim	PTB/DF
João Vicente Claudino	PTB/PI
Magno Malta	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti	PTB/RR
Vicentinho Alves	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	25
Bloco Parlamentar Minoria	16
Bloco Parlamentar União e Força	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RJ)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Domelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AF)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Ataides Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cicero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 ** Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2º SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3º - João Durval - (PDT-BA)

4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (52,70)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (52,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,86)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,32,60,83)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (40,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,96) Inácio Arruda (28,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (98)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,96)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lidice da Mata (29,30,82)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (39,99)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,97)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (24,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (100) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (21,103)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (76) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (12,51)</p> <p>-----</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antônio Carlos Rodrigues (90)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lidice da Mata (29,30,82) João Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o CF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o CF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercera a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lidice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme OF. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o OF. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (OF. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o OF. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o OF. 083/2012-GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o OF. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o OF. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o OF. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o OF. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o OF. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o OF. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o OF. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cicero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o OF. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme Of. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme Ofício Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme Ofício Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme Ofício Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme Ofício Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme Of. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. nº 180/2013-GLPMDB

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayne Campos (DEM-MT) (3)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayne Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMD).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMD).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁸⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (CF, nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUP/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(5,6)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lidice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(8,9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,8)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(10,11,13,6)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N.ºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(6,5)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares, e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares, e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM (Of. nº 107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Paulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (8)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) (2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRazos

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

** Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antônio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLUFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moura como membros titulares, e os Senadores Cynro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 26/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministro de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antônio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSIALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-OSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).

11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 61 33033514

Fax: 61 33031176

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugietto

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luis Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Notas:

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Instalação: 17/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ^(1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁾
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Paulo Paim (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽³⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membros suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).
5. Em 26.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia, como Presidente, e o Senador Cyro Miranda, como Vice-Presidente, deste colegiado, e designou como relator o Senador Paulo Paim (Of. nº 1/2013 - CTLEGINC).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

**11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio Noronha

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

MEMBROS

João Otávio Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleântho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Unie Caminha

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013**

PRAZOS

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(13,68)	
Deleido do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁰⁾
José Pimentel (PT) ^(10,9)	3. Aribal Diniz (PT) ^(42,41)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,54,55,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,57,56,60,73)	3. VAGO ⁽⁶⁰⁾
Roberto Requão (PMDB) ^(64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(37,36,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PSD) ^(59,60,44,43,23,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,30)
Jayne Campos (DEM) ⁽³⁹⁾	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,78,67,75)

Blairo Maggi (PR) (67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,71,72,67,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (64,67,6)	4. Vicentinho Alves (PR) (67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares, e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares, e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares, e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoritário: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoritário (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PS/PV) na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PS/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PS/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redirário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. nº 004/2012-GLBUT/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. nº 075/2012-BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Ofícios nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Adácio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jacá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lédice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jacá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lédice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Raulo Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPSDB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Mendes (DEM) (*)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Mendes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Deleídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Francisco Domelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyrol Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF, N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, foi lido também o CF, N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no CF, nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyrol Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
- *, Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- **, Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Deleídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Domelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcne@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (*)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽³⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(17,30,6,23,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,37,35)	2. Pedro Simon (PMDB) ^(30,23,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(30,23,35)
Ana Amélia (PP) ^(04,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) ^(25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cicero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(1,13,9,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayne Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(34,41)
Vicentinho Alves (PR) ^(28,29,31,47,48,39,41)	3. VAGO ^(33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cicero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recalcado da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoritário: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (Of. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (Of. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (Of. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 - GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 - GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoritário na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1458 e 1459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimental é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gilm Argello (Of. Nº 024/2012-GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Culheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013.
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Dulcélia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(4,5)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Edaardo Amorim.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Edaardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUT/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

6. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(23,33)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,30,88)
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lidice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,76)
Anibal Diniz (PT) ^(6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,60,61,69,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(79,8)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁷⁾	8.
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁸⁾	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(16,4,27,20,39,2,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(15,1,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(16,53,63,39,64,13,50,51,77)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(16,14,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) ^(26,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,77)	6. Benedito de Lima (PP) ^(39,77)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,77)
Sérgio Petecão (PSD) ^(77,74,73,40,41,43,56)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(77,74,73,57,40,41,43,56,68,68,51,30,29,37)
	9. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁸⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(71,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(71,86,11)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁶⁾	5. Flessa Ribeiro (PSDB) ⁽⁸⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(33,59)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸²⁾	1. Gim (PTB) ^(45,65,81,82,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,85,84,82)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(45,80,82,10)
Magno Malta (PR) ⁽⁸²⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(66,67,82,34,19,25,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸²⁾	4. Vicentinho Alves (PR) ^(47,46,82,91)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgrão, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoritário: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozartildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciar-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMD).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMD nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMD).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMD).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMD).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR).
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. OSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMD nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBU/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012-GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMD nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 0014/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012-GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tonis Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lidice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licencia-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tonis Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licencia-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (Of. Nº 0013/2013-GLPSD).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Dixiz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCF).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular, os Senadores Cicero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Postula é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: sccmccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: sccmccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽³⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Aribal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(31,29,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(44,41,60)
Pedro Simon (PMDB) ^(17,41,60)	5. VAGO ^(44,41)
Ana Amélia (PP) ^(44,41,60)	6. VAGO ^(20,44,41)
Benedito de Lira (PP) ^(44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(44,41,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PSD) ^(44,41,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cicero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(42,43,8,62,61,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,66,64)
VAGO ^(66,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(40,66,67,1)
VAGO ^(66,24,11)	3. Mezarildo Cavalcanti (PTB) ^(66,57,73,24,35)
VAGO ^(66,58,24)	4. VAGO ^(49,50,56,60,65)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Moacir Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lúcia da Mata e Inácio Arrada como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição das colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga codida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSB/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSB/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zézé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB).
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lima e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012-BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licencia-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licencia-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Atrides Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Nêo Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(67,63)
Acir Gurgauz (PDT) ^(43,44,12,8,35,36)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(38,47,48,37,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(15,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) ^(21,19,10,9,55)	6. VAGO ^(27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(54,50)
José Agripino (DEM) ^(24,23,15)	3. VAGO ^(45,23)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,65,59,32,1)	1. Gim (PTB) ^(65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(42,41,49,65,59,51)	2. VAGO ^(39,65,71,70,59,60)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GILPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares, e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares, e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1458 e 1459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o OF. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (Of. nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cicero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Atrides Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cicero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (Of. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁴⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(14,5)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/OLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (Of. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Minoria - Sérgio Souza, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Mota não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cicero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cicero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/OLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Aríbal Diniz (PT) ^(9/6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(4,7,3,4)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(9,12,5)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Redatário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redatário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Aríbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**, Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lótão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***, Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cicero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes****PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Aribal Diniz (PT) ^(26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(37,38,10)	6. Lidice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
VAGO ^(67,58)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(6,8,32,25,58)
Pedro Simon (PMDB) ^(27,11,28,29,2,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(56,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,30,58)	3. VAGO
VAGO ^(30,16,58,62)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,56)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(34,7,13,44,3,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(35,17,51,63)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁶⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (41,49)	
Magno Malta (PR) ^(54,65,1)	1. VAGO ^(53,45,65)
Gim (PTB) ^(42,69,64,65,9)	2. VAGO ^(65,63)
VAGO ⁽⁶⁵⁾	3. VAGO ^(48,51,53,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GL/PSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares, e os Senadores Cicero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Juntas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares, e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares, e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lidice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cicero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSB/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSB/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lidice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1458 e 1459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza (Of. s/n-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB).
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clóvis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Caberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Caberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013 - GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Raulo Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lidice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lidice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(3,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o Of. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

8. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

9. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lidice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lidice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataides Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*, Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataides Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**, Em 10.04.2013, foi lido o OE 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataides Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aribal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

2. Em 10.04.2013, o Senador Aribal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elega o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (OF. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o OF.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(6,4)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽⁴⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,10,45)
Cyrol Miranda (PSDB) ⁽³⁰⁾	4. Cicero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,47,46)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(23,26,35,36,47)	3. VAGO ^(47,37,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GL/PSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves e Cyrol Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular, e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoritário: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoritário na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1458 e 1459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSC AND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012-BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clóvis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomere@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomere@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁵⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(3,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Lutiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,5)
Francisco Domelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES).
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Nº 265/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Domelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. Nº 081/2012-BLUFOR/SF).

8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. Nº 260/2012-CRE/PRES).

9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLP/PSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Domelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Domelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(14,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,14)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Deleido do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(7,4)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(8,5,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(3,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Deleídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,20,31)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(32,46,23,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(23,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,23,3,10,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(17,23,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(53,54,39,33,26,20,50,49)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(53,54,26,27,20,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(14,51)	3. VAGO ^(7,4,61,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(56,28)	4. Jayne Campos (DEM) ^(57,28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(24,46)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(45,35,60,57)	2. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(34,60,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,44,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GILPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozanildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Castido Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 23.03.2011, o Senador Gilvam Borges licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSB/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Rediário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSB/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Rediário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1458 e 1459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Cassido Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Corrêa é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licencia-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Moacir Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licencia-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Corrêa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).

56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).

57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).

58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).

59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).

61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).

62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).

64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1.2)	2. VAGO (3,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayne Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº 058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeza Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(3,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,16,18,9)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴²⁾	6. VAGO ^(33,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,5,41)	1. Cicero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁸⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(30,52,51,55,50)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(54,50,53)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cicero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esqu岸o, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jairton Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Atáides Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PS/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Atáides Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, (Of. nº 193/2011 - GLPSDB).

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PS) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSOL deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSOL, comunicando que o PSOL passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. Nº 018/2012-GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (Of. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cicero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lima e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
44. Em 27.02.2013, o Senador João Cupiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cicero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(7,8,4,3,5)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF, N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (CF, N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF, N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (CF, GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (CF, N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(11,10)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozerildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (Of. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (Of. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozerildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIADA E PARAOLIMPIADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUI/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares, e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(23,22,10,7,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zezé Perrella (PDT) ^(14,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(67,6)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,52,35,29,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(38,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(21,19,12,13,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(62,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) ^(68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(60,2)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,14,9,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cicero Lucena (PSDB) ^(5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(37,48)	
Gim (PTB) ^(50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(41,62,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozanildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clóvis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1458 e 1459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (OEGSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licencia-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licencia-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAOUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licencia-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,18)
João Capiberibe (PSB) ^(17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aríbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(36,31)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(15,13,5,6,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cicero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(29,16,3)	2. VAGO ^(29,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GILPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes e Cicero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aríbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tonis Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licencia-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cicero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegem os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: sccmcc@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: sccmcc@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ^(*)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(*)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCT/STTR/SF).

2. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: sccmcc@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lidíe da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) (1)	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lidice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lidice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Deleídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme OfGLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of. GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Socré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Aníbal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme OGLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO ³**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁸
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)**Relator da Receita:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁷	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**3-** Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.**4-** Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.**5-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.**6-** Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.**7-** Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.**8-** Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Giroto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 28}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 28}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 28}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 28}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 16 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 28}	1.

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.**3-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.**4-** Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.**5-** Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.**6-** Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.**7-** Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**8-** Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.**9-** Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.**10-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.**11-** Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.**12-** Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.**13-** Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.**14-** Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.**15-** Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.**16-** Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.**17-** Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.**19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 18}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores ¹⁸ e 13 (treze) Deputados ¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação: 14-12-2011

Instalação: 8-2-2012

Prazo Final: 19-8-2012

Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 ¹⁷Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013 ²¹

Presidente: Deputada Jô Moraes

Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota

Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

- 9-** Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10-** Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11-** Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa a condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12-** Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13-** Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14-** Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15-** Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16-** Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17-** Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20-** Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.
- 21-** Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. ^{2, 4 e 13}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{8 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Antonio Carlos Valadares
Paulo Paim	Inácio Arruda
Acir Gurgacz	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 07.05.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.brwww.camara.gov.br/mercosul

Edição de hoje: 382 páginas
(OS: 12345/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

